





Juventude Rural
em perspectiva



Maria José Carneiro e Elisa Guaraná de Castro
[organizadoras]

Juventude Rural

em perspectiva

Mauad X

Copyright © by
Maria José Carneiro e Elisa Guaraná de Castro, 2007

Direitos desta edição reservados à
Mauad Editora Ltda.
Rua Joaquim Silva, 98, 5º andar
Lapa – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20241-110
www.mauad.com.br

Projeto gráfico:
Núcleo de arte/Mauad Editora

Foto da capa:
Elisa Guaraná de Castro

Revisão:
Sandra Pássaro

Capa:
Paula Cavalcanti Freire

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

J98

Juventude rural em perspectiva / organizadoras Maria José Carneiro, Elisa Guaraná de Castro. - Rio de Janeiro : Mauad X, 2007.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7478-240-9

1. Juventude rural - Brasil. 2. Política pública - Brasil. 3. Juventude rural - Brasil - Condições sociais. 4. Integração social - Brasil. 5. Famílias rurais - Brasil. I. Carneiro, Maria José. II. Castro, Elisa Guaraná de. III. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvol-

SUMÁRIO

Lista de participantes	9
Siglas citadas	11
Apresentação	13

PRIMEIRA PARTE

PRIMEIRA SESSÃO

JUVENTUDE RURAL: QUESTÕES EM DEBATE

Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro

Maria de Nazareth Baudel Wanderley 21

A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade

Anita Brumer 35

Juventude e novas mentalidades no cenário rural

Maria José Carneiro 53

Debate 67

SEGUNDA SESSÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS, DIREITOS E PARTICIPAÇÃO

Representantes de movimentos sociais e do governo 81

Regina Novaes 99

Debate 108

TERCEIRA SESSÃO

BALANÇO E PERSPECTIVAS

Marília Sposito 123

Elisa Guaraná de Castro 128

Debate 136

SEGUNDA PARTE

**Da migração nacional à internacional:
enredos e desenredos de jovens rurais na agricultura familiar**

José Carlos Alves Pereira 149

**Entre o bagaço da cana e a doçura do mel:
migrações e identidades da juventude rural**

Marcelo Saturnino da Silva
Marilda A. Menezes 167

**Do campo para a cidade:
saindo para ficar**

Eduardo Nunes Leite Rosas 183

**Para além de ficar ou sair:
as estratégias de reprodução social dos jovens em assentamentos rurais**

Edgar Malagodi
Roberto Marques 197

**Juventude na Amazônia paraense:
identidade e cotidiano de jovens assentados da reforma agrária**

Jacqueline Serra Freire
Edna Castro 215

Socialização e projetos de jovens agricultores familiares

Nilson Weisheimer 237

**A mística de jovens no MST:
uma experiência para compreender os jovens**

Carmem Castro 253

***Sementes da memória:*
um documentário sobre jovens (e) quilombolas**

Paulo César Rodrigues Carrano
Luciano Dayrell
Ana Beatriz Silva 261

Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural

Valmir Luiz Stropasolas 279

BIBLIOGRAFIA 297

Lista de Participantes

Comissão Organizadora do Seminário

Adriana Lopes – Nead/MDA

Elisa Guaraná de Castro – UFRRJ

Maria José Carneiro – UFRRJ

Nilson Weisheimer – IFCH/UFRGS

Valmir Luiz Stropasolas – CCA/UFSC

Palestrantes e Mediadores

Anita Brumer – UFRGS

Elenice Anastácio – Coordenação da Comissão Nacional de Jovens da Contag

Elisa Guaraná de Castro – UFRRJ

Fabiano Kempfer – Coordenador de Políticas para a Juventude da SRA/MDA

Helena Abramo – Comissão de Juventude da Câmara Municipal de São Paulo

João Paulo Rodrigues – Direção Nacional do MST

Maria Elenice Anastácio – Coordenadora da Comissão Nacional de Jovens

Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Contag; integrante do Conjuve

Maria José Carneiro – UFRRJ

Maria Nazareth B. Wanderley – UFPE

Marilda Menezes – UFCG

Marília Sposito – USP

Regina Novaes – Presidente do Conjuve e Secretária Executiva da SNJ¹

Renata Menasche – PGDR/UFRGS e Fepagro

Severine Carmem Macedo – Coordenadora da Juventude da Fetraf-Sul e da Fetraf-Brasil; integrante do Conjuve

Autores de Artigos

Ana Beatriz Silva (Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UFF)

Carmen Verônica dos Santos Castro (Canal Futura)

Edgar Afonso Malagodi (Professor do PPGS/UFCG)

Eduardo Nunes Leite Rosas (Doutorando ICS/UnB)

Francisco Roberto de Souza Marques (Mestre em Sociologia UFCG)

José Carlos Alves Pereira (Doutorando em Sociologia IFCH/Unicamp)

Luciano Dayrell (Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UFF)

¹ Funções desempenhadas na ocasião da realização do Seminário

Marcelo Saturnino da Silva (Mestre em Sociologia PPGS/UFCG)
Marilda Menezes (Professora do PPGS/UFCG)
Nilson Weisheimer (Doutorando em Sociologia UFRGS)
Paulo César Rodrigues Carrano (Coordenador do Observatório Jovem do RJ/UFF)
Valmir Stropasolas (Professor do Centro de Ciências Agrárias/UFSC)

Demais participantes do debate

Carlos Abrão – Uenf
Eliane de Souza Oliveira – Secretária dos jovens da Fetraf-Bahia; presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Tancredo Neves/Bahia; suplente no Conjuve
Helena Ferreira da Cruz – coordenadora da Comissão Estadual de Jovens da Federação dos Trabalhadores na Agricultura – Fetaag; integrante da Comissão Nacional de Jovens da Contag
Ilana dos Anjos Cunha – Instituto Aliança
José Roberto Novaes – IE/ UFRJ
Paulo Mansan – Coordenação Nacional da Pastoral da Juventude Rural – PJR – Via Campesina
Rafael Moraes – Secretário Nacional de Juventude do PT

Siglas citadas

Abong – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
Abrinq – Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças e Adolescentes
Apipsa – Associação Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura
CCA – Centro de Ciências Agrárias da UFSC
Ceafro – Educação Profissionalizante para Igualdade de Raça e Gênero
Contag – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
Conjuve – Conselho Nacional de Juventude da República Brasileira
CPDA – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DST-Aids – Doenças Sexualmente Transmissíveis
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Fase – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
Fepagro – Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
Fetag – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
Fetraf-Sul – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – Região SUL
Fetraf-Brasil/CUT – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Brasil
Gife – Grupo de Institutos Fundações e Empresas
GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros
GTA – Grupo de Trabalho Amazônico/CONJUVE
Ibase – Instituto Brasileiro de Análise Socioeconômica
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICS – Instituto de Ciências Sociais
IE – Instituto de Economia/ UFRJ
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/MEC
Iterra – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAB – Movimento de Atingidos por Barragens
MEC – Ministério da Educação
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MPA – Movimento de Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
Nead – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
OBJ – Organização Brasileira de Juventude

PGDR – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS
Pnera – Pesquisa Nacional de Educação da Reforma Agrária
PIB – Produto Interno Bruto
PT – Partido dos Trabalhadores
PJR – Pastoral da Juventude Rural
Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PPA – Plano Plurianual
PPJ – Políticas Públicas de Juventude
PPGS – Programa de Pós-graduação em Sociologia/UFMG
Proceder – Programa Cooperativo de Desenvolvimento Rural dos Países do Cone Sul
ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens
Pronera – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
Pronaf Jovem – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Jovem
Sedir – Secretaria de Educação e Desenvolvimento e Integração Regional
SGR – Secretaria Geral da Presidência
SNJ – Secretaria Nacional de Juventude
SRA – Secretaria de Reordenamento Agrário do MDA
Uenf – Universidade Estadual do Norte Fluminense
UFMG – Universidade Federal de Campina Grande
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UnB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional do Estudantes
Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância
Unicamp – Universidade Estadual de Campinas
USP – Universidade do Estado de São Paulo

APRESENTAÇÃO

A coletânea que ora apresentamos tem o objetivo de socializar para um público mais amplo alguns dos temas abordados e parte dos debates travados por ocasião do Seminário Juventude Rural em Perspectiva, realizado no Rio de Janeiro em maio de 2006, na sede do CPDA/UFRRJ. A distribuição das atividades em mesas-redondas e sessões de oficinas temáticas revelou-se adequada ao intuito de fomentar o diálogo entre três tipos de olhares distintos sobre questões que afetam a juventude no meio rural brasileiro: o acadêmico, o político-governamental e o de movimentos sociais.

Durante dois dias inteiros e a noite de abertura, a sede do CPDA abrigou uma quantidade de jovens surpreendente vindos de diversas partes do país. Aproximadamente 140 pessoas participaram das atividades promovidas e colaboraram para o clima de troca e de respeito mútuo entre os diferentes tipos de participantes. Essa diferença se deve não apenas à distinção de matizes políticos e ideológicos, mas também à diversidade de experiências e dos contextos socioculturais de origem desses jovens. O interesse em expor suas singularidades e travar um diálogo entre elas e com as interpretações e análises dos processos sociais trazidas por estudiosos da condição juvenil marcou a intensa participação do público que atendeu à chamada para o Seminário.

A presença, nas mesas-redondas e nas duas oficinas temáticas, de movimentos sociais, gestores de políticas públicas e pesquisadores teve como resultado um momento importante de balanço sobre os problemas enfrentados pela juventude rural, e caminhos que podem ser construídos para minorar a difícil realidade da juventude, em especial, a dos filhos de pequenos produtores familiares. O empenho de todos os participantes gerou um debate aprofundado e revelador de questões que devem fazer parte dos quadros de análise e da agenda política da realidade brasileira. Com o objetivo de registrar essa rica experiência, organizamos esta publicação.

Do lado dos pesquisadores, a idéia de promover esse evento surge da constatação da carência de publicações e de espaços acadêmicos que abriguem essa temática. A intenção de realizar um estado das artes se juntou ao objetivo de fomentar análises e a reflexão sobre a formulação de políti-

cas públicas específicas para a juventude rural evocado pelo Nead/MDA, o que possibilitou a realização do Seminário e a presente publicação. Esse encontro de interesses se concretizou, já em 2004, na constituição de um Grupo de Trabalho Juventude Rural que reuniu pesquisadores, gestores de políticas públicas e representantes de movimentos sociais, visando justamente romper com a situação de invisibilidade dessa categoria social e que resultou na formatação e realização do Seminário Juventude Rural em Perspectiva.

O interesse explicitado pelo Nead também refletia uma preocupação latente na sociedade. Os principais movimentos sociais rurais vêm discutindo e propondo formas de organizar a juventude e de enfrentar questões centrais que envolvem ser jovem no campo brasileiro hoje. Ao reunir o Grupo de Trabalho, a primeira constatação foi a inexistência de uma articulação nacional na academia e entre a academia e os demais atores envolvidos com o tema. Aprofundar nossa compreensão sobre a juventude rural brasileira aponta para o primeiro desafio de gerar formas de diálogo entre esses diferentes atores. O Seminário Juventude Rural em Perspectiva surgiu como uma iniciativa para enfrentar esse desafio.

As dimensões de nosso país, a diversidade cultural e a heterogeneidade das condições socioeconômicas que, de um lado, nos impelem ao cuidado constante quanto às generalizações, de outro, nos animam pelo desafio de buscar, nas diferentes respostas encontradas pelos grupos sociais, algumas tendências comuns que podem apontar para fenômenos de maior abrangência. Essa possibilidade está aberta, por exemplo, na realização desse evento, que teve como um de seus motes o mapeamento dessa diversidade e a identificação de questões comuns cujas respostas possam ser buscadas em pesquisas aprofundadas em contextos distintos. Elaborar uma agenda de pesquisa nacional sobre a juventude rural brasileira foi um dos objetivos que mobilizou a organização desse Seminário, permeando toda a sua realização.

Na presente publicação nos preocupamos em reproduzir, guardadas a distância entre a linguagem escrita e a falada, a estrutura e o conteúdo do evento. O livro está organizado em duas partes: na primeira, reproduzimos as exposições dos palestrantes que compuseram as três mesas-redondas acompanhadas dos debates com o público; na segunda, incluímos uma seleção dos artigos apresentados e, encerrando a publicação, Valmir Straposolas, em “Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural”, nos apresenta uma síntese das principais questões levantadas durante o evento que apontam para a elaboração de uma agenda de pesquisa.

Finalmente, cabe registrar o agradecimento a todos os participantes que colaboraram com esse esforço reflexivo, ao CPDA, por ter abrigado o evento e colaborado na sua organização, através da dedicação responsável, quase profissional, de um grupo de alunos composto por Andréa Rente, Betty Rocha, Eduardo Leite Rosas, Paula Daniela Munhoz e Socorro Lima. Agradecemos também o apoio da Reitoria da UFRRJ, da Secretaria Nacional de Juventude e, em especial, ao Nead e à Adriana Lopes (coordenadora executiva), por tornarem possível a realização desse projeto.

Elisa Guaraná de Castro
Maria José Carneiro



PRIMEIRA PARTE



Primeira sessão

Juventude rural: questões em debate

Esta sessão apresenta as intervenções na mesa-redonda composta pelas palestrantes Maria Nazareth Baudel Wanderley, Anita Brumer e Maria José Carneiro que transformaram suas apresentações orais em artigos. Em seguida, Helena Abramo, debatedora convidada, inicia os debates.



Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro

Maria de Nazareth Baudel Wanderley¹

O texto que apresento a seguir constitui uma parte dos resultados de uma pesquisa realizada em Pernambuco, com o apoio do CNPq, junto a 615 jovens, de 15 a 24 anos, que vivem nas zonas rurais dos municípios de Glória do Goitá (Zona da Mata Norte), Orobó (Agreste Setentrional) e Ibimirim (Sertão do Moxotó).² No espaço deste artigo, escolhi oferecer uma rápida apresentação do conjunto da pesquisa e uma reflexão mais detalhada sobre os desejos dos jovens entrevistados a respeito de seu futuro, no que se refere, especificamente, ao lugar onde gostariam de viver e à profissão que gostariam de exercer.

O quadro geral da pesquisa

No conjunto do Estado, a população rural, nas faixas de idade selecionadas, correspondia, em 2000, a 391.591 jovens, 23,7% da população rural do Estado, numa proporção de 52,9% do sexo masculino e 47,1% do sexo feminino.

Tomamos como ponto de partida, dois pressupostos: em primeiro lugar, consideramos o meio rural como um espaço físico diferenciado, que é um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional) (Wanderley, 2001). A questão das relações campo-cidade é hoje objeto de debate entre os estudiosos do mundo rural e, naturalmente, não poderá ser tratada, em profundidade, neste trabalho. Duas posições serão aqui adotadas a este respeito. Por motivos práticos, inclusive para construir a própria amostra da pesquisa, foram considerados as definições e os dados oficiais, tais como são dispo-

¹ Professora Aposentada da Unicamp. Professora Colaboradora do PPGS/UFPE. wanvilar@terra.com.br

² “Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro”. A equipe contou com a participação dos seguintes pesquisadores (Professores e alunos do PPGS/UFPE): Maria de Nazareth Baudel Wanderley (Executora), Remo Mutzemberg (Consultor), Marcelo Pereira de Lima, Maria de Assunção Lima de Paulo e Maurício Antunes Tavares (Supervisores da pesquisa de campo) e Telma de Arruda Cruz (Bolsista de Apoio Técnico - CNPq).

níveis nos censos e outras pesquisas do IBGE. Pensamos, no entanto, que estas definições não permitem compreender em profundidade a realidade brasileira, à luz das concepções modernas referentes à diversidade de formas sociais de ocupação do espaço (Veiga, 2002; Abramovay, 2003; Wanderley, 2000, 2001 e 2002).

Como estamos pesquisando em pequenos municípios, admitimos que as pequenas cidades fazem parte do mundo rural: elas são, também, frequentemente, um espaço marcado pela particular vinculação com a natureza e pelas relações sociais de interconhecimento, exercem as funções de organização, gestão e representação do conjunto de sua área de influência, e ainda, constituem um dos elos de integração do mundo rural com o sistema mais geral de cidades. “A este respeito, é importante não minimizar o significado destas pequenas cidades, enquanto expressão de um “ethos urbano”, que precisamente, organiza, administra e integra a sociedade local, rural e urbana (Harris, 1956). Mas, por outro lado, parece evidente que estas cidades, pela sua própria dimensão, impõem limites a uma verdadeira experiência da vida urbana” (Wanderley, 2002).

Em segundo lugar, assumimos que a juventude corresponde a um momento no ciclo da vida, caracterizado como um período de transição entre a infância e a idade adulta. Culturalmente determinada, a demarcação desta etapa da vida é sempre imprecisa, sendo referida ao fim dos estudos, ao início da vida profissional, à saída da casa paterna ou à constituição de uma nova família ou, ainda, simplesmente a uma faixa etária. A pesquisa feita em uma vila rural de Paudalho (PE) por Juliana Smith (2002), por exemplo, revelou como “localmente se definem os jovens”. Em suas palavras, “quando eu pedia para que me apresentassem jovens, orientavam-me na maior parte do tempo para jovens solteiros adolescentes. Uma mulher casada, de 20 anos com três filhos, o que era bastante freqüente em Cajueiro, não é considerada pelos informantes como podendo me interessar. Eu deduzi que estes indivíduos não são mais considerados pela sociedade como fazendo parte da juventude, apesar de sua jovem idade. A distinção entre casado e não-casado está na base das representações sociais da juventude”.

Os jovens rurais correspondem a uma situação particular no conjunto dos jovens brasileiros (Abramo, 2005, p. 42). Como afirma Paul Singer (2005: 28), “os jovens de hoje nasceram em um tempo de crise social. Não por acaso, quase dois quintos são desempregados. Os jovens que têm no meio rural seu lugar de vida, certamente, não escapam da condição descrita por Paul Singer. No entanto, a crise social por eles vivenciada, mais diretamente, tem

dimensões específicas que, sob muitos aspectos, é distinta daquela vivida pelos jovens urbanos, que decorrem, precisamente, de seu pertencimento a um ambiente social específico o meio rural – e, quando é o caso, a uma unidade familiar agrícola, com características também específicas.

Em primeiro lugar, as que decorrem, precisamente, do fato de viverem em zonas rurais. A população rural brasileira se encontra, em sua maioria, nos pequenos municípios, onde, freqüentemente, é mais numerosa do que a população urbana local. Considerando as distinções oficialmente adotadas pelo IBGE, entre meio urbano e meio rural, este apresenta três características fundamentais: o hábitat disperso, a dependência em relação à sede municipal ou outra cidade próxima e a precariedade do acesso a bens e serviços socialmente necessários, inclusive o acesso a ocupações não agrícolas. Esta situação afeta profundamente os jovens rurais, tanto em sua vida cotidiana, quanto no que se refere às suas possibilidades futuras.

Em segundo lugar, nos casos estudados, os jovens pertencem, também majoritariamente, a famílias de pequenos agricultores, cuja área disponível raramente ultrapassa 10 hectares. As famílias são numerosas e desenvolvem estratégias de sobrevivência centradas em três eixos principais:

- a) arranjos familiares, que garantem o acesso, mesmo precário, à terra;
- b) uma grande diversificação da produção (culturas e criações), de forma a combinar o provisionamento alimentar direto e a comercialização;
- c) o engajamento de todos os membros da família em um sistema de atividades centrado no próprio estabelecimento.

Neste contexto, o estudo da juventude rural supõe a compreensão de uma dupla dinâmica social. Por um lado, uma dinâmica espacial que relaciona a casa (a família), a vizinhança (a comunidade local) e a cidade (o mundo urbano-industrial). Mais do que espaços distintos e superpostos, trata-se essencialmente dos espaços de vida que se entrelaçam e que dão conteúdo à experiência dos jovens rurais e à sua inserção na sociedade. Por outro lado, nestes espaços, a vida cotidiana e as perspectivas para o futuro são imbuídas de uma dinâmica temporal: o passado das tradições familiares – que inspira as práticas e as estratégias do presente e do encaminhamento do futuro; o presente da vida cotidiana – centrado na educação, no trabalho e na sociabilidade local e o futuro, que se expressa, especialmente, através das escolhas profissionais, das estratégias matrimoniais e de constituição patrimonial, das práticas de herança e sucessão e das estratégias de migração temporária ou definitiva. As relações sociais se constroem no presente, inspiradas nas tradições familiares e locais – o passado e orientam as alternativas possíveis ao

futuro das gerações jovens e à reprodução do estabelecimento familiar. Estas dinâmicas se interligam e, através delas, emerge um ator social multifacetário que pode ser portador, ao mesmo tempo e paradoxalmente, de um ideal de ruptura e de continuidade do mundo rural.

A vida cotidiana dos jovens é fortemente marcada pelas suas relações com a família e com a comunidade local. A família é entendida como uma comunidade afetiva (no que não difere de qualquer outra família de jovens) e uma comunidade de interesses, que incorpora a particularidade de ser uma unidade de produção, sob a direção do pai.

A estrutura de distribuição da terra é a responsável maior pelo bloqueio à reprodução social dos pequenos agricultores camponeses das áreas estudadas, na medida em que impõe profundas restrições à capacidade produtiva do estabelecimento, inibe as possibilidades de ocupação da força de trabalho dos próprios membros da família e, em consequência, provoca nos jovens a necessidade da migração. Nos três municípios da pesquisa predominam as pequenas unidades de produção, a maioria com até 5 hectares.³ A terra pertence à família, mas, freqüentemente, o titular são os avós, que, por alguma razão, não formalizaram a partilha do bem familiar entre seus filhos. Estes o exploram em comum ou, sobretudo, em pequenos lotes individuais, com suas próprias famílias, com ou sem pagamento de renda.

Para entendermos os “arranjos produtivos” adotados pelas famílias pesquisadas, elaboramos uma relação de 20 culturas e 8 criações, abrindo espaço para a inclusão de outros produtos. Uma análise mais acurada permitiu perceber três elementos nas estratégias produtivas, que constituem a forma de enfrentamento da precariedade e das dificuldades de acesso a mercados mais estáveis e especializados: o leque das atividades realizadas é, em geral, muito amplo, chegando, em alguns casos, a mais de 10 produtos; todas as famílias praticam alguma forma de combinação entre culturas e criações e, finalmente, a associação entre uma lógica de autoconsumo e uma lógica de comercialização.

O compromisso dos jovens com a família é indispensável ao funcionamento e à reprodução da unidade produtiva e se expressa, especialmente, na sua participação no sistema de atividades familiar. Do total dos jovens entrevistados, nos três municípios, 429 jovens (69,8%) declararam participar, sempre ou às vezes, dos trabalhos da família no interior do estabeleci-

³ As Estatísticas Cadastrais do Inca, recentemente atualizadas informam sobre a estrutura dos imóveis rurais por Município. Acessível na página do Inca: www.inca.br Sobre as relações dos agricultores com a terra, ver especialmente MAUREL (1998).

mento. Esta participação envolve os filhos e as filhas, porém, considerando a distinção entre o trabalho na roça e na casa, o que parece prevalecer é uma divisão tradicional do trabalho, segundo a qual, os rapazes são ausentes das atividades domésticas, enquanto a maioria das moças realiza a dupla jornada de cuidar da casa e trabalhar no sítio.

A comunidade local é o espaço do trabalho, dos grupos de amigos mais próximos (relações de interconhecimento) e das formas tradicionais de lazer e de vida cotidiana. Esta vida social é completada pelas relações que têm como lócus o espaço “urbano”, mais próximo ou acessível: o acesso a bens e serviços, particularmente a educação – as escolas estão, em geral, localizadas na sede do município os bens de consumo e outras formas de lazer. Estes processos de integração “rural-urbano”, no caso dos pequenos municípios, não impedem a reprodução da precariedade social: por um lado, as comunidades rurais são, freqüentemente, distantes dos centros “urbanos”, o que cria um isolamento relativo de seus habitantes; por outro lado, as pequenas cidades sofrem igualmente diversos déficits econômicos e sociais.

As escolhas de vida dos jovens rurais pernambucanos

As respostas a respeito dos projetos profissionais dos jovens pesquisados foram agrupadas em algumas categorias: nas áreas de educação e saúde; empresários, administradores e profissões liberais; no setor agrícola; esportistas ou artistas; em serviços autônomos; profissões técnicas; funcionários públicos; comerciantes; religiosos; donas de casa; empregada doméstica. Chama a atenção, inicialmente, a grande porcentagem daqueles que não souberam responder, num total de 184 (29,9% do conjunto). Mais surpreendente ainda é o fato de que esta é a resposta mais freqüente no conjunto dos jovens e, sobretudo, entre os jovens com mais de 18 anos (100-33,8%), entre os adolescentes (84-26,4%) e entre os rapazes (64-29,0%). As jovens moças, como veremos a seguir, têm uma escolha mais definida, mas entre elas também, é significativo o número das que não sabem ainda o que gostariam de ser profissionalmente (120-30,5%).

As escolhas apontam em primeiro lugar, para as profissões ligadas às áreas de educação e saúde, tais como professoras, diretoras de colégio, enfermeiras, agentes de saúde (139-22,6%). Este é fundamentalmente um sonho feminino. De fato, do conjunto das jovens entrevistadas, 123 (31,2%) fazem esta opção profissional para o futuro, contra apenas 16 rapazes (7,2%). Da

mesma forma, os adolescentes são um pouco mais numerosos a desejarem encontrar uma ocupação nestas áreas (74-23,3%), do que os jovens com mais de 18 anos (64-21,6%).

Em segundo lugar, são desejadas as profissões de empresário, administrador ou as chamadas profissões liberais (101-16,4%). Como no caso anterior, os adolescentes são proporcionalmente mais atraídos, num total de 63, o que corresponde a 19,8% desta faixa etária, do que os jovens com mais de 18 anos, que somam 38 (12,8%). As proporções entre os sexos são bastante aproximadas, respectivamente, 15,8% dos rapazes e 16,8% das moças. Com um pequeno peso proporcional, foram registrados, ainda, as seguintes intenções:

a) trabalhar como autônomo em certas atividades (eletricistas, cabeleireiras, motoristas) – projeto declarado por 50 jovens (8,1%), com 18 anos ou mais (31-10,5% da faixa etária) e quase todos do sexo masculino (42-19,0% dos rapazes).

b) ser esportistas – especialmente jogador de futebol – ou artistas e modelos – atores, atrizes, cantores e bailarinas – desejo indicado por 42 jovens (6,8%), dos quais 28 são do sexo masculino (12,7% dos rapazes) e 14 do sexo feminino (3,6% das moças), em proporções semelhantes no que se refere às faixas etárias.

c) trabalhar em atividades ligadas ao setor agrícola, expresso por apenas 28 jovens (4,6%), dos quais 11 rapazes (5,0%) e 17 moças (4,3%). As demais indicações têm um caráter muito pontual.

Algumas condições são necessárias para a realização destes projetos futuros. O mais importante, como já foi analisado anteriormente, é o estudo, indicado por 260 entrevistados (42,3%), seguido pela necessidade de ter recursos e oportunidades (72-11,7%). No entanto, também aqui, a perplexidade parece se confirmar, pois 233 jovens (37,9%) não sabem ou não responderam a esta questão. O grande problema é que são mais numerosos os jovens que não acreditam poder realizar seus projetos em sua comunidade (262-42,6%) do que aqueles que têm a convicção inversa (160-26,0%).

No que se refere à escolha do lugar onde pretendem viver como adultos, nas áreas estudadas em Pernambuco, os jovens se dividem, em proporções diferentes. Do conjunto, 280 (45,5%) expressam o desejo de permanecer na área rural. Cento e setenta e três (28,1%) gostariam de viver numa cidade próxima, dos quais, apenas 64 (10,4%) na sede do município e 109 (17,7%) em outra cidade do interior. Cento e cinquenta e dois (24,7%) têm a intenção de ir para a capital ou outras regiões do país. Sobre os lugares de vida são poucas as hesitações, pois apenas 9 não sabiam responder a esta questão.

Ao associarmos as duas dimensões das intenções dos jovens, acima referidas, isto é, onde pretendem residir no futuro e que profissão pretendem

seguir, é possível delinear quatro situações que revelam os projetos de vida dos jovens estudados e que serão a seguir apresentadas.

a) “Não penso em sair daqui.” Há um primeiro grupo de jovens (171-27,8% do total) que escolhem claramente permanecer no campo e se encaminham para profissões ou ocupações acessíveis localmente. Avaliam positivamente a vida em sua comunidade ou nela já se fixaram, como alguns casados. Esta intenção é eqüitativamente distribuída entre rapazes e moças – respectivamente (27,1% e 28,2%), e nas duas faixas etárias (28,3% e 27,0%). Estão neste grupo 130 solteiros (26,6%) e 41 “casados” (32,3%).⁴

Há, de fato, algumas escolhas profissionais que apontam para a possibilidade de realização local, tanto pelas oportunidades de formação, quanto pela oferta de ocupações. Os casos mais evidentes são os daqueles que gostariam de seguir profissões ligadas às áreas de educação e saúde, tais como professoras, diretoras de colégio, enfermeiras, agentes de saúde (68-24,3%). Mas este é também o desejo daqueles jovens que projetam um caminho profissional como empresários, administradores ou profissionais liberais, 34 (19,9%). Eles justificam suas convicções, por um lado, avaliando que o município oferece condições para tal – “aqui tem o estudo adequado”, “aqui é mais fácil”, “a cidade oferece isso” (42-24,6%); por outro lado, alegando, principalmente, suas qualidades pessoais de perseverança e determinação – “acredita em si mesmo”, “tem força de vontade”, “basta querer” – ou a expectativa dos apoios que podem receber (31-18,1%). Mesmo assim, há 79 (46,2%) que não têm certeza se poderão conseguir realizar seu projeto profissional no local, contra 87 (50,9%) que têm esta esperança.

A escolha da vida na área rural não se restringe, unicamente, a razões profissionais, mas se fundamenta, igualmente, numa avaliação positiva sobre o próprio modo de vida e sobre os atributos da vida no campo, no que se refere, especialmente, aos vínculos pessoais com o lugar (81-47,4%), à qualidade da vida local (62-36,2%) e à qualidade das relações sociais (17-9,9%). Além destas, chama a atenção, as justificativas que consideram que a produção agrícola no meio rural favorece o “sustento” da família, ao contrário da cidade, que exige o acesso a recursos monetários.

b) “Eu acho que lá é melhor.” Ao contrário do primeiro grupo, 120 jovens (19,5% da amostra) não pretendem permanecer vivendo no campo, desejando, ao contrário, transferir-se para a sede do município ou para uma

⁴ Estão entre os “casados”, os jovens que já têm sua própria família, como casados formalmente, vivendo matrimonialmente com um(a) parceiro(a), separados ou viúvos.

outra cidade do interior, orientando-se para profissões que, como no primeiro grupo, podem ser exercidas nos locais escolhidos. Na verdade, a transferência para a sede municipal – nas circunstâncias aqui consideradas, isto é, os jovens que já escolheram a profissão que querem seguir – atrai um número muito reduzido dos jovens dos três municípios estudados (44-36,7%). Mais uma vez, as mulheres são a grande maioria (35-79,5%), os adolescentes (24 -20,0%) e os solteiros (36-30,0 %) são os mais numerosos a admitir esta possibilidade. Quanto a ir viver em outras cidades do interior, este é o desejo de 76 jovens, dos quais, 49 (64,5%) são do sexo feminino e 27 (35,5%), do sexo masculino. Ele é mais presente entre os adolescentes (48-63,2 %) e entre os solteiros (66-86,8%).

É necessário registrar que, de uma certa forma, a escolha por viver na sede municipal ou em outra cidade do interior reitera uma preferência pelo local, próximo e conhecido, porém, segundo esperam, com maiores oportunidades de trabalho e de realização pessoal. De fato, deste conjunto, 49 (40,8%) querem trabalhar nas áreas de educação e saúde; 32 (26,7%) desejam se orientar para os campos empresariais, administrativos e profissões liberais, 11 (9,2%) como autônomos e 8 (6,7%) para as profissões técnicas.

É bem verdade, porém, que esta integração campo-cidade, ao nível local, não pode ofuscar as diferenças que efetivamente existem entre os dois espaços de vida, e que são particularmente sentidas pelos jovens, dos quais, 78 (65,0%) não acreditam que possam realizar seus projetos profissionais na zona rural. Há, nestes casos, uma clara recusa em permanecer no campo. Em consequência, as justificativas para a escolha do futuro lugar de vida se acompanham, fortemente, de uma avaliação negativa das oportunidades às quais os habitantes do campo têm acesso.

c) “A cidade é subdesenvolvida e a comunidade mais ainda.” Há um terceiro grupo de 115 jovens (18,7%) que não hesitam em declarar seu desejo de migrar para outras regiões do país, esperando realizar seus projetos profissionais nestes outros lugares. Não gostam da vida no campo e sua maior motivação é encontrar trabalho, especialmente no Recife, em São Paulo ou no Rio de Janeiro. Dos que fazem esta escolha, 59 são moças (51,3%) e 56, rapazes (48,7%). Quanto à idade, 57 (49,6%) são adolescentes e 58 (50,4%) jovens com mais de 18 anos. Finalmente, este é essencialmente o sonho de solteiros (103-89,6%), pois apenas 12 são “casados” (10,4%). Dentre estes últimos, encontram-se algumas jovens, cujos maridos já migraram.

Algumas escolhas profissionais já indicam a preferência pela migração. Assim, dos que pensam em deixar seu local de origem: 33 (28,7%) querem

tornar-se empresários, administradores ou abraçar profissões liberais; 21 (18,3%) pretendem trabalhar na educação ou na saúde; 18 (15,7%) querem ser esportistas, modelos ou artistas; 16 (13,9%) desejam seguir um ofício (serviços autônomos). Deste conjunto, 87 jovens (75,7 %) não acreditam que possam realizar seu projeto profissional em sua comunidade.

No entanto, não foi possível aprofundar, nesta pesquisa, os dados sobre o movimento efetivo de mobilidade espacial dos jovens. Em reuniões e debates com grupos de jovens, ouvimos freqüentemente deles a informação que são, sobretudo, os rapazes que saem para o Rio de Janeiro ou São Paulo. Muitos retornam para casar com a moça que ficou esperando; outros conseguem se instalar no Sudeste, levando posteriormente as noivas ou esposas. Algumas moças, respondendo ao questionário, afirmaram que pretendem viajar para encontrar os maridos que as precederam na migração.

d) “Uma grande indecisão e perplexidade.” Detectamos, finalmente, em quarto lugar, um grupo dos que estão ainda indecisos quanto à futura profissão. Eles somam 184 jovens (29,9%), assim caracterizados: 120 (65,2%) são do sexo feminino e 64 (34,8 %) do sexo masculino; os adolescentes correspondem a 84 (45,7%), mas chegam a 100 (54,3%) os jovens com mais de 18 anos; 108 (%) são solteiros e apenas 48 (%) são “casados”. Deste conjunto, 100 (54,3%) não hesitam em afirmar que pretendem continuar vivendo na área rural; 47 (25,5%) pensam em mudar-se para a sede do município ou para outra cidade do interior; 31 (16,9%) para uma outra região e apenas 6 (3,3%) também não sabem o que querem quanto ao lugar de vida. Observa-se, portanto, neste caso, um projeto de vida majoritariamente orientado para o meio rural ou os espaços próximos.

Com os dados disponíveis, é possível formular algumas hipóteses que devem ser testadas posteriormente com a ajuda de outros instrumentos de pesquisa. Esta indecisão poderia, efetivamente, expressar uma frustração diante do descompasso entre um sonho profissional – o desejo de ser médico, por exemplo – e as possibilidades reais de sua concretização local, num momento em que os riscos associados à migração se acentuam. Da mesma forma, ela parece revelar a percepção dos jovens a respeito da continuidade da atividade agrícola. Por um lado, tratar-se-ia de uma recusa à profissão de agricultor. Estes jovens foram formados nas lides da agricultura no interior da família. Isto é, eles são de uma família de agricultores, e em grande número pretendem continuar no meio rural, mas, quando interrogados, não apontam esta alternativa e dizem que não sabem o que querem ser. Porém, por outro lado, não seria absurdo interpretar a dificuldade dos jovens como um desejo

de permanência no campo, e talvez, na agricultura, porém em condições distintas das formas atuais do exercício desta profissão. Um indício desta demanda: tivemos a ocasião de participar de uma reunião regional, na qual um representante do MDA iria apresentar o Programa “Minha Primeira Terra”, que contou com a presença de duzentos jovens.

Vale lembrar que as questões colocadas referiam ao que os jovens gostariam de ser no futuro, o que não informa sobre a sua chance de realização. Em outras palavras, o filho de um agricultor que deseje ser médico pode efetivamente se encontrar, na vida adulta, como médico, mas pode acontecer também que ele permaneça como agricultor em seu local de origem ou migre para trabalhar onde encontrar um emprego acessível. Assim, o que parece uma atitude de indecisão poderia significar apenas a aceitação de uma realidade “naturalizada”, que seria a sua permanência no campo, como agricultor. Da mesma forma, a migração frequentemente pode vir a ser, não o caminho para a realização dos sonhos, mas o meio para escapar, de alguma forma, das restrições da vida local, tanto no plano familiar quanto no plano da sociedade local.

Um contexto particular: os jovens rurais, filhos de pequenos agricultores, que vivem em pequenos municípios

As informações coletadas na pesquisa feita em Pernambuco constituem hoje um banco de dados à disposição dos estudiosos da juventude rural. Neste relatório, mais do que propor conclusões definitivas, o que pretendemos é registrar alguns elementos que permitiram caracterizar os jovens rurais, nas situações consideradas, e formular algumas hipóteses que inspirem o desdobramento e o aprofundamento dos estudos empreendidos.

Parece evidente que os jovens rurais são, antes de tudo, jovens, em cujas experiências de vida se entrelaçam o presente – as formas de vida cotidiana – e o futuro – os projetos referentes à vida adulta. A forte identidade referida ao grupo geracional, a busca de espaços especificamente jovens, ao mesmo tempo que a valorização da família e do ambiente social próximo, são traços que, de uma forma ou de outra, marcam a vida cotidiana dos jovens, em todos os contextos em que eles vivem. Do mesmo modo, a importância dos aspectos formativos – a socialização no interior da família, a escolarização e a preparação para uma profissão – reforçam a condição de quem está se preparando para a vida adulta.

Com efeito, quem já teve a oportunidade recente de conviver com jovens rurais sabe o quanto eles são, sob vários aspectos, semelhantes a muitos dos que vivem nas cidades. Eles se vestem modestamente, mas com roupas consideradas dentro do padrão da moda jovem. Gostam de conviver com o grupo de amigos. Como qualquer outro jovem, têm suas preferências quando se trata de artistas, grupos musicais ou equipes esportivas. Assistem às novelas televisivas, participam das campanhas eleitorais e acompanham, pelos noticiários das emissoras de televisão, o que acontece no país e no mundo. Mesmo as carências sociais de que são vítimas são a tradução, no meio rural, das tensões e contradições da sociedade brasileira, em seu conjunto. Tudo isto nos leva a desautorizar qualquer análise que tente isolar a realidade dos jovens rurais, e considerá-los com pertencentes a um mundo à parte, não integrado à sociedade mais ampla em que vivem.

No entanto, se não cabe isolar, não cabe também diluí-los numa pretensa homogeneidade, que desconhece as formas particulares de viver a juventude, quando se é jovem nas áreas rurais brasileiras. Mesmo nestas – e é esta a nossa questão – é muito grande a diversidade. Em conseqüência, o nosso objeto de pesquisa só pode ser entendido, em profundidade, se situado num quadro mais geral, que inclua as múltiplas situações concretas, correspondentes à diversidade das experiências de vida dos jovens rurais.

Hoje, já se pode dizer que são numerosos os estudos e pesquisas sobre os jovens rurais. Todos eles tentam, com abordagens distintas, responder a questões fundamentais, tais como, quem são, onde vivem, como vivem, o que pensam e como projetam seu futuro. Há, portanto, um acervo significativo que pode estimular os estudiosos desta juventude a realizarem um salto de maturidade na direção da construção do que J. Durston denomina uma “tipologia dos contextos”.

O presente estudo pretende oferecer subsídios para a compreensão de uma destas situações. Trata-se, neste caso, dos jovens rurais pertencentes a famílias de pequenos camponeses no Estado de Pernambuco, que vivem em municípios onde, para além da fragilidade da atividade agrícola, as alternativas de emprego fora da agricultura são escassas. Se em outros contextos, a condição de agricultor perde força, pela importância de outros campos de atividades, nas áreas aqui estudadas não é possível desconhecer os vínculos dos jovens com a família que trabalha. Estes laços vão muito além da relação afetiva entre pais, filhos e irmãos, para inscrever-se como um compromisso para com a comunidade de interesses que é a família camponesa. Dispondo de pouca terra e de poucos recursos monetários e dependendo do envolvi-

mento de seus membros no trabalho coletivo, as condições de vida da família se tornam a base material a partir da qual os jovens podem planejar o seu futuro. Base precária e insuficiente para uma grande parcela, que torna sua reprodução como agricultor largamente dependente da própria existência de um patrimônio familiar viável para as gerações futuras.

Se a atividade agrícola, nas condições em que é vivenciada pelas famílias camponesas, nos locais estudados, não atrai, nas jovens gerações, o desejo de continuar a tradição familiar, o encaminhamento para outras profissões encontra, igualmente, limites no restrito dinamismo socioeconômico dos pequenos municípios, onde vivem estes jovens. Os lugares rurais são distantes e nas sedes municipais, as oportunidades de caminhos alternativos são igualmente muito restritas.

As dificuldades percebidas, no entanto, não devem levar o pesquisador a concluir precipitadamente pela ausência ou insignificância da agricultura. Mesmo economicamente precárias e frágeis, trata-se de famílias de agricultores que enfrentam suas dificuldades, assumindo, no plano da atividade econômica, algumas estratégias fundamentais: a tentativa de constituição do patrimônio familiar, através de arranjos familiares; o esforço de assegurar uma grande diversificação da produção, através da combinação entre produtos vegetais e animais e das práticas de autoconsumo e comercialização; o envolvimento de todos os membros da família na realização dos projetos comuns. A estas estratégias produtivas se acrescentam outras, que têm como objetivo superar as conseqüências do relativo isolamento: estender o espaço de vida cotidiana para além dos limites da comunidade local, de forma a aceder aos bens e serviços disponíveis nos centros urbanos próximos; atuar nos espaços de negociação entre as comunidades rurais e os poderes públicos, para assegurar a implantação local de políticas públicas; aprofundar as redes familiares de apoio às experiências de migração, especialmente dos jovens; “investir” na educação da jovem geração, como um caminho para o futuro, qualquer que seja o projeto profissional. A pesquisa confirma que estas são, efetivamente, estratégias dos jovens e de suas famílias.

Apesar de todas as dificuldades e limitações, os dados da pesquisa revelaram que a vida no campo é positivamente valorizada por uma grande parcela de jovens. Os aspectos positivos aventados dizem respeito às raízes pessoais, aos laços familiares e de amizade, à proximidade da natureza e à qualidade da vida no campo. Muitos, como vimos, desejam continuar vivendo no campo. Os aspectos negativos, que justificam a recusa de muitos outros a permanecer no meio rural apontam, sobretudo, para as carências da vida local e, de

modo especial, a falta de alternativas profissionais, que garantam, no local, oportunidades de emprego e renda, na agricultura ou fora dela. A agricultura parece não merecer mais o empenho dos jovens. A terra insuficiente, a penosidade do trabalho e a falta de estímulos para a produção certamente explicam por que tão poucos são os que pretendem continuar agricultores. Porém, as atividades não-agrícolas, fora do estabelecimento familiar, que foram indicadas na pesquisa são, salvo algumas exceções, igualmente muito precárias, incapazes de abrir para os jovens, novos campos profissionais.

Nestas circunstâncias, poder vivenciar “o melhor dos dois mundos” é, sem dúvida, um desejo dos jovens, mas que se inscreve, aqui, sobre um modo utópico e constitui mais uma demanda do que, propriamente, uma realidade concreta. Estas demandas parecem claras e fortes: para uns, poder permanecer no meio rural e encontrar, no espaço local, um campo de realização pessoal e profissional, na própria atividade agrícola ou fora dela; para outros, ter acesso aos meios que permitam a realização de um outro projeto de vida, no local ou fora dele – ser médico, advogado, bailarina, jornalista etc. Para todos, o desejo de vencer o isolamento, integrando, efetivamente, o meio rural à sociedade brasileira, para o que o acesso à educação é a principal demanda.

Os três municípios estudados têm suas particularidades. Elas decorrem, efetivamente, das diferenças observadas no dinamismo social e econômico de suas comunidades rurais e das condições de sua integração aos tecidos sociais mais amplos e abrangentes, no plano regional e nacional. No entanto, vistos em relação a outros contextos brasileiros, eles parecem formar uma situação com uma certa homogeneidade: a que corresponde aos jovens, filhos de pequenos agricultores, que vivem em pequenos municípios, no Estado de Pernambuco.

Várias questões não puderam ser abordadas nesta pesquisa. Algumas, como as que dizem respeito a dimensões mais pessoais, exigiriam, naturalmente, um contato mais direto e uma observação mais continuada, de forma a construir uma relação de confiança mais profunda entre o pesquisador e os sujeitos de seu estudo. Outras foram suscitadas pela própria pesquisa em curso. Em todos os casos, fica a convicção da necessidade da continuidade da investigação e de sua articulação no debate nacional sobre a juventude rural brasileira.



A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade

Anita Brumer¹

Introdução

É grande o número de estudos sobre a juventude, nos últimos 15 anos, em grande parte decorrente da maior presença de jovens reivindicando maior visibilidade e a formulação de políticas públicas geradoras de emprego, renda, educação e lazer. Mesmo existindo dificuldades operacionais para delimitar o início e o fim do período chamado de ‘juventude’, tendo em vista os aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos envolvidos na definição do termo, há algum consenso na consideração de quem é jovem em determinada sociedade. Bourdieu (1983) argumenta que “a fronteira entre a juventude e a velhice é um objeto de disputa em todas as sociedades”. Embora, como indica Durston, “a fase juvenil se caracteriza por uma gradual transição até a assunção plena dos papéis adultos em todas as sociedades, tanto rurais como urbanas” e “a juventude dura desde o término da puberdade até a constituição do casal e de um lar autônomo” (Durston, 1994:14-5), os limites variam em diferentes sociedades e classes sociais. Eles também variam no tempo. Apesar disso, existe algum acordo na consideração da faixa etária de 15 a 24 anos, *grosso modo*, como o período da juventude, e a noção depende tanto da auto-identificação como do reconhecimento de outros.

Nas abordagens recentes sobre a juventude, diversos autores apontam a mudança de valores e comportamentos registrados nas últimas duas décadas. Leccardi (2005), por exemplo, registra a mudança na noção de tempo, que se caracteriza hodiernamente por seu ‘encurtamento’, pela valorização do presente e do futuro próximo em detrimento do futuro distante. Há, por um lado, o ‘prolongamento’ da fase juvenil e, por outro, “a separação entre trajetórias de vida, papéis sociais e vínculos com o universo das instituições capazes de conferir uma forma estável à identidade”. Como mostra a autora,

É possível entrar no mercado de trabalho, sair dele pouco depois e reingressar novamente, sem que se possa identificar nesses ingressos uma progressão em direção à incorporação de papéis adultos; ou, no que se refere aos estudos universitários, interrompê-los, retomá-los e depois concluí-los,

¹ Professora Titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Pesquisadora 1 A do CNPq.

sem que a aquisição de credenciais educacionais represente uma verdadeira “reviravolta” no plano biográfico (Leccardi, 2005:50).

A mudança comportamental tem assento em mudanças estruturais, econômicas, sociais, políticas e culturais, trazidas no bojo do avanço do capitalismo para a fase da globalização, de profundas mudanças no mercado de trabalho e do sistema de comunicações.

Quando se focaliza a juventude rural, apesar de haver estudos sobre diferentes aspectos, dois temas são recorrentes: a tendência emigratória dos jovens, em grande parte justificada por uma visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela propicia; e as características ou problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração. Já há um grande acúmulo de informações sobre algumas questões e outras têm ficado em segundo plano. Pretende-se, neste trabalho, fazer um balanço do conhecimento existente sobre esses temas, procurando apontar aspectos suficientemente esclarecidos e levantar algumas pistas para novas questões. A análise levará em conta uma revisão bibliográfica sobre a realidade brasileira e a de outros países e observações empíricas realizadas no Rio Grande do Sul, em diferentes oportunidades, entre 1998 e 2003.

Migração juvenil e a visão dos jovens sobre a vida no meio rural

Os dados demográficos sobre a população brasileira demonstram a continuidade do processo migratório campo-cidade nas últimas décadas. Entre os motivos apontados para a emigração rural estão, de um lado, os atrativos da vida urbana, principalmente em opções de trabalho remunerado (fatores de atração); e de outro lado, as dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola (fatores de expulsão). Singer (1973) esclareceu que os fatores de expulsão que levam às migrações são de duas ordens: fatores de mudança (em grande parte associada à modernização), decorrentes da introdução de relações capitalistas nas áreas rurais, que acarretam a expropriação dos camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo como objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução no nível de emprego; e fatores de estagnação, “que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários” (Singer, 1973:38). Resumidamente,

“os fatores de mudança fazem parte do próprio processo de industrialização, na medida em que este atinge a agricultura, trazendo mudança de técnica e, em consequência, o aumento da produtividade do trabalho”. “Os fatores de estagnação resultam da incapacidade dos produtores em economia de subsistência de elevarem a produtividade da terra” (Singer, 1973:38).

Apesar do peso dos fatores estruturais, as decisões sobre a migração são tomadas por indivíduos, que variam na avaliação de fatores de atração ou de expulsão. Ademais, na decisão de migrar, provavelmente os fatores de expulsão são anteriores aos de atração, na medida em que os indivíduos fazem um balanço entre a situação vivida e a expectativa sobre a nova situação. Dependendo de como se examina a questão, os estudos sobre a migração de jovens focalizam ora os atrativos no novo ambiente ora os aspectos vistos como negativos no local de origem. Entre os ‘ruralistas’ predominam as análises que apontam antes os fatores de expulsão do que os de atração, como causas da migração.

Como mostra Castro (2005:322), “a imagem de um jovem desinteressado pelo campo e atraído pela cidade não é nova, faz parte da literatura clássica sobre o campesinato”, que, juntamente com estudos mais recentes, tratam a questão como “intrínseca ao processo de reprodução social do campesinato”. Um dos autores que adotam este ponto de vista é Patrick Champagne (1986), para quem a migração pode ser explicada pela rejeição à atividade agrícola. Segundo este autor, “a recusa dos filhos de suceder aos pais é, em primeiro lugar, recusa do modo de vida dos pais”; a crise de reprodução é então uma crise de identidade social (Champagne, 1986:77). Champagne constatou que, ao fazer a sua avaliação do modo de vida rural, os jovens comparam-no com o modo de vida urbano, o que os leva a considerar a agricultura de maneira mais negativa do que positiva. Entre os aspectos negativos, eles destacam a ausência de férias, de fins de semana livres e de horários regulares de trabalho. Eles mencionam ainda a atividade agrícola penosa, dura e difícil, que submete os trabalhadores ao calor e ao frio e a posições de trabalho pouco confortáveis, assim como os rendimentos baixos, irregulares e aleatórios. Como aspecto positivo os jovens salientam a relativa autonomia do agricultor, que não depende de um patrão.

De acordo com Champagne, as representações dos jovens resultam da socialização e refletem a visão de mundo e a concepção da profissão dos pais, bem como sua percepção mais ou menos pessimista das perspectivas futuras. Ao fazer essas considerações, os jovens comparam suas condições de vida e aquelas dos trabalhadores urbanos, levando em conta

principalmente as alternativas de lazer, o tempo livre e o volume de preocupações (Champagne, 1986:84-5).

Pesquisas realizadas no Brasil (como a de Abramovay *et al*, 1998) também revelam a continuidade do processo migratório e a visão relativamente negativa dos jovens sobre a atividade agrícola. Seyferth, por exemplo, interpreta que a busca de empregos remunerados pelos jovens do meio rural, como assalariados, “é sempre “obrigação” ou “exclusão” (...). a exclusão da herança da terra, subdivisão da propriedade (...).” “Os filhos são encaminhados para uma profissão assalariada desde cedo, exatamente porque não existem condições objetivas de fazê-los colonos de tempo integral” (Seyferth, 1991). A autora vai além da explicação de Champagne, com base na representação dos jovens sobre a atividade agrícola, indicando a existência de barreiras concretas à inserção dos jovens na mesma, tais como a falta de acesso à terra (seja pela exclusão na herança da propriedade familiar, pela posse de uma área de tamanho insuficiente para sua reprodução ou pela inviabilidade de uma exploração agrícola familiar² calcada em parceria ou arrendamento) e, como dizem alguns jovens, a falta de incentivos para a agricultura³.

Chama-se a atenção que a rejeição à atividade agrícola não significa necessariamente rejeição à vida no meio rural. Neste sentido, Wanderley (2000) apóia-se em Kayser (1990), que participa do debate sobre a idéia de “fim do rural”, posicionando-se contra ela, ao mostrar que o rural representa um modo particular de utilização do espaço e de vida social. Wanderley vai na mesma direção ao propor que se considere o meio rural como um espaço de vida singular, constituído historicamente a partir de dinâmicas sociais internas e externas, as primeiras representadas pelas formas e a intensidade da vida social local e as segundas expressas pela integração aos espaços sociais mais amplos, principalmente através de complexas relações associadas ao mercado e à vida urbana (Wanderley, 2000).

Em outro trabalho, Wanderley examinou a visão de parceiros de um assentamento situado na Região Metropolitana de Recife, sobre a vida na cidade e no ‘campo’. Apesar de a cidade ser avaliada de forma negativa, devido à

² É preciso distinguir entre a produção baseada na economia familiar (agricultura familiar), na qual são integradas as esferas de produção e de consumo, e a produção com base na economia empresarial, nitidamente capitalista e com uso de mão-de-obra assalariada.

³ Uma jovem de 20 anos, entrevistada na pesquisa realizada pela autora, no interior do Rio Grande do Sul, diz: “Todo mundo está indo embora; ninguém vem, ninguém fica. E a região está abandonada. (...) não tem incentivo nenhum, na agricultura; o pessoal não tem apoio da prefeitura.”

violência, drogas e miséria e à dificuldade de estabelecer relações de confiança, ela também é valorizada positivamente por constituir um centro de serviços e oferecer possibilidades de progresso e educação, como complemento necessário à vida no meio rural. A vida no assentamento é valorizada principalmente pelas relações de amizade e solidariedade e pela maior tranquilidade (Wanderley, 2004:66-7). Há ainda a percepção de que “o meio rural oferece aos seus moradores melhores condições de ganhar a vida, tanto pelo caráter autônomo da atividade agrícola quanto pela possibilidade de assegurar a produção direta dos alimentos como mecanismo de adequação a uma economia mercantil que freqüentemente lhes é desfavorável” (Wanderley, 2004:69).

Outro aspecto apontado pelas pesquisas sobre os jovens rurais é a predominância de moças entre os que saem das áreas rurais, levando à relativa masculinização do campo. Assim como existem diferenças nos processos de socialização e nas oportunidades de inserção na atividade agrícola para rapazes e moças (Freire, 1984; Woortman, 1995; Brumer, 2004; Paulilo, 2004), eles e elas diferenciam-se também nas representações sobre a vida no meio rural, sendo as moças mais críticas e com posições mais negativas do que os rapazes. A posição mais crítica das mulheres decorre da desvalorização das atividades que desempenham na agricultura familiar e pela invisibilidade de seu trabalho (Paulilo, 2004), mas também pelo pouco espaço a elas destinado na atividade agrícola comercial, onde atuam apenas como auxiliares (Brumer, 2004).

Em entrevistas realizadas com jovens filhos de agricultores familiares no sul do Brasil, suas reivindicações abordam dois aspectos: acesso a uma renda própria, cujos recursos eles possam decidir como utilizar; e autonomia em relação aos pais. O primeiro é dificilmente equacionável dentro da economia familiar, cujos recursos geralmente são indivisíveis e ficam sob o controle do pai. Uma alternativa para os jovens é o assalariamento, principalmente no meio urbano, que marca uma ruptura temporária ou definitiva com a atividade agrícola. A solução do segundo requer a mudança nas relações familiares, através da participação maior de todos os trabalhadores familiares no processo de tomada de decisões e de um maior espaço para a atuação dos jovens.

A falta de renda e de autonomia age de maneira diferenciada sobre rapazes e moças, decorrente da socialização a que são submetidos. Como mostra Castro, numa pesquisa num assentamento no Rio de Janeiro, os rapazes envolvem-se nas atividades desenvolvidas pelos pais, seja na construção ou reforma da casa, seja nas tarefas agrícolas; enquanto que as moças se restringem ao apoio às atividades desempenhadas pelas mães, predominantemente no espaço doméstico, que inclui os trabalhos da casa, cozinha, roupa, cuidado

de crianças menores e da horta e animais domésticos. Ao mesmo tempo, a família mantém maior controle sobre as mulheres, “principalmente ‘jovens’, que são ‘proibidas’ ou sofrem muitas restrições quanto à circulação dentro e fora do assentamento” (Castro, 2005:332).

Para os rapazes, como mostra Castro (2005:332), além do trabalho externo ao lote no assentamento, o ingresso nas forças armadas contém a possibilidade de obtenção de renda e autonomia, uma vez que “o alistamento militar obrigatório para os homens representa um processo de conquista de liberdade, mesmo sem sair da casa dos pais”. Para as moças, a frequência a uma escola no meio urbano significa uma primeira etapa da busca de alternativas; a segunda etapa é alcançada com o casamento ou através de um emprego. A conquista de autonomia – ou de liberdade, na expressão dos jovens –, porém, só é obtida com a saída da casa dos pais, pois o controle sobre elas é exercido enquanto estiverem vivendo com eles (Castro, 2005:337).

As observações de Castro sobre o assentamento estudado assemelham-se aos resultados de pesquisas realizadas no Rio Grande do Sul, principalmente no que diz respeito às diferenças entre rapazes e moças no processo de socialização, na participação nas esferas produtiva e doméstica, nas formas de lazer e na liberdade de circulação (Weisheimer, 2004; Siqueira, 2004). Há ainda diferenças entre rapazes e moças na valorização da educação: as moças investem mais na educação do que os rapazes, principalmente com vistas à preparação para um emprego na cidade.

É importante registrar que a frequência a uma escola de ensino médio requer a ida regular dos jovens às sedes dos municípios, onde têm acesso a outro modo de vida e de relações sociais. Esses jovens também são submetidos ao confronto de valores sobre a vida no meio rural e no meio urbano, pois os cidadãos (alunos e professores) transmitem uma visão relativamente negativa dos rurais. (Siqueira, 2004). No entanto, a circulação entre o campo e a cidade possibilita aos jovens a ampliação de seu círculo de relações sociais e uma maior integração cultural.

Como o ingresso na atividade agrícola, como produtor familiar, na maioria dos casos é endógena – isto é, são os próprios agricultores familiares que geram seus sucessores –, a emigração dos jovens e sua visão relativamente negativa da vida no meio rural revela a existência de uma crise de reprodução social, apontada por Bourdieu (1989). Ademais, como o casamento depende da oferta de jovens do próprio meio, sendo raros os casos de jovens cidadinas dispostas a casar com agricultores, e o número de moças migrantes é proporcionalmente maior do que o de rapazes, o risco de celibato pode ser um estímulo adicional à migração dos rapazes (Lopes, 2006).

Dado o avanço dos conhecimentos sobre as tendências migratórias e a visão dos jovens sobre a atividade agrícola, parece importante a inversão da questão, procurando examinar as condições que favorecem sua permanência. Neste sentido, são importantes os estudos que analisam o modo de vida, as relações sociais, as condições estruturais, as oportunidades de lazer e acesso a atividades agrícolas e não-agrícolas, para jovens de ambos os sexos. Dentro desta perspectiva, faltam estudos que particularizem as relações sociais em diferentes regiões do Brasil.

Um desses estudos procurou explicar a presença de um número proporcionalmente maior de jovens numa região do Rio Grande do Sul: os produtores de morango eram relativamente mais jovens quando comparados com os demais agricultores incluídos na pesquisa (Brumer, Rosas, Weisheimer, 2000)⁴ Como proposta de interpretação, procurava-se justificar a maior presença relativa de jovens através de dois aspectos: a divisão de trabalho praticada entre os produtores de morango, na qual os trabalhadores desempenhavam atividades específicas de forma relativamente autônoma, sob a supervisão geral do ‘chefe’ do estabelecimento; e o acesso a uma renda individualizada, uma vez que cada trabalhador tinha direito a uma parte dos recursos obtidos com a comercialização⁵. No entanto, verificou-se que a produção de morango também gerava proporcionalmente maior renda e maior volume de trabalho, devido à combinação de atividades de produção e comercialização direta. Concluiu-se então pela inexistência de um único fator explicativo: havia indícios de associação entre diversificação produtiva (que requer um número relativamente maior de trabalhadores e proporciona uma distribuição mais equitativa do trabalho durante o ano), volume de renda (só se pode dividir o que ultrapassa as necessidades mínimas necessárias à reprodução no ciclo curto) e divisão da renda entre os que trabalham, de um lado, e a absorção de jovens na atividade agrícola, de outro (Brumer, Rosas, Weisheimer, 2000).

⁴ A coleta de dados para esta pesquisa foi realizada em 1998, com apoio do CNPq e da FAPERGS, e teve como eixo a caracterização de produtores familiares envolvidos na produção de frutas no Rio Grande do Sul. Foram entrevistados 201 produtores, em duas regiões do estado: Vale do Caí (produtores de morango e de frutas cítricas) e Litoral Norte (produtores de banana e de abacaxi).

⁵ O ‘chefe’ do estabelecimento e os trabalhadores mantinham uma espécie de relação de parceria: cada lote de 15 mil mudas ficava sob a responsabilidade de um trabalhador, geralmente filho ou filha do responsável, mas também cunhada (num caso em que o marido era inválido), sobrinho ou sobrinha, cabendo a cada um aproximadamente 40% do valor de venda dos produtos.

Para o avanço das pesquisas sobre a migração dos jovens, destaca-se a importância de novos estudos sobre os fatores que atraem os jovens para a atividade agrícola e para a vida no meio rural. Nesses estudos, é necessária uma abordagem de gênero, que dê conta das condições de inserção e dos interesses e motivações de rapazes e moças. É preciso considerar, assim, que os papéis masculinos e femininos, na agricultura familiar, podem ser vinculados ao duplo caráter da propriedade/produção: ao homem é atribuída a esfera da produção – pública, rentável, que possibilita à família manter-se como grupo – e à mulher, a esfera da reprodução – privada, auto-suficiente, garantindo aos membros da família as condições que, em curto prazo, os mantenham como indivíduos. Como afirmam Brumer e Giacobbo, “é preciso reconhecer que, embora as atividades produtivas sejam desenvolvidas em conjunto pelos membros de uma mesma família, em nossa sociedade, essa é uma atividade tipicamente masculina” (Brumer; Giacobbo, 1993). É preciso verificar também em que condições as moças mostram interesse na agricultura, permitindo reverter a tradicional exclusão das mulheres da atividade agrícola.

A relação entre expectativa de sucessão geracional na agricultura familiar e sua concretização

Muitos trabalhos sobre juventude rural abordam a perspectiva de permanência dos jovens no meio rural, entre os quais estão os que se detêm na sucessão geracional dos estabelecimentos agropecuários familiares. De um modo geral, considera-se a sucessão geracional na agricultura familiar de grande importância, não apenas para os membros da família diretamente envolvidos, mas também para a reprodução dessas unidades de produção ao longo do tempo, o tecido social e a aparência das áreas rurais, assim como a estrutura do setor agrícola.

Ao constituírem-se simultaneamente como unidades de produção e de consumo, estas famílias e as gerações que as antecederam tinham como objetivo a reprodução da própria unidade familiar. Os elementos necessários a isso são, além do que se necessita para a reprodução imediata (como alimentos), estratégias que possibilitem a reprodução da condição social de agricultor (reprodução geracional). É nesse sentido que Abramovay entende que uma das funções da família seria a “produção de terra”. Ora, num momento inicial da colonização da região sul do Brasil, com base em imigrantes de origem alemã e italiana, no século XIX, isso não parece ter sido um grande

problema, uma vez que os filhos podiam migrar para novas áreas de ocupação e ali comprar sua propriedade ou ainda era possível dividir entre os herdeiros a propriedade familiar. Entretanto, com as sucessivas divisões da terra, chega-se a um limite de viabilidade que pode comprometer a partilha igualitária da terra, pois a área destinada aos herdeiros não é capaz de garantir a subsistência de todos. Também as terras disponíveis vão se tornando escassas com a progressiva ocupação do espaço e esgotamento da fronteira agrícola. Neste ponto se coloca a necessidade de buscar estratégias familiares alternativas, que permitam a manutenção da propriedade e do estatuto de agricultor e a reprodução dos filhos; é necessário determinar quem será o sucessor e como se dará a transmissão da exploração, tendo em vista a indivisibilidade da propriedade.

Dada a inviabilidade da permanência de todos os filhos na propriedade familiar, a transmissão do patrimônio costuma beneficiar apenas um dos herdeiros; para os demais, o único caminho possível é a saída do meio rural (Seyferth, 1985; 1991). Algumas pesquisas apontaram para o costume de privilegiar, com a herança da terra, o filho mais jovem, geralmente do sexo masculino, o qual, ao assumir a propriedade, responsabilizava-se pelo cuidado dos pais na velhice (Moura, 1978; Tavares dos Santos, 1978; Carneiro, 1993). Os filhos excluídos da herança da terra eram encaminhados para regiões de expansão da fronteira agrícola, para o seminário ou convento; as moças recebiam um dote simbólico que as tornavam aptas a casar com algum agricultor.

Mais recentemente, constata-se a mudança nos padrões sucessórios, devida em parte à significativa redução do número de filhos e em parte a mudanças nas relações familiares que possibilitam aos jovens buscar alternativas individualizadas. A mudança da noção de tempo, apontada por Leccardi (2005), também afeta os jovens rurais e suas expectativas de vida. Em muitos casos, os estabelecimentos ficam sem sucessores; em outros, algum filho, não necessariamente o mais velho ou o mais jovem, assume o estabelecimento após a aposentadoria ou a morte do pai; ou é a filha que se torna a herdeira da terra. Outra questão é a forma como os filhos não herdeiros da terra são compensados pela cedência de sua parte da herança paterna.

Pesquisas realizadas em outros países apontam alguns fatores explicativos da perspectiva de sucessão geracional, tais como a localização do estabelecimento em relação às regiões metropolitanas; a idade do pai, da qual depende a transferência do poder decisório junto com a transferência da propriedade; e o tamanho do estabelecimento.

Numa pesquisa realizada em Israel, com pequenos produtores familiares, organizados em moshavim⁶, Kimhi e Nachlieli (2000) verificaram que os estabelecimentos localizados nas proximidades das regiões metropolitanas tinham maiores chances de encontrar sucessor do que aqueles situados em áreas mais afastadas. É fácil explicar isso pelas maiores oportunidades de trabalho fora do estabelecimento ou de criação de atividades turísticas ou não agrícolas nos estabelecimentos localizados perto de regiões metropolitanas.

Entre os fatores explicativos da perspectiva de sucessão geracional, Patrick Champagne (1986), em pesquisa realizada na França, atribui ao tamanho do estabelecimento a decisão dos jovens permanecerem no meio rural, pois nas propriedades maiores era mais provável haver um jovem sucedendo o pai no estabelecimento do que nas propriedades menores. O tamanho do estabelecimento, nos casos estudados, não deve ser tomado estritamente em termos absolutos, mas em sua capacidade de gerar renda e um determinado padrão de vida. Esta idéia está mais clara na pesquisa coordenada por Ricardo Abramovay (Abramovay *et al.*, 1998), no oeste do estado de Santa Catarina (Brasil), em que se utiliza a classificação dos agricultores com base em outra pesquisa realizada pelos técnicos da Epagri em Santa Catarina (Testa *et al.*, 1996). Naquela pesquisa, os agricultores são categorizados em três tipos:

a) consolidados (agricultores cuja atividade permite não só a reprodução da família, mas também gerar algum nível de investimento e acumulação);

b) em transição (agricultores que vivem da agricultura, mas, por não conseguirem fazer investimentos, encontram-se ameaçados de declínio em sua situação econômica);

c) em exclusão (agricultores com renda insuficiente para viver das atividades realizadas no interior do próprio estabelecimento). Na pesquisa coordenada por Abramovay, entre os agricultores consolidados era mais frequente a sucessão já estar decidida do que entre os agricultores em exclusão ou em transição (Abramovay *et al.*, 1998:57-8).

Outra conclusão dessas pesquisas diz respeito a diferenças entre rapazes e moças, dada a existência de um 'viés masculino' nos processos sucessórios (Abramovay *et al.*, 1998:72-80). Praticamente em todas as pesquisas mais recentes as mulheres aparecem como excluídas da herança da terra; elas

⁶ Moshavim são associações cooperativas, em áreas de propriedade do Estado, com o uso determinado por contratos de 99 anos, renováveis, onde cada 'proprietário' dispõe de uma área individual e parte de uma área cultivada em conjunto. De acordo com regulamentos institucionais, a terra como unidade pode ser transferida para um único filho (Kimhi, Nachlieli, 2000).

somente se tornam candidatas à sucessão na inexistência de um filho varão ou na possibilidade de nenhum filho do sexo masculino mostrar interesse na atividade agrícola.

A maioria dos estudos sobre sucessão na agricultura centra-se nos projetos dos jovens ou nas expectativas dos pais. Será que esta abordagem permite avaliar as condições reais de sucessão?

Enquanto Bourdieu e Passeron (1964) desenvolvem a idéia de que “as pessoas costumam ajustar seus projetos a suas chances objetivas”, Väre, Weiss e Pietola (2006), com base em dados sobre a Finlândia, questionam a validade dos estudos sobre as perspectivas de sucessão dos estabelecimentos, uma vez que existe uma relativa distância entre a formulação de intenção e sua efetiva concretização. Eles citam Foxall (1983), que argumenta que “uma elevada correspondência entre intenção e comportamento pode ser esperada apenas em circunstâncias muito limitadas (e não realistas)” (Foxall, 1983, *apud* Väre, Weiss e Pietola, 2006:3). Os autores utilizam dados obtidos através de um estudo de painel de 348 estabelecimentos, disponíveis para o período de 1996 a 2001. Do total de entrevistados, 58 (17%) pretendiam fazer a sucessão de seus estabelecimentos nos próximos cinco anos e 290 (83%) não pretendiam fazer isso. Entre os que pretendiam fazer a sucessão, apenas 18 (31%) efetivaram seu projeto e entre os que não pretendiam transferir o estabelecimento para um sucessor a maioria (279, ou 96%) cumpriu o plano, embora 11 (0,4%) tenham feito a sucessão sem tê-la planejado. A discrepância entre a intenção e o comportamento efetivo deveu-se principalmente à idade dos produtores, que age em duas direções: “Enquanto que a probabilidade de uma sucessão planejada é superestimada entre produtores mais jovens, observa-se o contrário quando os produtores têm mais de 65 anos” (Väre, Weiss e Pietola, 2006:9).

Outro trabalho que vai numa direção semelhante é o de Handfield, Jean e Parent (2005), que examinaram alguns casos de sucessão geracional frustrada, em estabelecimentos familiares agrícolas, no Québec, Canadá. Como ponto de partida, os autores verificaram que nem mesmo quando há jovens potenciais ou efetivamente sucessores, motivados a suceder os pais nos estabelecimentos familiares, há garantia de sucessão geracional. Focalizaram então alguns casos de famílias que não concretizaram a sucessão geracional de seus estabelecimentos, examinando os discursos de pais cujos filhos não puderam estabelecer-se na propriedade familiar (abandono ante) ou, depois de nela estabelecer-se, desistiram de seu projeto de sucessão geracional (abandono *post*).

Apoiados nos dados obtidos em entrevistas com 39 pais de jovens potencialmente sucessores dos estabelecimentos familiares, os autores questionam a tendência a considerar esses sucessores como um grupo homogêneo, cujas distinções geralmente se fundam basicamente na idade, apego à família ou escolaridade, e mostram que eles se diferenciam em dois aspectos: primeiro, os motivos pelos quais se tornam sucessores; e segundo, suas representações sobre o estabelecimento, que provocam diferentes motivações para assumi-lo.

Entre os motivos apontados pelos pais entrevistados para que o filho se tornasse seu sucessor no estabelecimento familiar, os principais, por ordem de importância, são:

- a) o fato de o jovem ser o único filho do sexo masculino;
- b) o fato de o jovem ser o único filho, o único que ficou em casa, após a saída dos demais irmãos, ou o filho mais jovem;
- c) o jovem aceitou permanecer como sucessor, embora não fosse o filho que os pais esperavam ser seu sucessor;
- d) os pais não tinham preferência por nenhum filho;
- e) era o único filho que mostrou interesse em permanecer na atividade agrícola. Entre os filhos que tinham como projeto permanecer na atividade agrícola (36% do total), 43% desistiram antes de assumir a propriedade e 57% abandonaram-na alguns anos depois de tê-la assumido. Entre os que acabaram sendo sucessores 'por acaso' (28%), 36,4% desistiram antes da sucessão e 63,6% desistiram depois de sua efetivação. Entre os que se tornaram sucessores por não verem alternativas (21%), a metade desistiu antes e a outra metade desistiu depois. E entre os que foram designados à sucessão pelos pais, considerando-a como uma obrigação (15%), a metade desistiu antes e a outra desistiu depois.

De acordo com os autores, "é preciso romper com a idéia de que os sucessores são escolhidos pelos pais, pois às vezes são identificados como tal e às vezes não". É preciso considerar também que "a escolha do sucessor frequentemente é orientada ou determinada por fatores culturais ou situacionais que, de alguma maneira, impõem-se aos pais predecessores" (Handfield, Jean e Parent, 2005:192).

Os motivos principais para a desistência dos jovens potenciais ou efetivamente sucessores, antes da transferência do estabelecimento a eles, de acordo com os pais, foram:

- a) o projeto dos jovens era distinto das condições estabelecidas pelos pais, que em consequência recusaram sua sucessão;
- b) a proposta de transferência do estabelecimento contrariava a expectativa dos jovens. Além desses motivos, foram apontados ainda o alto valor de

investimentos considerados necessários para a transferência ou para garantir a viabilidade do estabelecimento do jovem; e a incerteza dos pais sobre o jovem, quanto à sua vontade, capacidade ou maturidade para assumir a direção do estabelecimento. No caso dos que abandonaram o estabelecimento após tê-lo assumido, de acordo com os pais, os principais motivos foram o desinteresse manifestado ou a falta de responsabilidade dos jovens, em mais de um terço dos casos (36%); a má gestão financeira, implicando a elevação das despesas desacompanhadas do crescimento das rendas, que resultaram no aumento da dívida (27%); a má gestão da produção, provocando a diminuição das receitas (27%); o desequilíbrio entre a partilha das partes da propriedade, receitas agrícolas, trabalho ou poder na tomada de decisões.

Como indicam Handfield, Jean e Parent: Tanto nos casos de abandono ante ou de abandono *post* estabelecimento, sua explicação, conforme expressada pelos pais predecessores, abrangem particularmente os problemas relacionais envolvendo as dificuldades de comunicação familiar e de negociação profissional, as quais repercutem sobre as relações afetivas e os negócios. Entre os motivos do abandono dos estabelecimentos estão também os problemas financeiros, que implicam dificuldades de gestão empresarial e de planejamento financeiro, provocando as possibilidades de negócios e a viabilidade econômica do estabelecimento após a sucessão. É possível que, mais profundamente, estejam os conflitos de valores pessoais, que influenciam as percepções dos atores sobre o outro, sobre sua relação, sobre a situação e sobre as soluções; estes distanciamentos no plano dos valores provocam conseqüências negativas sobre o processo de sucessão familiar (Handfield, Jean e Parent, 2005:197).

É preciso destacar o risco de transporem-se, para a análise da realidade brasileira, conclusões de trabalhos realizados em outros contextos. De fato, as características do processo sucessório na região do Québec são bastante distintas das que ocorrem na agricultura do Rio Grande do Sul. Um dos aspectos diferenciadores é o elevadíssimo investimento dos estabelecimentos familiares canadenses quando comparados a seus congêneres brasileiros. Os produtores incluídos na pesquisa realizada por Handfield, Jean e Parent têm no leite sua principal produção, que é praticada de forma intensiva, envolvendo elevados investimentos em terra, qualidade genética do gado, sistemas de refrigeração, tubulações e engarrafamento, equipamentos pesados (silo, tratores, ensiladeira) e principalmente na aquisição de cotas de produção que lhes dá a garantia de venda de seus produtos no mercado (Stanek, 1993:42). O principal aspecto diferenciador, porém, talvez esteja no *timing* da sucessão, uma vez que no

caso canadense ela geralmente ocorre ainda no período de vida dos pais, com a instalação de um ou dois filhos, enquanto que no Brasil ela usualmente se dá por um processo de herança, após o falecimento do pai predecessor (Brumer, Duque, Lourenço, Wanderley, 1993). Como foi constatado na pesquisa comparativa sobre a agricultura familiar, na qual estavam incluídos os dois países considerados aqui, os pesquisadores brasileiros registraram que:

A maioria dos agricultores brasileiros proprietários tem um sucessor; os que ainda não o designaram têm possibilidade de fazê-lo, no momento oportuno, entre seus herdeiros. O modo predominante de transmissão de heranças consiste no reconhecimento do direito de todos os herdeiros e na realização de uma partilha igualitária de bens. Contudo, no Brasil não existe um mecanismo legal que permita a transferência progressiva da propriedade do pai, enquanto vivo, aos filhos ou que facilite aos filhos assumir a responsabilidade progressiva da gestão da exploração familiar, como se verifica no Canadá e na França. Nessas condições, o princípio de igualdade declarado pelos produtores traduz-se, na prática, por uma série de arranjos que visam contornar os problemas concretos resultantes da dimensão da família e com vistas à reprodução da exploração (Brumer, Duque, Lourenço, Wanderley, 1993:191-2).

É possível esperar que, no Brasil, a baixa expectativa dos jovens de se instalarem como agricultores enquanto o pai estiver vivo dificulte ainda mais do que aos jovens canadenses a relação entre seu projeto de instalação e sua efetiva realização. Caso se deixem envolver pelos interesses familiares, permanecem trabalhando sob a autoridade paterna enquanto este for vivo; se decidirem buscar outra atividade enquanto esperam o momento da sucessão, podem perder o interesse na atividade agrícola. Em entrevistas realizadas com jovens e seus pais que trabalham lado a lado, no interior do Rio Grande do Sul, por exemplo, percebe-se ainda certa tensão entre as gerações: de um lado os pais, que empregam técnicas “que estão dando certo”, e de outro os jovens, com anseios de inovação.

Bourdieu (1989) explica a ocorrência das tensões entre pais e filhos pela individualização do mercado de trabalho urbano e rural, de um lado, e pela subordinação da sociedade camponesa à sociedade industrial, de outro. Esses dois processos limitaram o papel da família como instância entre o indivíduo e a sociedade, nas áreas rurais, dando margem à sedimentação de conflitos e interesses antagônicos. Como mostra o autor:

Há períodos em que a procura do ‘novo’ pela qual os ‘recém-chegados’ (que são também, quase sempre, os mais jovens biologicamente) empurram os ‘já-chegados’ para o passado, para o ultrapassado, para a morte social (“ele

está acabado”) se intensifica e, ao mesmo tempo, as lutas entre as gerações atingem uma maior intensidade: são os momentos em que as trajetórias dos mais jovens e dos mais velhos se chocam, quando os jovens aspiram ‘cedo demais’ à sucessão” (Bourdieu, 1989:120).

Alguns estudos vêm mostrando a mudança nos padrões sucessórios (Mello *et al.*, 2003) e a ocorrência de tensões ou conflitos entre os herdeiros. (Zorzi, 2005) Além disso, os jovens oscilam entre o projeto de construir vidas mais individualizadas (o que se expressa no desejo de “melhorarem o padrão de vida”, de “serem algo na vida”) e o compromisso com a família (Carneiro, 1998).

Mello e os demais pesquisadores envolvidos em duas pesquisas realizadas no oeste de Santa Catarina mostraram que, até o final dos anos 1960, “o padrão reprodutivo das unidades familiares estava fundamentado no minorato. Enquanto o filho mais novo ficava com a propriedade paterna, a reprodução da profissão de agricultor dos demais filhos era viabilizada pela dotação dos meios materiais necessários, pela valorização da profissão de agricultor, pela grande mobilidade espacial e pela existência de um dinâmico mercado de terras” (Mello *et al.*, 2003).

A partir do final dos anos 1970, “começa a haver uma ruptura do padrão anterior, ao mesmo tempo em que não surge um padrão claramente definido e legitimado pelos membros da família” (Mello *et al.*, 2003). Os autores mostram que “as questões relacionadas à sucessão não são objeto de uma preparação prévia e organizada por parte da maioria das famílias, tanto no que diz respeito à definição de quem fica no estabelecimento paterno, quanto à forma de remunerar os irmãos não sucessores” (Mello *et al.*, 2003). De forma semelhante, Zorzi detectou uma crise sucessória, quando em alguns casos os filhos herdeiros não chegavam a um consenso entre transferir os direitos de propriedade ao irmão que trabalhou junto com o pai durante muitos anos, enquanto os irmãos tiveram a oportunidade de estudar e investir em profissões rentáveis; ou dividir a propriedade igualmente entre todos (Zorzi, 2005).

Viera (2004) chama a atenção para o fato de que os projetos dos jovens são vistos por eles mesmos como sem possibilidades de concretização. De acordo com a autora, Heilborn e outros, focalizando as classes populares, afirmam que “o estreito horizonte de oportunidades restringe a possibilidade de planejamentos futuros e de previsões a médio ou longo prazo”. Em decorrência disso, há uma espécie de presentificação da vida e a idéia de projetos cede lugar à de sonhos (Heilborn, 2002:29).

Vieira destaca que a noção de presentificação da vida parece ser adequada para analisar os projetos desses jovens – ou os projetos (in)definidos. Muitos jovens entrevistados pela pesquisadora respondiam à pergunta de como pretendiam estar vivendo dez anos à frente, como não tendo a menor idéia, que tudo dependeria das oportunidades que surgissem. Sua meta, em curto prazo, era concluir os estudos (referindo-se principalmente ao ensino médio); no longo prazo, “daí a gente vê”.

Com base nos estudos que colocam limites à importância dos projetos ou sonhos dos jovens, propõe-se a ênfase na análise de processos concretos de sucessão ou não sucessão dos estabelecimentos familiares. Esses estudos deveriam ser realizados em regiões diversas do Brasil, focalizando diferentes arranjos econômicos e situações familiares.

Sugere-se ainda a necessidade de estudos sobre experiências bem-sucedidas de sucessão enquanto os pais ainda são relativamente jovens. Neste aspecto, parece ser interessante uma abordagem dos efeitos de políticas públicas voltadas ao acesso à terra e à produção para jovens.

Conclusões

Procurou-se fazer, neste texto, uma revisão de dois temas muito frequentes nas análises sobre jovens rurais, no contexto da agricultura familiar. No primeiro, evidenciou-se a amplitude de estudos abordando os motivos dos jovens em sua decisão de sair do meio rural, que enfatizam suas representações negativas sobre a atividade agrícola substanciadas em dificuldades concretas: baixos rendimentos, dificuldade de acesso à terra, dureza do trabalho e das condições de vida e falta de autonomia. No segundo, tratou-se da sucessão geracional dos estabelecimentos, considerando de um lado os padrões existentes e de outro alguns aspectos que explicam sua concretização.

Com base nessa revisão, sugeriram-se alguns eixos de pesquisa. No primeiro, propõe-se que em lugar de procurar responder à questão ‘por que os jovens saem do meio rural’ busque-se responder à questão ‘por que os jovens permanecem no meio rural’. A formulação desta questão implica o conhecimento efetivo de instalação dos jovens, em atividades agrícolas ou não agrícolas, assim como das condições de vida e trabalho no meio rural. Implica também a análise das representações dos jovens com base na realidade. No segundo eixo, questiona-se a validade de estudos sobre as expectativas dos pais sobre a transferência da propriedade de uma geração para outra,

sugerindo-se seu direcionamento para experiências concretas de sucessão e de não sucessão. Trata-se de, neste caso, examinar os aspectos que favorecem a instalação dos jovens como agricultores e os motivos de fracasso na sucessão geracional dos estabelecimentos familiares.

Propõe-se também que os dois eixos de pesquisa sugeridos incluam a perspectiva de gênero, que possam explicar tanto as condições em que rapazes e moças permanecem no meio rural como as que viabilizam o acesso de jovens de ambos os sexos ao controle dos estabelecimentos familiares.



Juventude e novas mentalidades no cenário rural

Maria José Carneiro¹

Levantando questões

Proponho para reflexão o tema pensar a juventude rural no contexto das novas mentalidades presentes no cenário rural em decorrência da crescente mobilidade dos indivíduos, sobretudo dos jovens entre o campo e a cidade. Entendo que a intensificação da comunicação com a cidade, na atual conjuntura, nos coloca como importante desafio entender os valores e novos anseios dos jovens de residência rural² em face não apenas da atração que a cidade e seus bens materiais e imateriais exercem sobre eles como também, na direção oposta, em face da revalorização do meio rural por segmentos da população urbana. Parto da premissa que esse contexto tem provocado mudanças nos projetos juvenis e na maneira como percebem a si próprios e os outros. Nesse sentido, pretendo colaborar para lançar algumas luzes sobre esse universo difuso, heterogêneo e extremamente dinâmico que é o composto por jovens, em particular, os jovens rurais.

Também não é tarefa fácil identificar o que estou chamando de “novas mentalidades no cenário rural”. Como elas são engendradas? Em que consistem? Até que ponto seriam produto das transformações em curso nos cenários rurais ou formadoras desses novos cenários? Quais seriam os principais receptores e os principais sujeitos dessas novas mentalidades? Como identificá-los? Respeitando os limites do presente ensaio e considerando a abrangência do tema, esclareço que não o desenvolverei com a profundidade merecida, mas me limitarei a sugerir reflexões e levantar algumas questões a partir de pesquisas anteriores realizadas por mim e por meus alunos.

O segundo conjunto de indagações, que está diretamente associado ao primeiro, volta-se para a dualidade presente no debate sobre a ruralidade contemporânea. O que temos em mente quando nos referimos a esse novo “cenário rural”? Ao dirigir o foco da atenção para o movimento de aproximação entre

¹ Antropóloga. Professora do CPDA/UFRRJ. Bolsista do CNPq. mjcarneiro@terra.com.br

² Devido a essa mobilidade torna-se cada vez mais difícil falar de “juventude rural”, assim sendo, tomo como inspiração a expressão utilizada por Nazareth Wanderley na sua apresentação na presente mesa-redonda para definir esse universo de indivíduos que transitam entre os espaços urbanos e rurais, mas que mantêm residência em localidades tidas como rurais.

o rural e o urbano levanta-se, necessariamente, a possibilidade de ruptura com essa dualidade formada por categorias auto-referenciadas e recorrentes na classificação e definição de espaços, relações sociais ou modos de vida.

O que essa ruptura nos indicaria? Quais os seus limites e sua operacionalidade? Até que ponto romper com esse paradigma acrescenta novas chaves de compreensão das diferenças entre os modos de vida designados como “rural” e como “urbano”, ou, ao contrário, até que ponto se corre o risco de tornar ainda mais turvos nossos olhares ao eliminarmos tais classificações?

Quando nos referimos à expressão “cenário rural” estamos chamando a atenção para os limites do uso dessas categorias, estando a idéia de “cenário” relacionada a algo que pode ser montado, elaborado e definido por diferentes atores sociais em relação entre si. Esse cenário seria, portanto, formado por relações sociais que variam em função dos contextos e das posições dos sujeitos em relação. Nesses termos, falar em “cenário rural” implica reconhecer essa diversidade que pode incluir tanto indivíduos de origem urbana e de residência rural como indivíduos de origem rural, mas com vivência urbana (seja pelo trabalho, seja pelo lazer). Implica também falar em “novas atividades”, aquelas não comumente reconhecidas como tipicamente rurais, como a agricultura, por exemplo.

O que, então, somos levados a pensar quando falamos em novas atividades e em novas mentalidades no cenário rural? Será que nesse contexto de mudanças recentes a noção de rural associada ao agrícola e a esse conjunto de idéias que o opõem ao urbano, à modernidade, à idéia de dinâmica, de mudança, de “novo” estaria dando conta da realidade atual? Caberia então falarmos de um “novo rural” ou de uma “nova ruralidade”? Estaríamos vivenciando a elaboração de novas culturas espacialmente referenciadas? Ou seria o caso de pensarmos essa dinâmica como parte de um processo de homogeneização entre culturas que acabaria com a distinção entre o que se acostumou definir como próprio a uma e a outra? Será que a industrialização da agricultura, a intensificação da comunicação entre o campo e a cidade, o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação, sobretudo os virtuais, e a ampliação do acesso a esses meios, estariam colocando em xeque a especificidade do rural? Qual o lugar do rural num mundo globalizado, informatizado e televisado? Quais os conceitos e noções que devemos utilizar para compreender e nomear essa nova realidade? E, finalmente, como perceber o lugar da juventude nesse novo contexto?

Desconstruindo fronteiras na sociedade contemporânea

Durante muito tempo o rural foi (e é ainda para muitos, como para o IBGE, por exemplo) definido em oposição ao urbano e associado às idéias de atraso, de escassez ou de falta, o que normalmente evoca uma avaliação negativa e de inferioridade em relação ao seu oposto, o urbano. Vários estudiosos têm se dedicado a esclarecer como a população e o território brasileiro podem ser classificados em função dessas categorias que, apesar das muitas críticas existentes, ainda são as que vigoram. José Eli da Veiga, por exemplo, referenciado em estudos historiográficos sobre o crescimento das cidades na Europa dos séculos XIII e XIV, quando as fronteiras culturais entre campo e cidade já eram questionadas, pergunta sobre o sentido de se manter essa dicotomia nas estatísticas demográficas em pleno século XXI (Veiga, 2004). Seu esforço em mostrar como alguns países ou organizações, como a OCDE, tentam lidar com as limitações inerentes a essas classificações, resulta na demonstração do fracasso de uma solução plenamente satisfatória.

No Brasil, essa tarefa não é menos complicada, inclusive se levarmos em conta a dimensão do país. Mas o autor argumenta a favor de uma reclassificação da população e dos municípios brasileiros, alternativa à que vigora oficialmente e que resultou, segundo o último censo demográfico, no índice de 81% de população urbana em 2000. Os critérios de corte possíveis são variados e complexos, não chegando a uma solução que agrade a todos independentemente do uso que se pretende fazer dela. Segundo Veiga, os indicadores sustentados na pressão antrópica (medida por índices demográficos) sobre o território seriam os mais adequados, o que permitiria, ao menos, distinguir a “áreas de natureza” (*sic*) praticamente inalterada daquelas sujeitas a um maior grau de “artificialização dos ecossistemas” (*sic*), como os grandes centros urbanos.

Sem questionar a operacionalidade desse critério de classificação para distinguir pólos extremos de urbanidade e de não-urbanidade, é importante registrar que ele nos coloca diante de outra dualidade igualmente generalizante – a da natureza x cultura – subjacente à oposição entre urbanidade (identificada ao maior índice de artificialidade) e seu oposto, no caso, a natureza. Seria o rural, então, equivalente ao “natural” ou à ausência de civilização? De maneira nenhuma podemos concordar com esse tipo de inferência, mas sem dúvida esse é o risco se definirmos o rural com base em um critério de ausência de pressão antrópica ou, em outras palavras, como um espaço menos afetado pela artificialização dos ecossistemas (ou seja, pela cultura)

em uma escala que iria do “mais natural ao mais artificializado”. Além das implicações que essa abordagem apresenta no que se refere à compreensão de “natureza” e de “natural”, sobre as quais não iremos discorrer aqui, podemos dizer que tal argumento nos leva para uma nova versão da ideia de *continuum*, antigo recurso da sociologia rural para dar conta da construção de um objeto construído sobre uma ambigüidade que é inerente à própria disciplina como demonstra Martins (1978). Amplamente discutido pela bibliografia especializada esse *continuum* nos levaria a falar de “mais rural”, quanto mais próximo do “natural”, e “mais urbano” quanto “mais artificializado” forem os ecossistemas em questão, mantendo como fundamento a oposição entre natureza e cultura, própria ao pensamento moderno ocidental. A dificuldade de classificar e de compreender permanece justamente no que se refere àquelas situações (municípios, distritos, localidades etc.) que se encontram entre os dois pólos do *continuum*, dificuldade comum a toda classificação sustentada em uma dualidade. O próprio professor José Eli não foge dela quando pergunta: “Qual seria, por exemplo, o limite de densidade demográfica a partir do qual um território deixaria de pertencer à categoria “mais rural” e passaria a alguma outra categoria?” (2004:79) A solução encontrada pelo autor seria combinar dois critérios: a população do município e a densidade demográfica, o que levaria a um resultado bastante distinto dos anunciados pelo censo demográfico: “O Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes” e continua “...essa tipologia permite entender que só existem verdadeiras cidades nos 455 municípios do Brasil urbano. As sedes dos 4.485 municípios do Brasil rural são vilarejos e as sedes dos 567 municípios intermédios são vilas, das quais apenas uma parte se transformará em novas cidades” (2004:80).

Não resta dúvida sobre a importância desse debate e sobre as dificuldades operacionais inerentes, quando o objetivo é traçar grandes conjuntos classificatórios visando a uma instrumentalidade para o mapeamento da dinâmica populacional brasileira que orienta políticas e projetos intervencionistas. Nesse sentido, não se pode desconsiderar a valiosa contribuição de Veiga, entre outros autores, na tentativa de responder às dificuldades criadas pela classificação oficial. No entanto, ao descermos ao nível dos estudos particularizados, cujo objetivo é entender os modos de vida e as dinâmicas locais, tais categorias abrangentes tornam-se mais problemáticas e inoperantes, correndo o risco de tornar a realidade mais opaca ou excessivamente simplificada. Lidar com o desafio de apreender as particularidades sem perder de vista os processos mais amplos não é tarefa simples. Nazareth Wanderley, que

mais tem contribuído para esse tema, lida com a ambigüidade resultante da combinação desses dois níveis de análise quando aceita o desafio de trabalhar com um universo – as pequenas cidades – que é formalmente definido como urbano, se acionarmos os critérios oficiais de classificação vigente, mas que guarda também algo que o distingue de uma verdadeira “experiência urbana”, como chama a atenção, muito apropriadamente, a autora.³ Esses pequenos municípios estariam, portanto, na interseção de dois códigos de relações sociais. Se de um lado, mantém uma sociabilidade diferenciada – marcada pelas relações sociais de interconhecimento – e uma “particular vinculação com a natureza”, o que os aproximariam de uma realidade “rural”, por outro lado, exercem também as funções de mediação na “integração do mundo rural com sistema mais geral de cidades”, marcando de maneira específica um modo de vida e de inserção na sociedade nacional que não são os mesmos dos encontrados nas grandes cidades e nem nas pequenas localidades rurais.

Certamente, se observarmos esses espaços da perspectiva relacional, eles poderão ser reconhecidos como “cidades” para os moradores das áreas rurais sob sua influência, como poderão, também, ser classificados como “rurais” ou “interior” do ponto de vista de um habitante de uma cidade maior. Estar atento para essa perspectiva relacional pode ser útil para identificarmos os princípios que organizam os diferentes modos de vida colocados em convivência – seja pela mobilidade física dos indivíduos, promovida pela facilidade de acesso aos mais variados meios de transporte⁴ –, seja pela mobilidade virtual possibilitada pela mídia e, em algumas regiões, pela rede de comunicação via internet. Essa situação de estreitamento das distâncias, do estar ao mesmo tempo no “lugar”, na localidade, ou na sede do distrito, e estar sofrendo os efeitos das dinâmicas “de fora”, de escala nacional ou global, certamente afeta não apenas a percepção sobre o mundo, mas também afeta a maneira como as populações rurais, de pequenos agricultores por exemplo, pensam e organizam suas próprias vidas. As reflexões de um pequeno agricultor ao comentar as mudanças por que passa o “mundo” hoje, são ilustrativas e bastante sugestivas do que estamos querendo argumentar, dispensando mesmo melhores elocuições:

“A gente não vê aonde que vai o nosso mundo. A pessoa já não olha..., hoje em dia a pessoa não olha para a comunidade, porque

³ Ver o artigo da autora nesse volume.

⁴ Com destaque para as motos, bem de consumo mais almejado pelos rapazes do meio rural.

hoje em dia nós estamos aqui no campo (mas) nós estamos vendo problemas que estão passando lá na terra dele... Problemas que tá lá na França⁵ tá ligado junto com nós aqui. Vamos supor, se hoje deu um atentado lá na França, 5 minutos ou 10 depois nós já sab(er)ia no Brasil. Então (...). já afeta nós ligeiramente. Vamos supor o atentado que deu nos Estados Unidos, do dia 11 de setembro, meia hora depois nós já sabia(mos) no Brasil, quer dizer, já está perturbando nós aí... o mundo tem que ser bem organizado, nós (...). tinha que tá mais (organizado). Eu acho que o globo tinha que tá mais unido... Quantos daqueles árabes, aqueles homens lá brigando lá. Vamos supor, um povo contra um povo e o mesmo povo, não é? Isso prejudica nós aí... É igual, eu vou dizer pra agricultura, que nem vocês (que) tão fazendo a pesquisa com nós do campo. E o homem da cidade? Tinha que ter muita harmonia um com o outro e não tá tendo, porque o povo da cidade, eles acham que ... Vamos supor, aqui nós temos muito turista de fora (...). Sabe, daquele morro pra lá é quase tudo gente do Rio de Janeiro, então, eles acham que nós não temos direito de cortar (a capoeira) porque nós.... Chegam aí: 'ah! vamos preservar!' Mas o pessoal do Rio.. eles têm apartamento lá, tudo alugado, eles chegam aqui e ficam tranqüilos. E nós aí do campo, nós não temos lucro..." (Entrevista concedida à autora por um agricultor familiar em um distrito rural de Nova Friburgo, R.J., em novembro de 2001.)

Essa reflexão, que poderíamos considerar como expressão de “sociologia nativa”, economiza nossas palavras para as duas questões que estamos trazendo à tona no presente artigo. Uma delas, que desenvolvemos rapidamente acima, se refere às dificuldades inerentes ao uso das categorias “rural” e “urbano” no contexto atual. Uma expressão dessa dificuldade, como nos sugere a fala de nosso interlocutor, está no fato de que o “rural” hoje (aqui identificado pelas categorias “comunidade” ou “campo”), não pode mais ser compreendido se não levamos em conta a dimensão global e os agentes “de

⁵ A referência à França foi motivada, certamente, pela presença de um colega francês que nos acompanhava durante a visita ao campo.

fora”. Ambos estão presentes, uns em carne e osso, como os turistas, outros virtualmente, como as guerras e os atentados, interferindo na maneira como as pessoas da “comunidade” organizam suas relações com os “de fora”, seus projetos de futuro e elaboram suas visões de mundo. A submissão às ingerências “externas” parece suplantar, pelo menos nesse segmento específico estudado por nós, os constrangimentos estruturais da reprodução social do campesinato parcelar. A relação quase que cotidiana com o mundo globalizado e a própria realização, na consciência, da proximidade de mundos até então desconhecidos ou relegados a uma distância incalculável, amplia as fronteiras do mundo da “comunidade”, das relações restritas aos mais próximos, aos “mais iguais”, para espaços até então não visitados ou não incluídos na rede de relações sociais do interior do limite da “comunidade”. Como observa nosso interlocutor, “hoje em dia a pessoa não olha (apenas?) para a comunidade”. Nesses termos, podemos até aceitar que as relações de interconhecimento ainda prevalecem no meio rural, como, aliás, acontece também em alguns bairros de algumas cidades, mas será que podemos dizer que elas qualificam e distinguem o modo de vida rural?

O segundo aspecto que a fala do entrevistado nos sugere é o que nomeamos como “nova mentalidade”. O olhar voltado para “fora” seja para entender e se defender dos turistas quando se vê ameaçado por suas denúncias de “agressão ambiental” ou seja para os fenômenos mundiais através da TV, traz para dentro da “comunidade” ou da casa desse agricultor um outro código de relações sociais, outros valores, que certamente não coincidem com aqueles reconhecidos como seus ou como “da comunidade” até recentemente. Esse exemplo é rico na ilustração desse processo de mudanças intensas e rápidas de valores, de projetos e de códigos de relações sociais. Estaríamos presenciando o aparecimento de novas visões de mundo que informam não apenas as relações entre os “da comunidade” e os “de fora”, mas também as novas formas de consumo, de pensar a produção agrícola e de projetar o futuro. Qual seria, então, o lugar do jovem nessa nova dinâmica e como ele se posiciona em face dessa nova mentalidade?

Reconhecendo o jovem na nova mentalidade rural

Alguns estudos sugerem que essas mudanças são observadas sobretudo na esfera do trabalho (Del Grossi e Graziano da Silva, 1998). Novas atividades, não necessariamente relacionadas ao setor produtivo agrícola como,

por exemplo, as de serviço associadas à exploração do turismo, incorporariam novas relações de trabalho, trazendo com elas novas práticas como, por exemplo, a remuneração mensal, o direito a férias e finais de semanas remunerados, seriam alguns dos estimuladores de novos valores que afetariam, sobretudo, os projetos dos jovens rurais no que diz respeito ao trabalho – afastando-os, por exemplo, do trabalho agrícola – e ao consumo e ao lazer. Novas demandas, semelhantes às dos jovens urbanos, mobilizam os jovens de residência rural a buscarem atividades mais bem remuneradas e menos fatigantes que a agricultura. A compra de motos⁶, que permite ampliar o espaço de sociabilidade para além dos limites de suas próprias localidades de origem, a aquisição de roupas e complementos, de aparelhos de som e outros bens materiais, os tornam mais atraentes e podem facilitar o namoro e casamentos futuros.

Permanecer ou voltar para o campo não significa necessariamente uma derrota ou um fracasso para o jovem, mas pode ser resultado de uma escolha motivada pelo desejo de manter um padrão de vida possibilitado pelo fato de morar com a família, junto de amigos e parentes, compartilhando os mesmos códigos e valores, mas também ter acesso a determinados bens materiais e simbólicos que, até recentemente, só eram disponíveis nas cidades.

É certo que essa combinação do “melhor dos dois mundos” não depende exclusivamente da vontade do jovem, ao contrário, depende, primordialmente, das condições materiais (acesso a bens e serviços) do lugar onde mora, como também da possibilidade de realizar uma renda própria, ter um emprego que, de preferência, possibilite também a realização de um projeto profissional.

É bom lembrar que essa situação é vivida de maneiras diferentes por rapazes e moças. Nem sempre as condições ideais para uns são as mesmas para os outros, como foi observado por Silvestro *et al.* (2001) no oeste de Santa Catarina, onde as moças tendem a migrar para a cidade em proporções superiores aos rapazes. Uma das explicações para esse fato pode ser encontrada na ausência de um espaço de realização profissional para a mulher nas áreas rurais agrícolas. Em geral, a mulher não é reconhecida como trabalhadora agrícola ou não deseja para si esse papel, fato que ao mesmo tempo é resultado de uma discriminação mas que acaba por impulsionar as jovens a níveis mais elevados de educação e à migração para o meio urbano, o que pode provocar um fenômeno ainda pouco observado (talvez porque pouco estudado) no Brasil que é o da masculinização e envelhecimento da população

⁶ Ver o artigo de Menezes e Silva nesse volume.

das localidades estudadas. Ameaçados pelo celibato, a tendência dos rapazes é abandonar a agricultura e migrar para a cidade, sempre que as condições sociais e materiais das famílias permitem.

Nesse contexto, permanecer no campo exige-se pensar em alternativas não-agrícolas tanto para moças quanto para rapazes ou, ao menos, em um modo de fazer agricultura diferente da realizada por seus pais. Observa-se, aí, uma mudança do valor atribuído à agricultura, compartilhado, em muitos casos, pelos próprios pais que querem poupar os filhos das dificuldades e sofrimentos por que passaram. Em decorrência dessa situação a reprodução social das unidades familiares agrícolas encontra-se ameaçada. A crise de sucessão, expressa pela recusa dos filhos em assumir o lugar dos pais na chefia do estabelecimento agrícola, provoca efeitos também nos valores internos à família com repercussão sobre a hierarquia interna e na ampliação do campo de possibilidades de realização dos projetos dos jovens. A abertura de um espaço de negociação intergeracional é o principal resultado que essa situação pode levar, sem no entanto excluir tensões e conflitos.

Reconhecendo o cuidado necessário com as generalizações de situações de pesquisas, sempre limitadas, gostaria de destacar algumas tendências observadas em pesquisas realizadas por mim e por meus alunos. Uma delas refere-se ao esvaziamento do espaço agrícola como local de moradia. As famílias têm optado, de acordo com suas possibilidades, por residirem mais próximas dos centros das localidades. Mesmo aquelas que se mantêm na atividade agrícola preferem morar nos aglomerados, seja para facilitar o acesso à escola e ao lazer para seus filhos, seja para aumentar a qualidade de vida através do acesso à eletricidade, telefonia, lugares de encontro (sobretudo para os jovens) e, principalmente, acesso ao trabalho não-agrícola que assume cada vez mais um papel destacado na renda familiar.⁷ Para os jovens, morar na “rua” pode ser condição de permanência na localidade rural e, é claro, que a permanência será mais provável quanto mais amplos forem os serviços disponíveis no “lugar”.

No entanto, nem sempre, ou mesmo raramente, o sonho de combinar “o melhor dos dois mundos” é possível de ser concretizado na localidade de origem. Migrar para uma cidade pequena ou partir para deslocamentos frequentes do campo para a cidade pode ser a alternativa disponível como nos foi apresentado por alguns dos trabalhos publicados neste volume.⁸

⁷ Ver o artigo de Nazareth Wanderley neste volume.

⁸ Remeto aos trabalhos de Pereira, Rosas; Malagodi e Marques; Wanderley neste volume.

Como muito bem observou Eduardo Rosas na sua pesquisa sobre as condições de vida e os projetos dos rapazes vendedores de abacaxi nas ruas do Rio de Janeiro, esses jovens, assim como outros, se submetem a um deslocamento freqüente para grandes cidades como Belo Horizonte e São Paulo com a mesma finalidade. Passam grande parte de seu tempo nessas cidades, voltando para “casa” apenas quando terminam de vender seus frutos, aí permanecendo por um curto período de tempo, o suficiente para abastecer novamente o caminhão com novos frutos.⁹ No entanto, o instigante é que eles não desenvolvem uma sociabilidade nessas cidades. Entendem que estão “de passagem” e assim se submetem a situações de grande precariedade, às vezes dormindo dentro das carrocerias dos caminhões ou até mesmo debaixo delas. Passam suas estadias no Rio de Janeiro, assim como os caminhões que os trazem, “estacionados” nas ruas das cidades com seus carrinhos de mãos cheios de frutos ou no posto de gasolina onde pernoitam. No entanto, o que é instigante é que não existe nenhuma intenção da parte deles em se estabelecerem em melhores condições enquanto estão a trabalho. A precariedade e a mobilidade excessiva parece ser até mesmo desejada por esses jovens que não expressam nenhuma atração pela cidade grande e não formulam nenhum projeto de instalação mais duradoura na capital. Seus projetos, suas vidas são referenciados à localidade de origem. É lá que eles, a maioria filhos de agricultores, se divertem, namoram e fazem planos para casar e estabelecer uma vida adulta mesmo que esta seja vislumbrada como continuação da situação presente dada a ausência de alternativa. Assim, durante a permanência na capital, suas vidas são colocadas entre “parênteses” enquanto contam os dias (e os frutos) para voltar às suas casas e ao convívio com os familiares e amigos. Suas relações com a cidade é de quase espectador, passam o dia observando a cidade acontecer na sua frente, mas sem interagir com os transeuntes que, por sua vez, reagem de forma condizente, percebendo a presença desses jovens apenas quando querem comprar o fruto ou quando atrapalham a passagem em certas esquinas mais estreitas. Combinando mobilidade e invisibilidade, esses jovens do campo não se desvinculam de suas referências originárias, ao contrário, a saída para a cidade é condição para ficarem no campo. No entanto, isso não quer dizer que essa estadia na cidade grande não lhes afeta. Ainda que a mobilidade seja condição para a realização de um projeto de vida na “roça”, da cidade eles se informam sobre modas e costumes de maneira a incorporar novos hábitos e códigos que lhes serão úteis como elementos de distinção no retorno ao campo.

⁹ Para um estudo detalhado desse processo de trabalho, ver Rosas, 2006.

Sabemos que essa situação não é tão original quanto possa parecer a alguns estudiosos adeptos da teoria da modernização centrada na crença do caminho inexorável da urbanização. Etnografias de situações de colonização da década de 1970, já apontavam para algo semelhante, como nos chama a atenção Sahlins (1997). Com base nas observações de Richard e Mary Salisbury sobre a adaptação dos Siane da Nova Guiné à cidade – “...na cidade, suas estratégias de escolha entre comportamentos alternativos continuam a ter como meta o máximo de sucesso possível no contexto rural, e são condicionadas pelas opções disponíveis nas aldeias” (1972:59 *apud* Sahlins, 1997:117) – Sahlins conclui que a experiência na cidade é também uma experiência de valorização da vida da aldeia para onde as pessoas querem voltar “levando consigo as vantagens da cidade”. Ao discorrer sobre as sociedades “transculturais”, produto do colonialismo e da expansão da sociedade industrial, Sahlins enfatiza que a adaptação à cidade não significa uma opção por esse modo de vida nem o desaparecimento da vida nas aldeias rurais. A referência sempre presente à terra natal como fonte de valores e de identidades herdadas conforma as ações e atitudes de quem vive “fora”, “em contextos urbanos e/ou estrangeiros”.

No contexto brasileiro atual, a observação sobre a mobilidade dos jovens nos leva também a uma outra constatação. A valorização da aldeia não implica a negação aos bens imateriais e materiais urbanos. A frequência escolar e a dedicação ao estudo, por exemplo, não podem ser encarados apenas como um recurso para a migração através da busca de qualificação para concorrer a um emprego na cidade. Mesmo não relacionando seu futuro à agricultura, muitos jovens preferem continuar morando na localidade rural, mas sem abrir mão do acesso à educação e a novos campos de conhecimento como a informática, por exemplo, que permitira abrir as janelas do mundo rural para um universo desconhecido e ilimitado. Concordo com Regina Novaes¹⁰ quando ela se refere à dimensão da exclusão virtual no Brasil, o que atinge particularmente os espaços rurais. Mas é verdade também, e reforço sua observação, que o acesso à informática é uma demanda dos jovens rurais. Diminuir a distância em relação aos jovens da cidade no que diz respeito à educação, à informação e ao lazer é uma reivindicação comumente encontrada no meio rural. A cidade não é mais o único caminho para se ter acesso a esses bens, o que, a meu ver, constitui uma das mudanças mais relevantes que identificamos no mundo rural. A cidade não exerce mais o mesmo fascínio sobre os jovens rurais de algum tempo atrás. Os motivos para isso são vários e complexos.

¹⁰ Ver, adiante, a intervenção de Regina Novaes.

A valorização da localidade de origem em oposição à cidade grande tem como principal parâmetro a violência que vem assustadoramente tomando conta do cenário das grandes cidades brasileiras. Assim, o que antes era considerado negativo – “lugar parado”, “onde nada ocorre” – atualmente tornou-se sinônimo de “tranqüilidade”, “segurança” e “boa qualidade de vida”. Essa avaliação é resultado seja da vivência própria nos períodos de estadias na cidade em busca de trabalho ou estudo, seja do contato com jovens e adultos da cidade que procuram o campo como espaço onde podem encontrar essa “tranqüilidade perdida” ou um padrão de qualidade de vida associado idilicamente ao contato com a natureza. Outro fator normalmente encontrado como motivo de desejar a permanência onde “nasceu e foi criado” mesmo quando essa permanência não é possível, como é o caso dos cortadores de cana que migram sazonalmente do nordeste para as fazendas do sul, encontrando aí situações de trabalho terrivelmente extenuantes e degradantes, é o convívio familiar e os laços de amizade. Enfim, é a condição de humanidade, de ser uma pessoa com nome (filho de alguém) e endereço e ser respeitado dentro desse universo de “iguais”. Além disso, conta também a competição cada vez mais acirrada por um posto de trabalho e a dificuldade de se estabelecer na cidade em condições melhores que no lugar de origem com os salários recebidos por esses jovens de origem rural, a maioria no mercado informal e com remuneração abaixo de um salário mínimo.¹¹

Importante reconhecer que os jovens são atores dessa reconstrução cultural demandando espaços de representação de lazer, de trabalho para poderem exercer sua cidadania sem serem expropriados de seus valores, de seus bens, de suas redes de sociabilidade. É a partir de uma releitura dos valores urbanos trazidos pelos “de fora” ou obtidos “fora”, mas realizados na localidade de origem, que novos papéis sociais, novas identidades e novos projetos são definidos. Como já observei em outra ocasião, é necessário que se investigue como se organiza e se estrutura essa nova síntese que aproxima valores urbanos e rurais, tomando-se o cuidado de levar em conta a heterogeneidade dos valores que mobilizam a chamada “juventude rural” (Carneiro, 1999:114). Complementaria que é necessário também dimensionar esse fenômeno, pois sabemos que está longe de ser generalizado. Precisamos saber que situações favorecem o surgimento dessa “nova mentalidade” e quais as condições de sua concretização ou, o contrário, de sua frustração.

¹¹ Sobre esse tema, ver Carneiro, 2005.

Nesse sentido, alerta para a necessidade de se reconhecer graus diferenciados nessa idealização. O desejo de romper com o modo de vida rural, por exemplo, vem se mostrando muito mais arraigado nos jovens que são filhos de não-proprietários, como os parceiros, por exemplo, do que entre filhos de pequenos proprietários. A fragilidade econômica dessa categoria de agricultor familiar – os sem-terra – tem empurrado seus filhos para fora do meio rural há muito tempo. As dificuldades de se manter na atividade agrícola, em algumas regiões, sobretudo aquelas que apresentam alternativas mais atraentes tanto em termos monetários como em termos de trabalho (menos árduo que o trabalho da lavoura) se reflete na inibição de formulação de projetos de permanência no campo.

Termino essa reflexão com a citação de um jovem, filho de agricultor, funcionário da escola estadual de um distrito rural do estado do Rio de Janeiro¹².

“Qualidade de vida é... a gente morar aqui, onde a gente mora, com todo esse verde, com toda essa paz e ter acesso às mesmas coisas que têm quem mora numa grande cidade. Pra mim isso é fundamental, eu adoro morar aqui... já fui morar em São Paulo, fiquei oito meses, voltei, porque eu não me vejo morando numa grande cidade. Mas, eu quero ter acesso a internet, eu quero ter acesso às comidas gostosas – a gente que tá falando de comida –, eu quero ter acesso a tudo isso, mas morando aqui, isso pra mim é qualidade de vida. Agora o jovem ele precisa de diversão, eu estou satisfeito com sair sábado à noite aqui, mas tem jovem que num gosta, tá doído pra sair daqui. Tem muitos amigos que falam: gente eu tô louco pra sair daqui. Eu, no ensino médio, eu sempre falava, eu vou sair dessa escola, não quero voltar nunca mais, eu quero ir embora, eu quero ir pro Rio. Porque tem amigos, não, pessoas daqui, que foram pro Rio moram lá até hoje. Outro foi pra Alemanha, mora lá, então quer dizer... eles não querem voltar, se deram muito bem. E... eu já não, eu sairia pra morar numa grande cidade se fosse por questões econômicas, se eu fosse ganhar muito dinheiro... fosse construir uma... uma... vida profissional. Aí (es)taria me sujeitando a ir. Mas todo mundo que

¹² Trecho de entrevista realizada por Bruno Meschesi Silva, então bolsista de IC/CNPq, e Janaína Tude Sevá, cientista social, em dezembro de 2005.

vai quer voltar um dia, meu amigos falam isso: 'um dia eu quero voltar comprar minha casinha aqui, fazer uma pousadinha que seja, quero voltar a morar aqui.' Acaba não voltando. Difícil porque fica trabalhando lá, têm seu emprego, seu trabalho, sua vida lá, constrói lá e depois não volta, essa é a verdade”.

Debate

Helena Abramo – Gostaria de iniciar agradecendo pelo convite para participar deste seminário. As pesquisas sobre juventude rural e o debate desenvolvido e acumulado nessa área contribuem, porque trazem métodos de análise, perspectivas e questões que podem ajudar a qualificar o debate já realizado sobre juventude em outros âmbitos, como na academia e no mundo político. Por exemplo, Maria Nazareth chamou a atenção para o fato de as pesquisas sobre juventude rural sempre localizarem o jovem em sua situação concreta, na estrutura em que ele está inserido, não só na família, mas também no modo de produção e no contexto cultural. Isso nem sempre está presente em outras pesquisas sobre juventude. Acredito que seja fundamental introduzirmos com mais vigor essa dimensão no debate: como a situação dos jovens se relaciona com a situação geral, com a situação do ambiente ou com a estrutura na qual ele está envolvido.

Nesse sentido, destaco o primeiro ponto. As três apresentações ressaltaram que as transformações recentes, dos últimos 20 ou 30 anos, fazem com que essa geração de jovens no campo esteja vivendo uma experiência singular, diferente de outras gerações. As questões que os jovens vivem nessa primeira década do século XXI, ou desde a última década do século passado, são diferentes daquelas vividas pelas gerações imediatamente anteriores. Por exemplo, os problemas e desafios encontrados no mundo do trabalho compõem um leque de questões a serem enfrentadas por esses jovens que outras gerações não enfrentaram. Reconhecer essa singularidade histórica implica, para a análise, e também para as posturas a assumir na política, a compreensão do que esses jovens vivem, o que querem e como podem estruturar seus projetos de vida.

Outro ponto muito importante diz respeito à condição juvenil: muitos de nós, envolvidos com o tema, temos procurado pontuar o que há de comum entre todos os jovens e o que há de singular nas diferentes situações, o que pode ser chamado de condição juvenil e o que compõe situações diferentes e desiguais na juventude. Acredito que as questões trazidas pelas pesquisas sobre juventude rural podem nos ajudar a aprofundar essa discussão, ao mesmo tempo que nos permitem definir melhor as posturas no campo político. Nas três análises aparece a noção da juventude ser o momento em que se define o projeto de vida, buscando construir o modo de viver a vida adulta. Esse parece ser um processo característico da condição juvenil, comum aos jovens em diferentes situações. Contudo, quais são os elementos, os recursos

existentes para a definição do projeto de vida, qual a amplitude das escolhas e as condições para a estruturação do modo de vida? Essas condições estão presentes nas diferentes situações e configuram as desigualdades.

Outro elemento que aparece como constante é a demanda por “viver a juventude”, partilhar de certos processos, de certas atividades e experimentações, muitas vezes vinculadas às possibilidades de formação e participação social, ao lazer, à diversão e à sexualidade, vividos numa intensidade peculiares aos jovens. É claro que a disposição generalizada para “viver a juventude” também encontra diferenciações dadas pelas referências e valores culturais, regionais, religiosos, ideológicos; e, desigualdades dadas pelas condições socioeconômicas e regionais que determinam recursos distintos para sua realização. Entretanto, essa disposição geral e sua valorização parecem ser uma constante. Como mostra muito claramente Maria José Carneiro, essa demanda de “viver a juventude” é profundamente partilhada pelos jovens do meio rural. Isso aparece também na pesquisa da Anita Brumer, pois está no centro da diferenciação que os próprios jovens fazem entre eles e os adultos solteiros.

As duas dimensões, que aparecem como constitutivas da vida juvenil, compõem a base que nos autoriza a falar em jovens, no geral, e são o pano de fundo sobre o qual se desenham as diferenças e se projetam as conseqüências das desigualdades. São processos comuns a todos os jovens que se concretizam em situações diferenciadas, de acordo com condições desiguais. Pelo menos, é nesse sentido que certa vertente do debate atual da juventude tem buscado avançar. É importante ressaltar que essa não é uma discussão meramente acadêmica, pois tem conseqüências políticas muito diretas, como a que diz respeito à necessidade de tomar a juventude como um segmento que demanda políticas públicas específicas, ou como a que interroga sobre a possibilidade da construção de bandeiras unificadoras dos diferentes movimentos juvenis.

Nazareth destaca que o momento de estruturar um projeto de vida para o jovem no meio rural guarda duas tensões a mais, não colocadas (pelo menos tão intensamente) para o jovem do meio urbano. A primeira delas surge quando o jovem do campo se pergunta o que quer ser e fazer, porque ele também se pergunta “onde” quer ser ou fazer tal coisa: no campo ou na cidade. A dúvida entre ficar e sair é uma questão estruturante. Parece-me que todos os estudos sobre juventude no meio rural têm apontado para isso. A segunda tensão refere-se à relação com a família. Para muitos jovens do meio rural, essa relação guarda uma singularidade porque a família é, ao mesmo tempo, a unidade produtora. Então, as relações de conflito e de solidariedade que existem entre todos os jovens e suas famílias são, nesses casos, acrescidas

das tensões relativas à produção e à continuidade da unidade de produção. Quando o jovem formula seu projeto de vida, deve levar em conta o seu papel nessa unidade, pesar a sua vontade de autonomia e o seu sentimento de compromisso e solidariedade com relação à família. Sobre esse aspecto, tenho algumas dúvidas, uma vez que todas as pesquisas aqui apresentadas se referem a situações de agricultura familiar: como isso se processa no caso das outras situações no meio rural, dos jovens que são assalariados, por exemplo? Essa questão da família se impõe com a mesma chave? Seria possível dizer que essa é uma característica geral da situação dos jovens no campo? Por outro lado, será que essa questão aparece do mesmo modo para os jovens do meio urbano que pertencem a famílias de empresas familiares?

Achei muito interessante o modelo analítico trazido pela Anita Brumer e penso que talvez fosse possível aplicá-lo em outras situações. A perspectiva de olhar e discutir a questão da juventude por meio de diferentes dimensões pode ser uma contribuição muito importante. Muitas vezes, nas discussões sobre juventude, congelamos uma ou outra dimensão e, desse modo, congelamos também a perspectiva. Mesmo quando se debate as respostas a serem dadas para as questões de juventude, que são informadas pelos diagnósticos realizados (trago esse tema porque, olhando para Regina Novaes, me lembro do trabalho que fazemos no Conselho Nacional de Juventude de identificar os diagnósticos e as políticas existentes para os jovens), vemos que, às vezes, os dados escolhidos para a composição dos diagnósticos se concentram em um ou dois itens, como se esses pudessem dar conta da situação dos jovens. Normalmente, os itens escolhidos estão relacionados à escolaridade – principalmente, a condição de estudante e o grau de escolaridade (nível de formação ou anos de estudo). Apesar de fundamental, isso não é suficiente para produzir um diagnóstico sobre a situação da juventude. Vejo aqui também presente a Marília Sposito e lembro que ela já escreveu sobre isso, ou seja, que não dá mais para considerar que apenas uma dimensão da vida do jovem possa nos dizer o essencial sobre o que ele está vivendo e quais são as suas questões, suas necessidades e demandas, suas tensões, contradições ou aspirações, suas práticas, seus valores etc. Para poder entender a juventude, seus diferentes setores e esboçar as respostas necessárias, devemos, necessariamente, ter uma visão ampla, buscar elementos nas diferentes dimensões em que sua vida se processa e se estrutura. E o esquema analítico trazido pela Anita Brumer pode ser uma chave mais integral de abordagem.

Há uma questão levantada pela Maria José Carneiro que também considero fundamental. Tenho pensado muito sobre isso: a impossibilidade de

afirmar a existência de padrão único de juventude. Hoje, é difícil pensar num padrão do “ser jovem”, afirmar o que é ou deva ser idealmente a juventude. Todo mundo fala da diversidade da juventude, aponta a existência de diferenças e desigualdades entre os jovens. Acredito que também caiba perguntar se faz sentido nos atermos a um referencial de um padrão ideal de juventude, seja para buscar o entendimento da realidade, seja para produzir respostas de políticas públicas. Isso também implica buscar entender qual é, ou quais são, entre os próprios jovens que estudamos, os diferentes “ideais” de juventude ou as diferentes aspirações sobre o que é viver a vida como jovem.

O ideal de ser jovem, diz Maria José Carneiro sobre os jovens do meio rural, não é a vida juvenil da cidade tal como ela é. Os jovens do campo não têm a vida juvenil urbana como padrão ideal. Eles desejam “o melhor dos dois mundos”, o melhor do campo junto com o melhor da cidade. Uma síntese muito difícil de conseguir, mas que surge como desejo e como demanda. E isso tem uma série de relações e implicações sobre as aspirações, os valores e os modos como os jovens estruturam seus projetos de vida e de sociedade. Deveria, também, ter implicações sobre as propostas que são dirigidas aos jovens. Muitas vezes, os formuladores das propostas ainda operam com uma imagem do que seria o ideal da juventude, com uma imagem idealizada do que é ser jovem, que já não corresponde mais nem à realidade diversificada dos jovens, nem às aspirações deles.

Acredito que o modelo que sustenta essa imagem é a vida do jovem burguês da primeira metade do século passado. Aquele jovem somente dedicado à escola, numa situação de proteção, de moratória social, suspenso do mundo produtivo, que pode se formar inteiramente, completamente, antes de ir para o meio social denso, se profissionalizar e exercer sua vida produtiva, se casar na idade certa, ter filho na idade certa (e aqui cabe perguntar qual é, exatamente, essa idade). Esse modelo é o geralmente acionado por nós quando estamos fazendo pesquisa e traçamos as características dos jovens, identificando as carências e incompletudes a partir desse padrão. Quando estamos tentando expressar quais os temas e as demandas da juventude, nos movimentos sociais, deduzimos que suas necessidades são suprir tais carências definidas também a partir dessa referência. É a partir de um registro desse tipo que, muitas vezes, os jovens do meio rural não são vistos como jovens, ou são vistos como o avesso da condição juvenil.

Penso, no entanto, que devemos perguntar se esse modelo ainda faz sentido, se a busca de um padrão único ainda faz sentido para a experiência e para as aspirações dos jovens que estão vivendo este momento histórico. Se

falamos tanto da diversidade no modo de ser jovem, e que os jovens estão vivendo formas diferenciadas, expressando demandas diferenciadas sobre o que é viver a juventude, será que ainda podemos nos ater a esse padrão como ideal? Não seria mais profícuo aprofundar o debate sobre as diversas dimensões que compõem a vida juvenil hoje? Os diversos itinerários que podem ser traçados na construção do modo de vida adulta, a fim de localizar as diferentes necessidades que devem ser atendidas? Os diversos direitos que têm de ser garantidos, buscando superar a desigualdade de realização desses direitos, mas sem forçar a homogeneização de um único modo de viver a juventude? Essas são algumas das questões que gostaria de propor para o debate.

Elisa Guaraná de Castro – Foi uma longa jornada, quase dois anos entre as primeiras reuniões promovidas pelo Nead [Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural] e a realização deste evento. Acredito, no entanto, que saiu no momento certo. Temos uma série de pesquisas que vêm mostrando a diversidade da juventude rural. Mas essa não é uma realidade apenas da juventude rural, como Helena Abramo ressaltou, mas uma realidade da juventude. O debate nos ajuda, então, a começar a pensar: o que unifica? Por que as pessoas se identificam como jovens mesmo vivenciando realidades tão diferentes?

Uma imagem recorrente é a de uma identidade construída pela mídia. Entretanto, o que é apresentado pelas pesquisas e, principalmente, pelos movimentos sociais, é que para além das muitas formas de organização coletiva dessas identidades – tão distantes de um padrão único –, aparecem questões e preocupações que apontam para uma condição na sociedade. Essas questões unificam uma condição social, por ocuparem uma posição de subalternidade na hierarquia social. Assim, independentemente da condição de classe e gênero, seja no mundo rural ou no mundo urbano, se você é observado, identificado ou se auto-identifica como jovem, é colocado em uma determinada posição social. Isso acontece, muitas vezes, a partir da imagem de ser um período em construção, do jovem ser uma pessoa em construção, que não está pronta para intervir e para pensar a sociedade. No entanto, o que vemos nas organizações sociais que se autodenominam organizações de juventude é justamente o inverso. Elas buscam a construção de um ator social que esteja intervindo, não apenas nas questões específicas que são definidas como questões de juventude, mas repensando como mudar ou transformar o local, a sociedade, o Brasil. Um jovem que quer o lazer e a escola, o campo e a cidade transformados.

A questão, então, não é só sair ou ficar no meio rural como perspectiva ou como um projeto individual. Devemos observar quais são as perspectivas

propostas pelos jovens como transformadoras da realidade. Ouvindo o que foi exposto pela mesa, mais me convenço que devemos pensar a juventude como uma categoria transversal. É uma categoria social na medida em que existem atores na sociedade que se identificam como jovens e que adotam essa identidade social como articuladora de ação, de transformação ou de luta pela conservação de valores. O jovem do pequeno município apresenta questões que encontramos nas periferias das grandes cidades, como a falta de acesso à educação e ao trabalho, muito presentes no meio rural. Isso vem unificando a construção de uma identidade de juventude, ainda que respeitada a diversidade.

Maria Elenice Anastácio – Concordo com Helena Abramo. Ouvindo as exposições aqui apresentadas, sentimos a necessidade de trazer o retrato da juventude assalariada. Não temos, na Contag, esse perfil da juventude, apesar do alto índice de jovens que ainda se submetem ao trabalho escravo. De todas as condições da juventude no campo, a juventude assalariada está muito pior do que a da agricultura familiar. Principalmente o caso dos jovens que saem do Norte e do Nordeste em busca de emprego e se submetem ao trabalho escravo. Mesmo quando são resgatados (pela fiscalização) não encontram condições para permanecerem em seus locais de origem e tornam a se submeter a essa condição. Essa é uma de nossas preocupações e gostaríamos da ajuda de vocês para levantarmos o perfil desses jovens.

Agora, gostaria de apresentar alguns dados de uma pesquisa que a Contag fez com a Unicef: “A voz do adolescente e do jovem do campo.” Foi uma pesquisa por amostragem, na qual foram entrevistados jovens em 100 municípios do Brasil, entre 12 e 25 anos, residentes em localidades rurais. O resultado da pesquisa nos deixou preocupados. Com relação ao lazer, 23,5% da juventude do campo se divertem assistindo televisão; 23% freqüentando bares, bebendo todo dia. Mas a maioria dos entrevistados se diverte namorando, o que é bom demais! Apenas 3% dos entrevistados apontaram o esporte como uma atividade de lazer. Isso nos preocupa bastante. A maioria dos entrevistados, 90%, morava com a família. Porém, essa juventude, apesar de tudo, diz que está feliz com a família. Essa situação representa 61% dos entrevistados. A situação com a família é favorável. Assim, precisamos dialogar sobre isso e sobre a diversidade de juventude que existe no campo.

Carmem Castro – Gostaria de propor algumas questões para a mesa. Como vocês trabalham tempo e espaço, por exemplo, quando alguns jovens que atuam nos movimentos sociais e, por isso, em alguns momentos, estão

distantes dos seus locais de origem? Quando o jovem começa a participar dos movimentos sociais, muitas vezes, ele tem acesso a outras formas de sociabilidade, à cultura, à educação. Por exemplo, viajar, conhecer outras pessoas, ir ao cinema, ao teatro. Então, esses elementos da atuação política, do sujeito que se reconhece como jovem, também podem trazer outras questões. Isso torna a questão mais fluída ainda: quem é jovem? Como se reconhecem? E esse tema também diz respeito à idade. Para aquele que está nos movimentos, o limite de idade associada à juventude pode ser prolongado. Outra questão diz respeito a quem é jovem no movimento social. Por exemplo, o jovem pode se transformar, em instantes, em adulto, quando se torna um jovem dirigente.

Outro aspecto importante, destacado por Elisa Guaraná de Castro, é sobre sair e ficar. Até onde isso está relacionado apenas a juventude rural? Não atingiria também a periferia urbana? Pensar em um outro projeto de vida, na periferia, pode significar ter que sair. Participo de um trabalho na cidade-satélite de Sobradinho (DF) e percebo que várias coisas que caracterizam a juventude rural e foram aqui colocadas, também caracterizam a juventude da periferia.

Jaqueline Freire – Eu sou do Pará e queria falar um pouco da juventude a partir desse lugar, sobre o que é viver a condição juvenil na Amazônia, onde a questão do isolamento se amplia com relação às demais regiões. A professora Maria Nazareth falou de distâncias de 3 quilômetros, mas nossa realidade é de enfrentar até seis dias de distância de barco para chegar à cidade. Há municípios com dimensões continentais, onde a área rural pode estar a mil quilômetros da sede do município.

Ilana dos Anjos Cunha – Há um trabalho de desenvolvimento local, com foco na educação da juventude do meio rural, chamado Programa Aliança. Quero ressaltar dois pontos. O primeiro é que, antes dessa ansiedade de tentar identificar o que existe em comum na diversidade da juventude que temos no Brasil, estamos muito longe de tirar a juventude rural do anonimato. Temos uma juventude muito diversa, e essa diversidade se intensifica pelo próprio isolamento, lembrado pela professora Maria Nazareth. Pelas questões históricas e culturais, temos realidades dos jovens do Sul que chegam a ser completamente diferentes da dos jovens do Nordeste e do Norte, por exemplo. Então, acredito que precisamos avançar no esforço de conhecer as juventudes do meio rural para depois buscarmos perceber o que elas têm em comum.

O segundo ponto é a educação. Precisamos ir muito fundo nessa questão. Constatamos, no trabalho que estamos realizando, como a educação é vista

e valorizada pelos jovens. É uma possibilidade de mudança de vida, de ascensão, de crescimento e desenvolvimento. Ao mesmo tempo, paramos para pensar o quanto isso acaba se tornando uma grande utopia para a juventude. O tempo de permanência do jovem do meio rural na escola chega a ser a metade da permanência do jovem do meio urbano. E, quando esse jovem tem acesso à educação, ela está completamente descontextualizada e acaba por impulsioná-lo para a migração. Na verdade, a educação valoriza a vida urbana e desvaloriza a vida no campo.

Por fim, uma questão importantíssima. Realizamos um “encontro” com jovens do Programa Aliança e dele participou um grupo de jovens de um assentamento, de uma das comunidades com a qual trabalhamos. Eram cinco meninas que fizeram o show de talentos da noite. Elas se vestiram de “Rebeldes”,¹ dançaram lá na frente e eu assisti sem saber quem eram os “Rebeldes”. Por isso, acredito na extrema necessidade de se fazer um esforço para tirar a “ruralidade” do anonimato, e não só a juventude. Esses jovens se identificam com uma juventude trazida pela mídia que está longe de uma juventude do meio rural e com uma realidade que está longe de ser a realidade deles.

Carlos Abrão – Quero falar sobre a questão da educação. Existe uma lei federal voltada para a educação no meio rural. E nós, da área técnica, principalmente com a prioridade de programas do governo de dar assistência à agricultura familiar, observamos o baixo nível de escolaridade em nossa região. Então, como levar tecnologia se as pessoas não estão preparadas para absorver o que é dito? Precisamos elevar o nível de escolaridade e vejo este momento como propício para debater a questão da educação no campo. Os planos curriculares para área urbana e rural são os mesmos. Sinto que há jovens se afastando da escola, sem interesse pela sala de aula e, somado a isso, observo a evasão do campo para a cidade. Gostaria de uma pesquisa que pudesse mostrar qual é a realidade, hoje, nas escolas rurais, principalmente em nosso estado.

Severine Carmem Macedo – Sou da serra catarinense e gostaria de ressaltar uma questão de fundo que remete, hoje, à condição da juventude rural: a condição de um projeto de desenvolvimento. O que um modelo de desenvolvimento acarreta para o meio rural? Acredito que a juventude é o público que mais sente as conseqüências desse modelo, que inviabiliza sua real possibilidade

¹ Programa de televisão mexicano, voltado para o público adolescente, apresentado no canal de televisão aberta SBT.

de continuar no campo. Os jovens, instigados pelos próprios pais, vão embora. Vivemos isso no dia-a-dia: o desejo de ir embora para a cidade, buscar ser “alguém” na vida, porque ficar na roça significa sofrer o que nossos pais sofreram. Esse modelo de desenvolvimento não propicia renda suficiente para que todo mundo fique, pois trabalha com a monocultura e com a exploração.

Outra questão importante é a falta de autonomia da juventude. Desde a própria família até os espaços da sua vivência social, os jovens estão sempre colocados numa condição de subordinação.

Acredito, também, que a questão da renda aqui debatida é uma das questões centrais, um dos grandes impulsionadores da evasão dos jovens. Porém, não é a única. Foram citados outros elementos e gostaria de reforçá-los, porque muitos jovens que acompanhamos declaram que não querem só a renda, mas desejam ter seus espaços de atuação construídos. Isso está relacionado com a auto-estima, com ser agricultor e ser valorizado por isso. A condição de participação remete a esse sentimento. Temos lutado contra a idéia da invisibilidade da juventude nos vários espaços em que atuamos. Ainda existem jovens no campo e a maioria deles quer ficar.

Nós desenvolvemos uma pesquisa no Sul, em parceria com o Deser [Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais] em 1998, na qual vários elementos aqui discutidos já apareciam. Por exemplo, 60% dos jovens querem uma alternativa para ficar no campo. Esse é o desejo deles, mas se não encontram condições, vão embora. A pesquisa comparou as vantagens e as desvantagens do campo e da cidade e demonstrou que a idéia do jovem rural atrasado e totalmente influenciado pela mídia não é real. A juventude rural sabe a dimensão dos problemas que tem no campo, mas também conhece os problemas da cidade. Por isso, discutimos a necessidade de construir oportunidades para tornar real a condição de permanecer no campo. Assim, o jovem que for embora para cidade, vai porque gosta ou se identifica com a cidade, e não porque não teve condição de ficar no campo.

A questão da proximidade com a cidade pode propiciar a seguinte situação: o meio rural para residir e a cidade para trabalhar. Isso é muito presente no Sul, em regiões que têm grandes indústrias. A Sadia, por exemplo, busca os jovens no campo com um ônibus, eles trabalham o dia inteiro, depois voltam. Isso cria uma relação complicada entre a profissão e o seu reconhecimento, e o jovem acaba sendo mão-de-obra desqualificada e perdendo um conjunto de condições que teria como agricultor reconhecido.

Sobre a questão da participação, quando discutimos grandes temas no campo não atraímos o jovem para o debate, mas quando discutimos a real

possibilidade dele ter acesso a um conjunto de políticas públicas, ele participa e surpreende vários setores da sociedade que acreditam que não haja mais jovem no campo.

Anita Brumer – Ouvei muitas questões, mas vou me referir a um ponto: o que poderia ser feito para que o jovem se sinta atraído a ficar no meio rural? Fala-se na educação de qualidade, na condição de lazer, mas não podemos esquecer que existe uma coisa chamada economia de escala. Se há atividades de qualidade, é preciso que haja um número determinado de pessoas que as pratique para que o investimento seja feito. Que prefeito ou governador vai querer investir em alguma atividade que não tenha um público grande? Quando pensarmos em alternativas temos que pensar, também, em como unir esforços, reunir várias localidades para que se tenha economia de escala.

Por exemplo, no Rio Grande do Sul parece-me que o governador decidiu que não vale a pena manter escolas rurais de nível fundamental. Geralmente, as escolas rurais vão até a quarta série. Ele mandou fechar as escolas com menos de 20 alunos e estuda fechar as que têm menos de 40. Isso é algo muito preocupante. Porque, se já há escolas que contam com professoras que vêm das áreas urbanas, que não conhecem o meio rural e pintam uma imagem negativa dele, imagina essas crianças pequenas estudando na cidade? Talvez, formular projetos entre localidades rurais seja uma alternativa: uma tem a escola e outra tem o centro de lazer, uma tem o cinema e outra, o teatro etc.

Maria Nazareth Wanderley – Helena Abramo fez as primeiras perguntas: será que não concentramos os estudos em jovens que pertencem a famílias de agricultores familiares? Será que não há outras situações rurais com as mesmas tensões? De fato, a caracterização de famílias de agricultores familiares foi o resultado da pesquisa. Não escolhemos previamente entrevistá-los. Houve uma seleção nas comunidades rurais a partir das áreas censitárias do IBGE. Nas áreas que pesquisamos os jovens pertencem a famílias de pequenos agricultores. Então, tenho consciência de que isso é uma situação e não algo generalizado. Em Pernambuco, há municípios de cana-de-açúcar nos quais a situação seria completamente diferente. Nesses casos acredito que as tensões sejam diferentes também.

Gostaria de citar um exemplo. Lembro-me que em uma reunião com jovens rurais em um desses municípios, o pessoal me falava em “patricinhas”. Tomei o maior susto: “patricinhas” na zona rural? O que quer dizer isso?

Era uma reunião com jovens sindicalizados! Então, vieram me explicar que “patricinha” é a menina que não gosta de trabalhar, que não aceita colaborar com a família e obriga os pais a gastar dinheiro com roupa.

Maria José Carneiro – Gostaria de complementar algumas reflexões que foram feitas até aqui. Em primeiro lugar, quero concordar com as que me antecederam sobre a diversidade das realidades vivenciadas pelos jovens do meio rural, o que nos impede de reduzi-las a grandes categorias classificatórias tais como “filhos de agricultor” ou “assalariados” (agrícola ou não). As questões aqui trazidas pela Nazareth nos alertam para a complexidade de situações e de inserções no meio social e no mundo do trabalho. Diríamos, recorrendo a uma expressão da Helena Abramo, que esses jovens têm condições juvenis diferenciadas. Por exemplo, o filho de um agricultor familiar é submetido a determinadas obrigações morais e sociais, como a de suceder o pai na chefia da unidade produtiva, que não são as mesmas que submetem outros tipos de jovens mesmo no meio rural, mesmo na mesma localidade. Isso torna complicado falar em juventude rural como uma unidade indiferenciada, como um coletivo homogêneo. Se quisermos aprofundar o nosso conhecimento sobre esse segmento da população, devemos nos perguntar como se vive a juventude em diferentes contextos sociais, econômicos e culturais no meio rural. Qual é o problema sociológico que é constituído por esse recorte? Quais são as questões e temas que interessam essa juventude? Na pesquisa realizada pelo Instituto Cidadania e publicada pela Editora Abramo², uma das queixas recorrentes dos jovens rurais é a de não serem escutados, de não terem espaços próprios de expressão de suas vontades e de seus problemas. O que acontece, então? Apesar de o jovem perceber a importância que a família tem para ele, seja como apoio afetivo e material, seja como referência social, a família também representa uma restrição a seus projetos, justamente pela dificuldade que ele encontra de ser visto como um indivíduo que tem interesses próprios que podem não ser coerentes com os objetivos coletivos, da família, sobretudo da família camponesa. Percebemos, então, uma relação de ambigüidade do jovem em relação à família: ao mesmo tempo que ela representa um espaço de proteção, de conforto e en-

² Os resultados da pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira” explorados por diversos pesquisadores e publicados pela Editora Fundação Percebe Abramo e pelo Instituto Cidadania no livro Retratos da Juventude Brasileira, organizado por Helena Wendel Abramo e Pedro Paulo Martoni Branco.

raizamento social, é também um espaço onde vivencia as restrições mais severas à realização de seus desejos. A realização dos projetos dos jovens acaba, então, promovendo a negação dessa condição de “jovem rural”, porque esses indivíduos acabam, na maioria dos casos, migrando para as cidades, mesmo que eles preferissem permanecer no campo como alguns têm expressado. Por que migram? Porque querem não apenas melhores condições de trabalho e mais bem remunerado, mas também educação de melhor qualidade e, não menos importante, querem o acesso ao lazer. Esses jovens demandam por cinema, shows, teatro, viagens... É claro que se formos considerar suas condições materiais, nos certificaremos que dificilmente eles teriam condições de concretizar esses desejos, mas é importante registrar que eles têm essa demanda, ainda que em um grau muito grande de idealização. Com isso percebemos uma dinâmica interessante: o jovem rural não está aceitando mais o lugar que sempre lhe foi imposto, sobretudo pelos pesquisadores do meio rural, de ‘trabalhador em formação’, de ‘ajudante familiar’ cuja inserção na sociedade se daria apenas no mundo do trabalho e na contribuição que essa inserção possa oferecer à reprodução social de suas famílias. Temos de estar atentos, portanto, não só para as demandas dos jovens rurais, mas também para os nossos olhares sobre esse segmento da população rural.

Segunda sessão

Políticas públicas, direitos e participação

Esta sessão apresenta as intervenções dos representantes de movimentos sociais e gestores de políticas públicas federais seguidas dos debates da platéia, sob a moderação da professora Marilda Menezes.



Fabiano Kempfer – Coordenador de Políticas para a Juventude da SRA/MDA¹.

É um privilégio poder interagir com a academia e com os movimentos sociais em um debate tão importante sobre o meio rural. Não estou aqui para fazer um balanço ou uma propaganda do governo. Foram muitos êxitos, muitos avanços e muitas realizações para jovens e movimentos de jovens nas ações públicas e na integração da gestão das políticas públicas. Já tivemos grandes contribuições dadas pelo Governo Lula e por todos os nossos parceiros.

Então, quero abordar outro aspecto, que é o modelo de gestão da forma como nós gostaríamos que as coisas acontecessem. Estamos compondo o Conselho Nacional de Juventude e garantindo a presença de um gestor da área rural que trata de juventude no Conselho. Isso é importante para o governo: garantir, com a presença efetiva, reais espaços de interlocução e de construção coletiva. É, também, fundamental contribuir para a construção e a consolidação da nossa Secretaria Nacional de Juventude. Sempre procuramos atuar nos eixos do acesso à terra e à educação, de geração de renda e participação, tendo como um elemento central a participação popular dentro dos limites que temos no Governo Federal. Não estamos falando de uma participação efetiva na decisão e na orientação dos gastos do governo, apesar dessa ser a nossa posição ideológica e política. Seria o ideal se tivéssemos condições de abrir a estrutura financeira e o orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário para construí-lo com a participação de organizações e de movimentos de juventude, enfim, das representações políticas dos jovens. Entretanto, tentamos potencializar ações de consulta feitas pelo Estado, para buscar a legitimação das suas políticas ou a chancela dos movimentos sociais para os programas.

Em parceria com a Secretaria Geral da Presidência, procuramos realizar uma grande consulta nacional com movimentos sociais organizados no meio rural para o PPA. Nos debates promovidos, tivemos pouca intensidade – em alguns estados, quase nenhuma – de ação efetiva para os jovens. Olhando o PPA, poderíamos dizer que fomos derrotados, que o governo não tem nenhuma ação voltada para os jovens na área de desenvolvimento agrário e agricultura familiar. No entanto, elaboramos propostas de políticas, programas e ações voltados para jovens rurais, em parceria com o movimento social, especialmente com a Contag e com a Fetraf, que não conseguiram

¹ Função desempenhada na ocasião da realização do seminário.

ser contemplados pelo PPA. Dentro dos grandes programas que o MDA desenvolveu – o Programa de Acesso à Terra, o Plano Nacional de Reforma Agrária e o Plano Safra – conseguimos, diferentemente do PPA, inserir ações concretas voltadas para jovens.

No Plano Nacional de Reforma Agrária temos a meta de atender 32 mil jovens por meio da linha de crédito Nossa Primeira Terra², uma linha de ação complementar à reforma agrária voltada para jovens do meio rural de 18 a 28 anos. Essa ação foi possível a partir das nossas parcerias com os movimentos sociais.

O Plano Safra, da mesma forma, cria uma linha específica para jovens: o Pronaf Jovem. Com ele, conseguimos estar institucionalmente nesse plano. Essa é uma ação que responde a demandas do movimento social de juventude, apresentadas nas mesas de negociações estabelecidas com os movimentos sociais. Dentre as demandas que recebemos, a ação de crédito para a produção era central e veio com um grau de formulação muito bom.

Então, a juventude quando se organiza e recebe algum grau de formação, produz coisas muito boas. São projetos em contato com os reais problemas desse setor. Conseguimos, de certa forma, estragar a proposta do Pronaf Jovem no momento em que estabelecemos um critério técnico a mais, que foram as 100 horas de capacitação. O governo nunca ofereceu programas de formação e capacitação para a juventude rural e agora exige uma certificação de 100 horas dos jovens rurais para que eles acessem o programa de crédito! Quando não temos a garantia de participação efetiva no desdobramento da ação, ela acaba sendo estrangulada pela máquina. O técnico que formulou o manual de crédito rural afirmou que precisava de um mecanismo de controle “para justificar ao setor financeiro, que desembolsa os recursos do Plano Safra”.

Esses temas e dilemas se resolvem na medida em que abrimos a estrutura do Estado e conseguimos comportar no interior das regras estabelecidas, na formulação desses programas, a garantia da efetiva participação de representações do setor que será atendido. Não basta que isso aconteça por meio de eventos de consulta, apesar de serem importantes. Já estive em alguns semi-

² O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) é desenvolvido pela Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA). “[...] O PNCF dispõe de linhas de crédito específicas: [...] No caso da linha [...] Nossa Primeira Terra, os recursos para os projetos de infra-estrutura e comunitários não são reembolsáveis. O prazo de pagamento é de até 17 anos com taxas de juros entre 3,0 e 6,5% a.a., de acordo com o valor financiado. Esse valor pode chegar a R\$ 40 mil por beneficiário, dependendo da linha de crédito” (Programa Nacional de Crédito Fundiário, <http://www.mda.gov.br>, acessado em julho de 2007).

nários discutindo ações para jovens que tiveram resultados, mas como gestor dessa política e pela forma como está organizada a estrutura de gestão no nosso Estado, eu posso pôr os seminários dentro de uma pasta e pôr a pasta numa pilha de pastas. Se não houver um compromisso ou um real controle social daquilo que foi acordado, nada acontece.

O grande desafio é conseguir avançar nos processos de negociação, compreender melhor as reivindicações e demandas desses setores. Criar instrumentos e formas de participação para que esses jovens se enxerguem dentro da ação no futuro, consigam interagir com as políticas e institucionalizar essas ações da maneira mais republicana possível. Trabalhamos para conseguir estabelecer parcerias efetivas para a realização das ações, como fizemos com a Contag no Consórcio Social de Juventude Rural,³ que é uma ação compensatória. Não é uma política que irá solucionar o problema, mas vai compensar a falta de ações de formação, capacitação e qualificação profissional para esse setor. O Consórcio foi construído, em conjunto, na sede da Contag e na sala do MDA, e teve uma gestão compartilhada. Disponibilizamos e repassamos os recursos para que a Comissão Nacional de Jovens da Contag execute a ação de qualificação profissional, por meio de suas comissões nos estados.

Encontramos, nessa ação, nossos bons e velhos dilemas. Conseguimos pensar uma ação, construir a política, estruturar a parceria, ter os acordos necessários de como agir nos aspectos metodológico e conceitual. Entretanto, no momento de executar a ação e fazer a gestão do programa, emperramos na burocracia. Emperramos numa máquina e numa gestão que não está preparada para esse tipo de ação. Na verdade, criamos um grande problema, porque o Consórcio, que para nós poderia ser um instrumento de acúmulo de forças e de formação política da base do movimento sindical, acaba sendo estrangulado pelo descompasso do repasse dos recursos, do pagamento das bolsas, do fornecimento dos materiais, da execução propriamente dita. Tive-

³ O Consórcio Social da Juventude Rural “objetiva favorecer, a partir de um processo de capacitação, a criação de instrumentos de geração de emprego e renda para jovens rurais, enquanto mecanismo de empoderamento econômico, social, político e cultural desses jovens. Os beneficiários da ação do Consórcio são jovens rurais de ambos os sexos, com idade entre 16 e 24 anos, de origem familiar com renda *per capita* de até meio salário mínimo, que estejam em situação de desemprego no campo. Esse Consórcio foi criado através da assinatura de protocolo de intenções entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Trabalho e Emprego, visando promover ações de qualificação profissional para a juventude rural, no âmbito do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNPE” (Fonte: Geralda Magela/Assessoria de Comunicação da SRA, <http://creditofundiario.org.br/comunicacao>, acessado em julho de 2007).

mos contingenciamento e tudo que vocês puderem imaginar aconteceu com o recurso desse programa. Isso prejudica a consolidação de uma experiência importante, porque o programa poderia abrir novas formas de fazer as ações de qualificação ou de formação profissional. O repasse da responsabilidade para a Contag não era terceirização, mas uma parceria. Agora, estamos correndo atrás para que consigamos recuperar e institucionalizar a ação e não soframos, de novo, com esses problemas.

Por fim, todas essas preocupações buscam, efetivamente, um controle social da utilização dos recursos. Queremos investir em juventude rural. Precisamos abrir precedentes e realizar boas experiências. Para nós, o real controle social dessas políticas desenvolvidas em parceria pelo MDA, pelo Ministério do Trabalho, pela Embrapa, pela Contag, pela Fetraf e pelos companheiros da Via Campesina, acontecerá no momento em que o Estado garantir as condições, os recursos e a instrumentalização para participação popular desses atores.

Precisamos buscar a ampliação do espaço na administração pública e ampliar o financiamento e o fortalecimento de movimentos sociais e experiências de jovens. Precisamos, também, ser responsáveis pela divulgação das boas experiências, como o Nossa Primeira Terra. Nilson Weisheimer, aqui presente, irá realizar um estudo com algumas dessas experiências que demonstram a fantástica capacidade de organização e formulação dos jovens que estão saindo de suas casas. Por exemplo, conheço uma experiência em Santo Antônio das Missões, no Rio Grande do Sul, onde 19 jovens formaram uma associação. Ficaram 12 meses brigando com a máquina do Estado para conseguir contratar o projeto. Uma vez contratado, integraram a turma no Consórcio de Juventude Rural e fizeram 200 horas de formação política com um recorte em ecologia, bem interessante sob o aspecto ideológico, e mais de 200 horas de formação técnica em apicultura e gestão dos recursos do Nossa Primeira Terra. Esses jovens receberam um total de R\$ 750 mil. A utilização dos recursos foi construída coletivamente por essa associação e previu a ação de estruturação produtiva a partir da experiência que receberam do curso. Hoje, a associação está estruturada, a propriedade consolidada e está sendo construída uma casa de mel para beneficiar a produção que aprenderam a desenvolver por meio do curso que receberam da Casa Familiar Rural, contratada pela Fetag, que recebeu recurso do governo federal para executar essa ação. Assim, constituímos uma rede que realizou uma ação, integrou e inclui esses jovens na dinâmica de seu município e na dinâmica econômica produtiva da cidade. Esses jovens, em sua maioria,

seriam futuros pedreiros ou engraxates nas grandes cidades. Hoje, são produtores de mel ecológico em Santo Antônio das Missões.

Tenho outro exemplo, mais fantástico ainda, de uma experiência no Maranhão. Os jovens participaram do Consórcio Social da Juventude Rural e fizeram a formação política. Nela, chegaram à conclusão que não queriam entrar no projeto Nossa Primeira Terra. Então, se cotizaram, com os recursos da bolsa, para adquirir um lote de terra sem depender de um financiamento e, conseqüentemente, de um endividamento. Conseguiram realizar o desejo de adquirir um pedaço de terra, sem necessariamente entrar numa política pública, que significa 14 anos de prestações, juros, alguns compromissos econômicos e alguns gastos para o futuro. Eles despertaram para isso no curso de formação, do qual o MDA participou apresentando o programa com todo aquele bom e velho entusiasmo que muitos de vocês conhecem. “Propagandamos” a ação e fomos derrotados. Os jovens não quiseram entrar no Nossa Primeira Terra e nos disseram: “Isso é uma fria. Nós não queremos, vamos comprar a terra do nosso jeito.” E eles compraram a terra e estão desenvolvendo um belo projeto, que tem tudo para dar certo. Acredito que, se necessário, irão acessar o Pronaf para o custeio da safra.

São duas experiências que demonstram o quão importante é garantir formas efetivas de participação de jovens.

Outra grande surpresa foi encontrar, principalmente no semi-árido, “presidentas” de sindicatos, jovens, na direção das federações. O MST, que é um movimento com muitos jovens na sua base, depois de alguns anos, está se preocupando com o tema. Esse seminário vai nos permitir instrumentalizar ainda mais essa batalha, para que consigamos fincar a bandeira da juventude nos programas, nas políticas, nos recursos e na estrutura do Estado. É preciso dinheiro para governar e executar medidas públicas e o dinheiro para investimento na juventude não pode estar contingenciado, não pode contar para o superávit.

João Paulo Rodrigues – Membro da direção nacional do MST.

Quero cumprimentar os companheiros da mesa e a representação do governo federal. É sempre bom ter pessoas do governo por perto, isso nos permite expor nossas discordâncias. Gostaria de cumprimentar também a professora Elisa Guaraná de Castro e agradecer, em nome do MST, a oportunidade de estar aqui e conversar um pouco sobre o tema da juventude, tão importante do ponto de vista histórico e no âmbito da questão agrária. Ressalto que algumas idéias que serão por mim expostas não são só do MST,

mas também da Via Campesina, da qual fazem parte outras organizações, como a Pastoral da Juventude Rural, aqui presente, o Movimento de Pequenos Agricultores, o Movimento de Atingidos por Barragens e o Movimento de Mulheres Camponesas.

Acreditamos que para discutir o tema da juventude é necessário ampliar o debate. Há uma crise das chamadas políticas públicas para o conjunto da juventude brasileira e uma crise do processo organizativo da juventude brasileira (na condição de movimento social ficamos tranqüilos em falar sobre isso), reflexos de uma crise maior que vivemos no conjunto da sociedade brasileira. Para nós, essa é uma crise dos instrumentos políticos e dos movimentos populares da esquerda brasileira, pois na década de 1990 o neoliberalismo conseguiu enfraquecer o movimento sindical e cooptar uma parte das organizações que permaneceram ativas. E, no conjunto dos partidos políticos, passamos por essa grande crise que estamos vendo. Historicamente, quem mais e melhor produziu sobre o tema da juventude foram os movimentos sociais, os partidos de esquerda e as organizações das classes de trabalhadores. Na medida em que esses instrumentos entram em crise, é natural que suas reflexões também acabem entrando em contradição.

Outro aspecto a ser considerado é a nossa avaliação de estarmos vivendo uma crise de projeto político para o Brasil, de um projeto de desenvolvimento que possa prever o tema da economia como modelo que permita, de fato, a distribuição de renda. Um projeto que leve em consideração a questão nacional do ponto de vista de sua soberania, de sua própria cultura, dos meios de comunicação e, ao mesmo tempo, considere a questão da reforma agrária como um pilar para o desenvolvimento do país. Reforma agrária vista não como política de compensação social, de resolução de conflitos, mas como elemento para distribuição de renda e descentralização da terra. Portanto, acreditamos que a juventude acaba sofrendo com essas contradições, a partir dos limites impostos pela falta de um projeto dessa natureza.

Diante dessas duas questões, companheiros e companheiras, não podemos discutir a juventude como uma coisa à parte dos problemas que encontramos no conjunto da sociedade. Não resolveremos o problema da sociedade sem resolvermos o problema da juventude. Pensar a juventude é pensar, também, o conjunto de problemas que temos enfrentado e as perspectivas possíveis para resolvê-los.

O MST, até hoje, não tem departamento, setor ou coletivo de juventude, por acreditarmos que os jovens fazem parte das estruturas do conjunto do MST e do conjunto da organização política. Infelizmente, temos muitas limitações no campo da reforma agrária para resolvermos os problemas da juventude, e

isso acontece por três grandes motivos. O MST compreende política pública para a juventude no âmbito da reforma agrária como uma política de distribuição de terra. Não há política para reforma agrária se as famílias continuarem nos acampamentos. Para nós, a política de distribuição de terra é um processo no qual o Estado intervém com uma política de desapropriação que garanta terra a todas as famílias no Brasil.

Aliás, temos uma posição extremamente contrária à apresentada pelo Fabiano Kempfer do MDA, porque somos contra o programa Nossa Primeira Terra. Entendemos que parte da juventude vai para o programa porque o Estado não tem capacidade de fazer um processo de reforma agrária e distribuir terra sem que as pessoas tenham que se endividar. É bem verdade que existem situações nas quais o Estado não consegue intervir por meio do instrumento da desapropriação, mas essa condição dada pelo governo cria o “Meu primeiro jovem endividado”, porque dificilmente ele terá condições de pagar o crédito, de pagar a terra. Essa é uma política pública que o MST não recomenda. Nosso principal elemento de reivindicação é que o Estado intervenha com seus instrumentos e distribua terra como forma de resolver a questão da reforma agrária.

Outra questão a ser destacada é o tema do crédito. Tivemos avanços significativos no governo Lula, e não avançamos mais por causa de órgãos como o sistema monetário, os bancos e o Ministério da Fazenda. Entretanto, pensar crédito na avaliação do MST não é simplesmente realizar o custeio do Pronaf para resolver um problema emergencial. É pensar uma política de agroindústria e dar mecanismos de cooperação ao jovem para que ele consiga comercializar e/ou industrializar parte de sua produção agrícola e resolver seu problema de renda.

Um tema também extremamente importante é o casamento entre uma política para uma nova matriz tecnológica, dentro da perspectiva de assistência técnica, e a educação. Para pensar uma nova matriz para o campo brasileiro temos que pensar qual é o tipo de educação – e de curso técnico – que a juventude terá. A educação deve se relacionar com as necessidades básicas que existem no conjunto de nossos assentamentos. Há muitas experiências acumuladas, como as escolas-família que contam com o apoio de universidades e do Pronera. Mas compreendemos que isso deva estar inserido num Plano Nacional de Reforma Agrária, com políticas que beneficiem os jovens, as companheiras, as crianças e o conjunto da família. Infelizmente, não conseguimos avançar no Plano Nacional de Reforma Agrária para olharmos o assentamento e as pessoas que dele fazem parte. Hoje, olhamos os donos do

cadastro e não as pessoas, que se tornam invisíveis e passam despercebidas. O que se contabiliza é o número de famílias que o governo assentou. Mas quantas pessoas compõem essas famílias? Não há instrumento por parte do Incra, do governo, e muito menos dos movimentos sociais – que têm muitas limitações – que consiga dar resposta a esses problemas e aos jovens que fazem parte dos assentamentos. Entretanto, mais do que buscar respostas aos nossos problemas e às nossas demandas, gostaria de trazer algumas preocupações e alguns desafios que precisamos internalizar. Talvez, o debate possa nos trazer elementos pela diversidade de apresentações dos movimentos sociais e pela grande quantidade de pessoas que estão estudando o tema.

Primeiro, o MST compreende que para discutir juventude não pode fazer um recorte e discutir só o tema da juventude no meio rural. Nossa juventude passa por problemas da mesma natureza que a do meio urbano e, parte dela, participa de um processo muito grande de migração: ora está no campo, ora está na cidade. Logo, há a necessidade – e nós, no meio rural, temos que ter essa clareza – de debatermos os problemas universais da nossa juventude. O primeiro desafio já está dado: como o campo brasileiro pode nos dar subsídios, trazer experiências, para casarmos com as experiências de mobilização e as demandas da juventude no meio urbano? Todos os nossos assentamentos de áreas rurais, de uma forma ou de outra, se relacionam com a juventude dos pequenos municípios do país. As demandas e os problemas são os mesmos.

Segunda questão: há uma grande necessidade de avançarmos no campo da elaboração teórica sobre as demandas da juventude. É impressionante como temos, em nosso meio, pessoas que passam bastante tempo fazendo elaborações sobre a importância das borboletas para a juventude. O debate pode ser ótimo, mas não acumula nada nas demandas que temos. Algumas ONGs gastam rios de dinheiro do governo federal fazendo debates e seminários sobre a juventude, que também não acumulam questões para suas necessidades práticas. Precisamos que os intelectuais, a academia e os movimentos sociais se debruçem e nos ajudem a entender quais são as demandas reais da juventude, qual é o dever dos movimentos sociais e do Estado na resolução dos principais problemas da juventude, tanto no meio rural como no urbano. Isso é urgente! Precisamos de boas elaborações teóricas para discutirmos temas que vão desde a questão das drogas, da violência, até a questão das políticas públicas.

Outro desafio é percebermos o que, de fato, pode nos unir – MST e os vários setores no campo, na cidade, nos fóruns de luta, na Via Campesina – em torno do tema da juventude. E, aqui, não podemos contar com o governo.

Temos quatro temas que nos dão unidade, do ponto de vista dos problemas do campo e da cidade, que gostaria de refletir, coletivamente, para chegarmos a encaminhamentos conjuntos.

O primeiro é o tema da educação. O Estado deve investir pesado em educação para resolver vários problemas, dentre eles o problema do analfabetismo no campo. Precisamos que nossa juventude seja alfabetizada, precisamos discutir o acesso ao ensino básico, médio e à universidade. Esse é um tema que aflora no campo e na cidade. Dificilmente a UNE vai conseguir responder porque está envolvida apenas com quem já está dentro da universidade. Nós, que estamos de fora, devemos discutir o tema e achar respostas.

Segundo tema: trabalho e renda. A demanda do trabalho e da renda é mais ampla do que a do emprego. Não podemos precarizar ainda mais a questão trabalhista no Brasil e fazer com que o jovem dispute uma vaga com quem já está empregado, como foi a proposta inicial do Meu Primeiro Emprego do governo Lula. Precisamos discutir a questão da renda para a “companheirada” que está no meio rural, onde não há a extrema necessidade de todo o jovem ter a sua terra. No entanto, ele precisa ter uma renda porque tem demandas que precisam ser supridas na roça. Este é mais um desafio para os movimentos sociais no campo: debater a questão do trabalho e da renda em conjunto com a luta política.

O terceiro é o tema da cultura e da arte. Fazemos uma autocrítica no MST e na esquerda brasileira: usamos a cultura simplesmente como elemento de mobilização de jovens. Mobilizamos e depois discutimos política como outra coisa. Se formos pelo mecanismo de ver a cultura simplesmente como mobilizadora de base, podemos ter a certeza que perderemos para a banda Calypso e para a Ivete Sangalo. Elas fazem isso muito melhor do que nós! A cultura tem que estar em uma perspectiva de emancipação da juventude, que deve se sentir parte do mundo e capaz de produzir novas perspectivas. Esse é um assunto que nos interessa no campo e na cidade, mas principalmente no campo, onde quase não há ações culturais, onde o Estado está ausente, não incentiva e tem enorme dificuldade de chegar a algumas regiões do país.

Por último, um recorte de classe: a juventude tem que ajudar a realizar o debate sobre a luta contra a guerra e a luta antiimperialista nesse país. Para o MST, é preciso fazer um debate com um recorte de classe. Não basta ser jovem, “a Garotinho”, filha do casal Garotinho, é jovem e nem por isso defende as mesmas idéias dos que estão nessa sala. Precisamos garantir que a juventude tenha a oportunidade que, infelizmente, a nossa geração não teve:

participar do conjunto de mobilizações sociais que aconteceram nesse país, como a juventude pré-64; a juventude que ajudou a construir o PT, a CUT, o MST a geração do Lula; a juventude que ajudou a construir figuras como o nosso atual ministro do esporte e como o Lindberg, que participou de um processo de luta, o “Fora Collor”. Há uma geração que há dez anos não vê o povo na rua para discutir política. Portanto, a juventude deve ter a clareza política de que suas necessidades só serão supridas se tiver povo na rua reivindicando soluções do Estado. O Estado, por si só, não consegue resolver o problema do nosso povo. Infelizmente, ou felizmente, isso só será possível se construirmos a unidade na qual os jovens possam ser sujeitos da sua própria luta e não tarefeiros das direções de suas organizações. O jovem deve encabeçar, ter uma perspectiva de unidade política e construir um processo a médio e a longo prazo.

Elenice Anastácio – Coordenadora da Comissão Nacional de Jovens da Contag.

Eu os tenho como companheiros e companheiras que estão discutindo um tema muito importante para nós: a juventude no campo. Vocês são nossos parceiros. Eu sou Elenice, trabalhadora rural e estou na coordenação da Comissão Nacional de Jovens da Contag. Minha forma de trabalho na terra é na agricultura familiar. Estou assentada pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário – pela linha de crédito Nossa Primeira Terra – do governo federal, e sou também conselheira do Conselho Nacional de Juventude.

Para falar sobre o tema preciso falar sobre a Contag. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, que hoje representa mais de 25 milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais do campo, está organizada em 27 federações e em mais de 4 mil sindicatos. Nossa representação não é só da forma de trabalho por meio da agricultura familiar, mas também dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que vendem sua força de trabalho, que são os assalariados e as assalariadas rurais, os extrativistas, os quilombolas, os ribeirinhos e os pescadores artesanais. A Contag tem 43 anos de luta e de história, e a juventude sempre fez parte dessa luta. Aliás, foi a juventude que ajudou a fundar a Contag, ajudou a fundar a CUT. Há um exemplo muito claro disso no Estado do Rio Grande do Norte, onde o primeiro presidente da federação tinha 19 anos e foi extraditado no golpe militar de 1964.

As nossas frentes de luta são: a realização de uma reforma agrária ampla e massiva, reforçando o que disse o companheiro João Paulo; a expansão e a valorização da agricultura familiar, porque vivemos, ao longo dos anos, a

luta contra a implantação da monocultura e contra a exploração das pessoas que vivem e trabalham no campo; a promoção de políticas para assalariados e assalariadas rurais que, principalmente, defenda direitos, gere empregos e proporcione a redistribuição da renda; uma política pública que desenvolva questões relativas à previdência rural, uma luta ferrenha para acabarmos com a indeterminação de estarmos na previdência como segurados especiais. Há um projeto de lei da previdência, que apresentamos com mais de um milhão de assinaturas, que está na câmara para ser votado. Os movimentos do campo estão unidos para que seja aprovado.

Além dessas lutas, há outras também muito importantes. A educação no campo, que poderia ser diferente do que já disse João Paulo. Afinal, Paulo Freire, um colega de vocês, já dizia: sem educação, a sociedade não se transforma. A educação, principalmente com o recorte para educação no campo, é essencial para a transformação da realidade das pessoas que vivem e trabalham no campo. No entanto, somente ela não é suficiente para que haja essa transformação. Há, ainda, a defesa do meio ambiente e a promoção da agroecologia; o combate ao trabalho infantil e escravo; o combate à subordinação de gênero, raça e etnia, que ainda existe no campo.

Vale lembrar que a década de 1990 foi marcada pela luta contra o projeto neoliberal. Por conta disso, a Contag, os movimentos que a compõem, as federações e os sindicatos começaram a pautar a construção de um projeto que fosse alternativo ao modelo que estava implantado no país. Um projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável, solidário e que desenvolva o campo está sendo pautado a cada dia. Nosso projeto tem por objetivo a valorização das pessoas do campo, principalmente para se contrapor ao projeto que tentamos combater e que visa somente aos lucros.

A partir da construção desse projeto, começamos a pautar a discussão dentro do movimento sindical, e ele foi se reestruturando à medida que o diálogo foi sendo ampliado. A Contag, hoje, está organizada em secretarias, assim como as federações e os sindicatos. Conta com 27 federações, 24 coordenações ou secretarias de juventude. Jovens são eleitos ou eleitas para dirigir as federações, coordenar os trabalhos de juventude no estado e nos sindicatos. Agregada a essa estrutura, há as comissões. A Comissão Nacional é composta pelas coordenações estaduais eleitas nos congressos das federações. A Contag elege a coordenação nacional junto com a sua diretoria a cada quatro anos. Nosso congresso foi no ano passado, no qual fui eleita. Desde 2001, quando aconteceu o oitavo congresso e foi deliberado que todas as federações e todos os sindicatos tenham suas coordenações, secretarias e comissões de juventude, estamos nos

organizando para, cada vez mais, ampliar a participação da juventude dentro das instâncias do movimento sindical. No nono congresso decidimos pela cota mínima de 20% de jovens nas direções executivas da federação, além da coordenação de juventude. Dessa forma, entendemos que se a juventude estiver dentro do sindicato, da federação, fizer parte da sua diretoria, do corpo que define e que discute as estratégias políticas para o conjunto do movimento, vai estar fazendo a opção por se organizar por meio de associações, por filiar-se ao sindicato e fortalecer nosso movimento.

Entretanto, essa organização da juventude está sendo possível graças, também, ao debate da organização das mulheres dentro do movimento sindical, anterior ao da construção da organização da juventude. As comissões e coordenações de juventude, tanto nacionais quanto estaduais, aconteceram graças a uma articulação e uma proposição das mulheres nos municípios e nos estados. As mulheres rurais sempre foram muito parceiras da juventude. Juntos, estamos construindo esse contraponto e buscando caminhos de debate para desconstruir os preconceitos que historicamente fomos incentivados a reproduzir na família, na escola e nos movimentos.

Como já disse, nosso projeto alternativo está centrado na reforma agrária ampla e massiva. Hoje, segundo números do governo – e é importante destacar isso –, temos mais de 136 mil famílias consideradas assentadas. Dessas, 70%, ou 95.700 famílias, foram mobilizadas pela Contag, pelo sistema confederativo, pelas federações e pelos sindicatos. Além disso, por meio do Programa Nacional do Crédito Fundiário temos mais de 7.500 famílias também organizadas pelo movimento sindical. E essa é uma iniciativa que a Contag considera como alternativa à reforma agrária, porque há municípios onde não existem áreas passíveis de reforma agrária, não existe quantidade de módulos específicos para que seja feita a desapropriação via Incra. Sou assentada por meio dessa linha e no meu município não existem áreas com mais de 200 hectares. A maior terra foi a que nós compramos: fizemos uma associação com oito jovens e compramos 215 hectares. A outra, com mais de 5 mil hectares, foi desapropriada em 1994 e atendeu a 211 famílias.

Há muito o movimento sindical solicita ao governo a criação de uma alternativa para as pessoas que trabalham no campo e que se submetem a trabalhar na terra de outras pessoas. Vocês não têm idéia do que é plantar na terra de alguém e depois de um determinado período o patrão dizer: “Pode arrancar tudo que é para botar o gado.” Vocês já passaram por isso? Eu já passei, muitas vezes. Então, graças a Deus, a uma luta do movimento sindical e a uma organização de juventude, no município onde moro uma associação de oito jovens pôde ter acesso à

terra. Nós estamos criando cabra e também vamos trabalhar com a apicultura e hortifruticultura. Essa é uma alternativa para a juventude que quer permanecer no campo, perto de sua família, e não pretende sair do município para buscar outros municípios que tenham áreas passíveis da reforma agrária via desapropriação. O Programa Nacional de Crédito Fundiário foi uma proposição da Contag desde o terceiro congresso nacional. Acreditamos nesse programa, nessa linha específica, apesar de discordarmos de vários pontos. Mas estamos juntos e juntas, principalmente na comissão nacional, fazendo esse debate e propondo ao governo, a cada ano, durante o Grito da Terra Brasil e a Marcha das Margaridas, mudanças para que o programa possa se adequar à nossa realidade.

Queremos uma agricultura familiar que nos dê condições de viver e sobreviver naquele espaço. A discussão sobre meio ambiente e agroecologia é fundamental para nós, jovens do campo. Assumimos a bandeira da educação no campo e da agroecologia como as principais norteadoras de todas as políticas de discussão sobre juventude dentro e fora do movimento sindical. Para isso, temos o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). No entanto, como disse o Fabiano Kempfer, ele tem alguns nós. Ele citou as 100 horas que surgiram para amenizar a situação do critério que especificava jovens de escolas agrotécnicas ou de escolas-família. Embora seja uma realidade do Sul e do Sudeste, e em alguns estados do Nordeste, a juventude do campo não tem acesso a esse tipo de escola. Queremos que os programas voltados para juventude atendam, de fato, à juventude do campo, e não somente às pessoas jovens que tiveram a oportunidade de ter acesso a esse tipo de ensino. Eu, por exemplo, consegui terminar o segundo grau há dez anos através de Telecurso, assistido numa televisãozinha. Dessa forma, a expansão da agricultura familiar, principalmente com o incentivo da linha específica do Pronaf, é também para atender os 4,5 milhões de pessoas, a maioria jovens, que vendem sua mão-de-obra e, muitas vezes, a submetem ao trabalho escravo.

A educação é essencial para podermos conversar com outras pessoas, conhecer e discutir outros movimentos, saber o que eles pensam. Isso tem que acontecer desde o momento em que as crianças vão para a escola. Queremos uma educação que nos permita conhecer alternativas que existem fora do campo, mas que discuta e traga, de fato, a nossa realidade. E isso, as escolas não fazem. Há exceções de formas de educação no campo, mas ainda não é uma realidade. A discussão da educação a partir da aprovação da LDB do campo, que ainda não foi implantada na maioria dos municípios. Para isso, a Contag está desenvolvendo o programa Jovem Saber. É um programa nacional, de capacitação a distância, de mobilização e divulgação das políticas

públicas, porque muitas vezes discutimos algo sobre juventude com as coordenações de juventude, mas não conseguimos envolver todas as juventudes que estão no campo. Esse programa atende, hoje, 7.500 jovens. Além disso, há grande necessidade de esporte e cultura no campo, que também são essenciais. Estaremos promovendo, no próximo ano, a Olimpíada Nacional da Juventude Rural, casada com esporte e cultura. Para além da disputa esportiva, queremos discutir uma política de esporte para o campo.

Para finalizar, gostaria de convidá-los e convidá-las para o nosso 12º Grito da Terra Brasil. Como parte do Grito da Terra estaremos promovendo o Encontro Nacional do Programa Jovens Saber, no qual reuniremos 500 jovens, um representante de cada turma – grupos que se formam de cinco a dez jovens. Esse jovens são representantes da primeira turma que está encerrando a capacitação, composta por seis módulos. Também quero convidá-los e convidá-las para a Feira Nacional da Agricultura Familiar promovida pelo MDA, quando estaremos expondo resultados do Consórcio Social da Juventude Rural.

Severine Carmem Macedo – Coordenadora da Juventude da Fetraf-Sul e da Fetraf-Brasil.

Para a Fetraf, o debate sobre a juventude não é novo. Não foi somente a partir da criação da Fetraf-Brasil/CUT, em novembro de 2005, que começamos a pautar o tema, pois a história dos rurais na CUT antecede à criação da Fetraf-Brasil e existe há mais de 20 anos. Os espaços organizativos da juventude no movimento vêm sendo construídos em vários municípios e microrregiões de abrangência do sindicalismo combativo, com mais força no Sul do Brasil, mas que se expande e fortalece em vários outros estados e regiões a partir da criação da Fetraf-Brasil. Regiões que pautam esse tema dentro das estruturas da federação de forma muito positiva e que têm trazido resultados do ponto de vista organizativo e também do acesso às políticas públicas.

Penso que essa organização da juventude rural se diferencia um pouco da organização da juventude dos setores urbanos, onde os jovens se organizam a partir das questões culturais e para além do mundo do trabalho. No campo os jovens partem do espaço da produção, da prática do dia-a-dia. As necessidades que esses jovens enfrentam se configuram em um conjunto de demandas e pautam a necessidade da organização para avançar na conquista de direitos. E não é só a terra, nem apenas o crédito, mas é um conjunto de políticas, desde a terra e o processo produtivo, até o acesso ao lazer, à cultura, ao esporte, à educação, à saúde, dentre outros. É preciso agir na globalidade.

Dialogamos com várias universidades e vários pesquisadores, e percebemos a confirmação de um conjunto de questões que enfrentamos na agricultura, as dificuldades, as demandas, as perspectivas e os desafios. Isso mostra que a universidade dialoga com a realidade, e mostra de forma muito mais sistematizada uma realidade com a qual nos deparamos no cotidiano e debatemos em nossa organização, em nossa base, nas comunidades onde vivemos. Acreditamos ser fundamental esse empenho da academia em contribuir na divulgação, na reflexão e dar mais visibilidade ao tema.

Temos dialogado, também, com a Secretaria Nacional de Juventude, e dentro do próprio Conjuve, sobre a necessidade da realização de mais pesquisas, mais estudos voltados para a juventude rural. As pesquisas realizadas nos setores de juventude são muito positivas, mas feitas a partir dos grandes problemas detectados nos jovens brasileiros, das principais políticas para a juventude. A juventude rural ainda está invisível nesse processo. O acúmulo que as organizações trazem para o governo, e que acaba pautando as questões dos jovens do campo, é positivo mas não trata o tema em sua totalidade.

Mesmo assim, acredito que tivemos avanços significativos no governo Lula, com a criação do Conselho Nacional de Juventude, da Secretaria Nacional de Juventude e de vários programas específicos para os jovens. Há, por exemplo, o recorte que o MDA dá para o debate sobre juventude, com importantes políticas, como o programa Nossa Primeira Terra e o Pronaf Jovem, apesar de fazermos uma forte crítica a esses programas, que ainda estão muito engessados e não dão conta das necessidades existentes tanto na área do crédito quanto no acesso à terra.

Percebemos que os problemas vividos no dia-a-dia da roça, pela juventude rural, se configuram, basicamente, em três grandes blocos. A principal questão é a dificuldade da renda, devido a um modelo de desenvolvimento excludente e um modelo tecnológico que não gera condições para que os jovens possam permanecer no meio rural com dignidade, com um trabalho que seja rentável, que respeite o meio ambiente, que leve em consideração a diversidade que existe no meio rural. A questão do modelo produtivo é o problema central que influencia a saída do jovem do campo.

Uma segunda questão, e não menos preocupante, é a quase ausência de políticas públicas – e incluo aqui as várias que já foram citadas –, a precariedade das existentes e a dificuldade de acesso às políticas gerais para a juventude, tanto as concentradas nas regiões metropolitanas quanto as da agricultura acessadas pelos pais.

Um terceiro ponto está relacionado às questões culturais do machismo e do patriarcalismo, ainda muito fortes, que aparecem na relação com a família e impedem o respeito aos jovens e suas opiniões dentro da propriedade.

Esbarramos, ainda, na visão do jovem como futuro. Infelizmente, é muito forte essa concepção na família, na escola, na comunidade, na sociedade e na maioria das organizações de que somos jovens e vamos “ser” alguém, um dia: “somos o futuro”. Para nós, o tema da sucessão na agricultura familiar é central. Defendemos a agricultura familiar, um setor importantíssimo para a sociedade, e os jovens fazem parte dela. Porém, não podemos olhar só para o futuro. Precisamos perceber esses jovens como o “agora”, vivendo no seu tempo, com um conjunto de demandas e necessidades concretas de manutenção da terra. Devemos ser respeitados como protagonistas e não apenas como coadjuvantes.

A nossa organização da juventude tem trabalhado muito o processo organizativo para superar esses sérios problemas. Apesar do desejo de ficar, esse conjunto de problemas diminui as perspectivas de permanecermos no campo e nos vemos na condição de ter que ir buscar nossos sonhos na cidade, onde, na maioria das vezes, não os encontramos. Hoje de manhã, na oficina, debatia-se a questão do êxodo e uma companheira falou sobre a necessidade de também se fazer estudos sobre os jovens que foram bem-sucedidos na cidade, que conseguiram estudar e ter uma profissão. Isso é muito bom, mas reflete uma minoria. De modo geral os jovens que migraram para as cidades vivem em condições precárias.

Acreditamos que os jovens devam ter seu espaço de articulação e de defesa de suas pautas específicas, obviamente integradas com o todo. A Fetraf aposta nisso e vem construindo espaços para que isso aconteça, porque mesmo fazendo parte de uma organização – e nós estamos na Fetraf porque apostamos nela como ferramenta de luta, assim como os jovens estão dentro do MST porque apostam numa proposta do MST – há necessidades específicas. Mesmo participando do debate maior da luta de classe, sobre que projeto de desenvolvimento queremos, devemos articular as pautas e os espaços da juventude para não ficarmos secundarizados. As políticas gerais estão aí, mas a juventude continua de fora. Não dá para cair na discussão de que todo mundo participa dos processos organizativos próprios e das lutas globais, se não criarmos condição para que o jovem participe efetivamente. Sentimos isso dentro da nossa história e da nossa organização. A partir do momento em que discutimos, colocamos a pauta na mesa, conseguimos trazer a juventude para dentro do sindicato. Para além de um coletivo de jovens fazendo as políticas gerais, as coisas começaram a mudar e conseguimos dar visibilidade para a juventude dentro e fora da organização.

Na maioria dos casos, as organizações acabam minimizando alguns setores importantes como o da juventude e o das mulheres, como o debate de raça, de etnia e de orientação sexual. É óbvio que não podemos cair no gueto, no isolamento, e só discutirmos o que nos interessa especificamente. A juventude não pode discutir só a sua pauta. Tem que ser reconhecida como direção e poder estar nos espaços efetivos que conduzem o movimento e que intervêm na política geral da federação, do movimento etc. Precisamos, sempre, conciliar o geral e o específico. Portanto, nosso exercício tem sido o de organizar os espaços específicos da juventude com as suas pautas de políticas públicas e políticas de geração de renda; aumentar a inserção da juventude dentro das direções sindicais e das organizações da agricultura familiar e da própria política. Esse, aliás, tem sido um fator muito positivo, que tem impulsionado o avanço da visibilidade e do reconhecimento da juventude para a concretização de um conjunto de políticas estruturantes que dêem conta das reais necessidades da juventude. Entretanto, devemos estar sempre comprometidos, sendo protagonistas na luta para a construção de um novo projeto de desenvolvimento sustentável e solidário.

Agora, não pode existir um grupo de pessoas adultas discutindo para os jovens. Deve-se discutir com os jovens em espaços onde eles possam debater com as outras gerações, mas também propor e aprofundar as suas pautas e demandas. O debate deve ser para, de e com os jovens.

Gostaria, também, de destacar algumas importantes ações que a Fetraf desenvolve no campo da educação, por meio de convênios com universidades e escolas técnicas. Juntos, promovemos o acesso ao ensino fundamental voltado para a realidade da agricultura com o Projeto Terra Solidária. Através da Secretaria Nacional da Juventude, discutimos a participação na campanha de alfabetização do governo federal com o objetivo de contribuir para a erradicação do analfabetismo no campo. Estamos desenvolvendo experiências na área de geração de trabalho e renda, com experiências piloto na área da agroindustrialização de leite e na área de turismo rural. Poderíamos ficar citando um conjunto de ações, mas queremos ressaltar que existem muitos jovens se organizando e com experiências riquíssimas.

Realizamos, também, vários encontros, acampamentos e seminários que mobilizam muita gente. Às vezes, nos surpreende o número de jovens que algumas regiões mobilizam, contrapondo o discurso fácil utilizado por muitos dirigentes de que não existem mais jovens nas comunidades ou que os jovens não querem participar. Isso cai por terra quando se criam mecanismos para que os jovens se apropriem e participem do

processo. A juventude rural está tomando para si o seu tempo, ampliando seus espaços de direção, mostrando a sua cara e participando.

Chamamos a atenção para a necessidade de avançar na construção das políticas específicas para a juventude, reconhecendo o direito de permanecer no campo. Devem ser criadas condições que nos permitam optar entre ir para a cidade ou ficar na roça, produzir, ter acesso à terra, ao crédito, ao acompanhamento técnico etc., e também condições de acesso à educação, à cultura e ao lazer. Essas políticas devem ser estruturantes para que possamos ir fundo nos principais problemas da agricultura e não ficarmos, eternamente, agindo nas conseqüências causadas pela ausência dessas políticas e no que esse projeto de desenvolvimento acarreta para a agricultura familiar.

Para terminar, gostaria de chamar a atenção para alguns desafios, como a necessidade de organizarmos espaços específicos onde os jovens possam se identificar, construir uma identidade coletiva, pautar suas necessidades dentro e fora das organizações, dentro do governo, dentro da sociedade, sem cair no isolamento e nas reivindicações setorizadas e tendo presente a luta de classes. Espaços que possibilitem desenvolver a capacidade de diálogo com outras gerações, com outras organizações de jovens do campo ou da cidade, para tornar cada vez mais visível a problemática da juventude rural. Espaços para debater a educação, que não deve ser descolada da realidade vivida na roça, mas uma educação do campo, que valorize os conhecimentos e as culturas que temos acumulado. O campo, a roça, além de espaço de produção é um espaço de vida.

Há a necessidade de se pensar a globalidade das políticas para juventude e chamar a atenção do governo federal para que garanta o recorte de juventudes urbanas e rurais. Hoje, as grandes políticas para a juventude são discutidas pelo governo a partir de uma perspectiva urbana e, depois, adaptadas ao campo, assim, continuamos à margem. O Consórcio Social da Juventude é um exemplo disso. Discutindo o programa, esbarramos numa série de dificuldades para a sua aplicabilidade porque ele não foi pensado para a realidade rural.

No Conjuve estamos realizando um exercício interessante. No debate sobre a instalação das câmaras temáticas – que aprofundam o debate acerca das políticas de juventude dentro do Conselho – foi proposto o seguinte: todos deveriam ter um olhar sobre as políticas públicas para o campo, para a cidade e para as diversidades que compõem as juventudes. O exercício é muito interessante, mas sem dúvida será um desafio a incorporação do todo. Contudo, acreditamos que essa medida é muito mais interessante do que criar um grupo isolado da juventude rural. Vai ser um processo difícil, nem todo mundo

tem esse acúmulo – nós mesmos não temos acúmulo sobre outros setores de juventude. Esse exercício tem que ser feito na universidade, no governo, onde se discute política pública, e em nossas organizações.

Quero reafirmar a importância deste seminário e tirar daqui algumas questões que nos unificam. São diferentes papéis, o da universidade e o dos movimentos, mas acredito que, juntos, podemos avançar e dar mais visibilidade para os problemas, as necessidades, os desafios e as perspectivas dos jovens rurais brasileiros. Espero que consigamos avançar para possibilitar a vida para a agricultura familiar.

Regina Novaes – Presidente do Conjuve e Secretária Executiva da SNJ⁴.

Gostaria de parabenizar o CPDA, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o Nead, o Ministério do Desenvolvimento Agrário pela realização deste Seminário. Vocês conseguiram – ao juntar nessa mesa a Fetraf, a Contag e o MST – o que a Secretaria Nacional de Juventude, que também apóia este evento, não conseguiu por ocasião da composição do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve). O MST foi convidado. Porém, tanto o MST quanto a Via Campesina não estão no Conjuve porque, justamente naquele momento, as suas organizações estavam se retirando de todos Conselhos governamentais. Nós respeitamos, compreendemos, por isso continuamos nosso diálogo em vários outros espaços.

João Paulo Rodrigues – Temos nos encontrado em outros espaços, como aqui no CPDA.

Regina Novaes – De fato. Cada um fala de seu lugar social determinado e a aproximação se dá a partir de certos valores comuns. Assim, perde quem aposta na divisão, na intolerância, e ganha quem reafirma a importância de prosseguir o debate. Neste, e em vários outros espaços, o desafio é refletir e encontrar caminhos para a inclusão e participação dos jovens do campo. É claro que o MST e a Via Campesina fazem falta no Conselho Nacional da Juventude. Quem sabe, no futuro, o Conjuve possa ainda contar com estas importantes presenças. Eu torço por isto. Mas, vamos agora ao nosso tema de hoje.

Estar no CPDA me faz lembrar de acaloradas discussões sobre bandeiras de luta e organizações dos trabalhadores no campo. Relembrar polêmicas

⁴ Funções desempenhadas na ocasião da realização do Seminário.

sobre “a questão agrária”, faz lembrar da trajetória da categoria “camponês” e ajuda a pensar o processo de construção da categoria “juventude” como categoria política. De alguma forma, pode-se comparar a historicidade do “ser jovem” hoje com a questão do “ser camponês” nos anos 1960. Recobrando outras várias denominações locais e acrescentando significados políticos, a categoria camponês teve no Brasil um importante papel histórico em um momento que havia uma disputa em torno de nomeações e expectativas de futuro para os trabalhadores do campo. As pesquisadoras Nazareth Wanderley, Anita Brumer, Regina Bruno, Leonilde Medeiros, Maria José Carneiro, entre outros e outras aqui presentes, sabem bem do que estou falando.

O Movimento Camponês fez nascer o campesinato no Brasil, disseram alguns analistas da época. Era óbvio que não se estava falando apenas de uma categoria econômica, descritiva, empiricamente demonstrável. Afinal, o campesinato é parte constitutiva da sociedade feudal e as formas de produção familiar – com vários nomes e com sua diversidade interna – estão presentes em diferentes sociedades capitalistas. No Brasil dos fins dos anos 1950 e início dos 1960, o “camponês” nasceu como ator político, passou a contar nas disputas políticas. Em sua tese de doutorado, Moacir Palmeira explorou bem este debate. Naquele momento em que se inventava o “campesinato” no Brasil, discutiam-se “vias de desenvolvimento”, o “caráter na revolução brasileira” e Reforma Agrária. A bandeira da reforma agrária evoca a intervenção do Estado, envolve planos e metas, entra na agenda como demanda de política pública. De certa forma, a reforma agrária foi a primeira demanda de “política pública” que se explicita no debate sobre as vias de desenvolvimento do Brasil. Em resumo, certas condições sociais favorecem a criação de um ator social com demandas e propostas específicas de política pública.

Os sentidos e significados do “ser jovem” variam em diferentes tempos históricos. Entre os mortos e desaparecidos do período da ditadura militar, a maioria era cronologicamente jovem. Faziam parte de vanguardas, de minorias que movem a história, que fazem a história se mover. Mas, com exceção do movimento estudantil, não era através do recorte geracional que aqueles jovens se apresentavam no espaço público. É neste sentido que a idéia de PPJs é nova. Hoje assistimos à invenção da “juventude como sujeito de direitos”. Em outras palavras, a partir da ação de mediadores e por iniciativa de determinados movimentos juvenis, há uma “juventude” que se reconhece enquanto tal a partir de demandas comuns e da reivindicação de direitos específicos. Esta nova categoria política vem acompanhada por uma nova sigla:

as PPJs. Ou seja, falar em “juventude” no plano do reconhecimento de demandas e direitos é falar em Políticas Públicas de Juventude. Esse nome e essa sigla começam a aparecer na agenda pública e no vocabulário da cidadania.

Contudo, é preciso sempre lembrar que a existência da juventude como ator social não pressupõe homogeneidade entre os jovens. Certamente, os camponeses nos anos 1960 tinham características localmente bem diferenciadas. São evidentes as diferenças entre os participantes do Movimento Sem Terra, do Rio Grande do Sul, do tempo do governador Brizola, e os participantes os das Ligas Camponesas da Paraíba ou de Pernambuco do tempo de Arraes. Porém, os jovens demandantes de PPJs são ainda mais diferentes entre si. Afinal, para além das disparidades regionais, no seio da juventude brasileira estão presentes diferenças e desigualdades sociais, estruturais e históricas. Em outras palavras, origem social, situação econômica, relações de gênero, relações étnicas e raciais, pertencimento religioso, orientação sexual, diferenças entre campo e cidade também precisam ser levadas em conta quando falamos de juventude. As mudanças no campo religioso brasileiro, por exemplo, acarretam experiências inéditas para os jovens de hoje que experimentam várias possibilidades de reafirmar ou não a religião dos seus pais. Inclusive nos assentamentos, como mostram alguns estudos. Também, no interior do que chamamos genericamente “juventude rural” também existem desigualdades e diferenças em termos de cor, etnia, gênero, deficiências, orientação sexual, disparidade regional, local de moradia. A “juventude de hoje” é marcada pela heterogeneidade. Por isso mesmo, é preciso evitar substantivações, essências... É preciso resgatar contextos, processos, apostas políticas.

Com toda as desigualdades e diferenças presentes entre os jovens, quais são os marcos geracionais compartilhados? Vejamos três dos muitos aspectos do mundo de hoje que marcam a diferença da condição juvenil desta geração em comparação a gerações e configurações sociais anteriores.

1. *“Ser jovem hoje” é ser afetado pela existência do narcotráfico e pelos interesses da indústria bélica.* Isso significa o seguinte: existe hoje, no mundo pós-capital industrial, uma rede mundial ligada ao narcotráfico. Existem lugares em que se planta, lugares que se produz quimicamente. Vários tipos de consumo e de comércio. Mas esta rede se faz presente em todo lugar do mundo. A economia mundial não se explica sem que o fluxo financeiro do narcotráfico também seja levado em consideração. Por outro lado, o narcotráfico não teria as mesmas repercussões sociais se não estivesse ligada à indústria bélica. Como Giddens chamou a atenção, em seu livro intitulado *As conseqüências da*

Modernidade, nenhum de nossos teóricos clássicos – Marx, Durkheim, Weber – considerou os efeitos da indústria bélica na geopolítica mundial do século XX. Hoje, João Paulo Rodrigues, do MST, ao nos informar sobre as bandeiras da juventude do MST citou: “Contra a guerra e contra o imperialismo”. Esta “guerra” tem a ver com os interesses da indústria bélica de hoje. Certamente, drogas e armas atingem sobretudo os mais vulneráveis que habitam as periferias e favelas urbanas. Mas há indícios de sua presença nas pequenas cidades e até no campo. Estamos vivendo um tempo em que se misturam diferentes tipos de violência: as clássicas milícias privadas dos proprietários de terra e as motos que atravessam estradas vicinais a serviço do comércio de drogas ilícitas. Neste contexto, ser jovem é ser suspeito. Polícias despreparadas, corruptas e violentas povoam o cotidiano desta geração que demanda PPJs. Fenômenos associados: o narcotráfico, a indústria bélica e as práticas policiais inadequadas produzem, nessa juventude de hoje, o medo de morrer de uma maneira precoce e violenta. Surge assim a necessidade de políticas públicas específicas voltadas para a vida segura dos jovens de hoje.

2. Por outro lado, *“ser jovem hoje” é compartilhado do “medo de sobrar”*. Uma grande reestruturação produtiva mudou o mundo do trabalho. Neste sentido, nas cidades e no meio rural, ser jovem hoje é muito diferente do que ter sido jovem há trinta anos. Não é à toa que o MST tem a simpatia de moradores da cidade que conhecem o desemprego, o subemprego e a violência. Hoje o MST recruta uma parcela de seus jovens quadros nas periferias e favelas. Antes só era legítimo pensar em acesso à terra para quem havia resistido no campo. Hoje, através de ocupações, se abre a possibilidade de que, pessoas excluídas da sociedade, que vivem nas periferias urbanas, venham a trabalhar no campo. Neste contexto, para esta geração existe a possibilidade de partilhar de uma revalorização do campo em relação às cidades. De fato, em um tempo de mercado de trabalho restritivo e mutante há um olhar para o campo que não existia trinta anos atrás. Neste cenário, surgem diferentes formas de cooperativismo e novas ocupações rurais não-agrícolas que passam a fazer parte de uma chave de leitura mais abrangente: a da chamada economia solidária. Outro elemento da contemporaneidade importante de valorização da área rural é a questão do meio ambiente. A questão da ecologia remete à questão agrária e confere com um sinal positivo às distintas formas de pequena produção. Contra os “venenos” do agronegócio, surgem as alternativas sustentáveis da agroecologia. Este vocabulário não se restringe aos jovens, mas são eles os mais interessados em disseminá-lo. São eles que têm maior predisposição para incorporar o ideário ecológico e para desco-

brir novas formas de renda. Certamente porque – em um tempo marcado por altas taxas de desemprego – eles já não têm tantas ilusões com as migrações (sazonais ou definitivas) para os centros urbanos. Assim, jovens do campo são atingidos pelo fenômeno da precarização, mutação e desemprego urbano. Neste contexto, ficar é assumir demandas de acesso à terra, de crédito agrícola e assistência técnica que lhes permita se contrapor e resistir aos interesses do agronegócio. O que pode ser reforçado por meio de demandas de políticas públicas de juventude.

3. Ser jovem é poder sentir-se desconectado em um mundo conectado. Internet, conexões virtuais, CDs e DVDs mudam as maneiras de estar no mundo, mudam o tamanho do mundo. Por exemplo, o massacre de Eldorado dos Carajás chegou rapidamente ao mundo inteiro. Foi noticiado primeiro lá fora e só depois é que a reação foi para dentro do país. Para os movimentos sociais, diminui o isolamento do qual tanto se falava no passado e abrem-se possibilidades de criação de redes virtuais de apoio e de pressão. É óbvio que a exclusão digital no Brasil é um fato. Contudo, ser jovem em um tempo que existem e se ampliam estes meios faz muita diferença. Há mudanças na linguagem e no imaginário. Uma boa parte dos jovens de hoje se comunica pela Internet no sindicato, ou em uma ONG, ou na igreja, nos Projetos Sociais ou nas casas especializadas etc. Ora, para o jovem do mundo rural, o tensionamento de fronteiras geográficas e culturais tem múltiplas conseqüências. Ser jovem hoje é viver em um tempo que existe uma outra lógica de circulação de informações, uma outra forma de estar no mundo. Para isto – para o bem e para o mal – colabora a televisão. Por um lado, “Rebeldes”, a novela mexicana – como foi colocado aqui ontem – faz parte do imaginário de uma parcela de jovens e adolescentes do campo. Por outro, o acesso à cultura, ao lazer e às novas tecnologias passa a fazer parte das demandas dos jovens do campo. Atenuar a sensação de desconexão no mundo conectado (que eles precariamente já experimentam) torna-se uma reivindicação dos jovens do campo. Neste contexto também que surge o sonho da compra de uma motocicleta para ir e vir entre os espaços urbanos e rurais. Em uma alusão ao Programa Minha Primeira Terra, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, não sem ironia, em um encontro que participei surgiu a idéia do Programa Minha Primeira Moto, para os jovens do campo. Além do mais, disseram: a moto é fundamental para arrumar namorada, pois é grande a competição no campo onde há mais homens do que mulheres.

O mais importante salientar aqui é que – tanto na cidade quanto no campo – as três dimensões enumeradas acima afetam as juventudes. E é isso que

faz surgir a idéia de Políticas Públicas de Juventude. Junto com a idéia de PPJs, vem a necessidade de se construir um específico olhar, uma perspectiva, para operar com distintos feixes de relações e atores sociais envolvidos na elaboração e implantação destas políticas. A chamada perspectiva geracional, como a perspectiva de gênero, é relacional. Demorou muito tempo para que se entendesse que a equidade de gênero não era uma questão só das mulheres mas implicava mudança de relações entre homens e mulheres. Certamente ainda há muito caminho a percorrer para que a perspectiva geracional seja compreendida como uma via para que se estabeleçam novas relações entre jovens e adultos e entre diferentes segmentos de jovens. Contudo, é urgente iniciar as interlocuções necessárias. Para tanto, são necessárias duas interlocuções simultâneas: uma intergeracional e outra intrageracional.

A interlocução intergeracional é de aproximação, diálogo e negociação entre pais e filhos, mestres e alunos, gestores de políticas públicas de gerações diferentes, jovens presidiários e agentes penitenciários, coordenadores e “beneficiários” de programas sociais etc. Nestes espaços, é preciso construir alteridade, reconhecer a diferença e valorizar distintas experiências geracionais. Conflitos em torno de idéias e práticas de produção (tradicionais, ecológicas, uso de agrotóxicos), tensões entre ir ou ficar no roçado e na casa paterna existem no mundo rural e poderiam ser mais bem encaminhadas através do diálogo intergeracional. No que diz respeito à política, o diálogo intergeracional permite que jovens reconheçam a experiência histórica e as conquistas das gerações anteriores, mas também que os adultos ouçam os jovens sobre novas formas de participação. Afinal, toda a experiência geracional é inédita, ninguém sabe o que é ser jovem hoje, a não ser quem é jovem hoje. Adultos e jovens são reeducados nesse processo. A escuta deve ser mútua.

Tais interlocuções interessam a toda sociedade. Afinal, como um espelho retrovisor, a juventude reflete a sociedade. Se a juventude brasileira é um espelho retrovisor da sociedade à qual ela pertence, a juventude rural também é o espelho retrovisor de históricas relações de subordinação entre o campo e a cidade. E, ao mesmo tempo, como esse momento do ciclo de vida se caracteriza pela busca de emancipação, pela construção de identidades, pela escolha de valores e estilos, a juventude também pode ser vista como um espelho agigantador – espécie de lente de aumento – dos paradoxos e desafios de uma determinada configuração social e, particularmente, dos processos sociais agrários. Este espelho agigantador revela com mais intensidade tanto os problemas quanto as potencialidades da sociedade de seu tempo.

Reconhecer na juventude as diferenças e desigualdades que espelham e revelam a sociedade é admitir que nenhum segmento juvenil específico pode falar por toda a juventude. Com efeito, para além dos marcos geracionais comuns, há muitas distâncias a serem percorridas entre os próprios jovens. Por exemplo: não há como negar as especificidades que distanciam jovens rurais e jovens urbanos. Por isso mesmo, coloca-se a necessidade do já citado diálogo intrageracional que – sem o objetivo de apagar ou camuflar as diferenças – construa pontos de unidade na diversidade. O importante é a identificação de demandas gerais e específicas que possam ser encaminhadas para diferentes instâncias do poder público como interesses de uma geração. Para tanto, é necessário ultrapassar preconceitos, discriminações e intolerâncias que existem entre os próprios jovens. Hoje já há movimentos sociais, como o MST, promovendo diálogos entre jovens urbanos e rurais. Assim como no âmbito de um evento promovido pelo Programa Pontos de Cultura do Ministério da Cultura, algumas atividades foram promovidas pela UNE, pelo Movimento Hip Hop e pelo MST.

A partir destas duas interlocuções, podemos falar em Políticas Públicas “de”, “com” e “para”. *Políticas para a juventude*. Há uma grande parte da juventude que está longe desse debate e é socialmente vulnerável. Para eles e elas, é preciso que o Estado dê conta de promover políticas emergenciais de educação e de preparação para o mundo do trabalho. *Políticas de Juventude*. Isto significa levar em conta as especificidades históricas desta geração juvenil. Um exemplo: o acesso à saúde para a juventude – sobretudo no que diz respeito às questões relacionadas à DST-AIDS e gravidez indesejada – tem que levar em conta os padrões sexuais da juventude atual. Outro exemplo: um programa de acesso à terra para os jovens do campo tem que levar em conta particularidades da atual geração juvenil que vive no campo. Isto é, junto com o acesso à terra tem que vir o acesso à cultura, aos meios digitais e à possibilidade de produzir em padrões compatíveis com o século XXI. A jovem conselheira Elenice, representante da Contag no Conjuve, nos deu aqui neste Seminário um exemplo de um grupo de jovens que iniciou coletivamente uma criação de cabras, identificando um nicho de mercado para o queijo de cabra. Em outras palavras, as políticas públicas de juventude devem incorporar a especificidade da experiência da atual geração juvenil. *Políticas com a juventude*. As políticas públicas para e de juventude devem ser pensadas e executadas com a juventude. Falar de políticas públicas para crianças, é falar sobretudo de proteção. Falar de Políticas Públicas de Juventude, é falar sobretudo em participação. Nesse momento do ciclo de vida, caracterizado pela busca de emancipação,

a participação é fundamental. A jovem conselheira Severine, representante da Fetraf, afirmou que o tema da “participação” está presente em todas as Câmaras Temáticas do Conselho. Este é um desafio, além de ouvir os jovens, é preciso ampliar a participação e oferecer capacitação para torná-los também gestores das políticas a eles dirigidas.

Em nível federal usa-se a expressão “Políticas de Juventude”. Esta é uma aposta: espera-se que, com o tempo, se possa superar o “para” (que se refere às políticas emergenciais) e pressupor o “com” (que hoje se circunscreve a apenas uma parcela de jovens participativos). Várias iniciativas do poder público e da sociedade civil vêm atuando na construção de uma Política Nacional de Juventude, da qual todos os jovens brasileiros, de 15 a 29 anos, são potencialmente beneficiários. Institucionalmente, em fevereiro de 2005, foi sancionada pelo presidente da República a lei que cria:

a) a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República, cuja tarefa principal é articular e supervisionar os Programas e Ações voltados para os/as jovens;

b) o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (o ProJovem) um programa de caráter emergencial voltado para jovens de 18 a 24 anos, excluídos da escola e do mercado de trabalho. da Política Nacional da Juventude;

c) o Conselho Nacional da Juventude com caráter consultivo, com composição intergeracional, cuja razão de ser é fomentar estudos, propor diretrizes, validar e avaliar políticas públicas de juventude.

A ação do Conjuve, que neste momento tenho a honra de presidir, está na confluência entre sociedade civil e poder público. Por isso mesmo, talvez fosse mais correto designá-lo de Conselho Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Conselheiros e conselheiras da sociedade civil devem estar em conexão com os movimentos e segmentos com os quais estão identificados. Mas o Conjuve não pode e nem deve substituir organizações, redes e movimentos juvenis. Como em uma via de mão dupla, ao mesmo tempo que se aperfeiçoa, o Conselho Nacional de Juventude tem tido um papel indutor de processos participativos e orgânicos em nível estadual e municipal.

No Conjuve, vinte lugares foram reservados para o poder público. Sobre os representantes governamentais não havia muitas dúvidas. Já para as organizações da sociedade civil foram reservados 40 assentos⁵. Apesar do

⁵ Sobre a composição do Conjuve, consultar o *site* da Secretaria Nacional de Juventude.

número generoso, esta composição representou um grande desafio. Afinal, na montagem do primeiro Conselho Nacional de Juventude da República Brasileira, foi preciso levar em conta as desigualdades sociais, diferenças culturais, disparidades regionais, especificidades do campo e das cidades. Enfim, as nomeações foram feitas visando a mais ampla combinação de múltiplos critérios e variáveis. Diversidade de temas, segmentos e de territórios foram considerados sempre que possível.

E como a relação campo-cidade tem sido tratada no Conjuve? Resolvemos não isolar a questão dos jovens rurais em um Grupo de Trabalho ou Câmara Temática específica. Nossa opção é que os jovens rurais estejam em todas as Câmaras. Na Câmara 1, intitulada “Desenvolvimento Integral: Educação, Trabalho, Cultura e Tecnologia da Informação”; na Câmara 2, intitulada “Qualidade de Vida, Esporte, Lazer, Saúde e Meio Ambiente”; e, na Câmara 3, intitulada “Vida Segura: Direitos Humanos e Valorização da Diversidade” serão tratadas as especificidades da juventude rural. Ou seja, nós estamos trabalhando com a idéia de que não é porque os jovens rurais representem uma minoria estatística da juventude eles podem estar num lugar menor. A idéia é conectar as questões dos jovens rurais com as questões da atual geração juvenil.

Para finalizar, vale a pena salientar que o processo de conhecimento e reconhecimento das juventudes brasileiras está em curso. E, como não poderia deixar de ser, seu futuro contém várias virtualidades. Se retomarmos a comparação com o que se passou com a identidade política camponesa, observaremos nas últimas décadas muitos os fluxos e refluxos das lutas pela reforma agrária. Outras denominações surgiram, bandeiras se modificaram. Por sua vez, a consistência ou a fragilidade da “juventude” – como categoria social que demanda específicas políticas públicas – dependerá da formulação de demandas e da capacidade de implementação de PPJs pelo poder público em nível federal, estadual e municipal, sempre que necessário em parcerias com movimentos e organizações da sociedade civil. O que, por sua vez, também dependerá da capacidade de aglutinação e do poder de pressão da juventude, enquanto categoria política.

Frente às incertezas do século XXI, sobretudo no que diz respeito às questões do meio ambiente, agroecologia, economia solidária, inovadoras unidades produtivas, combinação de atividades e ocupações, sociabilidades comunitárias, territoriais e formas de solidariedade, os (as) jovens rurais – em sua heterogeneidade – poderão contribuir com suas experiências específicas para a consolidação das demandas gerais dos jovens de hoje.

Debate

Anita Brumer – Gostaria de fazer dois comentários. Primeiro, é uma provocação ao João Paulo. Quero fazer a defesa do movimento em privilegiar uma demanda de algumas particularidades, como a questão do jovem, a questão da mulher, a questão de gênero, e eventualmente, a questão da criança. Políticas públicas que visam resolver algum problema de discriminação e desigualdades que vêm ocorrendo no tempo são necessárias para reverter esse processo. E elas não necessariamente implicam migração de uma demanda do todo, da problemática central. O fato de reivindicar para o jovem, não significa negar a luta pela terra para o conjunto.

A outra provocação é para todos os movimentos sociais. Pego o gancho da Regina Novaes, embora já tivesse pensado nisso antes. Na verdade, acredito que devemos lembrar que o acesso à inclusão de problemáticas consideradas relevantes nas pautas dos municípios e das regiões não passam pela relação com o governo federal. Vou dar um exemplo. Recentemente, fui à Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul atrás de recursos para viabilizar a pesquisa de vários pesquisadores sobre juventude rural e mulher rural, questões de relações de gênero no meio rural. Há um edital lançando o Procoeder (Programa Cooperativo de Desenvolvimento Rural dos Países do Cone Sul) que exige uma parceria da universidade com um Conselho de Desenvolvimento Regional. A universidade só pode fazer um projeto que tenha sido demandado pelo conselho. Então, fui olhar as demandas feitas pelos conselhos, que são de uma pobreza lamentável. Por exemplo, na região do Alto do Jacuí – onde está localizada Porto Alegre e eu poderia fazer o pedido – o único tema proposto é o de “pesquisa e gestão na área da saúde”. Como se outros problemas não existissem! No litoral norte, para o Conselho de Desenvolvimento Regional existe a questão da recuperação da história do município. Senti falta das problemáticas de jovem, de gênero, de emprego, de lazer, de condições de sociabilidade. O Conselho de Desenvolvimento depende de uma demanda popular das próprias regiões, que começam pelo município.

Paulo Mansan – Sou natural do Rio Grande do Sul e estou na Paraíba. Fiz minha inscrição para pontuar algumas coisas sobre alguns programas aqui citados: o Nossa Primeira Terra, o Pronaf Jovem e o Consórcio Social. Antes, quero parabenizar o governo federal, por ser o primeiro governo na história a fazer alguma coisa pela juventude rural. Continuo minha intervenção, utilizando-me da fala de nossa companheira Elenice,

da Contag: “O único problema é que esses programas têm restrições que não se adequam à nossa realidade.”

Primeiro, quero falar sobre o programa Nossa Primeira Terra. Baseado nos programas do governo anterior Crédito Fundiário, Cédula da Terra e Banco da Terra, foi aperfeiçoado, maquiado e tornou-se o Nossa Primeira Terra. Resumindo, possui os mesmos fundos de financiamentos e é a reforma agrária do Banco Mundial. A Rede Social de Pesquisa fez uma pesquisa sobre o crédito fundiário do Banco Mundial. Com 2.300 questionários, aplicados em todo o Brasil, apresentou os seguintes dados: 35% dos camponeses não escolheram a terra; 70% são jovens e estão endividados; 48% das terras são improdutivas; 81% dos camponeses que acessaram o programa não entendem de juros; 46% não produzem o suficiente para comer; 49% não produzem para pagar as dívidas; 48% não têm assistência técnica; 40% nunca receberam assistência técnica.

A PJR é uma das poucas organizações que têm suas coordenações formadas unicamente por jovens e é parte da juventude da Via Campesina. Concordamos com o fracasso apresentado pelos números com relação aos programas de crédito fundiário. Isso sem falar que a luta da Via Campesina, da PJR e do MST não compartilha com a lógica de crédito fundiário do Banco Mundial, do Nossa Primeira Terra, e do acesso à terra proporcionado pelo Banco da Terra, que em muitos casos é a terra comprada de pequenos. Queremos manter todos com raízes na terra. A nossa luta é para desapropriarmos latifúndios, grandes propriedades de terra, produtivas ou não, e não para entrarmos na armadilha do mercado de terras. Lutamos para colocar os trabalhadores para produzirem alimentos para a nação brasileira. Fica aqui um convite para as companheiras e os companheiros da Fetraf e da Contag que se juntem a nós pela universalização da terra, e não para contribuir com a saída dos trabalhadores do campo, consequência desse programa de crédito fundiário. Daqui a algum tempo teremos o MANPT – Movimento dos Atingidos pelo Nossa Primeira Terra –, como já temos o dos endividados pelo Banco da Terra.

Gostaria de falar também sobre o crédito Pronaf Jovem, uma luta de várias organizações, principalmente da PJR, que começou a pautar crédito em 2000, no I Congresso Nacional de Jovens Rurais, em Brasília. No Rio Grande do Sul, um dos poucos estados onde a PJR e outras organizações tiveram um pequeno número de acessos aos recursos do programa, foi uma briga para conseguirmos acessar o programa. Em 2003, quando surgiu o programa, só tivemos dois acessos. Em 2004, só podia ter acesso ao Pronaf Jovem quem

tinha curso técnico ou quem estava fazendo curso. O avanço só aconteceu em 2005, após uma ocupação da secretaria do MDA do Rio Grande do Sul, quando caiu a necessidade do curso técnico restrito às Casas Agrícolas Familiares. A partir dali, podia acessar o Pronaf Jovem quem tinha 100 horas de curso, de vários e diferentes tipos. A PJR acha importante as 100 horas de curso para que o jovem agricultor amplie e qualifique suas noções de planejamento, agroecologia e comercialização para investir na terra, mas o estado tem que garantir recursos e organizações para que esses cursos sejam ministrados.

Gostaria de comentar outro programa: o Consórcio Social da Juventude Rural, de política compensatória. Num universo de 6 milhões de jovens, o Consórcio Social da Juventude Rural deve abranger 5 mil jovens. Se utilizarmos os critérios da Contag que estende a idade até os 32 anos, o universo de jovens do campo vai para 8 milhões. Cinco mil jovens é algo muito insignificante.

O governo Lula é o único que faz alguma coisa, aí está o grande mérito histórico, porque a juventude rural sempre ficou fora do cenário. O problema é que estamos em pauta, mas as políticas não avançam. Todavia, a nossa luta é esta: dar alguns passos e realmente criar políticas públicas que envolvam toda a juventude camponesa. Temos que ter políticas públicas de cultura, lazer, geração de renda, educação, saúde, terra, crédito, reforma agrária por desapropriação que atinja todos os 6 milhões de jovens camponeses. Esse é o nosso desafio, nossa meta, nossa luta.

Eliane de Souza Oliveira – Sou da Bahia, de Presidente Tancredo Neves, a 270 quilômetros de Salvador. Primeiro, gostaria de parabenizar os organizadores do seminário, o MDA, a universidade, porque vi vocês fazendo uma avaliação de tudo que vivi e vivo no campo. Mas quero botar mais fogo no debate, levantar algumas questões. A primeira questão, trazida pela Regina Novaes, é estrutural: a energia elétrica. Em algumas regiões, temos avançado, como no Sul, mas no Nordeste isso é totalmente diferente. A minha comunidade, por exemplo, não tem energia elétrica. Como posso querer que os jovens permaneçam no campo, que produzam, se eles não têm energia em casa? Como posso querer que eles entendam o contexto da globalização, se eles não têm televisão? Na minha casa, por exemplo, como podemos discutir como movimento social, governo e Secretaria Nacional de Juventude, com uma estrutura dessas? As estradas também podem ser usadas como exemplo. Têm jovens que moram a 30 quilômetros da sede do município e vão para a escola em cima de um caminhão pau-de-arara, sem nenhuma condição.

Outro ponto é a questão da relação de gênero, da relação da dependência, e o motivo pelo qual as mulheres saem mais do campo do que os rapazes. O trabalho no campo sempre foi penoso. Os meios de comunicação mostram que o trabalho no campo é o trabalho braçal, o trabalho pesado, de “dar as costas para a enxada o dia inteiro”, de cortar árvore o dia inteiro, de fazer a parte pesada. Então, para as mulheres, isso não é interessante, até por suas condições físicas.

Há, ainda, a questão da educação. Discordo totalmente de que só consigamos enxergar o campo no debate a partir da educação. Não dá para unificar o campo só com a educação! Não dá para dizer que a educação rural é a pedagogia da alternância. Isso está errado porque ela não vai ser uma alternativa para o campo. O jovem que está lá, está preocupado com sua autonomia financeira, com sua renda. Se eu, jovem, tiver uma renda e autonomia para gerir essa renda, não vou querer sair do campo para morar nos grandes centros. Aí, penso em outro ponto: se perguntarmos, dentro da pesquisa, aos 17 milhões de jovens que estão nos grandes centros e são atendidos pelo ProJovem de onde eles vieram, veremos que a maioria saiu do Nordeste, da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia, e estão aqui no Rio de Janeiro, em São Paulo. Costumo sempre fazer uma pergunta nas minhas discussões com a juventude nos estados: quem de vocês tem um parente ou um amigo em São Paulo? Oitenta por cento da sala levanta a mão. Então, quando discutimos a questão do campo não pode ser só a educação. Há um conjunto a ser repensado, que precisa ser construído, e acredito que este é um espaço de construção.

Fico feliz de estar debatendo com quem está lá no campo, vivenciando e presenciando isso. Não são apenas os intelectuais que estão pensando e escrevendo para a juventude. Não sou contra, mas, às vezes, o que pensamos é diferente das práticas da juventude.

José Carlos Pereira – É mais uma questão para o Fabiano Kempfer e, depois, alguns destaques para a fala da Regina Novaes. Fabiano, o tema que apareceu, tanto na fala da Severine, quanto na do João Paulo, foi o modelo de produção. Sabemos que, embora o MDA tenha feito enormes esforços para viabilizar a agricultura familiar, há um foco escolhido pelo governo sobre o modelo produtivo que prioriza o agronegócio. Assim, faço a seguinte pergunta: como o MDA vislumbra a consolidação da agricultura familiar nesse contexto, embora existam pequenos agricultores que estejam vinculados, mas que são extrema minoria?

Na fala da Regina Novaes apareceu muito bem a questão de ser jovem num tempo de violência. No mês passado, fui convidado para falar sobre

juventude num bairro periférico da zona oeste da cidade de São Paulo. O padre que me convidou disse: “Olha, já levei algumas pessoas para falar sobre alguns temas e vários jovens chegaram, durante o evento, sacaram o revólver e perguntaram: padre, o cara vai falar sobre drogas ou não? Outras vezes, quando estava chegando com outro palestrante, aproximavam-se dois ou três jovens motoqueiros e diziam: padre, sobre o quê eles vão falar?”. Essa é uma violência mais explícita. No Vale do Jequitinhonha, onde há vários jovens imigrantes, o campo da violência é mais simbólico. É sabido que muitos deles, ao retornarem para casa, levam uma moto, um aparelho de som. Na semana retrasada, na cidade de Araraquara, fui procurado por dois assessores de deputados de Brasília e um deles me disse: “Olha, várias pessoas estão sendo atropeladas pelos jovens lá do Jequitinhonha com as motos que eles levam.” Não é uma questão, é só um destaque para mostrar que a questão da violência é da maior importância para a discussão, seja na academia, seja nos movimentos sociais.

Rafael Moraes – Gostaria de contribuir para o debate mais geral e falar sobre o tema de políticas públicas, de direito internacional e relacioná-los com o debate sobre juventude. Chamo a atenção para a fala da Regina Novaes e alguns elementos importantes para aprofundar o debate sobre juventude rural e destacar algumas contradições que a juventude rural vive a partir do diagnóstico que aponta a migração de muitos jovens para a cidade.

Primeiro, o debate da condição juvenil. A juventude vive de maneira especial as contradições da nossa sociedade. Uma sociedade onde não cabe todo mundo. Vou dar o exemplo da França: primeiro, os jovens emigrantes não entraram no Estado de bem-estar social; segundo, àqueles que estavam no Estado de bem-estar social lhes foi sugerido a precarização do mercado de trabalho. Logo, vivemos uma contradição. A juventude, um setor que em tese estaria entrando na sociedade, tem seus problemas aumentados e vive as contradições de maneira especial. Não podemos fazer o debate sobre juventude, que demanda políticas específicas, e perder a política mais geral, que é o debate sobre o modelo econômico e sobre o próprio modelo agrário.

Agora, entro no debate mais específico sobre a juventude. Temos, hoje, uma indústria cultural que constrói valores de juventude no padrão urbano, mas como disse a Severine, as políticas públicas de juventude e direitos de juventude rural não podem ser uma mera reprodução/adequação do modelo urbano. A juventude rural já vive uma ofensiva hegemônica que coloca como parâmetros os valores e as identidades da juventude urbana. E esses

problemas de valores atingem tanto a juventude rural quanto a própria juventude urbana, que continua o ciclo de juventude eterna de jovens-adultos, perseguindo padrões de beleza e outras questões.

A partir do debate sobre políticas públicas para a juventude, acho importante falarmos dos programas e da centralidade dada pelo governo Lula ao tema da juventude. No entanto, acredito que devemos ir além, pois não basta buscar políticas para a juventude. Por exemplo, o Programa Primeiro Emprego. Ele teve um grande problema porque esteve descolado de uma política mais geral, de mudança do modelo econômico. Somente o primeiro emprego não resolve, é preciso ter crescimento econômico com geração de emprego. No debate sobre a questão do campo acontece a mesma coisa: não adianta mudarmos a forma de acesso à terra, Nossa Primeira Terra e outras, sem conseguir realizar um debate mais geral sobre reforma agrária e modelo de campo, que enfrentamos de maneira tímida. A relação que devemos ter com o debate sobre PPJ's e suas especificidades não pode ser descolada de uma política mais geral de mudança de prioridades e de modelo de sociedade. Caso contrário, vai fracassar ou ter um limite muito grande no atendimento às demandas da juventude.

Nilson Weisheimer – Tenho uma pergunta: como vocês pensam que podem ser articuladas a abordagem geracional juvenil com os projetos e a perspectiva de um processo de desenvolvimento rural e agrário?

Fabiano Kempfer – Para a elite brasileira, para os governantes que sempre governaram o nosso país, o campo é visto como atraso. Para eles a agricultura é exemplo de atraso. A agricultura familiar não contava para as estatísticas do nosso PIB, nem como eixo do desenvolvimento; a reforma agrária não contava como instrumento de inclusão social, de potencialização da produção agrícola. Quando assumimos o governo, começamos um trabalho para inverter essa lógica. A agricultura familiar, hoje, representa 10% do nosso PIB. Esse estudo foi desenvolvido e encomendado pelo nosso governo. Apesar de muitos já saberem esses dados foram divulgados e elevados ao seu devido patamar. É claro, João Paulo, que esse não é o governo da reforma agrária. Reconhecemos esse limite – esse é um governo de coalizão. No entanto, é um governo que assentou 1/3 de todos que já foram assentados nos 35 anos de história do Incra. E nós não distribuimos terra, nós assentamos as famílias e garantimos crédito. A assistência técnica nesse governo foi retirada do Ministério da Agricultura e levada para o Ministério do Desenvolvimento Agrário. A assistência técnica

e a extensão rural são prioridades para a agricultura familiar. O grande fazendeiro tem que pagar, o pequeno agricultor deve ter a garantia do atendimento vinculado ao crédito produtivo.

É um sinal de que esse é um governo com contradições, mas sem disputas, e por isso governa. E, ao governar, pode constituir novos símbolos e novas formas de governar, novas formas de gestão. Disputamos no período eleitoral, na formulação do programa de governo, mas não durante a gestão. Temos e assumimos as contradições, que levam a debates de cunho orçamentário. Fala-se muito que o Pronaf tem 9 bilhões e que o Ministério da Agricultura tem 32 bilhões de créditos para os grandes. O Pronaf é equalizado, tem assistência técnica, tem subsídio. Os 32 bilhões do Ministério da Agricultura, não. É juro livre para o grande fazendeiro. Isso não significa que o governo deixe de ser um governo voltado para o agronegócio, mas significa que tem espaço para desenvolvermos projetos e programas diferenciados. O governo extinguiu o Banco da Terra, que está morto e enterrado. O que temos são as suas vítimas, que estão sendo beneficiadas e enquadradas no novo Programa Nacional de Crédito Fundiário. A única semelhança que ele tem com o Banco da Terra é uma ação de crédito.

O Movimento da Via Campesina foi convidado a construir o programa e, com toda a legitimidade, não participou. A Contag e a Fetraf participaram da construção desse programa. Não foi uma participação popular, como gostaríamos de ter feito, na qual os movimentos iriam intervir não só nos aspectos conceitual e técnico do programa, mas também no aspecto financeiro. Nossa intenção é, um dia, discutir o orçamento. Se envolvermos a população na discussão do orçamento, estaremos efetivamente realizando a participação popular e um outro exercício de democracia: a democracia participativa, que tem exemplos de sucesso e trouxe o Fórum Social para o Brasil.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário dá destaque e ênfase ao jovem e, mais do que isso, é um programa que destina recursos adicionais a jovens, a projetos agroecológicos, à inovação tecnológica e a um programa voltado para o combate da pobreza rural. Enquanto um agricultor do Sul pega um financiamento com 6,5% ao ano, o agricultor do Semi-árido tem 3% de juros ao ano. Enquanto o agricultor do Sul paga a sua parcela e tem direito a 18% de desconto na parcela, o agricultor do Nordeste tem direito a 50% de desconto. Enquanto o agricultor do Sul tem direito a um pouco de subsídio, o agricultor do Nordeste tem direito a 70% do que ele financiou em subsídio para a produção. Então, isso não pode ser o mesmo programa, porque eu conheço a regra

do outro. Enfrentamos esse debate com todo o respeito e com toda humildade, mas acreditamos que ele precisa ser mais bem estabelecido.

Acredito que uma demanda sai desse evento: discutir melhor sobre os instrumentos de crédito para a produção e para o acesso a terra. Essa é uma demanda fundamental e o ministério está disposto, por meio do Nead e das nossas estruturas, a potencializar e viabilizar esse tipo de discussão porque quer melhorar os instrumentos de crédito. Quando falamos em questões estruturantes voltamos ao tema ideológico. Tivemos governos voltados para as elites. As escolas agrotécnicas federais, por exemplo, foram todas concebidas e construídas de acordo com o gestor que estava na pasta. No governo Collor foram construídas 27 escolas em Alagoas, nenhuma na Bahia, nenhuma no Ceará. No governo Sarney, as escolas técnicas foram levadas para o Maranhão e para o Amapá, e não para os outros estados; e pior, as escolas técnicas federais estão distantes de quem mais precisa, nos grandes centros, nas capitais. O mapa das escolas agrotécnicas federais é o mapa político das elites. As escolas foram feitas de acordo com quem liberava os recursos. O ministro da fazenda do governo Sarney levou uma escola técnica agrícola federal para o município dele.

Esses dilemas precisam ser enfrentados, precisamos recuperar as escolas técnicas federais, investir nas experiências e reconhecer a pedagogia da alternância. Nossa batalha é para que ela seja, não só reconhecida, mas que tenha espaço para financiamento público. Precisamos financiar as iniciativas de educação do campo sem encampá-las. O MEC aceitou reconhecer e certificar os formados em pedagogia da alternância desde que eles entrassem em sua estrutura. Entretanto, isso acabaria com a pedagogia da alternância, um conceito que vem da organização da comunidade, da participação, do abraço da escola, do desenvolvimento da matriz pedagógica, enfim, que envolve a comunidade. No momento que a absorvemos pelo Estado, estamos parando o coração dessa escola. Isso não é razoável.

Para concluir, a resposta à pergunta do Nilson Weisheimer. Se a juventude é invisível, a juventude rural nem existe. Mais do que criar políticas específicas, ou selos, que para nós são ações compensatórias – o Consórcio Social de Juventude Rural é uma ação compensatória –, queremos que os 6 milhões de jovens tenham acesso ao consórcio, mas não precisem dele. O Consórcio é uma ação para amenizar problemas: Por que vamos ter 6 milhões de jovens qualificados e sem emprego, sem terra e sem renda? Isso não nos interessa. Batalhamos pela alteração da nossa política econômica, para inserir efetivamente a agricultura familiar e o desenvolvimento agrário nas políticas de

desenvolvimento de nosso país. A nossa luta é pela articulação das políticas gerais para que elas garantam um recorte de geração.

No Plano Nacional de Reforma Agrária – do qual a Via Campesina, a Contag, a Fetraf fizeram parte, e que foi formulado e entregue pelo professor Plínio de Arruda Sampaio ao ministério para que seja executado – estão contempladas uma meta, uma demanda e uma política para jovens na política geral. No Plano Safra temos contemplado uma política para jovens. Conseguimos a proeza de estragar a proposta do movimento, assumimos isso. Os tecnocratas, no momento que foram fechar o manual de crédito rural, inventaram que precisavam de uma regra de controle. “Qualquer jovem que quiser vai entrar?” Eu ouvi isso em mesa de negociação interna do nosso ministério. Respondi: “Bom, se todo jovem quiser entrar, vai entrar. Esse jovem nunca teve direito a nada.” Se pudermos atender a todos, melhor. Agora, a restrição imposta pelas 100 horas, além de não permitir o acesso de quem foi qualificado, afastou quem não tem qualificação nenhuma. Foi um grande erro. Temos, hoje, 18 milhões de reais disponíveis no sistema bancário para o acesso ao Pronaf Jovem e não conseguimos gastar porque não temos demanda de acesso ao Programa.

Severine Carmem Macedo – Tendo a concordar com várias falas aqui, mas principalmente com a da professora Anita Brumer, que remete a um novo patamar. Dentro de nossa organização, temos falado que, como temos um governo democrático-popular, que se abre pro debate e que pela primeira vez na história colocou na pauta a questão da juventude, acabamos nos reportando somente ao governo federal. A nossa jornada de lutas – que está acontecendo em Chapecó com um conjunto de mobilizações, acontece pelo Sul do Brasil todo e irá acontecer, a partir dessa semana, também nos outros estados – precisa focar os municípios e os estados, que têm uma parcela enorme de culpa. Há um conjunto de políticas que são boas na sua essência e quando chegam lá vão para o ralo porque entra o jogo de interesses, muito mais forte na execução dessas políticas nos municípios. Entram as relações políticas nos espaços locais. A maioria dos conselhos são figurativos, espaços onde a sociedade civil não tem um processo efetivo de intervenção e tem dificuldade de participar. Então, precisamos repensar essa forma, porque a idéia do conselho é interessante, mas, na maioria dos casos, não dá conta de responder à execução do controle social e das políticas públicas.

Muitas vezes, falta a cobrança da contrapartida. Temos cobrado a necessidade de ação do nosso movimento para pressionar os governos dos estados

e dos municípios. Dialogamos sobre a necessidade de algumas políticas do governo federal, ainda que respeitando as instâncias, cobrarem dos governos dos estados a contrapartida. Por exemplo, passa pelo governo do estado a execução do Nossa Primeira Terra, mas não há contrapartida. Já discutimos isso no ProJovem. A primeira apresentação do programa mostrava que não havia nada que exigisse das prefeituras a sua contrapartida e o compromisso do movimento social de estar na execução do programa. Falta ênfase na necessidade da contrapartida dos estados e dos municípios na execução das políticas que são federais.

Agora, a questão que o companheiro da PJR levanta sobre a crítica ao Nossa Primeira Terra. A Fetraf é parceira na execução do programa. Temos a clareza de que é uma política complementar à reforma agrária e a encampamos porque há uma demanda muito forte de acesso à terra nas regiões de agricultura familiar. No Sul, mobilizamos milhares de jovens para discutir essa política e estão todos frustrados. Fabiano Kempfer e o MDA apanharam muito e continuam apanhando. Sabemos que ela não resolve o problema da reforma agrária, que não podemos pensar a substituição da reforma agrária pela compra de terra. Reforço o que já foi dito aqui. Acho que a sua proposta de priorizar a desapropriação das grandes áreas é interessante e central para a nossa grande luta de garantir que a concentração fundiária seja resolvida. Porém, existe um conjunto de áreas nas quais é preciso que continuem sendo desenvolvidos e aperfeiçoados mecanismos como esses. Principalmente aperfeiçoados, porque da forma como está apenas sete das 100 associações de jovens que organizamos no Sul, na base da Fetraf, conseguiram acessar o programa. E ele, por si só, não resolve. A capacitação deve ser garantida – e essa é outra pauta que discutimos desde o início – e não depende só do MDA, pois o Programa depende de outros ministérios. O acesso ao crédito é o mais tranquilo, vem vinculado ao Pronaf-A, mas temos que impulsionar o debate sobre a produção alternativa para o jovem não pagar o juro. Então, estamos discutindo isso com o governo e concordamos com as críticas, mas achamos que políticas como essas precisam ser melhoradas enquanto não temos o ideal.

Nilson Weisheimer faz referência ao desenvolvimento rural e agrário. Em vários momentos aqui da mesa falamos da necessidade de tornarmos claro o debate sobre o projeto da luta de classes, da transformação, e colocarmos o papel do jovem nesse cenário. Precisamos continuar nossa luta como organização de massa, organização de base, mas também precisamos consolidar experiências concretas que nos mostrem a possibilidade de cons-

truímos uma alternativa. Entendemos que muitos estão sendo expulsos de suas terras, que o projeto capitalista continua nadando de braçada, mas que um dia iremos fazer a transformação, pois estamos todos excluídos desse sistema. Não podemos nos acomodar justamente quando estamos construindo experiências concretas a partir de nossa capacidade de elaboração política ante as dificuldades impostas, conseguindo dialogar e propor. Fazer com que as lutas aconteçam, executar alternativas no campo da produção, no campo das políticas, que repensem a relação com o modelo de desenvolvimento, que pensem uma forma alternativa de produção sustentável nas perspectivas econômica, social, ambiental e cultural. Aí surgem os debates sobre o projeto de desenvolvimento sustentável, tão necessários para o nosso trabalho.

Acreditamos na Fetraf que não adianta repensar o modelo de produção e o acesso às políticas, se não repensarmos as relações sociais entre homens e mulheres de todas as idades. Por isso, é tão importante pôr na pauta a agenda da juventude e as soluções específicas, os espaços de organização dentro desse todo para a transformação. Senão podemos até melhorar a nossa qualidade de vida e a nossa renda, mas continuaremos discriminando as companheiras mulheres e deixando a juventude em segundo plano. O projeto de desenvolvimento sustentável e solidário no projeto de sociedade requer novas relações sociais, por isso a importância de recolocarmos com muita força esse tema, não para criar guetos, mas para potencializar uma temática historicamente excluída. Acreditamos que a transformação social de classe não está acima das pessoas. A transformação deve ocorrer como projeto, mas são as pessoas que fazem isso. Temos que pensar as relações entre essas pessoas.

Regina Novaes – Estava lembrando que, em Chapecó, no seminário que fizemos sobre a juventude, apareceu uma demanda nova que era a “minha primeira moto”, que tinha a ver com a história dos namoros e era um grande problema. Eles contavam a história de que jovens do sexo masculino estão com muitas dificuldades em arrumar namorada e, quando arrumam, escondem a namorada do outro. Além disso, para namorar precisam da moto porque é tudo longe. As mulheres vão embora antes e para ver as que ficam na região precisam da moto. Então, ter a primeira moto é fundamental. A gente brincou tanto com isso lá, que era consenso a necessidade de ter o “Programa minha primeira moto”. E não conseguimos, ainda.

A outra coisa, também brincando com o Rafael, da Secretaria Nacional de Juventude do PT, é que estamos todos com um pouco do complexo de Adão e Eva. Quem está no governo – e nós mesmos – não cansa de falar: é a primeira

vez neste país... Mas, gente, tem coisas que acontecem pela primeira vez nesse país, mesmo. Agora, sério, gostaria de falar duas coisas. Primeiro, retomar o Conselho. Por exemplo, como aparece o rural para além da presença tão importante dos conselheiros? No GTA, o Grupo de Trabalho Amazônico, o rural acaba aparecendo de novo, assim como as questões que dizem respeito ao território da Amazônia. Na Rede Social Nordeste também aparece; aparece na Rejuma, a Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade; aparece nos quilombolas, nos indígenas. Quer dizer, só estou informando como a própria questão rural aparece nas organizações que representam, mas que está, também, em outras organizações muito próximas. O rural está em outras temáticas. Isso é importante para não termos a impressão de que está tudo muito confinado nos movimentos. No conselho, existiam outros espaços ocupados por organizações que não são os clássicos, como o movimento estudantil e o movimento sindical, mas redes que se reconhecem também nas redes. E, de repente, o rural aparece de uma maneira inesperada.

Além disso, quero tocar na questão delicada do tal pacto federativo. Só para partilhar com vocês como na política, muitas vezes, apostamos e corremos riscos, recuamos e voltamos. Fomos em um município e tentamos colocar uma contrapartida: levávamos o Projovem e queríamos que o município fizesse, em um ano, uma conferência e criasse as suas instituições de juventude. O prefeito publicou no *Diário Oficial*, criou a conferência, criou tudo, e ficou contra os movimentos do local. Isso é para chamar a atenção para a complexidade do processo, mas vamos continuar tentando. A idéia mais forte é aproximar a legalidade da legitimidade, porque pela primeira vez neste país temos uma lei que cria um Conselho Nacional de Juventude, com 1/3 de governo e o restante de sociedade civil, e uma Secretaria de Juventude. Aliás, queria contar para vocês que a lei envolve jovens de 15 a 29 anos – não conseguimos chegar aos 32. Hoje, a juventude brasileira é assim concebida. Todos os dados do IBGE deverão ser refeitos contemplando três faixas etárias, três grupos a serem considerados no interior da juventude: de 15 a 18; de 19 a 24; de 25 a 29. A idéia é que as pesquisas consigam destrinchar esses três grupos etários, que fazem muita diferença em termos de tudo que já falamos.

De qualquer forma, o importante é aproximar a legalidade e a legitimidade. Temos um grande trabalho pela frente porque isso não se faz por decreto. Para mim, encontram-se aí os papéis da universidade e dos movimentos, que devem conversar entre si e se fortalecerem, uma vez que a legitimidade não se decreta. O futuro dessa política – e penso se conseguirei convencer o MST a vir – vai depender de como esses processos vão

construir legitimidade. Nossos documentos podem ser inócuos e podem ser muito mais fortes do que um documento deliberativo, que bota verba para lá e para cá. Depende se conseguiremos disseminar isso na sociedade e fazer com que os grupos percebam a importância da Política Nacional de Juventude. A questão da juventude não está ganha, em espaço nenhum, de maneira unânime. Falo, até mesmo, de companheiros que trabalham com a questão de classe social e dizem que a juventude é apenas um sintoma ou um estado de espírito.

José Roberto Novaes – Quero ressaltar a ausência de um tema que considero de fundamental importância. Quando analisamos o agronegócio e a questão do trabalho no agronegócio da cana-de-açúcar, por exemplo, vemos que 70% da mão-de-obra está sendo explorada como escrava num trabalho degradante. Essa mão-de-obra é composta por jovens migrantes de até 25 anos. Então, como podemos pensar, fazer uma ligação entre os temas migração, juventude e trabalho? Acho tremendamente procedente que se discuta a juventude do ponto de vista da reforma agrária, da luta pela terra, dos assentamentos. Mas tem aí um conjunto de jovens que estão se deslocando por esse país, de uma região para outra, em busca de trabalho. Precisamos discutir as condições desse trabalho, um tema que deveria ser introduzido na pauta deste seminário.

Terceira sessão

Balço e perspectivas

Esta sessão apresenta os trabalhos da mesa-redonda integrada pelas pesquisadoras Marília Sposito e Elisa Guaraná de Castro e os debates que se seguiram sob a moderação da professora Renata Menasche.



Marília Sposito¹ – Diante da proposta do tema – balanço e perspectivas – eu pensei que poderíamos compartilhar essa tarefa. Proponho algumas questões e tentamos construir, juntos, tanto o balanço como as perspectivas que se abrem. Como balanço, imaginei três pontos para discussão e cinco temas na linha das perspectivas. Vou tentar ser breve, mas ao menos tentar dar uma idéia geral daquilo que pude depreender a partir da minha participação, ouvindo as mesas, indo às oficinas, dialogando com as pessoas. O primeiro ponto é o tema da invisibilidade dos jovens rurais, mas com tendências à superação. Poderíamos dizer que o tema da juventude rural aliado ao campo de estudos da juventude atravessa um momento favorável, não só emergente, mas em fase de consolidação no país. A invisibilidade poderia ser analisada a partir de dois aspectos: a invisibilidade dos jovens do ponto de vista público e político e a invisibilidade do jovem do ponto de vista da produção de pesquisas. Há pouco mais de dez anos eles eram invisíveis nesses dois planos, na sociedade brasileira. Em meados dos anos 1990 o tema da juventude e as políticas a ela destinada, como afirmava Maria da Graça Rua, estava no nível do “estado de coisas”. Em uma década, aproximadamente, observa-se uma importante mudança nos dois planos. A construção de um espaço de visibilidade pública e política da diversidade juvenil está se fazendo presente, na sociedade e nesse aparecimento observa-se a presença política emergente dos segmentos juvenis do mundo rural, evidenciando uma nova força no âmbito da ação coletiva dos jovens. Esse Seminário demonstrou bem essa visibilidade plural e diversificada. Ocorre a construção de uma agenda pública em torno do tema da juventude. Mas trata-se de uma agenda pública plural, contraditória, conflitiva. Isso é bom, porque é sintoma de um esforço coletivo de aprofundamento da democracia. Ninguém é portador do discurso verdadeiro e “a priori” sobre o que devem ser os jovens e quais são suas demandas. Estamos em uma área de disputas de sentidos em torno do tema da juventude, do ponto de vista público e político. Por quê? Trata-se de uma agenda pública constituída pelas Organizações Não-governamentais, pelos movimentos juvenis, pelos partidos, pela Universidade e outros movimentos sociais. Estamos construindo uma área de discussão pública, criando uma agenda em torno do tema da juventude do Brasil. Por outro lado o tema da juventude rural não tem significado irrelevante nesta agenda pública em formação. A presença dos movimentos juvenis, a presença de atores coletivos jovens variados nesse Seminário evidencia a existência de um potencial

¹ Socióloga, professora titular da Faculdade de Educação da USP.

de criação de uma esfera de discussão e de demandas em relação ao Estado advindas da juventude rural muito grande.

Em relação à Universidade, a pesquisa sobre juventude também é uma área emergente em fase de consolidação. Não só os estudos sobre juventude rural são ainda escassos. São também escassos os estudos de juventude urbana. Quando realizamos o levantamento da produção acadêmica de 1980 a 1998 – 18 anos de vida acadêmica na Pós-graduação por meio da análise das dissertações e teses na área de Educação –, percebemos que do total apenas 4% eram estudos sobre juventude. Isso significa que a cada 100 trabalhos só 4 tratavam dos jovens. Os mesmos índices se repetiram nas Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia). Ocorria, assim, uma invisibilidade acadêmica, não só do ponto de vista dos estudos de juventude rural, mas também dos estudos de juventude como um todo. Estamos constituindo um campo emergente, frágil, uma plantinha que está nascendo, mas que já não está no patamar dos anos 1990, quando eram raros trabalhos. Naquele momento um marco importante foi a dissertação de mestrado da Helena Abramo, que até hoje é uma grande referência. Um pequeno exemplo dessa invisibilidade na área de Educação reside no uso da categoria aluno. O uso corrente dessa categoria impediu muitas vezes uma análise mais completa do sujeito que está atrás dessa categoria: um jovem, uma mulher, um negro. A categoria aluno construía uma figura abstrata. De algum modo nos estudos rurais isso também ocorria, pois quando se privilegia o estudo do filho do trabalhador rural ou a família rural, o jovem que era esse filho do trabalhador ou membro da família desaparecia. Enfim, esse é o primeiro tema: vivemos um momento de inflexão e esse momento é extremamente desafiador, porque não sabemos o que essa inflexão pode oferecer.

O segundo tema, para realizar esse primeiro balanço, reside na necessidade de uma discussão mais profunda entre o tempo da ação política e o tempo da produção de conhecimento. Mesmo se considerando a possível colaboração e as interfaces entre esses tempos é preciso reconhecer sua especificidade. É perceptível que ocorre no campo e na sociedade brasileira uma multiplicidade de novas situações ao lado de um número pequeno de pesquisadores. Se considerarmos apenas as demandas de investigação que foram propostas nesse Seminário, demandas vindas dos atores políticos, como foi o caso do MST, verificamos um claro apelo: “Vocês precisam fazer pesquisas.” Ou seja, estamos correndo atrás do prejuízo, há pouca pesquisa em relação à riqueza da realidade, há um descompasso entre o

conhecimento e a prática social. Mesmo crescendo, a pesquisa não recobre toda a realidade, que é mais rica, dinâmica e multifacetada.

Por outro lado é preciso considerar que múltiplos atores neste país pesquisam jovens. A Universidade é apenas um ator entre outros. Organismos Não-governamentais fazem pesquisas sobre jovens; fundações empresariais fazem pesquisas sobre jovens, institutos de mercado, de opinião pública, fazem pesquisas sobre jovens. Ou seja, nós temos múltiplos locais de elaboração de pesquisas sobre juventude. Esses múltiplos locais disputam recursos, possuem ritmos diferentes de produção e exigências de rigor também diferenciadas. Existe aquele tipo de pesquisa que você empreende em um mês e divulga rapidamente os resultados. Existe, também, aquela investigação demorada, consolidada em relatórios científicos submetidos à avaliação pelos pares que demoram a ser divulgados. Há, enfim, múltiplas possibilidades também sob o ponto de vista da qualidade, do rigor e da consistência dessas investigações. Esse é um dado relevante não só para os pesquisadores, mas, também, para os atores políticos. Há muita pesquisa, mais é preciso debater qual é a sua modalidade, quais são suas características e, sobretudo, lembrar que os resultados de uma investigação não são verdades definitivas. As conclusões são sempre provisórias, são hipóteses de trabalho. Isso é importante porque algumas investigações têm um grande efeito midiático e impactam fortemente na constituição da agenda pública sobre os jovens. Ao abrirmos os jornais e revistas, no mínimo uma vez por mês, ocorre a divulgação de uma investigação sobre juventude no país. Os resultados são fortes e impactantes: “os jovens são violentos”, “os jovens são consumistas”, “os jovens são indisciplinados na escola”. Ou seja, há muita gente trabalhando na esfera da produção do conhecimento, que também é construção de uma esfera pública conflitiva. A pesquisa, ao se tornar pública, deve dar maior visibilidade não só aos seus resultados, mas, também, aos procedimentos utilizados. Às vezes o conhecimento produzido pela academia é menos visível, ele tem menor poder de fogo no campo da divulgação midiática diante de algumas agências. Esta é uma questão que nós precisamos discutir com mais vagar. Qual é o lugar dos pesquisadores da universidade nesta interação e interlocução com os múltiplos atores que estão realizando pesquisas sobre juventude?

Um terceiro elemento do balanço é o reconhecimento de certa convergência dos temas e problemas colocados pelos jovens rurais com os jovens urbanos. Essa convergência propõe uma questão extremamente intrigante e desafiadora. Todos nós devemos preservar a especificidade, as diferenças.

Mas como trabalhar com a singularidade em uma chave mais universal, mais geral. Por que isso é importante?

Todos os pesquisadores tiveram como ponto de partida a diversidade existente entre os jovens – “as várias juventudes”. No limite, a diversidade total e completa negaria a própria categoria juventude. Se cada jovem vive uma condição totalmente singular, desaparece a categoria como tal. A categoria classe social é um bom exemplo, pois ela sempre pressupõe diversidades, a classe social não é uma categoria homogênea. Quem investigou o movimento operário reconheceu essa diversidade: os trabalhadores qualificados, semi-qualificados ou não qualificados. Mas havia uma dimensão irrecusável de um mundo constitutivo da classe operária. Essa articulação entre o específico e o geral é o constante desafio nosso. Admitir a diversidade e ao mesmo tempo construir algumas categorias mais gerais. Será possível construir uma concepção sobre os jovens brasileiros?

Um exemplo interessante, que trata de nossas singularidades históricas em relação aos jovens, reside no fato de que na sociedade brasileira os jovens são reconhecidos como atores políticos pelos governos, elites partidárias e outras instituições. Em outras sociedades, como a francesa, mesmo com a intensa mobilização dos jovens estudantes universitários sobre a questão do emprego recentemente, o governo ao tentar negociar chamou para a mesa os sindicatos e não os movimentos juvenis. Nesse caso, o jovem não é considerado ator político relevante para estabelecimento de negociações que, ao existirem, demandam os atores corporativos consagrados.

Enfim esse tipo de convergência tanto sob o ponto de vista rural como urbano – os jovens como atores políticos reconhecidos – abre portas para outras questões como: educação, trabalho, cultura e lazer. No campo da educação escolar observa-se que a demanda por escolaridade se generaliza e a insatisfação com a escola também se generaliza. A angústia vivida pelo jovem no campo diante de uma escola que não é adequada, que não trata das diversidades, de sua situação de vida, é sentida, também, pelos jovens na cidade. A articulação entre trabalho e escola constitui dimensões indissociáveis que caracterizam a maioria dos jovens brasileiros. A pesquisa realizada pelo Instituto da Cidadania indicou que, aproximadamente, 75% dos jovens brasileiros estão na esfera do trabalho. Mesmo a discussão da cultura e do tempo livre juvenil permite aproximações entre os vários segmentos da juventude brasileira.

Para discutirmos as perspectivas, gostaria de apresentar cinco eixos de modo sucinto:

1. Como enfrentar a diversidade dos processos que caracterizam a experiência juvenil com análises e planos discursivo de conteúdo mais universal. A categoria juventude reúne uma ambigüidade, pois a juventude é um momento específico do ciclo de vida e ao mesmo tempo um período de inserção na estrutura social. Mas é preciso reconhecer que os pesquisadores da juventude rural aparentemente usufruem de melhores condições para essa reflexão, pois todos têm como âncora a Sociologia do mundo rural, disciplina que oferece elementos importantes para compreender as estruturas do campo e os processos de mudanças.

2. O segundo desafio, sob o ponto de vista da pesquisa, é a necessidade de fomento cada vez mais intenso do diálogo acadêmico com outras áreas. As trocas com outras áreas serão sempre importantes: pesquisas sobre gênero, etnia e grupos familiares ampliam as possibilidades de adensamento dos estudos sobre juventude. Nós precisamos cada vez mais estabelecer diálogos e evitar o isolamento.

3. Seria importante aprofundar nossa reflexão em torno das dimensões espaço e tempo. Os estudos aqui apresentados foram capazes de considerar as profundas mudanças observadas nos últimos anos, mudanças que afetaram em muito as condições de vida dos jovens. Aqueles que se voltam para os jovens urbanos não constituíram com a mesma força um quadro teórico sobre a vida urbana e as cidades no Brasil, seus processos de mudança nos últimos 40 anos.

4. Este aspecto constitui um elemento provocativo para se pensar em novas perspectivas. Em vez da tradicional dicotomia rural-urbano seria importante construirmos categorias em torno de uma nova ruralidade e uma nova urbanidade. Há elementos do rural na cidade e de urbanidade no campo que já foram apontados por alguns autores há décadas. É preciso compreendê-los sem preconceitos, entender os processos culturais subjacentes de modo a superar certo dualismo que a teoria está querendo negar há mais de 40 anos. Inspirada em Henri Lefebvre, um importante pensador da obra de Marx, eu diria que há elementos reveladores que funcionam como porta de entrada para que possamos decifrar processos gerais complexos e inconclusos. Sob esse ponto de vista os jovens rurais podem constituir essa porta de entrada. Ao estudá-los podemos criar uma compreensão mais ampla não só desses segmentos, mas dos processos de mudança vividos pela sociedade brasileira nos últimos anos, incluindo a totalidade dos jovens.

5. Para terminar gostaria de apontar como uma última perspectiva o desafio de adensarmos nossa reflexão sobre as relações entre conhecimento e ação. Um modo predominante de propor a ação na Universidade reside na

extensão sob a forma de assessorias, consultorias e modalidades diversas de formação. Creio que precisamos pensar nos processos de disseminação e de socialização do conhecimento. Como podemos disponibilizar a pesquisa que realizamos para os atores políticos. Superamos a idéia de que os acadêmicos ditam regras e ensinam sobre o que deveria ser a ação política. Os atores políticos reivindicam que a academia realize pesquisa sobre temas relevantes e ofereça os resultados para esses atores, subsidiando suas decisões. Como podemos criar mecanismos efetivos de disseminação do conhecimento produzido e, ao mesmo tempo, ajudar, de modo crítico, a qualificar melhor o conhecimento que está sendo produzido por outras instituições?

Enfim, as questões aqui aventadas não esgotam a riqueza das discussões. Sou grata por ter participado de debates intensos e importantes, propiciados por este Encontro.

Elisa Guaraná de Castro² – Fiquei com a tarefa de fazer, em nome da coordenação do evento, um balanço e de levantar algumas questões. Antes, porém, gostaria de agradecer à Marília Sposito, porque acredito que seu esforço, assim como o de todos ao longo deste Seminário, foi o que fez o encontro, de fato, acontecer.

Quero recuperar o debate a partir do tema da categoria juventude, que considero ser um fio condutor da discussão sobre juventude, mais especificamente no caso da juventude rural. Trabalharei a partir de três recortes: primeiro, irei recuperar algumas questões que trabalhei em um artigo que será publicado na Revista Proposta, da Fase, que expõe parte do material da tese que defendi ano passado. Em seguida, trarei alguns elementos do Seminário Nacional do Plano Nacional de Juventude, do Congresso Nacional, que foi um momento muito rico para se pensar a categoria juventude e a categoria juventude rural. Por último, pontuarei nosso seminário.

As questões tratadas pela Marília Sposito perpassam o que eu havia pensado e vão além. Podemos afirmar que juventude está na ordem do dia, ainda que não seja um tema tão privilegiado em termos de recursos para pesquisa. Tivemos um salto fabuloso com o que se conquistou nos últimos cinco anos como debate. Para quem acompanha há mais tempo o processo de produção acadêmica, como a Marília, imagino que o salto tenha sido maior ainda. Ainda assim, juventude rural, como disse Maria Nazareth, não é uma categoria alvo de discussão. Nunca foi um tema privilegiado nem mesmo dentro do

² Antropóloga, professora do DLCS da UFRRJ.

campo de debate sobre questão agrária. Acredito que, recentemente, isso está mudando por diversas razões. Tentarei pontuar algumas.

Uma das questões que contribui para a invisibilidade – também recorrente em análises sobre juventude – é que a juventude rural é percebida como uma categoria específica, e não na perspectiva de jovens e rurais. É uma categoria minoritária “dentro” da juventude. Quando retomamos os dados da PNAD essa análise até faz algum sentido. Os dados apontam que a população de 15 a 29 anos é de 49 milhões de pessoas e representa 27% da população. Por outro lado, 4,5% seriam jovens rurais. No entanto, ainda que pareça pouco no universo total, estamos falando de 8 milhões de pessoas. Isso sem entrarmos na problematização da própria definição de rural e urbano. Assim, se fôssemos pensar a juventude rural como categoria específica e de pouca expressão numérica na sociedade brasileira, mesmo esse eixo deveria ser revisto. É uma população de 8 milhões de jovens! Neste sentido, a invisibilidade que marca a juventude rural deve ser problematizada.

Uma questão central para a invisibilidade são as posições distintas entre “mundo rural” e “mundo urbano” em nossa sociedade. A análise da categoria juventude rural revela como essa hierarquia entre “mundo rural” e “mundo urbano” permanece e opera no cotidiano das pessoas. Esta ainda é uma das questões que mais aparecem em entrevistas com jovens rurais. Quem se identifica como jovem rural sente cotidianamente o estigma de viver no campo. Há uma desqualificação simbólica que associa o rural, o camponês, a roça, o trabalhador rural, o agricultor familiar a imagens de atraso. Essa construção simbólica, muitas vezes, é reproduzida pelos próprios trabalhadores rurais, como diria Pierre Bourdieu, como “classe objeto”, ou seja, o “camponês reproduz as construções urbanas sobre o campesinato”. Essa desvalorização foi apontada nas falas ao longo do Seminário, por meio da preocupação constante com a valorização e a ressignificação do rural. Portanto, trata-se de uma realidade que se repete na sociedade, onde o campo é desvalorizado frente à cidade.

Como parte dessa construção simbólica, temos elementos mais “palpáveis” para observarmos esse mecanismo. Ainda que tenham ocorrido mudanças por meio de processos de luta pelo acesso à terra, as transformações nas condições de vida no meio rural mudaram muito pouco. Isso pode ser observado no acúmulo de pesquisas sobre o meio rural, mais especificamente sobre as áreas da pequena produção familiar, nos estudos sobre assentamentos rurais e nas falas durante o Seminário. Permanece a falta de acesso a serviços e bens de consumo, a políticas públicas de um modo geral. Portanto,

temos uma realidade que muda de forma ainda muito lenta frente à cidade e que não é priorizada por políticas de desenvolvimento.

Quando se discute a identidade juventude rural trata-se, também, das muitas formas de estigmatização que o jovem rural, assim identificado, sente em seus cotidianos, nos espaços urbanos por onde circula. Não se trata de forçar e reforçar dicotomias entre um “mundo rural” e um “mundo urbano”, mas observar o processo de hierarquização campo/cidade presente em nossa sociedade. Se as fronteiras são borradas nas relações familiares, de trabalho, de sociabilidade e de convivência, entre os que moram em áreas consideradas rurais e os que moram na cidade, observamos verdadeiras barreiras, capazes de tornar espaços separados por poucos quilômetros em mundos que parecem distantes temporalmente. Nas áreas rurais não chegam água, luz, estradas, escolas, postos de saúde, transportes. Aqui, na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, um assentamento localizado a dois quilômetros da Estação de Águas do Rio Guandu, a maior da cidade, não tem água encanada. Então, a relação campo/cidade é chave para a discussão da categoria juventude rural.

Ainda assim, para irmos além do debate sobre população específica dessa categoria social, temos que pensar os processos de interação social e das configurações nos quais a juventude rural está imersa, e como ela se percebe dentro desses processos. Esse foi mais um tema que apareceu de muitas formas ao longo do Seminário. São realidades muito diversas. Fazendo um parêntese, não nos propusemos dar conta dessa diversidade nesse Seminário, fizemos um corte que privilegiou uma parte do que seria essa diversidade, das categorias que compõem o campo hoje, no Brasil. Mesmo assim, a diversidade é imensa.

Quando falamos em juventude e trabalhamos representação e identidade social, estamos tratando de formas de classificação. Nesse sentido, juventude rural carrega múltiplos significados para além das diversidades locais e regionais. Existem essas outras construções identitárias que vimos passar por aqui: os movimentos sociais, os movimentos culturais, gênero, raça, etnia. Parafraseando um debate de Margulis com Pierre Bourdieu, “juventude é, sem dúvida, mais que uma palavra”. Ao se acionar juventude como forma de definir uma população, um movimento social, um movimento cultural; como um termo que identifica pessoas; como forma de auto-identificação; estamos tratando de uma forma de classificação que implica relações entre pessoas, classes sociais, relações familiares, relações de poder, relações de gênero, relações étnico/raciais e entre pessoas que vivem a experiência como jovens e assim são tratadas na sociedade.

No caso de jovens rurais, temos questões que dizem respeito a estar nessa realidade, com esses múltiplos contextos e com a posição de hierarquia do campo frente à cidade. Isso explica a insistência em um tema que parece sempre o ponto de partida, o “tema problema”: a migração, a permanência ou a saída do campo, a circulação. Retomando esses três dias de debate, temos um reflexo de como a categoria juventude rural é abordada, como quase sempre pensamos a partir desse eixo explicativo. O que não é novo. Existem trabalhos desde o século XIX falando sobre a migração de jovens do campo para a cidade. Mais especificamente, os estudos do campesinato realizados nas décadas de 1960, 1970 e 1980, contribuíram muito para a discussão, ainda que jovem/juventude não fosse a categoria-chave de análise. Ao tratarem dos processos de reprodução social do campesinato, da questão da herança, a questão da saída do jovem fazia parte dessa leitura, seja como processo de reprodução, seja como crise no processo da reprodução do campesinato. O debate está posto há muito tempo e permanece. Passamos três dias aqui e o tema sair/ficar, migração, circulação foi quase um fio condutor das nossas discussões. Um caminho pode ser olhar questões que parecem novas, e que são antigas, a partir de uma nova configuração. A Regina Novaes contribuiu com importantes elementos para lermos o ressignificado da idéia de migração, de ficar ou sair.

Seguindo esse fio, vou finalizar a primeira parte retomando uma configuração específica: o Plano Nacional de Reforma Agrária [PNRA], em vigor nos últimos 20 anos, que coloca novas questões para o debate. O PNRA criou novos contextos, novas realidades e recolocou o problema da migração dos jovens com mais ênfase do que em outros contextos históricos. No bojo do debate sobre reforma agrária, que perdeu muito espaço na academia, o tema dos jovens como um ponto de definição sobre o que vai ser a realidade do campo daqui a 20 anos aparece como central. Temos dois eixos importantes para pensarmos a persistência da questão da migração, do sair e do ficar. Como recurso analítico, vou trabalhar com a idéia de problemas que poderíamos classificar como objetivos e outros que poderíamos classificar como subjetivos, mas que, obviamente, estão inter-relacionados. A divisão é apenas uma ordenação de questões.

Um primeiro eixo, que chamaria de problemas objetivos, apareceu em quase todas as apresentações. São os problemas enfrentados pelo jovem no campo relacionados a essas condições difíceis da realidade do meio rural e que, em muitos casos, se diagnostica que atingem a juventude de uma forma diferenciada, principalmente no que tange o acesso à escola e ao trabalho.

Como Marília Sposito tratou, esses problemas aparecem de forma recorrente nas pesquisas como questões centrais para aqueles que se identificam como jovens, seja no campo ou nas periferias urbanas. E, também, são principais para aqueles que estão preocupados com os jovens do campo: os pais, os movimentos sociais, os executores de políticas públicas e os pesquisadores.

O consenso reflete uma realidade. Segundo a Pesquisa Nacional de Educação da Reforma Agrária/2006³, que atingiu 5.500 assentamentos, mais de duas milhões de pessoas atingidas, os dados não deixam dúvidas sobre quais são a situação da escolarização e as condições de acesso à escola para os jovens do campo hoje. A pesquisa mostrou uma importante queda na frequência escolar a partir da quinta série e, mais grave, a partir do ensino médio, conseqüências de uma dificuldade enorme de acesso à escola, que podemos explicar a partir de muitas razões. No entanto, uma é muito clara e aparece na pesquisa: a distância e as dificuldades de transporte. As crianças têm o acesso facilitado da primeira à quarta série do ensino fundamental devido à construção de escolas nos assentamentos ou em áreas próximas. A partir da quinta série, ou do ensino médio, as escolas estão localizadas, em sua imensa maioria, em áreas urbanas, muitas vezes (para 40% da população) a 15 quilômetros de casa. Se ampliarmos o corte para seis quilômetros, são 77% da população. Isso é agravado pelo fato de que em 87% desses 5.500 assentamentos, o acesso ao assentamento é por estrada de terra, 57% dos estudantes percorrem o trajeto a pé e apenas 27% têm acesso a transporte escolar. Isso sem discutirmos os conteúdos que reproduzem as representações simbólicas que hierarquizam campo/cidade. Portanto, é compreensível a força com que esse tema aparece em nossas pesquisas e nas preocupações dos movimentos sociais.

Por outro lado, a escolarização é extremamente valorizada: 97% dos entrevistados esperam que seus filhos cheguem à universidade. Podemos afirmar que a política de deslocamento de jovens em transportes municipais para escolas distantes se mostrou fracassada. É fundamental investigar e articular uma proposta que mude a realidade do acesso à escola para o jovem do campo. Assim, para pensarmos juventude rural temos que analisar a categoria atravessada, configurada nessas questões estruturais, nesse contexto socioeconômico da realidade do campo hoje.

Temos, ainda, questões que são muito específicas e que dizem respeito à categoria juventude. A análise da categoria juventude rural revela questões que não são só suas. Uma questão central é a autoridade paterna. O debate sobre

³ Pnera foi uma pesquisa realizada pelo Inep/MEC em 2006.

autoridade paterna aparece com mais força no meio rural do que no meio urbano. O peso da autoridade paterna reflete uma lógica de espaço de submissão daquele que é identificado como jovem. Quero chamar a atenção para o fato de que isso não acontece apenas na família. Há um leque de estudos sobre campesinato que mostra, com muita clareza, o peso da autoridade paterna como parte da lógica camponesa, da reprodução do campesinato. O processo etnográfico que resultou em minha tese mostrou que a autoridade paterna não está restrita ao espaço da família, da divisão sexual do trabalho, da organização interna da família. Ela atravessa a casa, está presente em todos os espaços por onde esse jovem circula. Isso me impressionou muito, porque temos a autoridade paterna presente na escola, na Igreja e presente, principalmente, nos espaços coletivos de decisão, no caso de assentamentos rurais e de comunidade de agricultura familiar, que venho acompanhando mais de perto agora. Os espaços por onde esse jovem circula são formados por redes familiares que geram a possibilidade desse controle sobre ele e reproduzem a autoridade paterna.

Nesse contexto, o jovem é percebido como em processo de formação, de passagem, um momento do ciclo de vida. Ele ainda não é ator social, não tem condições ou capacidade de debater, por exemplo, os rumos do assentamento nas associações de pequenos produtores familiares. Ele pode debater os rumos da questão da juventude, mas não os rumos do assentamento. Isso apareceu com força não só no assentamento que estava pesquisando, como em outros espaços que acompanhei: encontros nacionais/locais de juventude, movimentos sociais e em um acampamento do MST. Em todos esses contextos, para além da questão da autonomia ou do diálogo nos espaços da produção familiar, o jovem pode ser percebido como uma jovem liderança, até de representação Nacional, mas, em muitos momentos, na sua associação, no seu núcleo, no seu acampamento, você é filho do fulano. O jovem pode conquistar autonomia e legitimidade política quando vai para uma escola de formação nacional, para um congresso nacional de um movimento, mas em casa, no espaço local, a sua possibilidade de ação está marcada pela chave das relações familiares e da autoridade paterna.

Podemos afirmar que as relações de hierarquia social, configuradas pela autoridade paterna, estão muito presentes na análise da categoria juventude rural. No entanto, considero que não é tão diferente quando tratamos da categoria juventude de um modo geral. E, aqui, caminho para a segunda parte da minha apresentação. Analisar a categoria juventude rural contribui para pensarmos a questão das relações de poder e hierarquia, nesse caso intergeracionais, como bem colocou Regina Novaes. E para complementar o que

a Marília Sposito trabalhou, proponho algumas questões: em que sentido juventude rural faz parte de uma possível identidade de juventude? Como sair de um olhar centrado na diversidade interna, nas especificidades? Será que juventude rural tem alguma coisa a ver com juventude?

Se tomarmos juventude como uma categoria transversal, que atravessa e é atravessada que está imersa nas configurações que envolvem classe social, etnia, gênero, relações rurais e urbanas, apontamos para uma categoria diversa, mas que se identifica a partir das palavras jovem ou juventude. E isso é novo. Temos que perguntar e problematizar: o porquê de juventude aparecer, hoje, com tanta força como categoria de identificação nos movimentos sociais rurais, por exemplo. Até alguns anos atrás juventude não era uma categoria tão clara de identificação e muito menos organizadora de ação política nos movimentos sociais. Hoje marca o cenário político. A mesa de ontem talvez nem existisse se este Seminário tivesse acontecido há cinco anos. Talvez, não tivéssemos condições de construir uma mesa com a presença de jovens que se identificam como tal, que são coordenadores de juventude e fazem parte das direções dos movimentos. Hoje, essa é uma questão central para os movimentos sociais rurais. Logo, quero ressaltar que se ainda estamos tentando localizar o debate, em alguns espaços o debate já está posto, com seus problemas, conflitos e questões.

Uma experiência importante para entendermos isso foi o Seminário Nacional do Plano Nacional de Juventude, do Congresso Nacional, em Brasília. Foi um momento muito rico para observarmos como a categoria juventude pode ser percebida como uma categoria transversal, que unifica, sem encobrir a diversidade. Esse foi um espaço do qual participaram um número imenso de diferentes movimentos de juventude. Estavam distribuídos em comissões de trabalho que discutiram quais seriam os eixos para pensar juventude que iriam compor o Plano Nacional de Juventude. Eixos desde educação e trabalho, até os considerados como específicos, como GLBT, juventude rural e gênero. O que poderia ser um espaço que corroboraria a idéia de que juventude é uma invenção, um somatório formal, uma constelação de interesses díspares que se juntam por associativismo, na acepção americana do termo, revelou a riqueza da categoria. O espaço foi rico em diálogo, não só restrito a cada nicho de articulações, mas porque as disputas de valores atravessavam essa diversidade. As questões tratadas como universais receberam grande participação dos diferentes movimentos, como os Grupos de Trabalho (GTs) de educação, saúde etc. Por outro lado, questões enfrentadas em GTs considerados específicos, como o debate da criminalização da

homofobia e da descriminalização do aborto, ultrapassaram seus grupos e chegaram ao plenário. A questão da orientação sexual é o exemplo mais interessante, porque gerou muita tensão até para que o GT pudesse acontecer. Esse tema dividiu o plenário e é invisível no debate sobre juventude rural.

Essa experiência demonstrou a grande diversidade que existe e que hoje se percebe a partir do termo juventude, que constrói representações identitárias carregadas de especificidades, mas reforça pontos de unidade. Hoje, podemos afirmar que juventude é uma categoria identitária que permite o debate sobre o projeto de sociedade. Talvez, amanhã não seja mais. No GT de juventude rural isso ficou muito claro. Estavam presentes as visões diferenciadas sobre mundo rural, o que gerou, por exemplo, alianças entre movimentos sociais da pequena produção familiar contra o agronegócio para que o texto final defendesse a reforma agrária. Assim, juventude aparece como uma categoria que provoca o debate, e não somente como categoria analítica. É uma categoria social de fato estabelecida no campo e na cidade.

Isso tem a ver com a proposta deste Seminário e a idéia central de pensar juventude rural na sua especificidade e também a partir do debate sobre juventude. Acredito que fomos muito felizes. Primeiro, porque o Seminário aconteceu em um bom momento, no qual os debates sobre juventude e sobre juventude rural ganharam em densidade. Depois, e principalmente, porque sentimos nesses três dias que não era só uma idéia da academia, das ONGs, mas preocupações convergentes. Os muitos pesquisadores aqui presentes mostram isso: tivemos 64 pessoas da Universidade, 26 de outras instituições, 24 de movimentos sociais, quatro ONGs e representantes do MDA, do MEC, da SNJ e do Conjuve. Tivemos a presença de jovens de movimentos sociais rurais, mas também de jovens de organizações partidárias. E não é pouca coisa termos conseguido construir coletivamente este Seminário da forma como o construímos. Um Seminário que permitiu um debate rico, fraterno e que, de fato, se propôs a aprofundar o tema. Se juventude rural sempre foi invisível para a sociedade brasileira e para o debate sobre a questão agrária, acho que não é mais.

Renata Menasche⁴ – Gostaria de começar por essa empolgação final. Penso que isso não poderia ter acontecido antes. As lideranças aqui presentes têm uma trajetória que é resultado deste momento de inflexão. Hoje, os movimentos têm lideranças jovens, se constituem enquanto jo-

⁴ Antropóloga, pesquisadora da Fepagro e professora do PGDR/UFRGS.

vens e estão aqui num diálogo que se dá com o governo, com a academia, com ONGs, e isso é algo que não poderia ter acontecido em outro momento. Eles são produtos do processo de mudança do rural e da relação entre rural e urbano. Temos aqui várias lideranças com as quais tivemos a oportunidade de conversar e que falaram em plenário e nos grupos. Essas lideranças jovens rurais estão cursando universidade, estudando, ocupando espaços que há alguns anos não existiam. Na academia se tenta romper, em alguma medida, com uma forte dicotomização do rural em relação ao urbano, o que é interessante para os agricultores e para os jovens. Para eles isso nunca foi um problema. As pessoas vivem no meio rural e vivem na cidade, saem e voltam, estão lá e cá. Então, temos que entender como isso se expressa. Os estudos devem olhar para frente, tentando perceber qual é a realidade que o jovem do meio rural está inserido, realidade que está em processo de transformação. O jovem expressa essa mudança, é a parte mais sensível dela e que está menos consolidado naquela realidade. Ao mesmo tempo, como isso dialoga com o debate mais geral do tema da juventude? É grande a dificuldade de quem olha e faz esse recorte para tentar analisar a realidade. Esse é o nosso desafio. Assim, temos uma agenda para pontuar, para construir.

Debate

José Carlos Alves Pereira – Quero cumprimentar os organizadores do Seminário, que foi um espaço onde pudemos discutir várias coisas dentro do tema juventude rural, e que, certamente, propiciará o desenvolvimento de mais estudos e mais ações que permitam viabilizar a realização de desejos dos jovens de origem rural, no campo e na cidade. Gostaria, também, de propor que pensemos sobre algumas questões discutidas ao longo do Seminário em nossos locais de ação, nas universidades, nos movimentos. A questão que tem mais aparecido é a questão agrária, como um tema que já estava posto e discutido lá nos clássicos, mas que hoje aparece com uma nova roupagem. Os jovens rurais têm a possibilidade de trabalhar como assalariados, na cidade ou no campo. Isso está relacionado com a questão agrária ainda não resolvida, mas também com os desejos de estarem vivendo novas experiências em novos espaços. Aí também se encontra o desejo de transição para vida adulta, que é uma questão mais pontual.

Acredito que também devemos pensar sobre a questão proposta pela Elisa Guaraná para os trabalhos da academia: pensar a categoria juventude rural para entendermos melhor quem são esses atores. Se nós não temos clareza de quem são, de como se percebem no processo e de como percebem o processo em si, não conseguiremos avançar muito, tanto do ponto de vista acadêmico quanto dos pontos de vistas político e social.

Maria Nazareth Wanderley – Disseram que era provocação – e eu engoli – a discussão sobre a dicotomia campo/cidade. Gostei muito de uma frase que saiu por aí, que vale para o rural, no geral, e também para os estudos sobre a juventude: “Não isolar, mas também não diluir.” Anotei isso como lema para o resto da minha vida de pesquisadora. Acredito que a discussão sobre dicotomia entre os estudiosos do mundo rural é um debate que acontece no mundo inteiro, que não acabou e não vai acabar tão cedo. No entanto, há uma primeira idéia de que a dicotomia expressaria uma oposição campo/cidade. Não existe essa história de que os jovens venceram isso, ultrapassaram aquilo. Não existe essa oposição campo/cidade. Existe uma integração, na medida do possível. E isso não significa que o rural e o urbano se diluam numa realidade homogênea. Aliás, esse é o segredo que deveríamos aprofundar. Uma vez, ouvi de uma pessoa que trabalha nessa área: “São dois pólos distintos, só que um é belo e outro é infinito.” Então, não são pólos. Gosto da idéia de pólos, mas vistos como complementares. E essa é a idéia.

Queria chamar a atenção para dois pontos. Primeiro, a tensão, que é ao mesmo tempo um impasse e uma demanda, sobre a relação do jovem rural com a profissão da agricultura, de ser agricultor. Acredito que ser agricultor e ser agricultor familiar é uma profissão e devemos refletir sobre as implicações disso. O jovem rural que tem 18 anos sabe ser agricultor: ele tem o conhecimento de como se faz para ser e o que ser agricultor exige, enfim, tem a competência para a profissão. Isso é um capital que desperdiçamos quando dizemos que não tem jeito, que ele deve sair, que a agricultura já era. Minimizamos o capital que existe. O jovem agricultor, quando assume a profissão, tem que assumir a tradição e a inovação. É o desafio desse jovem. Ele não vai inventar a pólvora e começar tudo do zero, porque carrega uma tradição aprendida, mas, ao mesmo tempo, é chamado a inovar. A profissão de agricultor é extremamente exigente na sociedade moderna porque tem que conciliar tradição e inovação. E essa não é uma questão do setor tradicional. Na questão dos jovens e a relação com a profissão ainda há o dilema

sobre o espaço da jovem moça, da jovem mulher rural que não quer ser, simplesmente, mulher de agricultor. Ela quer ser agricultora. Quais são as implicações e as exigências disso?

O segundo ponto é a relação de demandas dos jovens que escolhem o meio rural pelas razões positivas que conhecemos: porque é perto da família, longe da violência etc. Entretanto, a demanda que o jovem faz é por um meio rural integrado, que realmente vença a visão dicotômica e que reintegre as particularidades do meio rural. Ele quer também um meio rural que assegure a sua cidadania. Podemos e devemos ser cidadãos a partir do campo. Defendo a unidade familiar, com todas as contradições da autoridade patriarcal como uma referência central. Não gosto da idéia de pôr as atividades agrícolas e as atividades não-agrícolas como uma dicotomia, porque teríamos que pensar no sistema de atividades que inclui o que é ser de dentro e o que é ser de fora, que inclui a centralidade da família e do patrimônio familiar. Lembrei-me de um dos filmes que passou aqui, no qual uma moça dizia: “Eu vou para a cidade, mas se não der certo, eu volto.” Essa é a garantia, a segurança, o laço e a centralidade da família.

Maria José Carneiro – Pegando o gancho da fala da Maria Nazareth, quero destacar um fator interessante em nosso Seminário: não apareceu reflexão sobre juventude rural não-agrícola. Tendemos a pensar o rural como agrícola. Essa questão já vem sendo debatida em várias pesquisas, nas quais é demonstrado, até estatisticamente, o aumento das atividades não-agrícolas no meio rural. É claro que em algumas regiões mais do que em outras. No entanto, não contemplamos aqui uma reflexão sobre essa juventude, que pode estar inserida na família agrícola, mas não está inserida na atividade produtiva agrícola. E isso é um dado extremamente importante, é uma categoria extremamente importante, que implicam outras discussões, outros problemas. E um problema que me fez pensar sobre isso é o resultado da pesquisa do Instituto Cidadania sobre o perfil da juventude brasileira. Ainda que essa pesquisa tenha tido dados muito frágeis em termos da juventude rural, porque foram cerca de 700 jovens entrevistados em todo o Brasil e não havia possibilidades de se fazer um recorte estatístico por região e por gênero, tem alguns dados sugestivos para serem pesquisados.

Nessa pesquisa, a maioria dos jovens entrevistados que trabalha, trabalha na cidade e é considerado jovem rural dentro da classificação de município rural do IBGE. Isso é interessante: esses jovens trabalham na cidade, em atividades não-agrícolas, e são jovens rurais. São poucos os jovens entrevis-

tados nessa pesquisa, e ressalto mais uma vez a fragilidade dos dados, que trabalhavam nas famílias, considerados agricultores ou membros de famílias agrícolas. Acredito que aqui tenha um grande parêntese que não foi contemplado. Por quê? Talvez, pela falta de organização desses jovens e, até mesmo, de lugar, de um espaço próprio. Então, quem são esses jovens? Onde se dá a inserção deles? Em que espaço de expressão e de organização eles estão? Era isso que gostaria de ressaltar.

Carmem Castro – Elisa Guaraná falou sobre um novo olhar. Talvez possamos começar em outro patamar, uma vez que os movimentos sociais começam a perceber a juventude não mais como simplesmente reprodução do movimento, mas como ator e sujeito. No caso das mulheres no campo, um sujeito que implementa o processo de luta. Acredito que a academia também tenha tomado consciência disso e não focalize mais um olhar no jovem simplesmente como aprendiz de agricultor, de continuador da agricultura ou de aprendiz de movimento social. De novo, precisamos desenvolver um olhar para pensar esse jovem como sujeito.

O debate travado com a professora Regina Bruno, que resultou na minha dissertação de mestrado, trouxe a noção do “fazer-se” de [E. P.] Thompson. Assim, retomando o que se discutia no primeiro dia, pensando no contexto que forma esses jovens, mas que forma esses jovens como uma ação. Nesse sentido, é bastante interessante pensarmos esse jovem se constituindo no espaço rural. Para mim, essa é uma das novidades. No caso dos movimentos sociais, pesquisei o MST e penso nos 20 anos do movimento. Os jovens do início já não são tão jovens ou não são considerados como tal, mas os que têm 20 anos já passam a ser percebidos como tal. Acredito, então, que o olhar para os jovens está se modificando.

Paulo Carrano – Quero agradecer a oportunidade criada, por vocês terem tomado a iniciativa de fazer este encontro. Gostaria de ressaltar a mesma frase destacada por Maria Nazareth: “Não isolar, mas também não diluir.” Dois grandes elementos que podem diluir um debate são a globalização e a pasteurização das diferenças e das particularidades. Quero, então, fazer uma pergunta relacionada, especialmente, às culturas juvenis: Até que ponto o ideal cultural urbano não coloniza as culturas rurais? Porque achar que os jovens são autoconscientes e capazes de superar o processo de alienação, a juventude rural, por exemplo, vive numa relação com o mercado, é achar que eles são mais potentes do que realmente são como

sujeitos humanos. Assim, nessa esteira da agenda do debate, gostaria de pôr essa questão na lista para o debate.

Além disso, devemos pensar como garantir o direito à cidade para os jovens rurais, já que Marília Sposito lembrou Lefevre, sem ofuscar esses elementos de mistificação urbana. Como adotar, por exemplo, no caso dos jovens quilombola, uma postura de jovens funkeiros ou de jovens com uma estética urbana como um fator de positividade frente a esse preâmbulo da cidade. Não sei até que ponto isso deve ser elogiado. É algo para pensarmos como pesquisadores e ajudarmos essa garotada a se pensarem como sujeitos que devem construir projetos com bastante autonomia. Por exemplo, debater com os jovens que não se constrói projeto de autonomia subordinado a interesses de mercado.

José Roberto Novaes – Primeiro, quero agradecer muito à coordenação deste Seminário, tão oportuno para refletirmos a partir da inquietação de uma experiência pessoal de trabalho. Não sou especialista no tema juventude. Trabalho na área do agronegócio e cheguei ao tema juventude a partir do agronegócio, da produção, da exploração, da migração da juventude. O encontro, ao pautar a questão relacionada à migração de jovens, está orientando a questão do trabalho na produção e está trabalhando, por outro lado, a questão de origens distintas, de formas e inserções diferenciadas do jovem na produção. Acredito que isso começa a ganhar algumas particularidades interessantes. Ao pensarmos na produção, observamos que um segmento importante da juventude é formado por trabalhadores explorados no interior do agronegócio. São jovens que têm empregos temporários e, sobre eles, incide um grau de exploração violentíssimo. Dos 26 anos em diante, aqueles que trabalham na cana-de-açúcar se tornam um bagaço de cana, inutilizados. Eles agüentam fazer, no ritmo da jornada, somente cinco safras de cana. A partir da sexta, eles já estão debilitados. E esses mesmos jovens que enfrentam essas condições – e aí vou pegar o elo do fluxo migratório – têm uma inserção na produção diferenciada na região de origem deles, no contato com a terra, porque são pequenos produtores. Então, ele tem dupla inserção na produção. Os mecanismos de exploração lá são outros.

Queria trazer essa inquietação porque acho que discutir o agronegócio sob os pontos de vistas do trabalho e da exploração é um argumento importante para fazermos uma contraposição ideológica ao que a mídia e os setores dominantes da sociedade vêm pautando: o modelo de agricultura, tendo como referência o sucesso tecnológico e mercadológico da produção.

Quando se vai contrapor o agronegócio a partir da ótica do trabalho, a universidade está desarmada. As pesquisas relacionadas a isso são poucas. Os movimentos também estão desarmados, porque a experiência passada não vale mais para hoje. Houve uma mudança na forma administrativa e gerencial nas questões da mão-de-obra e dos mecanismos de exploração tão profunda, que aquilo que valia há dez anos já não vale mais. E isso tanto na forma como no plano da ideologia.

Nesse departamento, eles vão trabalhar com jovens no aspecto mais psicológico. Por exemplo, para aumentar a produtividade se faz campanha: “Essa é a nossa empresa.” Tive a oportunidade de visitar uma usina em Goiás que no pátio tinha um monumento e, em cima do monumento, um carro Volkswagen. Isso foi há uns dez anos. Todos os ônibus dos trabalhadores rurais que iam para o corte da cana passavam nesse pátio e todos os trabalhadores viam aquele monumento. Então, perguntei: “Para que aquilo lá?” E obtive a seguinte resposta: “Os trabalhadores que conseguirem fazer o padrão de produtividade pedido pela usina e os trabalhadores que não faltarem ao trabalho (e aí tinha uma cota consentida do início ao fim da safra) vão ter o direito a concorrer a um boleto e, talvez, ganharem aquele carro.” Isso se tornou uma motivação tão forte que aumentou a produtividade em torno de 20%. Acredito que isso tenha a ver com a juventude e com as preocupações que os pesquisadores e os movimentos devem ter.

Todo fim de safra da cana aqui em São Paulo, no mês de outubro, sai no *Jornal Nacional*, da Rede Globo, uma reportagem que vai para todo o Brasil. A última que vi era a seguinte: uma turma de trabalhadores estava terminando a safra. Aí, o *Jornal Nacional* mostra essa turma de trabalhadores, imigrantes do Vale do Jequitinhonha e do Maranhão, terminando a safra toda satisfeita. Um trabalhador foi entrevistado e disse que ganhou R\$ 16 mil naquela safra. Em seis meses, significa mais de R\$ 2 mil por mês. O trabalho foi árduo, mas os trabalhadores acumularam muito dinheiro e compraram rádio, televisão e moto para levar para a família. A reportagem anunciou que foram 330 motos compradas e mostrou as motos piscando. E não foram só as 330 motos, mas também 32 carros. O fim dessa reportagem, Fátima Bernardes vira e diz: os 40 trabalhadores que vocês estão vendo subir no ônibus, vão viajar cinco dias e voltar para o Maranhão, para a região de Codói Timbiras. Lá, eles vão ficar cinco meses de férias esperando a próxima safra e voltar para o trabalho da cana.

O cara que está lá tem de 18 a 26 anos, 70% dos trabalhadores que geram a riqueza do agronegócio são jovens de 18 a 26 ou 27 anos, porque são os que têm a força física e a destreza para enfrentar esse trabalho. Eles acumularam

experiência, pela necessidade da vida, que dá a eles agilidade no manuseio do facão. São especialistas no corte da cana que a partir dos 28, 29 anos já não são mais contratados pelas empresas porque a produtividade cai e a exaustão física não permite que continuem trabalhando.

Se no plano ideológico a informação que é passada para a sociedade é desse porte, que preocupação política devemos ter para fazer uma contra-informação, para começar a analisar essa realidade da agricultura a partir dos parâmetros relacionados a trabalho e a questão ambiental? Como podemos pensar em contrapor os argumentos utilizados pelos setores empresariais apresentados para a sociedade como melhorias nas condições de vida desses trabalhadores? Quem visitar hoje uma usina vai observar que os trabalhadores não são mais transportados como antigamente, em caminhões pau-de-arara. Eles são transportados em ônibus. Isso aparece como uma melhoria. Aquela figura do bóia-fria, que vivia com uma marmita debaixo do braço, não existe mais. Muitas usinas já têm restaurantes e a qualidade da comida melhorou. Os equipamentos de segurança também melhoraram, assim como os alojamentos no interior das usinas. Mas quem observa isso não vai nunca perceber, por meio da informação que chega à sociedade, que as melhorias que esse trabalhador recebe são deixadas na produção. Se antes ele produzia cinco toneladas de cana por dia, hoje ele tem que produzir de 10 a 20 toneladas de cana. Então, há uma exaustão da força física, estão queimando a juventude nesse processo como se queima lenha numa fornalha. Assim, que tipo de elementos, de preocupações e de reflexões estamos realizando para enfrentar esse problema?

Elenice Anastácio – Para a Contag é muito importante poder participar desse espaço de troca de experiências com outros movimentos e com a academia. No entanto, gostaria de sugerir, para uma próxima vez, que se tenha também uma discussão sobre indígenas. É um público que um dia também foi de seis milhões e hoje está bem reduzido. Nós precisamos conhecer como estão essas pessoas que também fazem parte do campo, do rural.

Carmem Castro – Quero resgatar uma publicação feita pelo Nead: “Como se formam os sujeitos do campo?”, que trata de temas como idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Foi um trabalho de conclusão do curso de pedagogia feito por jovens a partir de um convênio entre a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, o Iterra e a Via Campesina. Os jovens eram ligados à PJR, ao MPA, ao MST, ao MAB e ao MMC.

Depois que eles realizaram o trabalho de conclusão de curso, produziram textos em grupos no conjunto dessas pesquisas. Acho que esse trabalho pode contribuir para a reflexão.

Valmir Straposolas – Queria fazer uma breve reflexão e, ao mesmo tempo, buscar uma proposição vinculada ao resultado do Seminário. Muitos já falaram da necessidade de pensar e costurar a unidade na diversidade. Provavelmente, ao costurar a diversidade levaremos muitas alfinetadas pelo caminho. Assim, quero ilustrar outro elemento presente no depoimento do José Roberto Novaes. A alfinetada significa também que devemos pensar nos problemas estruturais propostos para o debate, levantados nas pesquisas e expressos pelos jovens. Como disse Marília Sposito, a questão da juventude é uma porta de entrada para compreendermos os problemas da sociedade. Ao mesmo tempo, não podemos cair no relativismo total, principalmente na universidade. Acredito que já estamos sentindo a necessidade de retornar a questão da discussão sobre a estrutura do processo. O que José Roberto levanta, na verdade, é um problema estrutural que também deve estar presente no debate sobre juventude.

Enquanto nós estamos discutindo várias questões aqui, o vídeo exibido ontem mostrou a participação dos jovens nos complexos agroindustriais da carne (Sadia e Perdigão) de Santa Catarina. Quer dizer, 80% da mão-de-obra daqueles grandes frigoríficos é composta por moças e rapazes, jovens filhos de agricultores. Claro que com suas singularidades e outros riscos, mas que não deixam de sofrer o problema de um ambiente insalubre, trabalhando em frigoríficos com duas, três jornadas de trabalho. Após certo tempo, já estão com problemas sérios de saúde e não conseguem mais trabalhar. Eles dizem: “Na verdade, trabalhamos esse tempo no frigorífico, mas não temos uma profissão.” Isso é reflexo da própria exclusão das cadeias produtivas. Percebe-se que, cada vez mais, o aumento das escalas nesses complexos agroindustriais tende a excluir famílias de agricultores e pequenos agricultores, e os jovens sofrem essa conseqüência. O problema do mercado e a questão da exclusão da renda são fatores estruturais que, muitas vezes, deixamos de lado nas análises da academia e, nesses últimos anos, nas pesquisas. Então, devemos buscar dar conta da construção de uma agenda de pesquisa nas universidades e nas instituições que fazem pesquisa, e pensar na continuidade do processo. Penso na sustentabilidade do nosso Seminário buscando essa unidade.

Um caminho possível é aproximar os segmentos de movimentos, representações ligadas a juventude, universidade, gestores públicos. E isso nós conseguimos fazer. Hoje, se trabalha com a “desilusão” dessa geração com relação às lideranças tradicionais da sociedade na política, na academia ou mesmo na vida familiar. Na verdade, estamos buscando a juventude não apenas como uma porta de entrada, mas como uma solução de problemas estruturais da sociedade. O nosso desafio é fazer com que essa porta de entrada signifique pensarmos não apenas na aproximação da academia com as questões ligadas à sociedade brasileira, mas também na possibilidade de modificar padrões culturais, hierarquia de poderes e trazer questões de poder, classe social, que estão fora do debate na universidade, para esse novo contexto do campo.

A partir da juventude, a sociedade está emergindo dessas contradições, desses conflitos. Se, por um lado, o jovem deposita esperanças e crenças na possibilidade de modificar a realidade, por outro, acho que não podemos depositar apenas nos jovens a modificação de problemas estruturais. Para nós, o desafio é como dar continuidade e sustentabilidade aos resultados do seminário, para que eles também tenham penetração nos sindicatos, nas cooperativas, nas empresas de pesquisas, de extensão, na universidade. Esse debate precisa ter continuidade. Precisamos buscar nas agendas de pesquisas e nas agendas políticas a unidade na diversidade.

Jaqueline Freire – Em nossa agenda, uma questão estrutural e estruturante é a discussão sobre sustentabilidade. Uma sustentabilidade que projete desenvolvimento para o campo e possa pensar a juventude nesse desenho. Outra questão estrutural e estruturante muito trabalhada ao longo do Seminário é a noção de conhecimento e ação a partir da interface de trajetórias, identidades, cotidianos, projetos de vida. Assim, acho que uma questão central é o debate sobre políticas públicas. Em termos da participação do governo, foi extremamente significativa a participação do MDA e da Secretaria Nacional de Juventude. Entretanto, por toda a importância e a centralidade que tem a educação, o MEC deveria estar participando do debate, do ponto de vista institucional e de sua estrutura. Sei que o Ricardo Henriques, da Sedir, esteve no primeiro dia, mas assim meio que de raspão. O MEC deveria estar aqui, integralmente, debatendo a questão de políticas públicas.

Anita Brumer – Foi um Seminário muito rico, com muitas pessoas interessantes, no qual certamente todos aprenderam alguma coisa. Acho, também, que foram levantadas algumas questões novas que nos dão estímulo.

lo para continuar pesquisando. Gostaria de lembrar que vamos tentar, na pesquisa, responder perguntas sobre questões que ainda não se conhecem e, assim, avançarmos o conhecimento.

Helena Ferreira da Cruz – Quero ressaltar a importância que o seminário trouxe para nós, juventude rural. Eu sou do Pará e conheço muito bem a realidade da juventude, pois sou trabalhadora rural. Agradeço à coordenação do seminário pela oportunidade de participarmos deste encontro. Queria, agora, passar uma mensagem que acho muito importante: caminhar é preciso. O que é a vida senão uma grande caminhada. Caminhada final é uma expressão que se aplica a todas as nossas experiências. Caminhamos rumo ao conhecimento, no desenvolvimento físico, no relacionamento humano. Caminhamos na busca de nossos sonhos e projetos. Vivemos uma caminhada que começa dentro de nós, nas estradas e trilhas de nossa espiritualidade e no que está a nossa volta.



SEGUNDA PARTE



Da migração nacional à internacional: enredos e desenredos de jovens rurais na agricultura familiar

José Carlos Alves Pereira¹

Introdução

Elaborei este texto a partir de observações e entrevistas que realizei durante cinco anos (2001, 2003, 2004, 2005, 2006) – nos períodos de entressafra da cana-de-açúcar e laranja, em São Paulo – com camponeses migrantes² do Vale do Jequitinhonha-MG. Nesses períodos, participei como colaborador nas missões que o Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM realiza em regiões de origem dos migrantes. Visitei dez comunidades em seis municípios: Araçuaí (Vargem de João Alves); Francisco Badaró (Tocoiós, Mocó, Ponte do Setúbal, São João do Setúbal); Jenipapo de Minas (Riacho de Areia); Medina (Vereda); Novo Cruzeiro (Lambari); Padre Paraíso (Cachoeirado, Ribeirão). Durante as visitas, participei de atividades festivas, rituais celebrativos nas diversas comunidades e entrevistei pais e jovens.

Em que pesem a riqueza e o auto-retrato cultural dessas comunidades nas festas e ritos, neste texto meu foco analítico é o processo de migração dos jovens em busca de um desenredo de bonança e vida social digna. Abordarei a questão da migração e as condições de saída dos jovens a partir de duas problemáticas distintas, interativas, mas não excludentes entre si, a saber: a) fatores de ordem macrossocial e estrutural – infra-estrutura regional, políticas públicas, arranjos institucionais; b) fatores de ordem microssocial – mais tangíveis às práticas cotidianas dos indivíduos, suas famílias e/ou redes de sociabilidade.

¹ Mestre em sociologia pelo IFCH/Unicamp, bolsista Fapesp, membro do Ceres – Centro de Estudos Rurais da Unicamp.

² O camponês migrante também pode ser percebido como camponês-proletário. Nessa condição social, o camponês se reproduz como proletário em áreas urbanas, para que o assalariamento temporário lhe permita, no futuro, recuperar a condição camponesa impossível de ser mantida exclusivamente com o trabalho na lavoura. Ao atuar como proletário, vários fatores podem estimular seu retorno à condição camponesa. Desde o afeto à terra e às atividades agrícolas até a precariedade de vida como proletário (salário baixo, despesas com água, aluguel) podem concorrer para o retorno também temporário à condição camponesa. Para maior aprofundamento sobre esse tema, cf. (Silva,1992; Menezes, 2002).

A conjugação dessas duas problemáticas expressa, por um lado, a influência dos eventos macrosociais sobre a vida dos jovens rurais no Vale do Jequitinhonha, e, por outro, o empenho desses agentes sociais na elaboração de enredos visando desenredos que lhes possibilitem um padrão de vida melhor dentro e/ou fora da agricultura. Assim, são duas problemáticas distintas, mas não deslocadas ou excludentes entre si. Ao contrário, se sobrepõem, influenciando enredos e desenredos dos jovens.

Globalização, migrações e transformações no mundo rural

Os processos culturais, políticos e econômicos do mundo contemporâneo, como a globalização, desemprego estrutural, migrações nacionais e internacionais, mundialização do capital etc. envolvem todos os indivíduos na cidade e no campo. Nesse último espaço, a crescente chegada de equipamentos modernos como TV, telefone possibilita aos agentes sociais intensificar a ressignificação de tradições, símbolos e práticas da vida social, tendo em vista a realização de projetos individuais a partir dos quais possam se desvincular de sua família de origem e constituir uma nova família ou “optar” pelo celibato; ou ainda elaborar um projeto coletivo mantendo significativa colaboração com a família de origem e concomitante a isso formar uma nova unidade familiar autônoma.

No entanto, a realização desses projetos não depende apenas da sua ação e imaginário, que constituem fatores endógenos (visões de mundo, organização do trabalho, costumes etc.) às unidades familiares. Todos esses fatores influenciam fortemente no processo de “transição dos jovens para a vida adulta³” e estão vinculados às dinâmicas internas do grupo familiar. Em que pese a sua presença na dimensão microssocial, eles não estão des-

³ Por “transição para a vida adulta” entenda-se o processo no qual os indivíduos se preparam para constituir uma nova unidade familiar autônoma e/ou não se identificam mais como jovens e/ou assim deixam de ser percebidos nos seus grupos sociais de convivência (família, amigos, escola, trabalho). Como apontam Maria das Dores Guerreiro e Pedro Abrantes (2005) é pertinente observar que a transição para a vida adulta não significa apenas um momento, ou um rito de passagem. Além disso, ela expressa o desenredo de um percurso da vida biológica e social, no qual se procurou – dialeticamente – firmar a alteridade da identidade jovem. Ademais, de acordo com os referidos autores, a transição para a vida adulta pode ocorrer de vários tipos e expressar as condições materiais e estilos de existência dos jovens, sobretudo, a partir do seu lugar social.

locados de processos como a globalização e a reorganização do capitalismo como modo de produção e processo civilizatório (Ianni, 2002). Formam, então, dois conjuntos de fatores: um microssocial que se manifesta nas práticas cotidianas das famílias e seus membros, buscando soluções e/ou alternativas para os problemas vividos; o outro é macrossocial, cuja expressão maior é a globalização, o desemprego estrutural e a intensificação das migrações nacionais e internacionais.

Essa globalização e a reorganização do capital, embora tenham epicentros originais em países como EUA, França, Japão, Alemanha, Inglaterra, se expandem rapidamente pelo mundo, embaralham fronteiras entre campo e cidade, e envolvem agentes sociais, a exemplo do campesinato, cujo *ethos* cultural, não necessariamente refratário, é diverso da lógica capitalista. Nesse processo, suas tradições não são soterradas ou simplesmente dissolvidas. Porém, percepções e comportamentos são reelaborados a partir da ressignificação de símbolos e costumes tradicionais. Isso mostra que os agentes sociais envolvidos não são completamente passivos à ordem dominante, mas também que essa ordem tem força para aproximar, transformar, recriar modos de ser e viver em sociedade. Um modo de viver que se destaca nesses processos é o urbano-industrial, cada vez mais intenso, inclusive nas áreas rurais.

Nestas, mesmo nas consideradas remotas ou de difícil acesso, mas que apresentam fluxos migratórios sazonais – como é o caso de comunidades no interior do Maranhão, Alagoas, Bahia, Vale do Jequitinhonha-MG, – encontram-se muitos jovens com motocicletas, telefones celulares⁴, aparelhos de TV e DVD, grupos de mulheres – artesãs, confeiteiras, costureiras, padeiras – organizados em torno de associações e cooperativas⁵. Já nas áreas de agricultura empresarial, é crescente a mecanização em diversos elos de sua cadeia produtiva, compreendendo desde a preparação do solo para a semeadura até a colheita.

Desse modo, a partir do desenvolvimento técnico, intensifica-se a interação entre o mundo agrário e a sociedade urbano-industrial. Nesse processo, “o capitalismo revoluciona as condições de vida e trabalho em sítios e fazendas, minifúndios e latifúndios”. Seu desenvolvimento no campo assinala “condições, tendências, modos de produzir e reproduzir material e espiritualmente” (Ianni, 2002: 50).

⁴ É pertinente destacar que, em muitos casos, os telefones celulares não funcionam na localidade rural devido à inexistência de sinal da agência operadora das linhas.

⁵ Serviço Pastoral dos Migrantes. Relatórios 2003-2004. São Paulo: SPM, 2004.

Entretanto, o desenvolvimento do capitalismo no campo também criou uma massa de trabalhadores migrantes vivendo e trabalhando em muitos lugares. Trata-se de um contingente de trabalhadores rurais (posseiros, meeiros, moradores, arrendatários, pequenos proprietários), cujas terras e instrumentos de trabalho foram expropriados no processo de industrialização da agricultura (Silva, 1999: 71).

Nesse contexto, intensificam-se as migrações, a favelização em áreas urbanas e o desemprego como desdobramentos da industrialização agrícola, expropriação de terras e instrumentos de trabalho do campesinato. Este não desaparece, mas “sofre transformações quantitativas e qualitativas básicas” no processo de industrialização do mundo agrário” (Ianni, 2002: 50). Sua existência e atuação social passam a se expressar com outros significados históricos e exigem reformulações teóricas.

Embora esses eventos (crise do emprego, educação escolar, questões de gênero e sexualidade, costumes, migrações, expropriações, etc). atinjam todos numa mesma temporalidade histórica, sua percepção e reação a eles não são homogêneas. No caso dos jovens, os que vivem em cidades percebem e reagem a esses processos de modo diferente daqueles que vivem em áreas rurais. Isto porque se trata de grupos diferentes, mas também os seus lugares e sua trajetória social são diferentes.

Essas percepções e reações diferentes causam um paradoxo com a tendência homogeneizante do processo de globalização, porque esta se articula e atinge espaços sociais de vida e produção cultural distintos. Portanto, em que pesem a expansão do modo de vida urbano para além dos limites da cidade e a sua aparente homogeneização no processo de globalização, há diferenças profundas de sentido e atuação entre os agentes sociais envolvidos a partir de suas singularidades de representação do mundo e interesses em jogo. Assim, estabelece-se uma relação dialética entre o micro e o macro, o local e o global, na qual os agentes sociais, mesmo influenciados por padrões culturais universais, acionam representações culturais locais para ressignificar suas formas de vida e produção (Harvey, 1992: 185-277).

Condições de vida local e ambivalências da migração

No processo social analisado no Jequitinhonha, o local e a forma de socialização dos agentes sociais são fundamentais para a elaboração de seus enredos e desenredos e para a definição dos critérios objetivos e subjetivos acionados para decidir sobre a migração.

Aos aspectos objetivos vinculam-se a histórica expropriação de terras camponesas por empresas madeireiras e de papel-celulose (Moura, 1988), a falta de empregos, de estradas adequadas e de meios de transporte para escoamento da produção, bem como a grande defasagem educacional da população, sobretudo a rural. Os dados coletados durante o trabalho de campo revelam que os jovens têm, em média, pouco mais de quatro anos de escolaridade. Já as jovens têm uma média mais elevada, correspondendo a cerca de sete anos de escolaridade. Ainda assim, abaixo da média nacional que, de acordo com um estudo realizado pelo Ipea (2005), corresponde a cerca de oito anos de estudo para cada jovem de 15 a 24 anos. Segundo os próprios técnicos do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, é difícil aprovar projetos no âmbito do Pronaf Jovem (Linha especial de financiamento dentro do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) no Vale do Jequitinhonha, devido à baixa escolaridade e pouco conhecimento técnico dos jovens (Lopes, 2006).

Já aos aspectos subjetivos vinculam-se sonhos e desejos de conquistar um padrão de vida melhor para si e sua família. A migração e a experimentação do mundo são vislumbradas como instrumento mais adequado à realização dos sonhos e à própria manutenção do lugar de origem, como aponta o jovem Sandoval:

“Olha, para conseguir alguma coisinha a gente tem que se virar... tem que sair daqui. Se ficar aqui, o trem não vai para a frente não. Você não rompe na vida. Quer dizer, o lugar da gente vai desmanchando aos poucos. [...] As roças vão acabando, as criações também. É onde eu digo: se ficar aqui sem fazer nada, aí acaba tudo. A gente sai, porque precisa viver e melhorar de vida, casar, comprar as coisas de casa e um dia voltar né. Porque aqui é o lugar da gente.” (Sandoval⁶, 23 anos, 4ª série do primário, comunidade Bom Jesus do Setúbal.)

A precariedade das condições de vida, a expropriação de terras somadas à defasagem educacional concorrem para que os jovens não vislumbrem outras alternativas de sobrevivência senão a migração, o que, por um lado, revela o seu caráter compulsório, e, por outro, aponta para a migração como

⁶ Para preservar a identidade dos(as) entrevistados(as), dei-lhes nomes fictícios.

uma reação e uma alternativa acionada para conseguir meios de sobrevivência em outros lugares e, possivelmente, ajudar a família a manter as lavouras e animais para autoprovisionamento.

A carência de oportunidades locais diminui as possibilidades de os jovens conseguirem melhor padrão de vida sem ter que migrar. Desse modo, para muitos rapazes e moças, melhores condições de vida passam pela experiência da migração. Perguntado sobre qual profissão gostaria de exercer no futuro, um jovem de 15 anos assim respondeu:

“Quero ser cortador de cana. Quando eu fizer 16 anos vou vender sorvetes na praia. Arranjo um dinheiro, ajudo minha avó e quando eu completar 18 anos vou para o corte de cana em São Paulo. O que eu vou ficar fazendo aqui?” (José Paulo, 15anos, 5ª série incompleta, comunidade Ponte do Setúbal.)

Nesse contexto, dois elementos da migração dos jovens rurais no Jequitinhonha se entrelaçam, mas não se confundem: o caráter estratégico e o compulsório. Nos períodos de seca e entressafra, migrar é a estratégia de sobrevivência e permanência do grupo familiar na terra, expressando a multiespacialidade e multitemporalidade na agricultura familiar. Isto é, situações de pluriatividade e/ou de migrações não apontam necessariamente para uma desarticulação da unidade familiar de produção agrícola, cujo caráter familiar lhe permite atuar em diversos lugares e de diversas formas sem implicar a presença coletiva de seus membros no mesmo espaço e tempo. Isto possibilita que ela atue como uma “rede de relacionamento de várias gerações em vários lugares” e não simplesmente como um agrupamento nuclear fixo no tempo e no espaço (Martins, 2001: 22).

Em que pese essa importante forma de atuação da unidade familiar agrícola, observados os motivos e condições precárias de sobrevivência das quais seus membros – especialmente os jovens – procuram escapar, não há dúvidas de que dois elementos paradoxais se amalgamam e constituem o caráter ambivalente dessa migração. O primeiro elemento é a compulsoriedade vinculada aos processos de expropriação de terras e precárias condições de vida no local de origem. O segundo é a estratégia de buscar, nos lugares de destino, recursos para obter melhor padrão de vida e que também possam ser canalizados para ajudar os membros que não migraram a manter o lugar onde se vive (pequena propriedade, habitação), as roças e pequenos animais de autoprovisionamento.

Ademais, a migração pode ter várias causas e significados, de acordo com as condições sociais e necessidades dos migrantes. John Durston (1998) observa que nas comunidades pobres, de baixa produtividade e fragmentadas por vários herdeiros, a mera sobrevivência do lugar exige que alguns filhos migrem, pois pode não haver terras disponíveis para todos, caso o mercado destas seja restrito aos fazendeiros. Noutras comunidades onde os jovens atingiram um maior grau de escolaridade, a migração destes não pode ser freada, pois as oportunidades de maiores níveis de instrução estão fora das localidades rurais.

Em busca das oportunidades de trabalho e realização dos desejos, os jovens das comunidades analisadas perseguem seu desenredo em meio ao enredado contexto de expropriação, resistência e migração fortemente influenciadas pelas precárias condições de vida e pela possibilidade, ainda que remota, de se livrar da tutela de fazendeiros, empresários e conquistar oportunidades que lhes permitam melhores condições de vida.

Assim, um esforço de compreensão das condições e perspectivas de vida, bem como da migração dos jovens no campo deve considerar questões influentes em suas representações e ações sociais que, dialeticamente, comportam e fornecem instrumentos para a produção e reprodução de elementos tipicamente locais e globais distintos, mas amalgamados ao modo de viver e interagir regionalmente.

Dinâmica social da região

Guardadas as exceções de certas localidades, o Vale do Jequitinhonha apresenta uma infra-estrutura precária em termos de trabalho e estudos para seus jovens, bem como de preservação das terras camponesas que têm sido açambarcadas pela agroindústria de papel-celulose. Há uma demanda muito grande por empregos, educação, tratamentos de saúde e condições mínimas de sobrevivência, como obtenção de alimentos e saneamento básico. Essa dinâmica negativa impulsiona um forte movimento migratório de homens e mulheres em busca de trabalho nos grandes centros urbanos e nas áreas monocultoras de cana-de-açúcar, laranja, café e algodão em diversos estados brasileiros. Os jovens – sejam de famílias providas ou desprovidas de recursos – migram em massa para grandes centros urbanos e para regiões onde a agroindústria é predominante. Vejamos os destinos mais frequentes e as atividades neles realizadas.

Belo Horizonte – estudar, trabalhar na construção civil, porteiro de condomínio;

São Paulo-SP – construção civil e serviços domésticos;

Rio de Janeiro-RJ – ascensorista de elevador, estudar;

Áreas rurais dos estados de São Paulo, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Goiás e sul de Minas Gerais – corte de cana, colheitas de café, laranja, algodão, alho, cebola, batata;

EUA, Portugal, Espanha – serviços domésticos, limpeza de lanchonetes, garçons.

Nessa migração eles se envolvem em um enredo que vai desde as relações de solidariedade – nas quais todos se ajudam doando e trocando alimentos; indicando possibilidades de empregos; elaborando estratégias a fim de superar dificuldades de sobrevivência em seu local de origem e no local de destino – até questões macrossociais, como as transformações ocorridas no mundo do trabalho e a questão agrária. Não bastasse a precariedade da região, a escassez de recursos das famílias desses jovens – em muitos casos – é extrema e faz destacar o caráter compulsório da migração. Embora desejem estudar, saem pensando menos nisso e mais em conseguir um emprego.

Para os que vão trabalhar nas monoculturas, o retorno ao local de origem é regular. Findas as safras, a maioria retorna às pequenas parcelas de terra familiar, onde permanece por cerca de quatro meses, ajudando nas lidas da lavoura. Iniciou-se a safra nova, retoma a migração (Bison, 1998). Nesse caso, enredo e desenredo adquirem uma circularidade temporal histórica na qual o camponês se torna, temporariamente, proletário, para voltar a se reproduzir como camponês e tentar manter sua parcela de terra. Já os que migram para os EUA, Portugal e Espanha não retornam regularmente ao local de origem. O tempo dos enredos e desenredos é maior e depende, sobretudo, das condições de vida no país de destino. Para essa migração internacional convergem tanto jovens urbanos quanto rurais que passaram anteriormente pela experiência da migração nacional, especialmente as de caráter temporário nas lavouras de café, laranja e cana-de-açúcar. Não há um levantamento sistemático de mensuração do fluxo de uns e de outros, todavia o esvaziamento demográfico da região é explicado pelos próprios moradores pela intensa migração para outros lugares nacionais e internacionais.

No que se refere à migração para o exterior, é interessante observar os fatores que a estimulam, ou a tornam viável. No caso em análise, há dois fatores que estimulam a migração internacional, sendo que um deles, além de fator estimulante, atua também como condicionante. Trata-se de pe-

quena, mas fundamental, acumulação de bens. Noutros termos, os jovens, tanto urbanos quanto rurais, que fazem a migração internacional dispõem de alguns recursos (imóveis no campo e/ou na cidade, animais, carros, em alguns casos – até mesmo dinheiro em moeda) dos quais a maioria dos jovens rurais envolvidos na migração sazonal nacional não dispõe. A posse desse capital constitui-se em fator estimulante, por um lado, e, por outro, como condicionante à emigração. O segundo fator é comum aos dois tipos de migração. Trata-se da dinâmica da região de origem, sendo que a expropriação de terras, a falta de trabalho e precárias condições sociais de vida são preponderantes.

Em meio aos enredos, os jovens que migram para o exterior esperam conseguir oportunidades de multiplicar seus recursos mais rapidamente do que no Brasil, onde já fizeram a migração sazonal e, ao seu juízo, não alcançaram um desenredo de melhoria no padrão de vida. No processo dessa migração, qual seria o estatuto dos enredos e desenredos?

O estatuto dos enredos

Os enredos nos quais ocorre a migração nem sempre, ou na maioria dos casos, proporcionam o desenredo sonhado. A saída dos jovens para os EUA não ocorre legalmente, com retirada de passaporte e outros documentos exigidos. A emigração ocorre dentro de uma rede de relações que inclui o conhecimento prévio de um amigo ou parente que já esteja vivendo lá. É preciso conhecer um sistema clandestino na origem que, mediante pagamento de 13 mil dólares, possibilita a viagem de ida, sem, no entanto, oferecer garantias da efetiva entrada naquele país, já que terão que driblar ou subornar sua polícia de fronteira. Embora a travessia seja lenta, perigosa e arriscada⁷, de acordo com os depoentes, é significativo o número de jovens que, efetivamente, chega ao local de destino. Vejamos como isso ocorre.

Esses jovens compõem a unidade de produção familiar. Diante das dificuldades de reprodução social desta e da elaboração de um projeto para que

⁷ Carlos Fioravanti e Mariana M. Estens (2006) indicam que os migrantes que não conseguem entrar nos EUA são detidos pela polícia de fronteira desse país, ou vão morar provisoriamente na cidade de Tijuana – México –, fronteira com os EUA. De acordo com os dois pesquisadores, a cidade de Tijuana – formada basicamente por migrantes à espera de oportunidades para entrar nos EUA – possui ruas estreitas e infra-estrutura sanitária precária. É muito grande a incidência de doenças como tuberculose e Aids.

eles formem novas unidades autônomas ou façam a transição para a vida adulta no seu local de origem, a migração se lhes apresenta como saída mais plausível. Começam migrando dentro do próprio país para áreas de monocultura em regiões onde predomina o agronegócio, depois partem para a migração internacional, em geral para os EUA. Nesse último caso, o primeiro passo é conhecer alguém que já esteja nesse país e que tenha possibilidade de recebê-los como hóspedes ou moradores fixos e, se possível, encaminhá-los a um emprego uma vez chegados ao destino. Sem essa condição a ida é praticamente inviável, mesmo que se disponha do dinheiro integral para pagar ao agenciador da viagem. O segundo passo, não decisivo como o primeiro, mas também importante, é negociar com o agenciador da viagem as condições de pagamento do pacote de ida, que inclui: passagem de ônibus até São Paulo, passagem de avião de São Paulo até a Cidade do México⁸; passagem de ônibus da Cidade do México até a fronteira (Tijuana – La Jolla) desse país com os EUA, e, por último, em alguns casos, suborno da polícia de fronteira estadunidense. Nos casos em que o suborno é incluído no pacote, o custo deste pode chegar até a 20 mil dólares. A tônica da negociação das condições de pagamento é marcada pela “penhora” de bens do jovem migrante ou de sua família, já que – na maioria dos casos – eles não dispõem dos 15 ou 20 mil dólares para pagar de uma só vez ao agenciador. Dá-se uma entrada em dinheiro, em geral 1.500 ou 2.000 dólares e coloca-se sob fiança a casa de pouso na cidade, alguns animais (bovinos), automóvel, motocicleta e até mesmo parte da parcela de terra no campo. Uma vez chegado ao destino, o jovem migrante se compromete a – mensalmente – enviar de 500 a 800 dólares ao agenciador e dessa forma, ao cabo de quatro ou cinco anos, pagar toda a dívida e reaver os seus bens ou os de sua família de volta. O terceiro passo consiste em efetuar a travessia; ser acolhido pelo amigo ou parente; encontrar um emprego e pagar regularmente ao agenciador; custear a própria sobrevivência, e, concomitante a isso, ajudar a família; procurar escapar sempre da fiscalização sobre a migração clandestina, o que implica ter que viver e trabalhar na clandestinidade, isto é, sem garantias de direitos trabalhistas,

⁸ Devido a um acordo bilateral entre Brasil e México, não é exigido visto de entrada dos brasileiros neste último país, bem como não o é exigido dos mexicanos que vêm ao Brasil. No entanto, como tem aumentado a entrada ilegal de brasileiros nos EUA via México, o governo estadunidense tem pressionado o governo mexicano a que se exija visto de entrada dos brasileiros nesse país. Com isso, a perspectiva é de que diminua a entrada ilegal de brasileiros em território estadunidense. O governo do México se sensibilizou com o pedido feito pelos EUA e se comprometeu a estudar possibilidades de exigência do visto.

tampouco de cidadania, já que ele é tido como fora-da-lei. Este é o enredo do qual procuram se desvencilhar para realizar o sonho de uma vida digna.

Já o enredo dos jovens rurais que vão para Portugal ou Espanha difere um pouco dos que vão para os EUA. Todavia, essa pequena diferença não os coloca em situação mais confortável. Sua condição social de vida é semelhante à dos jovens que partem para os EUA. A diferença é que muitos deles não precisam deixar seus bens ou de sua família sob penhora ou fiança a um agenciador que lhes custeie a viagem de ida. O primeiro passo para ir continua sendo conhecer alguém, um parente ou amigo, que já esteja em Portugal ou na Espanha e que tenha possibilidade de recebê-lo como hóspede ou morador fixo e, se possível, encaminhá-lo a um emprego de caráter informal, pois – em geral – terá que viver na clandestinidade. Também nesse caso o conhecimento prévio de um amigo ou parente que possa oferecer acolhida é um imperativo. Sem essa condição não se viaja. É importante observar que *a priori* vai-se para Portugal com um visto de turista. Chegado em terras lusitanas, procura-se entrar clandestinamente na Espanha. O segundo passo não consiste – necessariamente – em conhecer um agenciador e negociar com ele as condições de pagamento da viagem. O jovem migrante deve ter um cartão de crédito ou cheque que lhe possibilite parcelar em até 12 vezes o valor da passagem para Portugal. Não dispondo de cheque, nem de cartão de crédito, ele deve conhecer alguém, parente ou amigo muito próximo, que os empreste. Caso não consiga, então procura um agenciador que custeie a viagem sob penhora de seus bens ou de sua família. Feito isso, obtém-se um visto de turista, saca-se dinheiro da poupança ou vendem-se alguns bens para obter de 1.500 a 2.000 dólares e prepara-se para embarcar como turista, condição esta que lhe permite ficar legalmente de 15 a 30 dias no país. Passados os 30 dias, começa-se o terceiro passo do enredo, que é semelhante ao de quem vai para os EUA. Viver na clandestinidade, fugindo da fiscalização, trabalhando informalmente para pagar a passagem, custear a própria sobrevivência e ajudar a família no local de origem.

Segundo os próprios jovens, para os que encontram menos obstáculos as dívidas são pagas dentro de, aproximadamente, três anos. Já para os que enfrentam maiores dificuldades, elas perduram por cinco anos ou mais e podem causar o retorno precoce ao Brasil. Nesse caso, os amigos – em gesto de solidariedade – custeiam a viagem de volta.

Embora não seja a regra, ocorrem muitos casos de prisão de jovens migrantes nos EUA. Levantamentos feitos pela polícia de fronteira indicam que cresce constantemente o número de brasileiros presos nesse país por

falta de documentação. Entre 1999 e 2004 foram presos 21.404 brasileiros, por estarem na clandestinidade. Entretanto, só no período de 1/10/2004 a 30/9/2005 foram presos 31.070 brasileiros, chegando a uma média de 85 detenções por dia (*Folha de S.Paulo*, 2005). Os brasileiros que entram ou tentam entrar nos EUA são jovens entre 20 e 25 anos de idade, provenientes – sobretudo – de Minas Gerais. Em entrevistas com os jovens no Jequitinhonha, eles disseram que dois de seus colegas foram presos e um terceiro chegou a ser deportado. Quanto à deportação, tanto dos EUA quanto de Portugal e Espanha, seu risco é uma constante da qual os jovens procuram escapar cotidianamente. O sonho de um dia poder voltar ao Jequitinhonha com algum recurso que lhes possibilite a si e sua família uma vida confortável é o que os estimula a enfrentar todos os obstáculos descritos anteriormente e se submeterem àquela penhora e expropriação de seus bens ou de suas famílias. Vejamos alguns depoimentos:

“Quando saí de casa, a primeira vez foi para cortar cana em São Paulo. Saí porque não dava para viver aqui só com o dinheiro da roça e arranjar emprego por essas bandas é muito difícil. Trabalhei dois anos na cana e vi que o dinheiro que se ganha lá não compensa o sacrifício. A gente sofre muito e no final arranja mal e mal o dinheiro de voltar e pagar as contas que deixou para trás. Então foi que eu resolvi ir para os Estados Unidos. Meu primo que já estava lá me convidou. Falei com pai. Vendemos três vacas, a minha moto, e penhoramos a nossa casa da cidade. Hoje já pagamos todas as dívidas, pegamos nossas coisas de volta e conseguimos comprar mais uma casa, mais gado de leite e compramos uma terrinha nova. Eu e pai em parceria. Também não quero mais voltar para os Estados Unidos. A gente vive o tempo inteiro fugindo da polícia. Agora quero ver se consigo algum recurso nessa coisa do Pronaf.” (Anderson, 24 anos, 4ª série, comunidade Vereda.)

“Sempre quis sair daqui, mas não tinha jeito. Tinha que ajudar mãe no serviço de casa e ainda ajudar na roça. Então foi muito difícil de sair. Mas as coisas não melhoravam e então pai deixou eu ir para Belo Horizonte trabalhar como doméstica na casa de

uma mulher daqui mesmo, só que ele já conhecia ela, pois tinha sido vaqueiro do pai dela há um tempo atrás. Então fui. Eu tinha 15 anos na época. Fui. Trabalhava para ela e ela me deixava estudar à noite. Ganhava salário mínimo. Aí, na escola que eu estudava, conheci outras meninas aqui do Vale (Jequitinhonha) e elas me falaram que o negócio mesmo era trabalhar de doméstica em Portugal ou Espanha. O trabalho lá era mais valorizado. Eu fiquei muito entusiasmada, mas não sabia como fazer pra ir pra lá. Mas, na escola, conheci a Rose, de Salinas (município do norte de Minas Gerais), que estava indo para Portugal trabalhar numa lanchonete. Perguntei a ela como fez para ir e ela me disse que a irmã dela já estava lá e tinha arranjado o serviço para ela. Então eu falei com ela da minha vontade de ir também. Ela disse que ia e depois, se pudesse, me ajudava a ir também. Demorou três anos, quando ela veio passear aqui e disse que se eu tivesse o dinheiro da passagem mais um dinheiro para entrar como turista ela me levava e me ajudava a procurar um emprego lá. Eu tinha um dinheirinho na poupança que não chegava nem para a passagem. Mas ela comprou a passagem no cartão de crédito e parcelou em 12 vezes. Eu tirei o dinheiro da poupança, vendi algumas coisas (uma vaca, três porcos) que eu tinha aqui na roça e completei com o dinheiro da poupança e fui com a Rose. Tem dois anos e meio que estou lá. Trabalho como babá. Ainda não consegui muita coisa, mas pai e mãe já não sofrem tanto como antes. Hoje eles comem bem e vestem bem. Agora quero ver se consigo economizar dinheiro pra comprar mais umas vaquinhas para pai e uma casa na cidade para mãe. Às vezes ela precisa ir ao médico e tendo uma casa lá, ela pode ir sem muita correria.” (Maria, 23 anos, 8ª série, comunidade Lambari.)

“Fui para os Estados Unidos e não tive sorte. Fiquei preso três meses na polícia da fronteira, depois fui deportado. Perdi quase tudo. Sobrou só a terra que esta eu não boto em risco pra nada. Agora pai e mãe tão me ajudando a recomeçar, mas vejo que vou ter que sair para São Paulo ou Rio de Janeiro e arranjar um trabalho,

ganhar um dinheiro extra pra poder tocar a terra.” (Reinaldo, 5ª série, 26 anos, solteiro, comunidade Cachoeirado.)

“Já fui duas vezes para a panha (colheita) de café no sul de Minas [Gerais] e já fui também vender sorvete em Porto Seguro (município do litoral baiano). Agora estou querendo ir para os Estados Unidos, só que não sei ainda onde eu posso ficar lá. Tenho alguns conhecidos lá, mas não sei se eles aceitam de eu morar com eles. [...] Quero ir para lá (EUA) porque aqui tá muito difícil. A gente corre para cima e para baixo e não consegue arrumar nada. Mal e mal a agente consegue só o que comer. Mas, tem também de cuidar da terra, ter um carro, roupas, casar e tratar bem da mulher e dos filhos. Não quero que eles precisem ir pro corte de cana ou panha de café.” (Sivaldo, 22 anos, 6ª série, comunidade Ribeirão.)

Diversos outros depoimentos seguem uma tônica semelhante. Os agentes sociais são jovens rurais que já fizeram a migração nacional por dois ou três anos, conseguiram alguns recursos para ajudar a família, mas não conseguiram sair da situação de vulnerabilidade social. Em geral, suas famílias não têm acesso às políticas públicas como o Pronaf⁹. E os jovens – sem emprego, educação, condições de desenvolver uma agricultura que lhes permita uma renda suficiente para satisfazer suas necessidades (comer, estudar, cuidar da saúde, ter lazer, constituir nova família e ter casa própria, enfim, fazer a transição para a vida adulta) – vislumbram na migração o desenredo com um padrão de vida melhor.

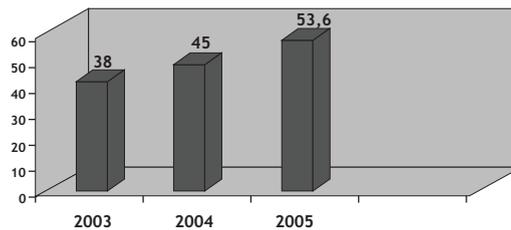
⁹ Em conversas com os pais, muitos deles me relataram que não têm interesse no Pronaf, porque podem ficar devendo para o banco e depois perder suas terras como forma de pagamento. Embora a perda da terra não ocorra efetivamente numa situação de inadimplência junto ao Pronaf, a preocupação dos pais é fundamentada no histórico de expropriação das terras camponesas por empresas madeireiras, mineradoras e grandes fazendeiros que se arvoraram como titulares de terras. O campesinato da região associa o poder dos bancos (onde se vai solicitar o financiamento do Pronaf) à força das empresas e fazendeiros expropriadores de terras. Sobre a expropriação da terra camponesa no Vale do Jequitinhonha confira Moura (1988); Silva (1999).

O estatuto dos desenredos

Migrantes internacionais em todo o mundo fazem significativas remessas de dinheiro para as suas famílias nos países de origem. Para o caso da América Latina, essas remessas são expressivas e superam os investimentos estrangeiros diretos que são feitos no continente. O valor delas cresceu de 2003 para 2004 e 2005 como demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1

Remessas em dinheiro por migrantes latino-americanos para suas famílias
(Números em bilhões de dólares por ano)



Fonte: Relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, março/2006.
Organização dos dados: José Carlos Alves Pereira.

Sobre o Brasil, o relatório indica que em 2005 foram enviados US\$ 6,411 bilhões de dólares por migrantes brasileiros no exterior. Não há estatísticas que apontem o valor das remessas enviadas pelos jovens rurais do Vale do Jequitinhonha. O que pode ser constatado, de acordo com os depoimentos dos jovens e de seus pais, é que houve uma relativa melhora do padrão de vida das famílias da maioria daqueles que migraram, pois eles enviam algum tipo de ajuda, quase sempre dinheiro, que lhes possibilita adquirir alimentos e objetos de primeira necessidade. Tanto que o relatório do BID informa que a maior parte das remessas (46%) para o conjunto do continente foi gasta com despesas diárias e apenas cerca de 6% foram investidas em atividades de longa duração. Para o caso do Jequitinhonha, o envio dessas remessas não significa – efetivamente – a extinção da vulnerabilidade social de unidades de produção familiar economicamente fragilizadas. Entretanto, criaram-se novas possibilidades que concorrem para a sua reprodução, na medida em que

os recursos enviados do exterior são mais abundantes que aqueles enviados quando da migração nacional. Entretanto, como a reprodução social não depende apenas da família, mas também de um conjunto de fatores externos a ela (políticas públicas, dinâmica da região etc.), o desenredo sonhado nem sempre é alcançado ou o é de forma parcial. Ele significa uma melhoria nas condições de vida no que se refere à alimentação e habitação.

Embora os jovens migrantes apontem, em seus depoimentos, um certo entusiasmo em relação à migração internacional e à resolução de seus problemas, o efetivo equacionamento destes exige ações conjugadas dos migrantes e do poder público em suas esferas municipal, estadual e federal, já que o problema se inscreve numa problemática micro e macrosocial.

Nesse sentido, o desenredo das ações dos jovens migrantes – apresentados nesse texto – se constitui mais como um passo importante no combate à pobreza, mas não como efetiva consolidação de suas unidades de produção familiar na região. Também não se pode falar em efetiva ascensão social no caso daqueles que visam à realização de um projeto individual fora do campo. Nos países de destino de sua migração, os empregos conquistados são precários, faltam-lhes documentação e eles são destituídos de direitos básicos, como saúde e educação. Entretanto, é pertinente destacar que as ações que possibilitam esse desenredo são elaboradas pelos próprios jovens e suas famílias, muitas vezes em caráter de clandestinidade. Isto é, não há forças externas como políticas governamentais ou movimento institucionalizado que os auxiliem nesse processo. Evidentemente que a atuação dessas forças em prol dos jovens migrantes e suas famílias nos locais de origem e/ou destino poderia ampliar as possibilidades desses agentes sociais escaparem da vulnerabilidade social.

A inexistência ou inoperância dessas forças contribui para que a vulnerabilidade social dos migrantes não seja estruturalmente alterada. É relevante destacar que isso não diminui a importância do acesso a alimentos, habitação e do auxílio financeiro e material à família com os recursos conquistados no processo de migração. Na verdade, essas conquistas é que permitem aos agentes sociais envolvidos continuar elaborando enredos e desenredos na perspectiva de alcançar melhor padrão de vida e dignidade social. A distância entre estes últimos e a precariedade social poderia ser encurtada através da articulação entre as ações dos migrantes na dimensão microssocial e ações governamentais na dimensão macrosocial, posto que a pobreza, a insegurança social e a questão agrária são problemas estruturais não equacionados no processo de globalização.

Isso significa que, na reflexão sobre essa problemática, tanto no plano sociológico quanto no social há que se considerarem as ações dos migrantes na sua busca por bonança e as ações institucionais racionalmente planejadas no combate à fome e à concentração fundiária.

Em contextos de pauperização e luta por sobrevivência, a migração constituiu-se como “fuga do pior para o menos mau”. Sua reversão só pode ocorrer se se considerar que as “conquistas fundamentais da técnica” inerentes ao processo de globalização e difusão do modo de vida urbano “devem convergir para criar novos mínimos vitais e sociais” plenamente acessíveis (Candido, 1971).

Todavia, no atual estado e em que pesem o empenho e o sacrifício dos migrantes, as conquistas são pontuais e não chegam a se apresentar como tendência. São poucos os casos de jovens migrantes em que o desenredo de suas ações se expressou na realização de seus projetos individuais ou na plena estabilidade social de suas famílias no campo e/ou na cidade. Isso exigiria ações locais, mas de caráter estrutural, em face da dinâmica paradoxal do processo de globalização, das novas maneiras de percepção, interpretação e atuação social expressas na plena integração entre o mundo agrário e o mundo urbano, bem como na forma como as famílias rurais reorganizam sua reprodução social na interface campo-cidade, buscando possibilidades de escolha e vida social digna.

Considerações Finais

O êxodo de jovens rurais do Vale do Jequitinhonha para outros países está vinculado a problemáticas como:

- a) globalização e intensificação do desenvolvimento do capitalismo nas áreas rurais com a expropriação de terras camponesas e expansão de monoculturas altamente capitalizadas;
- b) difusão do modo de vida urbano para além dos limites das cidades, implicando novos padrões de consumo e comportamento para populações rurais;
- c) precariedade socioeconômica da região de origem, que não permite ou dificulta a conquista de melhores condições de vida para os jovens e suas famílias;
- d) necessidade dessas populações de melhorar seus padrões de vida.

Nesse sentido, o caráter das problemáticas ligadas ao êxodo é macro e microsocial.

As condições de saída dos jovens são precárias, pois migram endividados e vivem na clandestinidade no local de destino. Os recursos obtidos por eles

e enviados para as suas famílias são fundamentais para minorar sua vulnerabilidade social, complementar a renda familiar, adquirir alimentos, animais e habitação, mas não se constituem em fatores que promovam sua ascensão e estabilidade social. As situações em que elas acontecem são pontuais e não se configuram como tendência.

Permeados por aquelas problemáticas e não contemplados por políticas públicas que garantam mínimos sociais vitais, os enredos bloqueiam os desenredos sonhados, retardando o alcance da bonança, ascensão e estabilidade social no campo e/ou na cidade. Praticamente sem apoio institucional e atingidos pelas transformações estruturais no mundo agrário, os jovens buscam alternativas como a migração – que se apresenta ambivalentemente como estratégica e compulsória. Em meio a enredos e desenredos amalgamados, constroem sua história em busca de um padrão de vida melhor para si e suas famílias.

Entre o bagaço da cana e a doçura do mel: migrações e identidades da juventude rural

Marcelo Saturnino da Silva¹

Marilda A. Menezes²

Introdução

Neste trabalho abordaremos as migrações sazonais dos jovens rurais do município de Tavares, no estado da Paraíba, para os canaviais da região de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, a partir da consideração de três aspectos principais: primeiro, a busca de projetos de autonomia na construção das identidades de jovens; segundo, o acesso à renda monetária como possibilidade de acesso a bens de consumo; e, terceiro, a invenção e ressignificação de espaços de sociabilidades e lazer no município dos jovens migrantes conhecidos como “canistas”. Utilizamos o conceito de experiência proposto pelo historiador inglês Edward Thompson, para indicar que os homens e as mulheres “experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura.” (1981:182). Nesta perspectiva, compreendemos que os jovens rurais tratam as suas condições objetivas de formas diferenciadas. Assim, não há um destino pré-dado, mas eles se constituem como grupo social através de múltiplas estratégias de inserção produtiva – tais como o trabalho agrícola, trabalho assalariado em safras agrícolas a exemplo da cana-de-açúcar ou em trabalhos urbanos – e de diversas práticas de sociabilidade.³

Metodologicamente, utilizamos algumas trajetórias visando compreender como os jovens “canistas” interpretam a experiência dessas migrações na consti-

¹ Pedagogo, mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Campina Grande – PPGS/UFCG e professor substituto da Unidade Acadêmica de Educação da UFCG.

marcelo_saturnino@yahoo.com.br

² Prof.^a do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Unidade Acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. marildamenezes@uol.com.br

³ Silva e Menezes (1999) utilizam o conceito de experiência de Thompson e o de vivência e experiência de Walter Benjamin para analisar os significados da mobilidade, dos espaços e do tempo para os migrantes.

tuição de suas identidades e projetos de vida. Assim, ao abordar um dos muitos rostos da juventude rural, pretendemos contribuir para a compreensão da formação de suas identidades e do seu lugar na pauta das atuais políticas públicas.

Cabe esclarecer que o município em foco está situado no estado da Paraíba, na microrregião da Serra de Teixeira, e conta com uma população de 13.584 habitantes (IBGE, 2000), dos quais 27% estão na faixa etária de 15 a 29 anos. Embora “oficialmente” a maioria desta população (63%) habite as áreas “oficialmente tidas como rurais”, o município todo, dadas as suas peculiaridades, encaixa-se no que alguns pesquisadores chamam de municípios rurais (Veiga, 2004; Wanderley, 2002). A maior parte de sua população tem na agricultura uma fonte primária de renda, sendo que aos pequenos agricultores se juntam, numa relação de complementaridade, comerciantes, funcionários públicos – auxiliares de enfermagem, garis, professores e profissionais liberais (médicos e advogados).

Embora a migração seja algo sempre presente na história do município, a partir dos últimos anos da década de 1980 e início dos anos 1990, vem ganhando expressividade, no âmbito local, a migração para o corte de cana-de-açúcar, no interior do estado de São Paulo, sobretudo dos jovens cujas famílias detêm pouco capital econômico. Para estes, o trabalho na agricultura canavieira tem representado uma estratégia de concretização de seus projetos de autonomia pessoal, razão pela qual achamos pertinente o presente estudo.

Entre o bagaço da cana...

Era o mês de dezembro do ano de 2005 e o pequeno município de Tavares, interior paraibano, estava em festa. As famílias celebravam o retorno dos filhos prósperos, isto é, dos jovens cortadores de cana-de-açúcar que, após oito meses de trabalho nos canaviais paulistas, estavam de volta. Durante quatro meses eles movimentariam a cidade, e mesmo a região, com os seus visuais diferenciados – roupas coloridas, brincos, penteados exóticos para os padrões locais e, claro, suas motocicletas –, mas, sobretudo, com o dinheiro conseguido no “corte de cana” e despendido, entre outras coisas, em práticas de consumo locais. Dentre essas práticas, sobressaem as festas.

Foi numa dessas festas, realizada no “Ferreirão”, um clube dançante localizado num dos sítios do município, precisamente no Domingos Ferreira, que encontramos José Pedro da Silva, 26 anos, o qual tem cinco irmãos e duas irmãs. Pedro estudou até a sétima série quando, com 18 anos, desistiu

para ir trabalhar no corte de cana-de-açúcar, no estado de Minas Gerais, na cidade de Campo Florido. Há oito anos que Pedro, todos os anos, faz o itinerário Tavares – Campo Florido, e, no final de ano, o caminho inverso. Seu pai, que faleceu cedo, nunca saiu da terra, mais ou menos uns dois hectares. Era um dos mais moços de uma família de quatro homens, um dos dois que ficaram; os outros dois foram para Alagoas, Pedro não se lembra em que condições, o pai não contava.

Assim como Pedro, também Damião, 21 anos, residente no sítio Domingos Ferreira, deixou a escola para ir cortar cana-de-açúcar. Porém, ao contrário de Pedro a quem encontramos numa festa, tivemos a oportunidade de conhecer a família de Damião que, por várias vezes, nos teve como hóspedes em sua casa. Foi assim que conhecemos o senhor Cícero, 53 anos, e dona Socorro, 54 anos, pequenos proprietários e pais de oito filhos: cinco mulheres e três homens. Os avós de seu Cícero partiram com toda família para São Paulo, nos anos 1950, e ficou apenas o seu pai, “cuidando da terra”, por “ser casado” e “achar difícil sair com a família”. Os filhos, porém, teriam outro destino: dos seis homens e da única mulher, apenas seu Cícero e mais dois irmãos permanecem no município, os demais se foram. A maioria para cidades vizinhas: Jericó, no estado da Paraíba; Afogados e Quixaba, municípios pernambucanos; apenas um, para o sul.

Também os filhos do senhor Cícero repetirão o movimento de gerações e continuarão buscando seu destino longe de casa, pois, dos oito filhos do casal, os dois mais velhos partiram para São Paulo, o primeiro em 1994 e o segundo em 1998. Ambos são eletricitistas e trabalham numa firma, cujo nome a família não sabe informar. O terceiro e último filho homem, Damião, entretanto, está fazendo uma opção diferente, uma vez que não pretende seguir o destino dos irmãos e trocou a “incerteza” de São Paulo pela “certeza” do corte de cana-de-açúcar, engrossando a fileira dos jovens cortadores de cana⁴ do município, já que, conforme ele mesmo informa, “São Paulo não é mais lugar de gente. São Paulo tem emprego sobrando, só que é salário pouco, de trezentos reais”.

No ano de 2005 foi a terceira vez que Damião se deslocou até os canaviais paulistas. Antes dele, porém, seu pai, o senhor Cícero, já havia realizado este e outros percursos. Embora não lembre o ano, provavelmente no final da década de 1970, seu Cícero informou que a primeira vez que saiu, já casado, foi para o corte de cana-de-açúcar no estado de Alagoas,

⁴ Termo pelo qual os moradores do município se referem ao trabalho nas usinas canavieiras.

como ele próprio informa, “chamado por uns parentes” e “levado” pelo “temporal muito fraco”, em um tempo em que não ia tanta gente, nem se tinha carteira assinada, como hoje, no Sul. Depois, novamente pela “fraqueza do tempo”, seu Cícero se desloca mais uma vez para o corte de cana-de-açúcar no estado do Rio Grande do Norte, “encaminhado pelo povo de Juru” [cidade vizinha]. Lá não passou oito meses, “era fraco demais”. Então voltou, o tempo continuava fraco, mas era o tempo da emergência, não precisou sair. Passou um ano em casa, quando decidiu ir para São Paulo, onde já tinha dois filhos e um genro. Lá fez “bicos”, diz: ajudante de pedreiro, eletricista. Não gostou, pois eram “serviços fracos” e inconstantes. Voltou para casa, onde passou mais um ano, e resolveu ir para o interior de São Paulo, cortar cana, para onde foi “quatro anos, direto”, “oito meses de cana, em cada ano”. “Lá foi melhor do que os três outros cantos que eu fui”, diz. “Produz mais, tem mais produção.” E, apontando para o telhado e para a geladeira, completa: “Se não tivesse ido pras canas, isso aqui, não teria comprado.”

Quem conhece Pedro e Damião sabe que o que os une: além do visual descontraído – shorts compridos, camisas abertas, de cores fortes, predomínio do verde, vermelho e azul, bonés, piercing’s, tatuagens e dos penteados exóticos –, a idade, a moradia no meio rural e suas trajetórias de vida, marcadas pela socialização no trabalho agrícola e pela migração para os canaviais paulistas. Os dois são apenas alguns dos muitos jovens do sertão paraibano que, nos primeiros meses do ano, após deixarem o roçado pronto, nas mãos de suas mulheres, filhas e/ou, para os que não são casados, pais, mães, irmãs e irmãos mais novos, partem em direção ao sudeste, onde irão oferecer sua força de trabalho para as usinas de cana-de-açúcar ou para algum grupo de fornecedores, agricultores que plantam a cana e a vendem para as usinas. São muitos os municípios de destino dessa mão-de-obra, a maioria, porém, localizados nas Regiões Administrativas de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Barretos, estado de São Paulo.

A partida é feita de sorrisos e de festa. O ônibus que os levará até os canaviais chega cedo e fica estacionado ou na praça central da cidade ou defronte à Igreja, ou, ainda, na saída da cidade, chamada de “Posto de gasolina”. Logo cedo, por volta das sete, oito horas, o movimento começa: são canistas e familiares – pais, mães, estas mais do que aqueles, esposas, namoradas. Todos vão se achegando, com suas bagagens, preparadas durante a semana e que incluem, além das roupas, colchão, água e comida para viagem. Enquanto vão chegando, eles passeiam pela cidade, onde em cada bar são chamados

por amigos que aí se encontram. Então mais um gole de pinga⁵ e a caminhada continua, pois é hora de despedida: dos amigos, das namoradas, dos familiares. Entre os veteranos, o clima é de euforia e de festa, com predomínio de brincadeiras. Vez em quando, porém, os que vão se aproximam dos familiares, na maioria das vezes para pedir que “não liguem”, ou seja, não se preocupem que, “confiando em Deus, tudo dará certo”. Outros aproveitam para dar algumas recomendações, as quais podem ser sobre a lavoura, os bichos que se deixam (gado, bode etc.), a casa, moto etc.; outros ainda, para mais uns abraços e beijos.

Quem os vir, no entanto, não desconfia que a noite anterior à partida seja feita de lágrimas. Geralmente os solteiros têm direito ao “bota-fora”, festa surpresa, organizada pela turma de amigos e, disse-nos João Paulo (23 anos, residente na cidade, cortador de cana), “quando a festa de despedida acaba e o cabra fica sozinho, ou com um amigo, amiga, é hora de chorar”. Chora-se a saudade antecipada dos familiares, dos amigos e das namoradas, mas também do lugar. Um lugar de onde, se pudesse, não sairia, “lá fora o mundo é ruim”, o trabalho é pesado, todos eles acabam dizendo: “Eu gosto daqui.” Razões? “Lugar tranqüilo, onde moram a família e os amigos.” Diferente de “lá”, conforme expressa João Paulo: “Eu tinha mais saudade de minha família e de meus amigos, porque você tem alguma coisa pra contar, se for seu amigo mesmo, você conta sem medo, né? E lá não, você tem muito colega, mas você não ia contar um segredo, uma coisa assim, não podia contar”. A maioria dos ônibus leva “canistas” de um mesmo sítio ou de uma mesma região, que engloba mais de um sítio, o que contribui para criar um clima de solidariedade; sabe-se que, mesmo longe, se estará em casa, pois se estará junto aos seus. Alguns, no entanto, são ‘marinheiros de primeira viagem’, estão indo pela primeira vez e, quase sempre, não escondem a tristeza.

Os jovens são divididos entre o ir e o ficar. Se fatores como a família, os amigos, a calma e a tranqüilidade do município, além de suas festas, são fatores de atração, a falta de alternativas de trabalho, que venha suprir a pouca rentabilidade da agricultura, funciona como elemento de expulsão. “Antes minha vida era só beber cana, pensava em clube, mas só que eu também não podia ir direto porque não tinha dinheiro, meu pai e minha mãe não podiam me dar, e eu também não podia forçar que eles não tinham também” (João Paulo).

⁵ Cachaça.

Durhan (1978:132) afirma que a migração juvenil “é algo quase institucionalizado em muitas comunidades” e Menezes (1985:97) enfatiza que, para os jovens, a migração abre a possibilidade de satisfação das necessidades de consumo próprias deste grupo. Também Wanderley (2003) se refere à migração juvenil como sendo, muitas vezes, “o único meio disponível, para assegurar os recursos necessários à instalação dos jovens, nas proximidades de sua família” (p. 25), o que foi expresso por nossos informantes:

“Minha vontade era de ficar aqui. Se tivesse com que mexer, ganhar algum troco, eu ia ficar aqui, mas não tem. Tem que ir pra lá mesmo. Se eu tivesse aqui parado não tinha ganhado nada, né? Mas como eu fui pra lá, trabalhei muito, me esforcei, mas arrumei alguma coisa, né? Se eu não tivesse ido, eu não tinha nada do que eu tenho hoje. Por exemplo: não tinha minha junta de boi, nem esse pedaço de terra, eu não tinha ajudado meu pai comprar, né?” (Reginaldo, 19 anos, Sítio Riacho do Meio, cortador de cana-de-açúcar.)

Sem condições que lhes permitam a satisfação de suas necessidades de consumo próprias – o clube, a motocicleta, as roupas etc. –, os jovens acabam encontrando na migração para o corte de cana-de-açúcar uma alternativa para a concretização de seus projetos pessoais de autonomia. A intensificação desse tipo de migração no espaço estudado deve-se, também, a processos sociais em curso, a exemplo das transformações no mercado de trabalho urbano. Há, por parte dos jovens migrantes, a percepção de que o mercado de trabalho urbano se apresenta hoje com novas exigências, como expressa o trecho da entrevista abaixo transcrito:

Marcelo – *Você acha que os jovens daqui vão mais para o corte de cana-de-açúcar ou para São Paulo?*

João Paulo – *Corte de cana, porque São Paulo é muito difícil, chega em São Paulo a primeira coisa que pedem é o seu currículo, carteira limpa lá, também, é enrolado, até na cana tem muitos turmeiros que não quer pegar, a carteira branca, aí tem que ter pelo menos alguém pra dar uma força: “Não, o menino aí é trabalhador, não vai dar trabalho”...*

A “opção” pelo corte de cana-de-açúcar pode ser entendida tanto à luz das metamorfoses no mundo de trabalho urbano e da agroindústria canavieira quanto das condições de vida desses atores no meio rural. Essas são marcadas pela ausência de condições para a satisfação de suas necessidades pessoais, que envolve não apenas o gasto com roupas e acessórios, mas também o acesso à vida cultural local, a qual, no município em questão, é marcada por um verdadeiro circuito de festa, que se realiza tanto nas zonas urbanas quanto em suas zonas rurais. São festas de santo, ligadas a um calendário católico; bailes, que na região recebem o nome de bingos dançantes, realizados nos finais de semana; passeios etc.

A história de Paulo, 22 anos, ilustra bem esta questão. Paulo tem nove irmãos, sendo sete homens e duas mulheres. Seus pais moram no sítio Mi-xila, distante duas horas da área urbana do município. Devido ao tamanho da família, Paulo foi criado no sítio Domingos Ferreira, pelo cunhado, Davi, casado com sua irmã Maria, que é merendeira na escola da comunidade. O casal tem dois filhos. Davi tem uma trajetória marcada pela migração. Em 1982, com apenas 16 anos, foi cortar cana no estado de Alagoas; depois, já casado, foi para Itapeçerica da Serra, onde já morava um irmão; de lá, pediu demissão para ir para Mato Grosso, onde procurou ouro, mas não encontrando, retornou para São Paulo onde trabalhou, primeiro, como gari numa firma de lixo, e, depois, numa serraria, onde passou quatro anos. Em 1998, trabalhou em outra firma, desta vez, na construção civil. Diz que, naquele tempo, “São Paulo já não era como das outras vezes; quando eu chegava passava no máximo 15 dias desempregado. Quando eu fui da última vez, já passei 30 dias”. Quando saía, era Paulo quem ajudava a irmã a cuidar do roçado e, nos últimos anos, também, da casa. Paulo informa que estudou até a oitava série, na própria comunidade, mas, tendo completado 22 anos, deixou a escola pelo corte de cana. Diz que não podia mais ficar sem trabalhar, ganhar dinheiro. Davi, o cunhado, complementa:

“Esse menino (Paulo) veio morar comigo, tinha 7 anos e eu era quem, até o ano passado, dava o dinheiro, porque ele me ajudava, é claro que tinha que ser eu. Então ele ia pro forró, ia pras festas dele, porque eu dava o ingresso. Então o jovem pensa o quê, hoje? Vai botar o quê, na cabeça? Estudar? Eu incentivo pra estudar... mas, falta muito emprego pro estudo, se tivesse mais emprego, era mais fácil para eles estudarem.”

O próprio Paulo diz que pretendia continuar os estudos, se tivesse condições. Acha que se um jovem tem condições de estudar, como é o caso do seu sobrinho, então ele aconselha que estude. Pessoalmente diz que continuará indo para o corte de cana, mas porque não teve alternativa. Nesse momento Davi, novamente, entra na conversa para ressaltar que “falta muito emprego pro estudo, se tivesse mais emprego, era mais fácil para eles estudarem”, e, em defesa de sua tese, apresenta o caso de dois jovens da comunidade que concluíram o segundo grau, mas, não tendo condições financeiras ou sociais para dar continuidade aos estudos, tiveram que ir, também, para os cortes de cana. Eis suas palavras:

“Porque eu vejo, Paulo César (um rapaz do sítio) estudou, meu Deus. Qual foi o fundamento do estudo de Paulo César, este ano? Não teve dinheiro pra cursar outras coisas, corte de cana. Eu tenho certeza que se Paulo César tivesse quem ajudasse ele, ele ia mais pra frente. Tem outro, o de Cesário, também, estudou até quando pôde. Quando não pôde, que não teve mais dinheiro também, e vai ser muito jovem desse jeito, vai dar pouco professor agora, vai ser tudo cortador de cana.”

Conversando com professoras e professores, não foi raro escutarmos depoimentos que lembravam bem o título da dissertação da Vanda Silva (2000): “Eles não têm nada na cabeça”. As queixas eram comuns: “Os alunos não querem nada.” A narrativa de Davi expressa os desafios enfrentados pelos jovens rurais quanto à combinação entre os estudos e o trabalho. Os que “nada querem com a escola” talvez se orientam por uma lógica da “causalidade do provável” (Bourdieu, 1998) que os faz investir onde a probabilidade de retorno se mostra maior. Trata-se de uma relação resignada com o sistema de ensino, uma vez que se tem a certeza de que, mais cedo ou mais tarde, o estudo deverá ser substituído pelo trabalho que exige pouco estudo. Dessa forma, um outro elemento que favorece a compreensão do tipo de migração aqui focalizado é o capital cultural dos jovens migrantes, tanto em sua forma adquirida ou institucionalizada quanto em sua forma incorporada, já que o pouco capital institucionalizado os torna desqualificados para o mercado de trabalho urbano, enquanto que a socialização no seio da família camponesa e sob a égide do trabalho agrícola os “qualifica” para o trabalho nos canaviais.

Para os que ficam, sobretudo os que ficam por conta da idade, já que não se pode cortar cana com menos de 18 anos, o “sonho” é, finalizando a escola, isto é, o fundamental II (5ª a 8ª séries), partir também para os canaviais. É o que expressa Jackson Honorato (16 anos, 6ª série, sítio Domingos Ferreira, filho de agricultor e cortador de cana e de funcionária pública – agente de Saúde), que, apesar de gostar do sítio – “lugar onde pretendo morar. É um lugar sossegado mais perto da terra pra trabalhar, criar gado. Lugar de origem, onde nasci. Gosto mais do sítio do que da cidade” –, pensa em ir para o corte de cana que, segundo ele, “está oferecendo uma condição melhor do que certos graus daqui”. Visão esta reforçada pela professora, que, durante as aulas, segundo Jackson, “comentou que um cortador de cana ganha melhor do que ela”. Diz, ainda, que “a roça aqui não dá mais lucro não. Lá fora aparece uma renda melhor: a cana, a gente passa lá um tempo, depois vem embora”.

Sonho que é reforçado na chegada dos canistas, período que, anualmente, vai de finais de outubro a começo de dezembro. Isto porque a chegada dos cortadores de cana é uma festa. Durante a coleta de dados, pudemos presenciar a chegada de alguns ônibus, e eles chegam aos borbotões: houve dia em que registramos a chegada de dez carros, isto porque os ônibus não trazem apenas os Tavaresenses, mas todos os cortadores de cana da região, que compreende quatro municípios: Princesa Isabel, Tavares, Juru e Água Branca.

...E a doçura do mel...

Se o local de saída sofre mudanças, a chegada é sempre o mesmo cenário: defronte à Igreja matriz, onde desde cedo familiares e amigos esperam ansiosos. Geralmente os ônibus chegam à noite, alguns até de madrugada, mas nem este fator diminui a presença dos moradores. Ao entrarem na cidade, os canistas, do interior do ônibus, soltam rojões, os quais podem ser respondidos pelos familiares. Também os donos de carros particulares têm sua participação na festa e no lucro: são eles que transportarão os que moram nos sítios e povoados mais distantes. A rigor, uma viagem desta custa o dobro de outra, realizada em dias “normais”. À descida, lágrimas e abraços apertados. Muitos ônibus vêm carregados de mercadorias: sons, aparelhos de DVD’s, televisores etc. Todo este espetáculo nos lembra a volta dos iniciados, sua reintegração social, última etapa dos ritos de passagem. Também eles se afastaram de suas famílias, de sua pátria, de seus amigos e namoradas,

também eles passaram um tempo à margem, no limiar de sua própria sociedade, também eles enfrentaram os perigos, o mal, a morte, e venceram, por isso receberão um novo nome, nome que ninguém conhece, ninguém que não tenha ouvido as broncas dos fiscais, o acordar de madrugada, para preparar o café e a marmitta, que não tenha visto suas habitações, a volta para o barraco, “porque toda casa de peão é barraco” (Benedito, cortador de cana), o corpo cheio de carvão. Ninguém que não saiba o significado de “borrar” e do “canguru”⁶, quando, estancado pelo trabalho, o corpo não agüenta e a pessoa cai no chão, com os olhos virados, câimbra por todos os lados⁷.

Quem visitava algum dos sítios deste pequeno município, durante os meses de março a novembro, ouvia muitas vezes das mulheres e dos que ficaram: “Aqui agora tá ruim, desabitado. Dezembro aqui, a coisa é outra”. Lembramos de nossa segunda visita ao sítio Domingos Ferreira, no mês de março de 2004, quando, estranhando a calma do sítio, perguntamos a Maria, nossa anfitriã: “Cadê os jovens?” E ouvimos como resposta: “Agora, esse tempo, a maioria está nos cortes de cana, tem poucos por aqui e os que tem, já estão de saída.” Todavia, no período que vai de novembro a abril, a paisagem sofre uma modificação, e quem sai de qualquer sede urbana em direção a algum sítio ou povoado já não trilhará os caminhos solitariamente, uma vez que, nessa época do ano, as estradas se transformam em quase pistas de motocicletas, sinal de que os canistas, como são chamados os que vão “cortar cana”, estão de volta.

Os que participaram da mesma sorte formam hoje um grupo distinto pelo estilo de vida assumido, a começar pela roupa, que se destaca em relação aos que ficaram. No dia-a-dia, eles vestem roupas compradas lá, como já frisamos, de cores fortes. Em dia de festa ou baile, as roupas são compradas nas “melhores” lojas da cidade, espaço este que antes lhes era inacessível. Pela moda, eles afirmam seu pertencimento “em relação àqueles que estão

⁶ “Borrar” ou “dar Canguru” são duas expressões usadas pelo canistas para descrever experiências de desmaios, com a presença ou não de convulsões, consequência da alta exploração do trabalho que leva esses trabalhadores à exaustão de suas capacidades físicas. A experiência de “borrar” ou de “dar canguru” é geralmente descrita como algo normal no cotidiano dos cortadores de cana-de-açúcar, ou seja, algo que os “bons” cortadores de cana estão sujeitos diariamente. “O cabra borrar, todos os dias” eles dizem. Interrogados sobre o que é borrar, respondem: “O cabra tá trabalhando, aí o braço não desce, fica travado [no meio do movimento], dá uma agonia na barriga, enrola tudo, dentro, o cabra cai, os olhos começam a mexer...” (Rosinaldo, 34 anos, turmeiro, ex-cortador de cana).

⁷ Informações sobre as condições de trabalho nos canaviais, consultar Menezes (2002) e Silva (1999).

na mesma situação, e, por outro lado, o distanciamento do grupo como um todo em relação aos demais” (Simmel *apud* Dias, 2000: 72). Além da moda, há, também, a participação em práticas de sociabilidades mediadas pelo consumo, como as festas, o clube, os bares, espaços antes interditados para a maioria. Assim, às segundas-feiras, dia de feira no município, a praça, antes restrita a poucas pessoas, torna-se território dos migrantes, que dela se apropriam logo cedo. À tardinha, o espaço predileto são os bares, onde eles esperam pela abertura do clube, geralmente às 21 horas.

Os bares e clubes, tanto da zona urbana quanto da rural, tornam-se, pois, os espaços mais movimentados durante o período em que os canistas estão de volta. Quem resolve passar nas mesas rodeadas de jovens canistas, logo percebe que o assunto do dia, ou melhor, da noite, é o “corte de cana”. As informações trocadas referem-se à região de destino, às usinas nas quais trabalharam, às meninas que paqueraram ou namoram, à quantidade de dinheiro trazida e aos projetos para o próximo ano.

As festas e os bares são, também, espaços de encontros dos migrantes com os que ficaram, seja por não terem completado a idade, seja por terem optado terminar os estudos e lutar por algo melhor. É no espaço da festa, ou melhor, nos múltiplos espaços das festas, que os jovens canistas afirmarão suas identidades juvenis, mediante, sobretudo, a participação em formas de sociabilidades mediadas pelo consumo. São nesses espaços que os modelos de masculinidade com suas respectivas regras de convivência são negociados. Aí briga-se para pagar a conta, pois o que conta é a generosidade, o saber dar. Algo que não é entendido pelos donos de bares, para quem “os canistas são bestas, ficam brigando para ver quem paga a conta” (Givaldo, 31 anos, dono de um bar no centro da cidade). O que não se sabe é que há reciprocidade e quem não pagou hoje, deverá pagar amanhã, do contrário acabará sendo colocado à margem pela turma, visto como covarde⁸, termo muito desvalorizado entre os canistas.

Mas o ponto alto do período são os churrascos, prática que se confunde com a própria migração para o corte de cana, uma vez que é de conhecimento geral na comunidade que foram eles – os canistas – que começaram. O churrasco acontece sempre aos domingos e se repete durante todo o período em que os canistas estão na cidade; é realizado na casa do anfitrião, para a qual se dirigem os demais cortadores de cana do município e, mesmo, das

⁸ Ser covarde é sinônimo de mesquinhez, própria dos que retêm, quando a “regra” é fazer todos os bens “circular”.

idades vizinhas. A “regra” é que os convidados de hoje sejam os anfitriões de amanhã. Os preparativos começam na noite anterior, com a matança do bode, realizada pelo dono da casa, ou por alguém que exerça essa função na comunidade. As mulheres passam a noite preparando a comida, que não pode faltar: feijão, arroz, macarrão. No mesmo dia do churrasco, para o qual são convidados os amigos e companheiros do filho, é realizado também o almoço para os amigos dos pais. Há uma demarcação dos espaços; o interior das casas é ocupado pelos amigos dos pais, enquanto o exterior é ocupado pelos amigos do filho. Pela manhã, o filho, juntamente com os irmãos e os primeiros amigos, vai preparando o lugar: mesas são colocadas debaixo de árvores, providencia-se o som que não pode faltar. Alguém improvisa uma churrasqueira, geralmente duas pedras colocadas em paralelo, no interior das quais se acende o fogo. Por volta das 10 horas, o som já está ligado em volume máximo e os convidados começam a chegar, trazendo, sempre, alguma bebida, geralmente uma garrafa de cachaça, ou refrigerantes. A festa vai até às 16 ou 17 horas. Comida, bebida, brincadeiras, na maior parte das vezes jocosas, canta-se muito, bate-se na mesa, enfim, é a vida que é afirmada como uma festa. Como lembra Bacherlad (*apud* Alves, 2001), “o universo tem, para além de todas as misérias, um destino de felicidade. O homem dever reencontrar o paraíso”. No churrasco celebram-se a vida e a fartura; não podem faltar comida nem bebida. Sociabilidade marcada pela festa, fartura, alegria, em contraposição aos sete, oito meses de trabalho pesado, cansado, explorado. “Suspendendo a rotina automática”, diz-nos DaMatta (1990:16), “é a festa que reconstrói o mundo”; “o rito”, continua o mesmo autor, “constitui-se num domínio privilegiado para manifestar aquilo que se deseja perene ou eterno numa sociedade” (DaMatta, *op. cit.* p. 25). Fraternidade universal, é isto que no churrasco se comunga e dá sentido à panela – em que se misturam feijão, arroz, verdura e muita carne – que circula entre os presentes, que devem usar uma só colher.

Assim como Vanda Silva (2004:65) observou a respeito do município de Chapada do Norte na região do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, também a sociedade Tavarense espera os que vêm da cana “porque trazem o dinheiro que circulará no pequeno comércio” local, o que termina modificando a paisagem que, especialmente nos sítios e povoados, é redefinida: casas mais equipadas, sobretudo com eletrodomésticos: TV’s, antenas parabólicas, aparelhos de DVD etc. Aquisições reconhecidas por todos, como expressa o senhor Joãozinho Gabriel, agricultor, 54 anos, pai de cortador de cana:

“Você vê um município tamanho de Tavares, tem três mil ou quatro mil homens no corte de cana... Só o município de Tavares, quando juntar Juru, Princesa... E esse povo, como se diz, está se mantendo e mantendo a família com dinheiro do corte de cana... O corte de cana melhorou muito... Tá com cinco ou seis anos que aqui, televisão, antena parabólica... Tá com dez anos que aqui se tivesse uma televisão... quem é que podia... aqui não tinha uma... Aí depois do corte de cana, cada casa tem sua televisão, é difícil uma casa aqui no Domingos Ferreira que não tenha televisão, é tudo na antena parabólica, e tudo com dinheiro do corte de cana... Aqui mesmo [apontando para a casa] aqui tem uma televisão, uma antena parabólica, é que o menino resolveu vender um som, mas tinha três sons, tudo com corte de cana... Tudo que tiver aí foi corte de cana...”

Ao lado da paisagem, são redefinidas as representações sobre o sítio, visto não apenas como lugar de trabalho, mas como espaço de lazer, para onde se vem “descansar, curtir a vida, depois de sete, oito meses, de trabalho pesado” (Damião), o que acaba gerando conflitos com os pais, especialmente na época do inverno – primeiros meses do ano. Mais autônomos com relação à figura paterna, os jovens canistas são vistos pelas famílias como mais rebeldes: “Já não está mais o mesmo”, disse-nos Rosa Marques, irmã de João Paulo (19 anos, cortador de cana, Sítio Minadouro). Ao ser questionada sobre o que significa “não está mais o mesmo”, ela respondeu: “Antes ele obedecia mais, agora, sai a hora que quer, volta a hora que quer...”

A maioria dos canistas ajuda a família, sobretudo, nas reformas das casas. Todavia, os jovens procuram também fazer algum investimento, pois não pretendem continuar indo para as canas, ou seja, este não é um projeto de vida, e sim uma estratégia para a concretização dos projetos de autonomia, autonomia que, para muitos, sobretudo para os que já têm terra, significa o investimento no próprio campo, comprando mais terra, gado etc. Para os que não têm terra, o projeto, geralmente, está ligado à ida para a rua e à abertura de algum negócio – loja, bar, salão de cabeleireiro etc.; alguns chegam mesmo a conciliar o tempo de trabalho nas canas com a participação em algum curso técnico na cidade de destino, sendo a maior procura por curso de cabeleireiro.

No entanto, não podemos esquecer nem menosprezar o fato de que a renda obtida pelos jovens do trabalho na agricultura canavieira em São

Paulo é produzida em um processo de alta exploração da sua força de trabalho. Scopinho (2000) chama a atenção para as condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar no estado de São Paulo, caracterizadas pela insalubridade, periculosidade e penosidade; enfatiza também que as novas tecnologias não têm contribuído, efetivamente, para sanear esses problemas e melhorar as condições de saúde e de vida dos trabalhadores. Pelo contrário, o modo pelo qual essas novas tecnologias estão sendo introduzidas traz conseqüências negativas, tanto dentro quanto fora do espaço da produção (p. 97).

Essas condições têm levado à morte muitos jovens trabalhadores, como tem sido denunciado pela imprensa, pastoral dos migrantes, delegacias do trabalho, ministério público etc. No município de Tavares, lócus do presente estudo, somente este ano, 2005, já foram registradas duas mortes de jovens migrantes, cujas famílias não tiveram sequer o direito de receber os corpos dos filhos para serem sepultados no local de origem.

As longas jornadas e a intensidade do trabalho para alcançar a meta de dez toneladas de cana ao dia têm ocasionado um desgaste prematuro dos jovens trabalhadores, os quais, quando chegam à idade de 30 anos, se tornam cansados, “velhos” e, portanto, “inaptos” para o trabalho. Nesse sentido, o acesso à renda monetária, recurso tão raro e difícil nos pequenos municípios, é parte do processo de fetichização das mercadorias e das relações sociais, que envolvem esses atores num jogo complexo de violência simbólica (Silva, 1999). Eles se esforçam ao limite de suas forças físicas e mentais para alcançar níveis máximos de produtividade. Aqueles que não alcançam as metas impostas pelas usinas incorporam uma imagem social do ‘fracassado’ e ‘mau trabalhador’.

Não obstante, para muitos jovens do município de Tavares e do Sertão Paraibano, o corte de cana-de-açúcar no estado de São Paulo tem representado, em muitos casos, a única oportunidade de conquistarem sua autonomia e, também, ajudarem sua família, o que contribui para que tal prática, sobretudo ao nível do discurso, seja bastante valorizada entre os canistas, os quais tendem a relativizar seus aspectos penosos e humilhantes.

Nesse sentido, podemos afirmar que o corte de cana representa hoje, no espaço estudado, uma das principais estratégias dos jovens para concretizar seus projetos de autonomia e suas práticas de sociabilidade. Ressaltamos, no entanto, que tal estratégia é utilizada, sobretudo, pelos jovens de família de baixa renda, moradores tanto dos sítios quanto das zonas “urbanas” do município e que tiveram seu processo de socialização marcado pela inserção no

trabalho agrícola, mesmo que atualmente não estejam mais inseridos nessas atividades. Embora neste artigo tenhamos privilegiado um olhar sobre a importância da migração e da renda monetária na construção da identidade de jovem e suas práticas de sociabilidade, chamamos a atenção para os limites dessa estratégia de vida como uma alternativa de construção de um projeto de vida para a juventude rural dos municípios do Sertão Paraibano.



Do campo para a cidade: saindo para ficar

Eduardo Nunes Leite Rosas¹

*“... isso de querer
ser exatamente aquilo
que a gente é
ainda vai
nos levar além.”*

Paulo Leminski

O objetivo deste trabalho é compreender como as condicionantes estruturais (tais como a origem da família, as relações de acesso à terra, as relações de parentesco e de vizinhança, dentre outras) têm possibilitado que os jovens da área rural realizem a opção pela mobilidade campo-cidade, em um constante ir-e-vir, para comercializar frutos (abacaxi, em geral) sempre sob uma perspectiva de retorno e de fortalecimento dos laços mantidos em suas localidades de origem².

Para este trabalho, parto do princípio de que ao pensarmos o futuro das sociedades devemos refletir sobre o papel dos jovens na reprodução social e, particularmente nesse caso, nas famílias rurais. Isto é feito, aqui, também por meio da articulação do passado ao presente através da memória, possibilitando inclusive projeções para o futuro de jovens de origem rural do município de Marataízes, Espírito Santo³.

De modo a dar inteligibilidade e situar as questões no presente estudo, parto do indicativo de que a reprodução social dos agricultores e das famílias rurais depende não somente de sua vontade de se reproduzir, mas também

¹ Mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ; doutorando em Sociologia/UnB.

² O tema aqui desenvolvido é parte da discussão que faço em minha dissertação de mestrado, “Rapazes da roça” na “cidade grande”: trabalho, sociabilidade e projetos. Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), 2006.

³ Marataízes é uma cidade litorânea do sul do estado, distante 110 km da capital (Vitória), com população de 30.603 habitantes (população urbana de 23.757 habitantes e população rural de 6.846 habitantes) e área de 135 km². A cidade é a maior produtora capixaba de abacaxi e se destaca na produção deste há quase quatro décadas. Em Marataízes a área plantada, no ano de 2002, foi de 1.500 hectares, correspondendo a 75,7% da área total plantada no estado do Espírito Santo.

dos desejos dos(as) filhos(as) de agricultores de assumirem o trabalho agrícola (Champagne, 2002), levando em conta nuances específicas de uma nova realidade em que há mudanças na própria noção de rural, um rural vinculado não somente às atividades agrícolas e que é legitimado, muitas vezes, pelos não-rurais. Jollivet (1997) nos fala que, atualmente, a noção de rural não trata exclusivamente da agricultura ou de produção agropecuária, mas, sim, de um rural ressignificado e revalorizado, inclusive a partir de novas composições (comércio, serviços, indústrias, etc). e do fomento destas, possibilitado pela maior interlocução com o universo urbano, mesmo que em alguns casos esta interlocução se dê de forma díspar e caricata.

Para pensar essa disparidade, cabe resgatar o estudo sobre as diferenças entre o rural e urbano realizado por Georg Simmel em seu artigo clássico “A metrópole e a vida mental”, de 1902. Neste artigo, o autor chama a atenção para a especificidade da vida social nos grandes centros urbanos surgidos da Revolução Industrial, da formação dos grandes Estados nacionais e de um complexo mercado internacional. Um de seus objetivos nesse texto era contrastar um estilo de vida metropolitano com o modo de vida tradicional, rural. A grande cidade caracterizar-se-ia, sobretudo, pela grande quantidade e diversidade de estímulos e seria o ambiente do intelectual. Ao situar esse estudo, Gilberto Velho lembra que “o próprio Simmel, em diversas oportunidades, caracterizou a situação do indivíduo na sociedade moderna como ponto de interseção de vários mundos” (Velho, 2003: 21). Pensando uma reconstrução da própria interlocução, ou das leituras de mundo e dos signos acessados para a mesma, podemos dizer que este mesmo autor lança questões que nos ajudam a problematizar essa mobilidade material e simbólica, pelos mundos. Por exemplo, diz ele que, na nova situação de simbiose urbano-rural, os indivíduos passam a viver diversos planos simultaneamente (Velho, 2003). Assim, a circulação entre esses diferentes planos insufla uma problemática própria, de unidade e fragmentação, tendo reflexos diretos na própria identidade e memória dos grupos outrora designados como “rurais” ou “urbanos”, o que pode ser entendido através da noção de metamorfose trazida à baila por Velho:

“O trânsito entre os diferentes mundos, planos e províncias é possível, justamente, graças à natureza simbólica da construção social da realidade... a metamorfose de que falo possibilita, através do acionamento de códigos, associados a contextos e domínios específicos – portanto, a universos

simbólicos diferenciados – que os indivíduos estejam sendo permanentemente reconstruídos” (Velho, 2003:29).

Nesse processo de escolhas e de reconstrução, a família exerce um papel importante, pois uma mesma família pode ter indivíduos que vivenciam combinações distintas entre o rural e o urbano, seja no âmbito do trabalho ou no de projeções simbólicas – por exemplo.

Dito isso, temos de ter claro que as famílias não transmitem somente bens materiais aos seus jovens, transmitem também visões de mundo, concepções de trabalho, um código moral, uma idéia sobre o futuro (formando ideários pessimistas ou não), numa dinâmica objetiva e subjetiva que tem direta vinculação com uma crescente abertura do próprio espaço social rural, inclusive. Ciente disso, então, parto do pressuposto de que a necessidade de combinar projetos individuais com o que é estabelecido como projeto coletivo permeia toda a vida familiar, dado que “um projeto coletivo não é vivido de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham. Existem diferenças de interpretação devido a peculiaridades de *status*, trajetória e, no caso de uma família, de gênero e geração” (Velho, 2003:41). Por exemplo, desenvolvendo pesquisas atreladas a uma realidade específica, no caso a realidade francesa da segunda metade do século passado, Champagne (2002) reconhece uma crise relacionada diretamente ao fato de que a recusa dos(as) filhos(as) em suceder é, em primeiro lugar, a recusa do estilo de vida dos pais. Isto é, há uma “crise” da própria identidade dos indivíduos deste meio, ligada e incitada por aspectos dinâmicos e simbólicos relacionados a seu círculo de relações socioculturais. A própria escolha do sucessor do chefe da unidade produtiva, sendo o mais jovem ou o mais velho, aquele com mais estudo ou com menos estudo, é fruto destas condições e possibilidades⁴. Há uma ampliação do espaço social proporcionada, por sua vez, pela diversificação dos agentes de socialização dos jovens, resultado de uma nova dinâmica na relação campo/cidade: a escola, os meios de comunicação de massa, os transportes, as opções de trabalho no comércio, as indústrias⁵ ou o turismo, dentre outros, dinamizam a socialização.

⁴ Ver os estudos de Moura (1978), Abramovay (1998), Champagne (2002), Bourdieu (1962), Ellen Wortmann (1995), dentre outros, sobre herança e sucessão.

⁵ Seyferth (1985) sugere que a industrialização regional facilitou os arranjos para manutenção da propriedade da terra e tornou menos dramática a disputa pela terra no âmbito de cada família camponesa.

Reforçando o entendimento do caráter central da família, Wanderley (2003; 1996; 1998) tem enfatizado que o que define o aspecto e a própria organização familiar da agricultura não é o grupo de trabalho, mas, sim, uma imagem de pertencimento à família. Este pertencimento é importante para situar os projetos formulados e elaborados dentro de um campo de possibilidades que é circunscrito histórica e culturalmente, visto que está em jogo uma ressignificação da família moderna, levando em conta aspectos de formação para o mundo do trabalho. As ações das gerações dentro das famílias são marcadas por uma dinâmica que demanda de seus diferentes integrantes um constante exercício de situar o passado e pensar o presente e o futuro, o que os tem levado a ressituar continuamente suas estratégias e suas próprias identidades⁶. Carneiro (1998), num estudo acerca da realidade de agricultores franceses, aponta para a alteração de uma lógica em que, primeiramente, os interesses individuais eram subordinados a um objetivo coletivo maior – o de preservar o patrimônio familiar e assegurar as condições mínimas para o funcionamento das unidades de produção familiar⁷ – e um momento posterior, em que não é mais possível falar de escolha de sucessor em que a solução que prevalece é a de um acordo familiar, acordo segundo o qual um dos filhos aceita⁸ tomar conta do patrimônio familiar ao menos enquanto os pais forem vivos ou até que uma alternativa seja encontrada.

O que é necessário ressaltar é o fato de que os processos de reprodução social se dão em relação tanto temporal quanto espacial. Partindo desta perspectiva é possível perceber a opção pela mobilidade proporcionada por condições estruturais dessas famílias dinamizando toda uma gama de agentes de diferentes gerações sem deixar de valorizar o lugar de onde se parte, tendo ciência de que este lugar baliza toda a trajetória individual e as possibilidades de realização desta trajetória, num processo de repensar obrigações e situações em diálogo com as novidades.

Inquieto com a condição da ‘obrigação’ e partindo de minhas experiências e anseios, procuro voltar meu olhar para um universo pouco per-

⁶ Para Bauman (2001), por exemplo, a identidade não é dada, mas sim uma tarefa a ser realizada no dia a dia.

⁷ “A transmissão do patrimônio e a passagem do *status* de chefe da exploração familiar ao sucessor são dois processos distintos, mas intimamente ligados, que integram as estratégias de reprodução social sustentadas na hierarquia de poder interna à estrutura familiar” (Carneiro, 1998:100).

⁸ A própria idéia de aceitar implica escolha e negociação, valores da sociedade moderna. (Giddens, por exemplo).

cebido de uma juventude peculiar que combina o rural e o urbano: o dos jovens e de suas famílias⁹ (na sua maioria, produtoras de abacaxi) que comercializam frutos (principalmente o abacaxi por eles produzido) nas ruas da cidade do Rio de Janeiro¹⁰.

Através das conversas com esses jovens, principiadas no final do ano de 2004 e que se estenderam de forma sistemática até maio de 2006, pude elaborar alguns referenciais presentes no dinâmico mapa que foi traçado e retraçado em minhas caminhadas e encontros pelas ruas da zona sul do Rio de Janeiro e em jornadas à Marataízes. Busquei, então, fazer um caminho inverso ao desses jovens: ir do local de chegada para o local da saída. Importante ter ciência de que este mapa é traçado em movimento. Pensar essa mobilidade permitiu problematizar a condição plural da própria identidade desses jovens e a condição urbano-rural. Esta condição plural tem reflexo direto na conformação de grupos que vêm ao Rio de Janeiro comercializar os frutos, tanto no seu processo de socialização interna quanto na relação deles com os grupos “da cidade” e com os de seu lugar de origem. Nesse sentido, procuro contribuir para o entendimento das novas relações que os múltiplos espaços e redes permitem construir. Como propõe Haesbaert (2002), “territorializar-se” significa também construir e/ou controlar fluxos e redes e criar referenciais simbólicos num espaço em, no e pelo movimento. Os territórios aparecem como descontínuos e superpostos, visto que as redes podem estar tanto em processos que estruturam quanto nos que desestruturam territórios. Cabe pensar, então, como a articulação entre espaço e tempo em diferentes situações resulta em uma imbricação de referenciais. As situações podem ser tanto de processo de produção quanto de organização e deslocamento para o Rio de Janeiro para comercializar os frutos, o que mobiliza o cotidiano desses jovens e de suas famílias em Marataízes numa dinâmica reflexiva em suas peculiaridades espaciais e de

⁹ Estes jovens e estas famílias moram, em sua maioria, em três localidades situadas na parte sul do município de Marataízes: Lagoa Funda, Lagoa Dantas e Lagoa do Siri. Estas localidades se situam na parte sul do município e comungam do mar e dos “Tabuleiros Costeiros”, terreno propício à cultura do abacaxi.

¹⁰ Na referida dissertação, a partir de uma observação longa (por mais de um ano) e da convivência com alguns desses jovens e com seus familiares, busquei, inicialmente, situar o contexto de sua inserção neste precário mercado de trabalho para, então, entender como tanto o trabalho na lavoura quanto a opção de ‘sair’ de suas localidades de origem para estadias temporárias em um grande centro urbano interferem na elaboração de seus projetos de vida, na relação familiar e na sua relação com a própria agricultura e o trabalho agrícola.

composição. Num primeiro momento irei centrar a análise na sociabilidade na lavoura, no trabalho e na família, para depois situar como ocorre a organização e o deslocamento para o Rio de Janeiro.

A lavoura de abacaxi

Em Marataízes, as atividades nas lavouras de abacaxi são desenvolvidas essencialmente com mão-de-obra familiar em terrenos cujo tamanho médio é de três hectares. A colheita inicia em agosto e prossegue até o fim de janeiro; com isso, o trabalho no plantio, na colheita e comercialização se restringe a um determinado período no ano, possibilitando a inserção dos jovens em outros serviços, tais como a comercialização de melancia e de poncã (realizada na “cidade grande”), pesca e construção civil (realizadas na “cidade de origem”). Ressalto este ponto, pois, pelo que pude notar, o impacto da organização do trabalho e das oportunidades nos que trabalham com o fruto, o caráter sazonal da colheita e comercialização, suas relações com outras atividades são fatores dinâmicos e potencializadores de uma realidade diferenciada que combina roça e cidade, cidade de origem e cidade grande.

A cultura de abacaxi é considerada cara e é vista como arriscada. Em virtude disso, muitas propriedades são desmembradas e suas partes arrendadas para parentes e ou vizinhos. Isso possibilita que o risco de perda de safra seja diluído entre diversas famílias, ao mesmo tempo que dinamiza as articulações entre parentes e vizinhos para a produção e a comercialização. Nessa região, costuma ocorrer, corroborando uma tendência verificada na cultura do abacaxi em nível nacional¹¹, um processo de arrendamento da maior parte das terras para a produção do abacaxi por parte dos produtores detentores da propriedade da terra. Com isso há um número significativo de famílias envolvidas na produção e comercialização dos frutos, não exigindo a aquisição de terras para produzir. Essas famílias arrendatárias têm *status* de produtor equivalente ao dos produtores proprietários da terra e no momento da comercialização ambos parecem colocar o produto nos mercados em igualdade de condições, principalmente na venda direta.

¹¹ Estudo da Emater/PB indica que 80% das lavouras de abacaxi no Brasil são estabelecidas em terras arrendadas.

O arrendamento parece ocorrer em virtude de três fatores principais: (1) a cultura é percebida como dispendiosa por grande parte dos produtores¹²; (2) a manutenção e controle da produção são mais eficientes em propriedade de menor área, visto que toda a lida na lavoura é feita sem a utilização de maquinário; (3) e a dinâmica da produção está atrelada à da comercialização em cidades próximas e nos grandes centros do Sudeste do país¹³.

A relação entre proprietários e arrendatários parece ser normalmente referenciada no parentesco e os parentes mais próximos têm prioridade. O arrendamento normalmente é pago conforme vai se dando a venda dos frutos a partir de um preço previamente estabelecido, e os relatos que ouvi informam sobre o sucesso dessa forma de transação. Segundo um dos proprietários de terra:

“... Eu arrendo minha terra para um irmão e um primo. É uma terra pequena e eles pegam partes iguais a minha pra trabalhar. E eles trabalham com a gente da família deles. Isso é bom, a gente sabe com quem está lidando. É gente do nosso sangue. Na minha terra trabalho com um filho que vai vender os frutos. Ele vende e traz o dinheiro pra casa. E compra frutos dos meus parentes também. Dá gosto. A gente vai sabendo como vai a venda e como estão as roças. Quem tem roça boa vende bem. E a gente sabe quem está trabalhando e parece que está dando tudo certo aqui pra nós. É bom receber os parentes felizes, encontrar eles na igreja e ver as família bem.”

Como podemos notar, essa estratégia tem reflexo no número de famílias envolvidas na produção do fruto e na composição das mesmas no que se refere ao grupo de trabalho. Dessa forma observa-se uma ampliação do

¹² O custo para se produzir um hectare de abacaxi no Espírito Santo fica em torno de R\$ 6.500 a R\$ 10 mil, dependendo do nível tecnológico utilizado pelos produtores. Mas o retorno é compensador, pois para cada hectare pode-se ganhar, em média, R\$ 9 mil. Para a cultura do abacaxi é considerado um ciclo médio de vinte e dois meses. O fluxo de caixa é negativo do 1º ao 17º mês. A partir do 18º mês, quando se inicia a colheita até o 22º mês, o fluxo de caixa é positivo.

¹³ O abacaxi é comercializado principalmente no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Vitória e Brasília e a própria opção por cada uma destas capitais leva em conta fatores como distância, tempo de permanência, situação do mercado, número de pessoas nas ruas, dentre outros.

número de famílias produtoras, o que pode ser entendido como responsável por um reforço da sociabilidade desse grupo na medida em que a lavoura de abacaxi permite e estimula a interconexão da vida doméstica com a vida da comunidade.

A sociabilidade é entendida como processo dinâmico de relações de interação constitutivas da comunidade, da vida em família e da rede de vizinhança e parentesco, criando uma esfera específica de existência. Simmel (1983) define as inter-relações como sociabilidades enquanto formas autônomas ou lúdicas da socialização que têm existência própria, sem intenções objetivas, conteúdos e resultados exteriores; é um jogo vazio, a finalidade e a matéria de sua própria existência. Quando falamos em sociabilidade nos referimos ao vínculo social e relacional do indivíduo e da sua família, e desses com grupos sociais no lugar/local e no processo social envolvente. As formas de socialização passam pela dinâmica da redefinição das múltiplas interações entre os indivíduos.

Ao observar o cotidiano nas comunidades, através da mobilidade das pessoas e da sua inserção na cultura do abacaxi, da pesca e da mandioca, foi possível notar que a vida parece se orientar, principalmente, em razão desses espaços e esferas, numa articulação justaposta e muito dinâmica. É difícil determinar com precisão a intencionalidade das mobilidades espaciais, o que podemos inferir é que houve um deslocamento dos moradores das comunidades para uma nova ‘imensidão’ onde é possível buscar o sustento. A maioria das famílias acompanhadas tem origem na pesca de onde tiravam seu sustento até há pouco tempo atrás¹⁴. O que podemos perceber é que se antes essa “imensidão” era o oceano, lugar do desconhecido, lugar dos corajosos e aventureiros, agora ela pode ser a representação da metrópole e, enquanto tal, apresenta uma nova aventura: a comercialização de frutos de suas lavouras nas ruas movimentadas desse novo espaço.

O histórico na atividade pesqueira, relatada pelas famílias, alicerçado num fluido e constante ir-e-vir para o (e do) mar, oferece uma chave de compreensão da organização e composição das equipes de trabalho, tanto na lavoura quanto na comercialização. Permite entender também como as famílias lidam com a ausência dos jovens que saem para vender os frutos em lugares desconhecidos e perigosos como as ruas das cidades grandes.

¹⁴ Os turistas, a partir das décadas de 1950 e 1960, também fomentaram a mobilidade espacial das famílias que hoje moram nas Lagoas, sendo esse um ponto ressaltado na dissertação. Com a chegada de indivíduos de fora, o preço das terras e o custo de vida se elevaram, fazendo com que algumas famílias optassem por vender suas propriedades e se deslocassem mais para o sul do próprio município, onde o preço das terras era mais acessível.

A comercialização

A organização das equipes se dá principalmente em encontros e conversas tidas como informais. Os jovens costumam freqüentar os mesmos locais em sua localidade de origem e é nítida a diferença entre os que saem e os que não saem para comercializar. Os que saem têm uma maior interação. O próprio valor dado aos que saem para comercializar, sendo algo que é muito valorizado pela comunidade – os “frutos da comunidade” –, possibilita que estes saiam pelas ruas cientes de que seu esforço é reconhecido. As conversas entre eles incorporam sempre histórias sobre as idas e vindas dos caminhões com parentes e amigos que saem para vender os frutos na cidade grande; assim os grupos se mostram mais dinâmicos quando comparados aos que estão sem ter essas histórias para contar ou mesmo as referências para entendê-las e interagir.

Entre as famílias de produtores identificamos aquela em que os filhos trabalham na roça familiar e, em contrapartida, recebem do pai a autorização para assumir a comercialização. Esse processo envolve, em alguns casos, a compra ou o frete de caminhões que ficam sob a responsabilidade dos jovens, o que significa uma situação de autonomia para decidir e organizar os deslocamentos para centros urbanos. Para realizar essa tarefa, esses rapazes costumam acionar outros jovens da localidade, principalmente amigos ou parentes e jovens de famílias que ‘ainda’ não têm a possibilidade de produzir ou se produzem não tem como comercializar diretamente nos centros urbanos. Essa posição lhes garante *status* e respeito dentro de suas famílias e para com seus pares. É importante ressaltar que esse vai-e-vem é tido como penoso e são principalmente os jovens que aceitam se submeter a tais condições: longe de Maratázes e de suas famílias, sendo obrigados a dormir nos caminhões, passar os dias inteiros pelas ruas oferecendo os frutos, enfrentando dificuldades para banho e alimentação etc. Talvez por isso essa disposição para trabalhar na comercialização seja muito valorizada nas localidades de origem, tendo reflexo direto na disponibilidade de novos jovens entrarem nessa ciranda.

O ato de sair para vender o abacaxi parece ser incentivado como uma alternativa ao trabalho na roça avaliado negativamente por eles, no que pode ser entendido como um contrapeso a ‘pesada’ lida nas lavouras de abacaxi. Elogios na família e na comunidade (poder andar e ser reconhecido como alguém que saiu mas voltou e trouxe algo para comunidade) fortalecem a posição social desse jovem e sua identidade como trabalhador na cultura do

abacaxi. O sair, nesses termos, contém um aspecto simbólico relevante. Pode ser visto como um ritual de passagem para a vida adulta, já que o jovem se lança com coragem ao desafio de trabalhar longe de casa, ainda que junto a um irmão, um primo ou mesmo um vizinho.

A comercialização é pensada desde a compra ou retirada dos frutos da roça até o retorno para Marataízes após a venda de toda a carga do caminhão. Nessa etapa, a participação dos jovens das famílias de produtores é tida como importantíssima, pois são eles que vão atrair e organizar as equipes para a comercialização. A ida para as metrópoles costuma obedecer a alguns intervalos. Intervalos estes que são ditados pela sazonalidade dos frutos e de sua comercialização. De modo geral, eles costumam permanecer de 7 a 10 dias no Rio de Janeiro e de 3 a 4 dias em Marataízes, variando também conforme o mês do ano, já que no período de festas, dezembro principalmente, a quantidade de frutos vendidos ‘dobra’ quando comparada aos outros meses¹⁵. Assim, a permanência no Rio de Janeiro pode ser prolongada, se estendendo para além de 15 dias, podendo variar também em função do clima. Se chover, muitos dos caminhões nem partem de Marataízes¹⁶. Os responsáveis¹⁷ pela viagem costumam ter contatos aqui no Rio de Janeiro, para os quais telefonam quando o noticiário na televisão indica tempo chuvoso, buscando assim checar as informações.

Cabe ilustrar que a disposição temporal do comércio dos frutos obedece a uma sazonalidade anual. O abacaxi costuma ter sua safra forte no período de agosto a janeiro; no restante do ano, alguns proprietários de caminhão optam por trabalhar com frete pela região próxima mesmo. Fora do período da safra do abacaxi, a quantidade de caminhões ocupados na comercialização

¹⁵ Nos meses da safra alta de abacaxi vendem-se aproximadamente 4 mil frutos por carga e no mês de dezembro o número de frutos pode ultrapassar os 9 mil por carga, devido ao período das festas de Natal e de Ano-Novo.

¹⁶ Tem sido muito interessante perceber como o clima norteia muito das decisões tomadas tanto em Marataízes quanto no Rio de Janeiro, alçando a natureza à condição de elemento cardinal mesmo na metrópole. Quando estive em Marataízes pude presenciar um adiamento da colheita de uma roça de abacaxi em virtude da chuva de uns dias antes ter afetado o efeito do produto químico colocado nos frutos para acelerar o amadurecimento dos mesmos. Já no Rio de Janeiro, os pontos de venda são ao ar livre, junto a outros ambulantes e vendedores que tem nas pessoas que circulam pela cidade seus clientes potenciais e, devido a isso, “dias de sol são sempre bem-vindos”.

¹⁷ Em relação à organização dos caminhões que vêm ao Rio de Janeiro sendo oriundos de Marataízes reparei que existem (a)os caminhões que são de famílias que possuem roça de abacaxi e (b)os que são fretados por terceiros, sendo que estes compram os frutos de roças também de terceiros.

diminui, ainda que a comercialização de outras frutas seja uma das principais opções para os que permanecem no ir e vir entre Marataízes e Rio de Janeiro. Devido à sazonalidade dos frutos, no período de fevereiro a abril (aproximado) o forte é a comercialização de melancia; no período de abril a julho é a poncã que assume o posto¹⁸. A comercialização durante esse período de entressafra do abacaxi é mais comumente realizada por jovens que não são de famílias produtoras; os filhos de produtores permanecem em Marataízes para trabalhar nas roças de abacaxi, e o reconhecimento dos que trabalham vendendo outros frutos também é diferenciado.

Os jovens: seu perfil e suas vidas

A maioria dos jovens que acompanhei tem idade variando entre 15 e 30 anos e começou na venda de frutos com 13 e 14 anos. Incentivados pela possibilidade de ganhar um dinheiro próprio e fazer a própria vida entram na rede de comercialização por meio de parentes e vizinhos e, depois de entrar, costumam chamar outros jovens para realizar este trabalho.

A partir do momento em que entram nessa rede de comercialização, os jovens passam por um processo de socialização em que o reforço de seus laços para com seus pares de Marataízes se dá, na maioria dos casos, não somente em seu lugar de origem, mas também longe de lá. Ainda que o futuro para a maioria é conseguir viver e constituir família, viver os pais e as amigadas em Marataízes, eles projetam continuar trabalhando concomitantemente na comercialização do abacaxi na cidade grande: “Se possível, ascender de vendedor a motorista ou dono de um caminhão, dando emprego pra bastante gente e ganhando o sustento honestamente”, segundo um dos jovens.

¹⁸ Segundo apurado em conversas e observações, muitos caminhões costumam se deslocar para a Bahia e o Rio Grande do Sul carregados de pedras cujo frete é obtido nas pedreiras de Cachoeiro do Itapemirim, município localizado logo ao norte de Marataízes, e, após a entrega, acabam retornando carregados de melancias. Estas melancias são então distribuídas e comercializadas em algumas cidades, inclusive no Rio de Janeiro. Já a poncã costuma ser comprada no Rio de Janeiro mesmo. O Cadeg/São Cristóvão é uma referência quando se trata de frutos para comercialização rápida por parte dos jovens Marataízes. Muitos jovens, como pude observar, compram os frutos (alguns rateiam tanto o custo quanto o lucro) e eles próprios os ensacam e os vão vender pelas ruas.

Os jovens que vêm comercializar os frutos costumam afirmar que o Rio de Janeiro é lugar de trabalho e Marataízes é o lugar de viver e projetar um futuro articulado com demais familiares e vizinhos. Futuro vislumbrado, inclusive, na possibilidade de continuar vindo para a cidade trabalhar mas tendo família, vivenciando a comunidade e residindo em Marataízes, o que é possibilitado justamente pelo ir e vir constante, como os barcos no mar do passado ou como os caminhões nas estradas do presente.

Os jovens costumam vir ao Rio de Janeiro em grupos divididos por caminhões, com cada grupo variando de sete a nove indivíduos, sendo que um deles é motorista e normalmente responsável pela viagem. Este responsável costuma ser o que tem maior entendimento das coisas da cidade, principalmente no que se refere à disposição dos jovens pelas ruas para comercializar os frutos, evitando a fiscalização. Por este conhecimento ele é respeitado, sendo que as informações são repassadas a todos, visto que os jovens também buscam ter entendimento da área na qual vão ficar. Eles são levados até ruas e esquinas na parte da manhã e aí permanecem até o final do dia, buscando alimentar-se rapidamente, e em caso da necessidade de um banheiro, procuram um bar ou outro comércio em que haja um, contando com a boa vontade dos comerciantes da área em que costumam ficar. No final do dia, costumam ser buscados e levados até um posto de gasolina ou a uma pensão, onde tomam banho e jantam. Após jantar vão para uma rua tranqüila ou para um entreposto comercial (Cadeg, por exemplo), onde é estacionado o caminhão. Eles costumam dormir na carroceria, em colchões e colchonetes, trazidos por eles da cidade de origem, que são dispostos por sobre a palha que costuma proteger os frutos. O dinheiro conseguido com a venda durante os dias é entregue ao responsável, que costuma guardá-lo e depositá-lo no banco. Os jovens têm pouco acesso ao dinheiro conseguido com as vendas. No final do dia, o responsável arrecada o que foi levantado e faz os cálculos de quanto cada um vendeu – buscando perceber se alguém está destoando no grupo. Todos costumam se mostrar dedicados e respeitosos para com o trabalho e para com o motorista responsável pela viagem; assim, conseguem tranqüilidade para o trabalho, lugar nas próximas vindas e a possibilidade de solicitar uma parte do que têm direito como pagamento ali no Rio de Janeiro mesmo. Esse adiantamento é possível quando explicitado o que vai ser feito com o mesmo, sendo conseguido quando da explicitação do desejo da compra de uma roupa, de um bem para a casa, de algo para a família que permaneceu em Marataízes, ficando claro para todos que o cotidiano na cidade é de

esforço e privações, sendo então valorizado o jovem que trabalha e poupa. Nas noites, os jovens costumam optar por descansar para o dia seguinte, saindo somente para uma ou outra caminhada, normalmente em grupo e conversando sobre o que viram durante o dia na cidade – como que numa forma de socializar o que estão aprendendo sobre o cotidiano da venda e fortalecendo-se para enfrentar as idas e vindas pelas ruas da cidade.

Para exemplificar, cabe citar um caso de vida.

Final de 2004, Josué, na época com 14 anos e vendendo abacaxi desde os 12 anos, foi chamado para vender no Rio de Janeiro por um vizinho de Marataízes com o consenso do pai. Este vizinho é o dono do caminhão e o responsável por ele na cidade. Josué mora na zona rural e continua nos estudos, estando cursando a 6ª série. Segundo ele, costuma vender no Rio de Janeiro somente no fim de ano e nas férias de verão. Acha o Rio de Janeiro muito bom; quando perguntei do que gostava, disse gostar de tudo pois aqui era onde via meninas bonitas e onde as coisas aconteciam. Já havia ido vender em Belo Horizonte, mas “lá é ruim, não passa ninguém na rua”. Em relação a suas atividades na cidade, afirma descansar direto para trabalhar no outro dia, se divertindo somente com os outros jovens no período da noite, quando estão juntos no caminhão. Segundo ele, todos se dão muito bem, “como uma família, o que ajuda a passar o tempo”. Josué fica junto ao caminhão, normalmente com o motorista, e costuma dar uma caminhada até os jovens que comercializam os frutos por perto, para ver se eles precisam de algo; é muito ativo e comunicativo, demonstrando uma ‘certa’ malandragem na lida com os colegas. Devido ao seu entrosamento com os colegas, disse que “gosta muito de trabalhar com abacaxi e que seu futuro é com o abacaxi”. Em Marataízes, seus pais possuem terras e plantam abacaxi o ano inteiro, e ele costuma ajudar na roça, o que o insere de forma diferenciada no universo do abacaxi, já que poderá produzir e comercializar os frutos. O que mais gosta em Marataízes é estudar. Ocupa maior parte de seu dia na escola e nos estudos, tendo como maior diversão no tempo livre ir à praia. Consegue conciliar o interior e a cidade tendo em vista uma idéia de fazer a vida com o abacaxi.

Final de 2005, Josué estava junto ao pai, que havia fretado um caminhão e passava a vir comercializar seus frutos com os filhos e mais 6 (seis) jovens vizinhos da localidade de Lagoa Dantas, Marataízes. O pai dizia que o filho é que viria para a cidade comercializar os frutos quando alcançasse a maioridade, pois desde pequeno estava indo e vindo e já conhecia bem onde e como vender.

Conclusão

Como procuro demonstrar ao percorrer os caminhos de Marataízes e do Rio de Janeiro, no intercurso rural/urbano¹⁹, dos jovens rurais, é possível perceber a mobilidade e um ordenamento do que antes parecia estar desordenado e diluído. Por exemplo, entre os jovens e suas famílias, o que pude perceber é que as relações de vizinhança e parentesco (perpassadas fortemente pela afetividade e vivenciadas nessas pequenas comunidades) parecem balizar efetivamente os constructos sociais (história, organização geográfica e econômica) a partir dos quais se alicerçam as opções efetivadas por parte dessa parcela da juventude e de suas famílias. Sair de suas localidades de origem para comercializar os frutos (sempre com a perspectiva do retorno) é uma opção que se dá dentro de um processo de valorização que está alicerçado em condições históricas (que chamo de origem da família) e de interação dentro das próprias famílias e comunidades (com suas possibilidades de trabalho e valorização deste – num processo de reconhecimento), possibilitada inclusive pela opção de saída, mas com o esperado retorno. Neste processo podemos vislumbrar uma similaridade com o que Abdelmalek Sayad (1998) situou como sendo a dupla dimensão de fato coletivo e de itinerário individual com a imigração, colocando o migrante na fronteira entre o ser e o não-ser social. No caso aqui estudado, o itinerário individual de muitos dos jovens demonstra que o movimento de ir-e-vir deve ser percebido como um fato coletivo significativo. O sair para ficar parece fazer parte do cotidiano e da elaboração de projetos destes jovens e é incentivado pela família e pelas comunidades, pois tem possibilitado a comercialização dos frutos concomitantemente com a manutenção dos jovens no meio rural, seu meio de origem.

Por fim, cabe ressaltar que, em virtude das condições precárias observadas junto aos jovens para a realização de seu trabalho (informalidade e inseguranças na metrópole – beirando a invisibilidade cívica –, e acesso à terra dificultado no campo), seria interessante pensar políticas públicas que levem em conta as peculiaridades de distintos grupos e comunidades, etárias e laborais, fomentando entendimentos que extrapolem nosso (in)justo tempo e dignificando o simples viver, seja no campo ou na cidade.

¹⁹ Uma freqüente comunicação estabelecida por eles entre o rural e o urbano, que parece diluída no dia-a-dia, porém está sempre presente em suas opções e expectativas futuras.

Para além de ficar ou sair: as estratégias de reprodução social de jovens em assentamentos rurais

Edgard Malagodi¹

Roberto Marques²

Introdução

O presente artigo³ é resultado de uma pesquisa realizada no âmbito do Projeto Pilões, um conjunto de atividades de pesquisa e extensão em Assentamentos de Reforma Agrária, localizado na zona polarizada pela antiga Usina Santa Maria⁴, no Brejo Paraibano. Nele pretendemos apresentar e analisar as principais estratégias de reprodução social dos jovens assentados considerando os seguintes aspectos: em primeiro lugar, como os jovens constroem, fora do assentamento, alternativas de renda complementares ao trabalho agrícola; em segundo, como incorporam as habilidades profissionais aprendidas na cidade; em terceiro, como, a partir de experiências de alta exploração da força de trabalho vivenciadas na cidade, estes jovens elaboram novas representações sobre a vida rural, a qual passa a ser revalorizada; e, em quarto lugar, qual a importância das experiências veiculadas por organizações não-governamentais, pelas universidades ou pela Igreja, na elaboração de projetos de vida no assentamento.

Como perspectiva metodológica, utilizaremos a análise de trajetórias de vida nos termos definidos por Bourdieu (1986:189) como uma “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é, ele próprio, um devir, estando sujeito a incessantes transformações”. Entendemos que esse conceito é apropriado para estudar os jovens rurais em assentamentos de reforma agrária, tendo em vista que estes espaços passaram e estão passando por intensas transformações, que colocam os jovens em uma dinâmica que influencia e é influenciada por suas

¹ Sociólogo, professor do PPGCS da UFCG, emalagodi@uol.com.br

² Mestre em Sociologia, PPGCS da UFCG, frsmarques@hotmail.com

³ Entrevistas realizadas por Francisco Roberto de Sousa Marques, com a colaboração de Marta Geruza de Oliveira. Agradecemos à profa. Marilda Menezes, UFCG, pelas valiosas sugestões ao artigo.

⁴ A sede da Usina Santa Maria era localizada no município de Areia-PB, no entanto, suas propriedades espalhavam-se por outros municípios vizinhos, dentre os quais destaca-se o município de Pilões.

trajetórias de vida. Assim, com a análise de trajetórias individuais dos jovens, pretendemos tanto compreender os seus deslocamentos nos espaços sociais quanto a diversidade de suas estratégias de inserção social e econômica.

Trabalhamos com a noção de juventude rural, entendida aqui como uma categoria que recobre aqueles (as) jovens que têm no meio rural o seu meio de vida (Wanderley, 2003).

Há um reconhecimento entre os pesquisadores de que a juventude rural não é uma categoria homogênea, mas marcada por uma grande diversidade relacionada a contextos econômicos, sociais e políticos específicos (Abramovay, 1998; Carneiro, 1998; Guaraná, 2005; Stropasolas, 2002; Wanderley, 2003; Weishmeier, 2004; Menezes, 2006). Ao mesmo tempo, a idade não é um único critério definidor da categoria juventude, mas ela é construída a partir de “arbitrários culturais e regras socialmente construídas, que determinam em que momento e por meio de quais rituais de passagem se muda de uma fase da vida para outra. Assim variam as idades cronológicas” (Novaes e Vannuchi, 2004:10). Apesar de diversamente concebida, a juventude é, em qualquer sociedade, um momento de crise individual e do grupo, mas também de empenho entusiástico e de construções de projetos de vida. Além do quê, constitui-se para os atores concretos num momento privilegiado de construção dos projetos de autonomia pessoal. Nas palavras de Durston (1998), “os jovens rurais têm, pelo menos em alguns momentos e em certos aspectos, um pensamento e uma prática estratégica que combinam seu uso do tempo presente com sua visão de como preparar o tempo futuro” (p. 09) e Wanderley (2003) enfatiza que tais projetos são negociados no interior da família camponesa.

A literatura tem enfatizado que a juventude rural envolve grupos com situações sociais, espaciais e históricas diversas, bem como que suas estratégias de reprodução social são múltiplas. Há os que ficam nos espaços rurais inseridos no trabalho familiar; os que migram para trabalhos temporários em safras de cana-de-açúcar ou outras atividades agrícolas; os que se engajam em trabalhos urbanos nas capitais de seus estados ou metrópoles de outras regiões e, ainda, os que buscam através da educação formal a capacitação para outras profissões (Menezes, 2006:3).

Neste contexto, ficar e sair são estratégias complementares, pautadas por condições objetivas das famílias de agricultores familiares e pelos significados que estas alternativas oferecem aos jovens, na montagem de seus projetos de vida. Ficar e sair são opções que escondem, de um lado, valores que se formam na mente dos jovens a partir das condições que dispõem suas respec-

tivas famílias, ao mesmo tempo que representam alternativas do exercício de trabalho nos espaços rurais e fora deles. São, portanto, as condições objetivas e subjetivas que formam as concepções dos jovens assentados e dão a eles os elementos para elaborarem seu plano de ações, que orientam suas trajetórias e seus projetos de vida. Constata-se assim que as estruturas objetivas não provocam os mesmos efeitos sobre todos, pois é preciso considerar, além das condições objetivas, as condições subjetivas, como, por exemplo, as representações que cada um faz sobre a saída para a cidade próxima ou distante e, sobretudo, o significado que isso tem para a família. E estas representações variam de acordo com as diferenças de sexo, de idade, escolaridade etc. A análise das trajetórias permite visualizar situações concretas bem diferentes, tais como: há os que partem e os que ficam, há os que voltam e os que não voltam (Silva, 1992:165).

O contexto dos jovens nos assentamentos

Pilões é um município marcadamente rural, localizado na região do Brejo Paraibano, sendo sua população total de 7.800 habitantes majoritariamente constituída por 5.007 habitantes da área rural sobre 2.793 habitantes da área urbana (IBGE, 2000). A agricultura ocupa em torno de 80% de sua mão-de-obra, enquanto as outras atividades como a pecuária, o comércio, o funcionalismo público e as aposentadorias ocupam um lugar bem menos importante. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,56 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000). Seu território se limita ao norte com os municípios de Bananeiras e Pirpirituba; ao sul, com Areia; na parte sudeste, com Alagoinha; na porção leste, limita-se com Pilõezinhos e Cuitegi; a oeste e noroeste, limita-se respectivamente com Serraria e Borborema. Outro aspecto interessante é o grande número de jovens no município. Quase 30% da população é constituída por pessoas que estão entre 15 e 29 anos (IBGE, 2000).

Na produção agrícola aparecem com destaque as lavouras permanentes de banana, urucum, caju, goiaba, laranja, manga, jaca e outras; e temporárias: a mandioca, milho, feijão, fava, bata-doce etc. Por muito tempo a cana-de-açúcar foi a cultura predominante; todavia com a crise da agroindústria sucro-alcooleira na região, esta monocultura acabou sendo substituída pela banana e por uma policultura de subsistência. Atualmente, outras experiências vêm surgindo, como é o caso da citricultura e da floricultura, esta última surgida

recentemente, através de uma cooperativa de mulheres que vem dando mostra de potencialidade econômica.

É importante ressaltar que a queda da produção de cana-de-açúcar provocou uma redefinição no espaço agrário, resultando, dentre outras coisas, na implantação no município de seis assentamentos de reforma agrária, oriundos do processo de desapropriação das terras da ex-Usina de Santa Maria, em 1997. Neste processo, foram criados pelo Incra, no pequeno município de Pilões, os Projetos de Assentamentos (PAs) Redenção, São Francisco, Veneza, Santa Maria e Tabocal. Mas o processo ainda não parou: no ano passado foi criado mais um, o Assentamento Florestan Fernandes. Nessas áreas foram assentadas cerca de 250 famílias em lotes com tamanho médio de cinco a sete hectares, o que, associado à ausência do Estado, queixa recorrente na fala dos assentados, sinaliza para as dificuldades de reprodução desse campesinato. Dentre os principais problemas detectados nas narrativas dos assentados, sobressaem-se: infra-estrutura (manutenção das estradas, energia elétrica, escola, posto de saúde, telefone, etc.); endividamento dos titulares dos lotes, junto a instituições financeiras; falta de assistência técnica; dificuldade para comercialização da produção agrícola e dependência de atravessadores.

Nascer e crescer no assentamento representam, para o jovem rural, uma experiência muito forte, cheia de emoções e eventos, que vão aos poucos construindo a sua identidade de jovem: um jovem rural com a expectativa de tornar-se um agricultor. Nos assentamentos de Pilões, a relação com a terra e a situação atual de assentados têm como pano de fundo a experiência, ainda muito presente na vida das pessoas, de terem sido, nas décadas passadas, moradores de engenho, e depois, trabalhadores de usina. Cecília, por exemplo, que na época da usina tinha entre 12 e 13 anos, nos conta que seus pais “não tinham liberdade para plantar nada, trabalhavam obrigados com horários rígidos para cumprir”. Hoje, segundo ela, planta-se o que se quer, e cada um trabalha no horário que achar conveniente. Fala ainda da diversidade de cultivos no lote de seu pai, da boa alimentação e considera isso uma riqueza. Outro jovem, Álvaro, do Assentamento São Francisco, ao falarmos das diferenças do tempo da usina e de hoje, expressa um ar de alívio por ter superado esse passado e fala da semi-escravidão em que viviam. “... A gente trabalhava de sábado a sábado e se falhasse meio dia na segunda feira, eram quinze dias de suspensão”. Ainda hoje, a menção aos tempos da usina provoca um sentimento de indignação, pela lembrança da exploração. E em seguida, Álvaro fala com entusiasmo da cultura da ba-

nana, dizendo que os assentados que se dedicam a essa cultura conseguem renda suficiente para sustentar a família.

No entanto, a instalação no assentamento e a vida atual das famílias, nos diversos assentamentos, estão marcadas por um grande número de dificuldades: inadimplência e endividamento dos pais, venda da produção a atravessadores, queda no preço dos produtos, falta de assistência técnica, falta de crédito, além da enorme dificuldade que enfrentam até hoje para montar a infra-estrutura adequada, de capital mínimo para cuidar da lavoura, para a formação das culturas permanentes, criações de qualidade, instalações rurais etc. Todas essas dificuldades são vivenciadas de maneira peculiar pelos jovens assentados e isso acaba influenciando-os na construção de suas estratégias de vida.

Em primeiro lugar, há a percepção de que vivem em uma situação muito diferente do que aquela onde nasceram e cresceram seus pais. Embora se trate do mesmo lugar, de forma geral, tomando os jovens em seu conjunto, a maioria reconhece que suas vidas melhoraram com o assentamento, e como pontos positivos citam as condições de moradia e a possibilidade de estudar, ainda que em escolas de baixa qualidade. Como pontos negativos, relatam a falta de lazer e de renda. Reclamam ainda da falta de espaço de participação nas associações, situação que tende a mudar considerando a participação de alguns jovens na recém-eleita diretoria da associação de Redenção. Os jovens criticam ainda a falta de políticas públicas para viabilizar os assentamentos; falam do descaso do poder público na conservação das estradas, da falta de telefones públicos e das péssimas condições das escolas; reclamam também do governo federal, da falta de financiamento de projetos produtivos. Finalmente, eles solicitam uma mudança de postura do Estado e das entidades da sociedade civil no atendimento a suas demandas e que sejam elaborados projetos que possam definitivamente melhorar suas vidas.⁵

Para a maioria das famílias, esta situação estrutural gera um desequilíbrio entre a produção e o consumo⁶, visto que o produto do trabalho não é suficiente para garantir o consumo familiar, o que acarreta, entre outras coisas, o não atendimento das demandas dos jovens, levando-os a adotarem estratégias diferenciadas de inserção econômica, como veremos através de suas próprias

⁵ Estes elementos da percepção que os jovens têm de sua própria realidade foram extraídos da “Carta Aberta dos Jovens Assentados no Município de Pilões”, aprovada em encontro dos jovens em 23 de outubro de 2004.

⁶ Os efeitos do desequilíbrio entre a produção e o consumo podem ser entendidos a partir de Chayanov (1981).

histórias. Quando a terra é reduzida, a oferta de bens, de infra-estrutura e de produtos para a família tende a tornar-se insuficiente; neste caso, o agricultor familiar tende a intensificar seu esforço de trabalho. Portanto, a mão-de-obra familiar, quando não encontra espaço funcional na unidade a que pertence, seja no trabalho agrícola, seja em atividades artesanais ou comerciais e não-agrícolas, para alcançar o equilíbrio provedor das necessidades econômicas da família, pode buscar canais ocasionais e transitórios de venda de sua força de trabalho externamente aos lotes, às vezes, em saídas mais longas e distantes (Anjos, 1995 *apud* Tedesco 1999:297).

Para Menezes (2006:2-3): “Apesar da juventude rural estar inserida na lógica da produção e consumo da família, trata-se também de considerarmos as suas demandas, desejos e interesses específicos.” Isso é representado, por exemplo, na fala do Sr. Ednaldo (30 anos, presidente da Associação de Redenção):

“.. O jovem aqui fala muito em ir embora, porque aqui não tem um meio de vida; o jovem da cidade ainda arruma emprego na cidade, no comércio, mas aqui ele reclama muito porque chega final de ano, chega às festas de São João e eles não tem o dinheiro de comprar uma roupa. Pede ao pai e o pai não tem condição. Hoje os assentamentos não dá condição de fazer isso. Se tivesse um desenvolvimento pros jovens ele continuavam dentro do assentamento, eles iam ter o dinheiro de comprar a roupa, de ir numa festa, muitos pensam em ir embora, porque muitos jovens arruma uma namorada e não tem condição de chamar a namorada e dar um refrigerante a ela. É isso que eu acho que a dificuldade dos jovens é muito grande aqui dentro do assentamento.”

Como se percebe no fragmento acima, os jovens do meio rural têm demandas específicas que, dadas as condições objetivas desse espaço, não são satisfeitas, como também têm potencialidades não realizadas, o que é confirmado por Duston (1998), para quem a juventude rural tem necessidades particulares insatisfeitas, direitos específicos não plenamente exercidos e aportes potenciais não realizados.

Este rol, maior ou menor, de demandas insatisfeitas, aparece como elemento motivador principal das saídas. Mas são as dificuldades em conjunto, vividas pelo núcleo familiar, que pesam sobre a decisão de migrar.

Examinemos agora a trajetória de saída e de retorno ao lote paterno de três jovens dos diferentes assentamentos de Pilões. Finalmente, faremos uma avaliação dos principais aspectos revelados pelo conjunto das entrevistas que realizamos com os três jovens: Genaro, Cecília, e Janeide⁷.

A busca da autonomia

Fortemente marcada por uma situação de grande fragilidade social, que impede ou dificulta a criação de oportunidades locais de instalação dos jovens e de suas famílias, a migração aparece para esses atores – os jovens – como uma estratégia de concretização de seus projetos de autonomia (Cf. Wanderley, 2003). Este é o caso de Genaro, 27 anos, filho de família assentada no PA Veneza, que interrompeu o estudo na sétima série do ensino fundamental por considerar impossível conciliar o trabalho na agricultura com a escola. Ficar e sair para ele têm sido uma estrada de mão dupla: já saiu para o Rio de Janeiro, onde trabalhou numa padaria, e voltou. Em seguida, trabalhou como pedreiro em Pilões e agora está pensando em trabalhar por uns tempos na cidade de Guarabira, para depois ir para o assentamento novamente. Sobre sua experiência no Rio de Janeiro, ele a considera positiva, embora não pretenda voltar para lá. Afirma que “o Rio é bom, mas tudo é comprado, tudo é caro e mesmo ganhando bem, lá não se economiza dinheiro algum”. Acha que com sua habilidade na construção civil não é mais necessário sair para longe, há muitos empregos nas construções em Pilões e principalmente em Guarabira; além disso, seria mais fácil economizar trabalhando perto de casa, onde as despesas são poucas e não há o risco que se corre nas grandes cidades.

A profissão de pedreiro foi adquirida no próprio assentamento junto com os amigos, logo após retornar do Rio de Janeiro. Antes de migrar, porém, Genaro participou de duas experiências, desenvolvidas pelo Sedup⁸: a

⁷ Optamos por usar pseudônimos para preservar a identidade dos informantes.

⁸ O Sedup – Serviço de Educação Popular – com sede em Guarabira, estado da Paraíba, é uma organização não governamental, fundada em 1981, como um serviço da diocese local. Tinha, originalmente, como objetivo reforçar a luta dos trabalhadores assalariados através de cursos de capacitação e assessoria a lideranças de trabalhadores rurais, bem como acompanhamento e assessoria às greves dos canavieiros (trabalhadores assalariados da cana), principalmente na época da safra no Brejo Paraibano. Com a falência da Usina, o Sedup apoiou a luta dos trabalhadores pela desapropriação das terras junto ao Incra, e hoje está voltado para atividades nos assentamentos, principalmente através de cursos de qualificação para jovens.

implantação de uma horta e de uma granja, ambas as experiências projetadas para funcionarem na forma do trabalho coletivo. No entanto, estas experiências fracassaram, segundo ele, “pela falta de unidade e organização do grupo”. As atividades eram realizadas por ele e por mais quatro pessoas, mas os outros começaram a faltar ao trabalho, e ainda desconfiavam da contabilidade na hora da divisão da renda. Também a falta de comprometimento das pessoas que estavam ligadas a estas experiências e o baixo envolvimento dos pais contribuíram para o desestímulo e, conseqüentemente, para o fracasso das experiências. As dificuldades de geração de renda no lote motivaram sua saída para procurar trabalho na cidade. Genaro explica sua decisão pelo fato de sentir que os jovens não têm apoio para ficar no assentamento, e que faltam investimento e acesso ao crédito bancário. Ele nos informa que foi apenas graças a algumas amigadas que conseguiu um empréstimo no banco e comprou algumas cabeças de gado. Ao pagar a dívida contraída, tomará um novo empréstimo para aquisição de ovelhas. Assim, as estratégias desenvolvidas por Genaro são bastante diversificadas: além das experiências já citadas, da horta e da granja coletiva, incluem a migração para o Rio de Janeiro onde aprendeu a profissão de padeiro, o trabalho na agricultura com culturas de subsistência, a criação de animais e, mais recentemente, o trabalho como pedreiro, que é, segundo ele, a profissão mais rentável.

O processo de socialização do jovem consiste em uma progressiva assimilação dos problemas e necessidades da família como necessidades que ele também tem que atender. Apesar de os jovens terem suas próprias demandas e estas aparecerem com muita força em suas falas, eles ocupam um lugar muito importante na reprodução das famílias assentadas. Genaro sempre ajudou sua mãe nas despesas de casa, como a alimentação, e não depende da família para comprar sua roupa e calçados. Suas habilidades de pedreiro têm sido úteis nas reformas da casa da família. Quando visitamos sua casa pela primeira vez, Dona das Dores, sua mãe, hoje com 53 anos, nos mostrou com orgulho a cerâmica da casa que tinha sido colocada por ele. Ela nos conta, ainda, que quando Genaro era mais jovem tudo que ganhava gastava nas festas e não investia nada no lote da família; hoje ele pensa em fazer investimentos no lote e construir uma casa para morar com sua futura esposa.

Portanto, a integração do jovem no mundo adulto se faz pela busca de satisfação de suas próprias necessidades individuais. E logo ele percebe que pode, através do trabalho, buscar meios para satisfazer estas necessidades. Na trajetória de Genaro, o trabalho sempre ocupou uma posição

de centralidade. Ele se refere a este com as seguintes palavras: "... eu não fui muito com esse negócio de estudo, meu negócio era *trabaiar, trabaiar e trabaiar*". Diz que sempre gostou de ter seu dinheiro nos finais de semana e por isso sempre trabalhou. Quando perguntamos sua opinião sobre o que era necessário para os jovens ficarem no assentamento, ele diz que eles precisam de emprego para ter o que fazer todos os dias, e à noite ir para o colégio tendo alguma renda deles mesmos. Ele afirma que o trabalho na agricultura não proporciona renda para os jovens devido à desvalorização dos produtos. Acha que a solução para a juventude e para os assentados, de modo geral, é a instalação de uma fábrica de doces, para que a renda dos produtos agrícolas fique dentro do assentamento.

Como a maioria dos jovens assentados, a percepção de Genaro do trabalho agrícola no lote da família é marcada pela percepção de ser um serviço desvalorizado, sobretudo em função do fato de esta atividade não contribuir para que os jovens tenham sua renda monetária própria. Mas se, na percepção do jovem, este aspecto aparece como "não ter renda própria", independente da renda familiar, esta situação remete a um tipo específico de renda. É que, em geral, as demandas sentidas pelo jovem rural não são bens ou produtos do meio rural. Trata-se, portanto, de um novo tipo de jovem rural: seu perfil cultural e seus hábitos de consumo não são aqueles enfeixados ou definidos pelo meio rural. Ele é um jovem perfeitamente integrado na cultura da juventude local, rural ou urbana, que, por sua vez, participa de um universo cultural globalizado⁹. Para ter acesso às suas demandas específicas é preciso ter dinheiro, é preciso, portanto, participar de alguma atividade que entre no circuito monetário e lhe garanta um renda monetária. Nesse sentido, tanto o assalariamento como as atividades eventuais, de trabalho próprio ou para outro, devem visar alguma forma de renda monetária. Genaro afirma que a falta de renda monetária estimulou a sua saída para uma cidade grande (no caso, o Rio de Janeiro), onde já tinha parentes estabelecidos. Entretanto, de modo algum a saída de Genaro pode ser identificada como uma ruptura, com a família ou com o lugar de origem, pois, conforme tem sido enfatizado, entre outros autores, como Wanderley (2003), o sair não apenas não significa o rompimento dos laços

⁹ Cf. Carneiro (2005:243-262). Em seu artigo "Juventude Rural: projetos e valores" a autora chega à conclusão que tanto a juventude rural quanto a urbana estariam sendo afetadas pela mesma ordem de problemas próprios de uma sociedade ao mesmo tempo globalizada e subdesenvolvida. E, portanto, o padrão da cultura urbana é hegemônico e tende a ser referência para os jovens do campo na elaboração de seus projetos futuros.

de família, nem com o lugar de origem, como representa apenas uma fase de uma trajetória, que pode até ser marcada por múltiplos movimentos, mas o assentamento representa um ancoradouro seguro. Na história de Genaro, a saída para o Rio representa claramente uma busca de condições que permitam seu retorno ao assentamento, o que não encerra sua história de migrante sazonal, pois terá que sair novamente, e já faz planos de uma nova saída, agora para um município vizinho, Guarabira, a cidade que polariza o Brejo setentrional do estado da Paraíba.

O relato de Genaro aponta, também, para o fato de que as estratégias são tecidas a partir de uma avaliação das possibilidades objetivas. Foi uma avaliação das suas reais condições de vida e de trabalho no Rio de Janeiro que o fez voltar, bem como suas perspectivas concretas no assentamento, na Paraíba, que o fez regressar. Pois Genaro percebeu que estando em sua casa, no assentamento, ou numa cidade mais próxima, terá mais condições para poupar dinheiro. Familiarizado com os trabalhos de pedreiro, atividade na qual ele demonstra bastante segurança, e na qual, inclusive, é encorajado pelo olhar da mãe (“essa cerâmica foi ele quem sentou”), e podendo contar com os saberes de outros ofícios, como o de padeiro, por exemplo, Genaro manipula e recorre aos diversos tipos de saberes. Para usarmos uma terminologia de Bourdieu, com seus diversos ‘capitais culturais’¹⁰, buscava adquirir ‘capital simbólico’ (*status*) e ‘capital econômico’ que lhe garantissem a autonomia: fazer o necessário investimento no lote, construir a sua casa e criar as condições para ali morar com a sua futura esposa.

Vejam agora como a história de uma outra jovem reforça elementos mostrados na trajetória de Genaro. A de Cecília, (22 anos, Assentamento Veneza) evidencia inicialmente aspectos bastante semelhantes da situação de Genaro. Assim como ele, Cecília experimentou a situação de deixar o assentamento para trabalhar fora; mas diferentemente dele, continua trabalhando na cidade, ou seja, fixou-se fora do assentamento. Cabe observar, porém, que a sua saída também não representou um rompimento com o assentamento, pois seu atual local de moradia é Guarabira, que é uma cidade vizinha a Pilões, e relativamente próxima ao assentamento onde vivem seus pais (dista apenas 28 km). Ela trabalha atualmente numa padaria. Solteira, já noiva de um jovem no mesmo assentamento, foi entrevistada na casa de seus pais, em um fim de semana em que tinha vindo para rever a família.

¹⁰ Cf. Nogueira e Nogueira (2004:33-56). Para mais informações sobre os diversos tipos de capital (econômico, cultural, simbólico e social) o leitor pode consultar o capítulo 2 do livro citado.

Uma outra semelhança entre Cecília e Genaro é o tempo de escola: eles cursaram até a sétima série do ensino fundamental, tendo ambos interrompido os estudos também para atender à necessidade de trabalho na agricultura. No entanto, os poucos anos de escolaridade formal não foram capazes de inibi-la. Ela fala bem e sem timidez, e consegue expressar de forma clara o que pensa sobre o assentamento, o trabalho na agricultura, sua saída dali e também seus planos futuros.

Cecília viveu a transição da situação de ‘moradora da usina’ para a condição de ‘assentada da reforma agrária’, e tem bem claro as marcas desta mudança. Destaca a diversidade de cultivos no lote de seu pai, a boa alimentação que passou a ter em casa e considera isso uma riqueza, comparada a outras situações.

Logo no início da implantação dos assentamentos, Cecília participou de um grupo de jovens da igreja que era coordenado pelo Pe. Cristiano (ex-pároco de Pilões). A partir desta convivência, conheceu o trabalho das hortas comunitárias através de visitas proporcionadas ao grupo de jovens, pela paróquia de Pilões, às comunidades que praticavam essa atividade. Este fato exerceu o papel decisivo para o seu desenvolvimento pessoal, e permitiu que ela se tornasse uma liderança entre os jovens do Assentamento Veneza, tornando-se uma das coordenadoras de uma experiência coletiva a partir da implantação de hortas. Essa experiência foi iniciada com a participação de dezoito jovens. E teve a mediação do Sedup, da paróquia da Igreja católica e da Universidade Federal da Paraíba, *campus* de Bananeiras, que dava a orientação técnica do projeto. A experiência proporcionou um aprendizado relevante para Cecília e para os outros jovens do assentamento envolvidos com o projeto. Ela nos conta, demonstrando entusiasmo, sua experiência com as hortas. Os jovens aprenderam como plantar diversas variedades de hortaliças e produziram beterrabas, cenouras e outros produtos de excelente qualidade, cujas fotos foram enviadas para a Alemanha, por Pe. Cristiano, como prova do desempenho dos jovens agricultores. Apesar da importância da horta comunitária como experiência de alternativa produtiva e como forma de organização para os jovens locais, o projeto não teve continuidade e acabou não prosperando. Sob o ponto de vista de Cecília, o fracasso ocorreu devido a conflitos internos do grupo, pois os jovens não estavam ou não foram suficientemente preparados para o trabalho coletivo. Ela relatou que foi elaborado um calendário e uma divisão das equipes para a realização dos serviços: havia os dias para fazer a irrigação, o preparo do solo e plantio, a colheita e a comercialização. Mas o desinteresse de algumas daquelas equipes

fez com que o trabalho não tivesse êxito. As reuniões para a prestação de contas e o planejamento das atividades eram feitas mensalmente e nelas surgiram as desconfianças. O grupo que inicialmente tinha dezoito jovens foi a cada novo encontro perdendo integrantes até que foi extinto. Ela afirma que se a experiência tivesse logrado sucesso, os jovens não precisariam sair para trabalhar em Guarabira ou para as Usinas em Pernambuco, poderiam ficar trabalhando na própria comunidade.

Quando conversamos sobre a vida dos jovens no assentamento, Cecília não se incluiu entre estes, provavelmente por estar trabalhando em Guarabira. À provocação feita por nós, para saber sobre as perspectivas de vida dos jovens, ela respondeu na terceira pessoa falando ‘deles’. E se mostrou pessimista em relação a seus pares. Ao relatar sobre o que a fez sair do assentamento, Cecília colocou em evidência a questão do ficar ou sair, pois é a partir dessa dicotomia que os jovens refletem sobre as suas reais necessidades e desenham seus projetos de ruptura ou de continuidade com a vida no campo. Os jovens assentados sentem a necessidade de ter um salário que os ajude a contribuir para a renda familiar e que satisfaça suas aspirações. Um exemplo dessas aspirações e que representa um verdadeiro sonho de consumo entre os jovens é a aquisição de uma motocicleta, veículo que tem se tornado um símbolo de sucesso no trabalho e na vida. Essa demanda é recorrente entre os jovens. Por exemplo, para Álvaro, 30 anos, do assentamento São Francisco, do PA Veneza, a moto representa para o jovem rural não apenas um meio de transporte, mas alternativa de lazer. Ele nos diz: “Meu lazer é passear de moto no assentamento e nas cidades vizinhas”.

Falando dos motivos que a fizeram sair, Cecília, já no início de seu relato, enfatiza o tamanho de sua família e as dificuldades econômicas de seu pai para mantê-la. A falta de dinheiro para comprar roupas e outras necessidades de uma jovem de sua idade, por exemplo, produtos para a higiene pessoal como xampu e condicionador, foram determinantes na decisão de sair. A decepção com o trabalho na cidade veio logo no primeiro ano. Cecília trabalha em uma padaria, ganha um salário mínimo por mês e mora com amigas, com quem divide as despesas de aluguel, água, luz e alimentação. Ela cita a carga horária exaustiva:

“Eu pego de quinze para as cinco da manhã, tenho apenas duas horas para o almoço e vou até nove da noite. E trabalho um domingo por mês e nos dias feriados, lá você não descansa.”

Essa rotina de trabalho de mais de quatorze horas de trabalho por dia é considerada por Cecília como trabalho escravo; ela reforça o seu desencanto com a sua saída do assentamento, afirmando:

“Me enganei com a cidade, não era aquilo que eu imaginava, achava que seria flores, mas na verdade há flores e espinhos.”

O desencanto com o trabalho na cidade, a dura realidade e a experiência adquirida no exercício de uma atividade cansativa e mal remunerada, assim como a receptividade dos pais, que a querem de volta, aliada aos preparativos para o casamento, fazem com que Cecília comece a construir seu retorno ao assentamento. Ela acredita na agricultura, fala do comércio da banana para o vizinho estado do Rio Grande do Norte. Para ela tudo que se produz na agricultura se aproveita nas cidades, afirma, referindo-se à feira de Guarabira. O projeto de inserção produtiva de Cecília no lote passa pela recuperação da experiência com a horta comunitária. Ou seja, é esta experiência, aliada ao desencanto com a cidade, que a faz pensar em voltar. Ela pensa em produzir, juntamente com seu futuro esposo, hortaliças para vender na feira de Pilões. A trajetória de Cecília sinaliza para o fato de que, mesmo quando certas iniciativas de promoção social fracassam economicamente, elas não deixam de se constituir uma passagem que é acumulada como experiência profissional das pessoas, na forma de saberes que podem ser acessados a qualquer momento em suas trajetórias de vida, servindo de aporte nas novas experiências ou simplesmente influenciando a redefinição das representações sobre o mundo rural. É nesse sentido que podemos entender a ressignificação que Cecília dá ao rural a partir de sua experiência anterior na horta comunitária, já que diante do novo ambiente econômico em que está inserida, de sua entrada para o mercado de trabalho, vive uma situação que percebe como “exploração”, sobretudo pela longa jornada de trabalho diária a que está sujeita, na cidade. Ao fazer um balanço de sua vida, Cecília tem um olhar positivo para suas experiências no assentamento e este novo olhar contribui para a elaboração de seus projetos para o futuro: voltar para o lote e retomar o trabalho com a comercialização de hortaliças nas feiras de Pilões e Guarabira.

Em outros casos, a participação em experiências coletivas favorece de imediato a construção de estratégias de reprodução por parte dos jovens rurais. Quer dizer, para muitos jovens que participam de tais experiências, o futuro passa a ser pensado a partir de suas vivências nessas oportunidades, como revela a trajetória de Janeide, 22 anos, ensino médio completo,

filha de assentados do PA Redenção. Atualmente sem estudar, divide seu tempo entre o trabalho com seus pais na agricultura, ajuda sua mãe nas tarefas domésticas e nos finais de semana, e ainda encontra tempo para jogar futebol feminino e liderar o trabalho do grupo de jovens do assentamento, atualmente com vinte e dois participantes. O grupo de jovens de Redenção é o mais organizado e participativo de todos os assentamentos de Pilões. A atuação de um grupo de professores da UFCG, com seguidos projetos de extensão focados principalmente nos jovens, e o Sedup, desde 2003, como mediadores externos, tem contribuído para a organização do Grupo de Jovens “Plantando para colher”. Janeide se destaca no grupo pela disposição de participar dos trabalhos e pela capacidade de se comunicar com seus colegas. Ela tem clareza do que quer para os jovens e para o assentamento, fala com desenvoltura do cotidiano em Redenção. Sempre sorridente, só muda a fisionomia quando fala da associação de Redenção e do Incra, mostrando seu descontentamento com essas instituições.

Janeide relata as dificuldades financeiras dos pais para fazer um paralelo com a situação enfrentada pelos jovens. Ela diz que “faltam projetos que gerem renda para os jovens e não dá para exigir dinheiro dos pais, que também não têm”. Segundo ela, é preciso paciência para conversar com a família.

Quando perguntamos sua opinião a respeito das diferenças entre a vida dos jovens dos assentamentos e os da cidade, ela nos respondeu que não eram muitas. Afirma que a vida do jovem do assentamento é mais difícil no aspecto financeiro porque não tem emprego; em compensação, a vida no assentamento é mais calma. Ela diz: “Só falta alguma renda pra gente ficar aqui”. O trabalho de intervenção da UFCG, que inicialmente foi motivado pela tentativa de construir junto com os jovens o resgate histórico dos assentamentos, acabou se tornando uma contribuição para a busca de inserções produtivas por parte dos jovens de Redenção.

Foram oferecidas recentemente três oficinas com o objetivo de buscar alternativas de geração de renda, mediadas por um trabalho de extensão da UFCG, para o grupo de jovens de Redenção. Essas alternativas aconteceram simultaneamente: a primeira foi o trabalho com castanhas de caju, que tinha o objetivo de comercializar o produto em Campina Grande. Houve uma mobilização intensa por parte dos jovens que, mesmo encontrando dificuldades no processamento, gostaram da experiência. Entretanto, esse trabalho não prosperou, devido à pouca quantidade de castanha existente no assentamento e ainda pela falta de equipamentos para se fazer a industrialização. A segunda oficina promovida pela universidade foi a produção artesanal de

bijuterias, que teve bastante aceitação, e todas as peças produzidas foram vendidas no assentamento ou na cidade. Janeide afirma que falta apenas investimento para o grupo de jovens poder dar continuidade ao artesanato. A terceira experiência foi a produção de bananas-passa, atividade que contou com a colaboração de professores das áreas de Sociologia, Engenharia Agrícola e Desenho Industrial. Essa alternativa vem se mostrando promissora, porque essa fruta é abundante nos assentamentos, e o trabalho é relativamente fácil. Janeide participou das três experiências e relata que, mesmo que ainda não tenha se traduzido em renda, já valeu a pena pelo aprendizado proporcionado. Ela pensa que, se houver apoio, os jovens podem produzir e gerar renda para atender às suas necessidades e ajudar os pais.

A educação é considerada por Janeide como fundamental para a juventude: fala sobre a escola até a conclusão do ensino médio, dos problemas que enfrentou quando estudava, critica alguns professores, elogia outros, acha a escola deslocada da realidade e não vê sentido no conteúdo de algumas disciplinas. Cita, como exemplo, a Geografia, que privilegia o estudo do relevo de outros países, mas não trabalha a compreensão dos espaços onde vivem os jovens. Reclama sobretudo da falta de material didático e da estrutura física da escola.

O futuro de sua vida no assentamento, segundo ela, depende de investimentos do Estado, materializado na figura institucional do Inca. Ela avalia como positivo os trabalhos da UFCG e do Sedup, mas critica a falta de continuidade das atividades. Segundo ela, se houvesse investimentos em projetos produtivos, os jovens não sairiam do assentamento. O que os obriga a migrar é a falta de renda para que eles possam suprir suas necessidades e ajudar nas despesas de casa, principalmente na alimentação. Identificada com a agricultura, ela pretende continuar no assentamento e contribuir com os trabalhos coletivos. Afirma que o único motivo que a fará sair do assentamento é continuar os estudos, mas pretende depois voltar.

A partir da fala de Janeide, chamamos a atenção para a importância das experiências coletivas, fundamentadas na busca de geração de renda, que têm nos jovens assentados o seu público-alvo, visto que tais experiências podem contribuir para abertura de novos horizontes para o jovem rural e, portanto, para o resgate de sua auto-estima e esperança, favorecendo, em muitos casos, a permanência dos mesmos ou, no mínimo, a percepção de que o futuro “pode ser diferente”. Nesse sentido ressaltamos a importância dos mediadores externos como fonte de dinamismo dos espaços locais. Com efeito, foi através das experiências criadas a partir de iniciativas da Universidade Federal de Campina Grande e pelo Sedup, que se tornou possível a percep-

ção de Janeide de que, com apoio externo, os jovens podem produzir e gerar renda para atender às suas necessidades e ainda ajudarem a seus pais. Nesse sentido tais experiências podem contribuir para o desenvolvimento de um novo “olhar” sobre o campo, os sujeitos que aí vivem e suas potencialidades.

Por outro lado, sua fala realça, também, a importância do estudo ao mesmo tempo que questiona o papel da escola no mundo rural, uma escola que, pode-se ler nas entrelinhas da fala de nossa informante, ainda não assumiu as especificidades próprias deste meio e, portanto, ainda não se revelou capaz de contribuir para a sua compreensão, por parte dos que aí vivem. Mesmo considerando a escola e o estudo como algo fundamental para os jovens, que hoje é acessível aos jovens rurais, Janeide denuncia o distanciamento físico e social desta instituição, corroborando o ponto de vista de que a escola rural não “leva em consideração a realidade cultural dos educandos; não visa preparar o agricultor para produzir alimentos que possibilitem viver dignamente e gerar condições de dignidade para outros setores da sociedade”¹¹.

Considerações finais

Neste artigo analisamos através da metodologia de trajetórias individuais o lugar dos jovens em assentamentos de reforma agrária, tentando compreendê-los a partir dos seus contextos familiares. Colocamos algumas questões como prioritárias nas análises como, por exemplo: o jovem como membro de uma família camponesa, a educação, o trabalho e o consumo. A partir daí, buscamos compreender quais são as estratégias por eles adotadas para o atendimento de suas necessidades e o desenvolvimento de suas potencialidades. Como recorte etário adotamos o intervalo de 15 a 29 anos, justificado a partir da revisão da literatura sobre juventude rural, e buscamos evidenciar a relevância desse tema na atualidade para se pensarem as políticas públicas a partir da demanda dos próprios jovens.

Em seguida, analisamos as trajetórias de três jovens e pudemos perceber a importância que estes depositam em algumas estratégias como estudo, trabalho não-agrícola, saídas para perto e para longe, e nas experiências coletivas proporcionadas por iniciativas de entidades externas. Constatamos que mesmo existindo uma base objetiva comum, no caso a vida nos assentamentos, os jovens adotam estratégias diferenciadas que vão além de simplesmente ficar e sair.

¹¹ Texto disponível em www.assesoar.org.br/educsud.html

Percebemos, a partir dos relatos dos próprios jovens, as possíveis alternativas de geração de renda nos assentamentos, a situação das escolas e o que pode ser feito pelo poder público, tanto para oferecer uma melhor educação, como para fomentar o surgimento de projetos produtivos. Através das trajetórias destes três jovens, conseguimos perceber e analisar três aspectos principais:

a) como os jovens puderam construir, fora do assentamento, alternativas de renda complementares ao trabalho agrícola e como puderam incorporar as habilidades profissionais aprendidas na cidade? Na primeira trajetória analisada, a do jovem Genaro, a rede de familiares já estabelecidos no Rio de Janeiro criou a possibilidade de migração para aquela metrópole. Outro aspecto que emerge de sua fala é a centralidade do trabalho iniciado aos 6 anos de idade, e determinado pela própria necessidade de ajudar nas despesas da casa. Finalmente, para o jovem Genaro a migração e o contato com jovens da cidade proporcionaram-lhe a possibilidade de aprendizado de outros ofícios, como os de padeiro e de pedreiro. A capacitação adquirida facilitou o ganho monetário para o suprimento de suas necessidades (compra roupas, ajuda à família) sem, no entanto, significar uma ruptura com a profissão de agricultor. Ele continua trabalhando na agricultura e criando animais (gado e ovelhas). O dinheiro da venda desses animais e suas habilidades de pedreiro o ajudam a fazer investimentos no lote da família onde pretende morar quando se casar.

b) Uma revalorização da agricultura e da vida no campo a partir de uma experiência de alta exploração da força de trabalho na cidade ou em assalariamentos agrícolas. Neste ponto a trajetória de Cecília ajuda a pensar algumas questões. A saída de Cecília do assentamento ocorre por motivos semelhantes aos de Genaro: a falta de renda monetária para suprir tanto suas necessidades pessoais quanto para ajudar a família. Logo em seguida ela percebe que o trabalho urbano não passa de uma exploração intensa de sua força de trabalho. Essa decepção com o trabalho assalariado na cidade, aliada à sua participação em experiências de trabalho coletivo, como a horta comunitária, faz com que ela passe a valorizar a vida no campo e a desenhar projetos futuros que passam pela volta ao lote da família para trabalhar em atividades agrícolas: produzir hortaliças para comercialização no mercado local.

c) A importância de experiências coletivas na elaboração de projetos de vida no assentamento. Nesse momento, é interessante constatar que as trajetórias de Genaro, Cecília e também de Janeide, analisadas neste artigo, foram marcadas por experiências coletivas mediadas por ONGs, trabalhos de extensão universitária e Igreja. Coincidência ou não, esses jovens valorizam a vida no assentamento e constroem projetos futuros ligados à agricul-

tura. No caso de Genaro, associado a profissões urbanas. Cecília se propõe a trabalhar com atividades puramente agrícolas e Janeide pretende voltar a estudar e pensa em cursos ligados à agricultura. Destaca-se aqui a formação de um espaço de interação (cultural, técnica, informação, socialização, etc). Neste espaço se inserem as iniciativas de extensão universitária, a ação das ONGs e a atuação da paróquia, da pastoral da terra e dos grupos de evangelização. Se alcançam êxito ou não, isso vai depender do grau de intensidade e da qualidade de sua intervenção: conhecimento da problemática (tanto técnica como social e política), disponibilidade de recursos para queimar etapas e superar barreiras.

Finalmente, partindo do que pudemos observar durante o trabalho de campo, e correndo o risco de enfatizar em demasia a situação observada, é possível propor algumas alternativas para minimizar os obstáculos que os jovens enfrentam nos assentamentos: no que tange à educação, em primeiro lugar, é perfeitamente possível e viável aos poderes públicos oferecerem cursos profissionalizantes e cursos de capacitação voltados para desenvolver habilidades e conhecimento úteis para as atividades agrícolas ou artesanais; em segundo lugar, é preciso proporcionar aos jovens interessados a oportunidade de estudarem em escolas agrícolas e universidades, como o Colégio Agrícola de Lagoa Seca e os cursos oferecidos pelo campus da UFPB, em Bananeiras. Em terceiro lugar, a geração de renda em situações diferenciadas pressupõe a elaboração de projetos produtivos específicos para os jovens, adaptados às situações diferenciadas dos assentamentos, o que é possível inclusive com o financiamento pelo Pronaf Jovem. No entanto, não pudemos observar, durante um ano de pesquisa de campo e do acompanhamento das atividades nas instâncias decisórias, tanto em nível de base, nas assembleias das associações, como nas instâncias de coordenação, no Fórum dos Assentados, por exemplo, ou em outro tipo de articulação, nenhum debate que apontasse para a busca dessas possibilidades. Para finalizar, entendemos que é fundamental que os poderes públicos dotem os assentamentos de equipamentos de lazer para os jovens: quadras de esportes, campos de futebol e salões para múltiplas atividades comunitárias. Se estas ou outras medidas semelhantes forem colocadas em prática, é possível que um número crescente de jovens opte por ficar nas áreas rurais e siga a profissão de agricultor, principalmente associando a esta outras tantas habilidades e atividades profissionais. Serão então agricultores pluriativos!

Juventude na Amazônia paraense: identidade e cotidiano de jovens assentados da reforma agrária

Jacqueline Serra Freire¹

Edna Castro²

Toda viagem destina-se a ultrapassar fronteiras, tanto dissolvendo-as como recriando-as. Ao mesmo tempo que demarca diferenças, singularidades ou alteridades, demarca semelhanças, continuidades, ressonâncias. Tanto singulariza como universaliza. Projeta no espaço e no tempo um eu nômade, reconhecendo as diversidades e tecendo as continuidades. Nessa travessia, pode reafirmar-se a identidade e a intolerância, simultaneamente à pluralidade e à tolerância. No mesmo curso da travessia, ao mesmo tempo que se recriam as identidades, proliferam diversidades. Sob vários aspectos, a viagem desvenda alteridades, recria identidades e descortina pluralidades.

(Leed, *apud* Ianni:1996).

Incursões e marcos do estudo

A metáfora da viagem de Leed (*apud* Ianni:1996) instigou-me reflexões sobre a juventude das áreas de assentamento da reforma agrária de territórios rurais da Amazônia paraense, buscando compreender como os(as) jovens representam sua(s) identidade(s), vivem o cotidiano e tecem seus projetos de vida nesse contexto. Eleger a questão da(s) identidade(s) e do cotidiano, fazendo uma incursão também sobre os projetos de vida de jovens assentados da reforma agrária como objeto do estudo, vem ao encontro do compartilhamento de reflexões propostas por Boaventura Santos (1997), de que o

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável no Programa em Desenvolvimento do Trópico Úmido (PDTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA, Docente do Centro de Educação/UFPA, membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia/GEPERUAZ/CNPq e do Grupo de Estudo e Pesquisa em Juventude, Representação Social e Educação/GEPEJURSE/CNPq. jsfreire@ufpa.br

² Docente do Programa em Desenvolvimento do Trópico Úmido (PDTU) e Coordenadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA.

“epistemicídio fora um dos grandes crimes contra a humanidade, que compreender e (re) valorizar os conhecimentos e práticas não hegemônicas pode se constituir numa bússola para (...). uma concorrência epistemológica leal entre conhecimentos como processo de reinventar as alternativas de prática social de que carecemos ou que afinal apenas ignoramos ou não ousamos desejar” (Santos, 1997:329).

O autor acrescenta que

“... o genocídio que pontuou tantas vezes a expansão européia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos” (Santos, 1997: 328).

Assim, este texto é um convite à incursão em Assentamentos da Reforma Agrária dos municípios de Aveiro, Placas e Rurópolis, situados no eixo da BR 163 e de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Uruará na Transamazônica.

Sem desconhecer o intenso e polêmico debate sobre o sentido de rural, a exemplo de Graziano da Silva (1997a, 1997b), Ianni (1996b), entre outros, compartilhamos com o argumento de Carneiro (1998) de que a questão central não é redefinir as fronteiras entre o “rural” e o “urbano” ou negar suas fronteiras nas representações sociais, mas “(...) buscar, a partir do ponto de vista dos agentes sociais, os significados das práticas sociais que operacionalizam essa interação e que proliferam tanto no campo como nos grandes centros urbanos (...)” (p. 59).

Carneiro (1998), em seu estudo sobre o ideal rurbano a partir da compreensão sobre o campo e a cidade no imaginário dos jovens, evidencia inequívoca a pluralidade de significados e experiências juvenis no campo. No presente estudo se busca compreender elementos desse universo a partir de jovens assentados da reforma agrária na Amazônia paraense.

As vozes juvenis foram apreendidas no universo de 165 jovens de 15 a 29 anos dos gêneros feminino e masculino que estudam no Magistério da Terra, Curso em nível Médio/Modalidade Normal, desenvolvido pela Universidade Federal do Pará por meio do Centro de Educação, Centro Socioeconô-

mico, Núcleo Pedagógico Integrado e Campus de Altamira, apoiado pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária/Pronera do Inca. O lócus da pesquisa são 11 municípios situados no Oeste Paraense.

O estudo referenciou-se na pesquisa qualitativa por meio de procedimentos de análise documental e observação participante (Chizzotti:2000), aliados a diálogos com os(as) jovens no processo das alternâncias³ Tempo Escola do Projeto/Curso de Magistério da Terra. Os documentos objeto de análise foram o Projeto Político Pedagógico do Curso, produções textuais dos jovens e desenhos elaborados na 1ª alternância Tempo Escola⁴, tecidos a partir de uma discussão temática sobre juventude no campo: identidade, cotidiano e projetos de vida.

A sistematização do material coletado possibilitou a composição das unidades de análise a partir do agrupamento de categorias pelas unidades de significado sobre a representação de campo, identidade(s), cotidiano e projetos de vida, constitutivas das temáticas de análise.

Ao compartilhar do crescente interesse na pesquisa pela questão da juventude, como evidencia Sposito (2000), e da percepção de que, sobretudo, na década recente vem sendo rompida a invisibilidade da juventude do campo no processo de mobilização social, da produção acadêmica e de formulação e implementação de políticas públicas, optamos pelo presente recorte temático na perspectiva de contribuir para o alargamento de compreensão desse universo juvenil.

O mapa de estudos recentes sobre juventudes rurais (Weisheimer:2005), os importantes estudos de Carneiro (2005, 1998a, 1998b), Abramovay (2003a, 2003b), a Pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira” liderada pelo Instituto Cidadania e Fundação Perseu Abramo (2004), entre outros, são contribuições significativas para o rompimento do silêncio das “vozes” juvenis no debate acadêmico e cenário de políticas públicas. No âmbito da Amazônia, a Dissertação de Mestrado de Freire (2002) sobre juventude ribeirinha se destaca como a única produção na região segundo o mapeamento de Weisheimer (2005) e enfoca um universo particular: o de jovens caboclos de beira de rios amazônicos.

³ Referenciado na Pedagogia da Alternância o Projeto/Curso é dinamizado pela realização de Tempo Escola, que consiste no momento presencial das aulas e atividades pedagógicas e Tempo Comunidade, que é o momento de atividades de campo nos lotes dos agricultores e na comunidade em geral nos assentamentos.

⁴ O Tempo Escola foi realizado em fevereiro de 2006 no município de Itaituba/PA.

Constituir a juventude do campo como objeto de estudo implica uma mirada sobre uma realidade multifacetada e multidimensional, num cenário de clivagens econômicas, políticas, sociais e culturais que têm agudizado o processo de exclusão social.

A juventude nesse estudo é compreendida em suas múltiplas dimensões, como grupos cambiantes, situados em espaços sociais e temporalidades que lhes atribuem múltiplos significados. Compartilho do argumento de Carneiro (2005) de que é (...). “importante termos em mente a impossibilidade de traçar um perfil da “juventude rural” brasileira ou de construir um padrão, um tipo ideal, do “jovem rural” (...)” (p. 247).

A juventude tem sido entendida a partir de diferentes definições conceituais: ciclo de vida, geração, faixa etária, representação social, cultura ou modo de vida. Argumentos teóricos fundamentam cada uma dessas definições.

A Unesco assumiu, a partir da Conferência Internacional sobre Juventude realizada em 1964, a definição de juventude como um período de transição, uma fase da vida humana em que a puberdade marca o começo e em que há um processo de socialização e atribuição de papéis sociais específicos. Tal definição contribui para a Unesco balizar a juventude na faixa etária de 15 a 24 anos.

Compreende-se que situar a questão da juventude em termos etários é um mecanismo reducionista da importância em que estão circunscritos os jovens, considerando-se que o significado de juventude não pode ser associado a um caráter universal, e sim compreendido a partir de construtos históricos e culturais, portanto, mutáveis em diferentes sociedades.

No presente estudo, assumimos o recorte etário de 15 a 29 anos, por ser o referencial de diferentes pautas de mobilização de movimentos sociais⁵, programas governamentais a exemplo do Programa Saberes da Terra⁶ e debates de políticas públicas relacionados à juventude do campo no Estado do Pará, como as proposições consolidadas no Seminário Estadual de Juventude em 2006⁷.

Durston (1998) já problematizara o sentido de existência de uma juventude rural na América Latina. O autor concebe que a juventude é uma etapa durante a qual aumenta progressivamente a presença do trabalho na jornada

⁵ A Contag, por meio de sua Carta Proposta da Juventude do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, propõe considerar-se a faixa etária compreendida entre 18 e 32 anos.

⁶ Programa do Governo Federal ancorado pelo MEC numa ação integrada com o MDA, MTE, MMA e MinC.

⁷ Seminário preparatório para o Seminário Nacional de Juventude que consolidou propostas para o Plano Nacional de Juventude, liderado pelo Governo Federal.

cotidiana e diminui o jogo lúdico, que começa com a puberdade e “termina” com a assunção plena das responsabilidades; no caso do campo, essas responsabilidades são “antecipadas” em relação à condição juvenil na cidade.

A Amazônia é historicamente marcada não apenas pela complexa biodiversidade que abriga em suas dimensões continentais, como também pela diversidade social, cultural e ambiental que a constitui e por seus sujeitos e populações.

Propor-se a investigar a juventude do campo na Amazônia exige recortes num universo material, simbólico e cultural marcado pela diversidade. São jovens ribeirinhos, quilombolas, indígenas, pescadores, extrativistas, agricultores familiares, assentados. Assim, os(as) jovens dos Assentamentos da Reforma Agrária inscrevem-se nessa cartografia da juventude amazônica.

Região de fronteira no estado do Pará, a Transamazônica e a BR 163 tem sido palco de intensos processos migratórios, impulsionados inicialmente pelo processo de colonização dirigida na década de 1970, sob a égide da Ditadura Militar, processo esse de ocupação da terra marcado pela diferenciação social entre as grandes fazendas (glebas) e a agricultura familiar (lotes).

Vale destacar, como é analisado por Costa (2000), que a colonização na região não estava nos planos da Ditadura Militar, não se constituiu como um componente orgânico de sua estratégia de desenvolvimento regional, mas conjuntamente fluxos migratórios eram manipulados como mecanismo para atenuar as tensões nas áreas de colonização antiga do país.

Castro (2004) considera que o objetivo central da política estatal voltada para a Amazônia nas décadas de 1970 e 80 estava centrado na exploração dos recursos naturais, cuja produção no contexto da colonização garantia o abastecimento local e o processo de integração da região ao mercado nacional.

As análises de Hebette (1996, 2004) sobre esse cenário revelam a constituição de uma categoria social específica e formas de organização e de lutas próprias ao longo da Rodovia Transamazônica no eixo Altamira-Santarém, Rodovia que no momento presente desemboca no “corredor” da soja da BR 163 que liga Santarém a Cuiabá/MT.

Conflagrada historicamente por conflitos socioambientais, a Transamazônica e a BR 163 têm sido protagonizadas pelos enfrentamentos entre as forças das organizações sociais e de seus sujeitos – agricultores familiares, assentados, ribeirinhos, indígenas, pescadores, entre outros, que têm lutado e se consolidado na região – com representantes do agronegócio, os latifundiários e a empresa agropecuária, cuja análise de Castro (2005) é uma importante contribuição para compreensão dessa dinâmica recente na Amazônia e que configura uma nova geopolítica na região.

As estruturas básicas de organização da produção e vida rural na Amazônia, na análise de Costa (2000), com a qual compartilhamos, podem ser assim sintetizadas: unidade de produção camponesa, a fazenda e a grande empresa latifundiária.

Compreendem-se como unidade camponesa, neste estudo, aquelas estruturas cujas famílias, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural desenvolvida de tal modo que não se diferencia (ou não se diferencia de maneira significativa) do universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho, dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação.

A produção camponesa caracteriza-se ainda por ser processada em estabelecimentos com área de até 200 ha, onde as unidades produtivas se baseiam acima de 90% na força de trabalho familiar e na gestão pelo chefe da família (Costa, F.:1992).

Os jovens protagonistas desse estudo estão situados nas unidades camponesas das áreas mais recentes de assentamento da reforma agrária nessa região de fronteira, instaladas sobretudo a partir de meados da década de 1990. Mais uma vez recorre-se a Costa (2000) para destacar que a preponderância do grande latifúndio empresarial no projeto dos governos militares para a Amazônia favoreceu a dinamização de políticas públicas que lançaram as agrovilas e pequenos agricultores nelas instalados à margem de benefícios, destituindo-os de qualquer papel estratégico na Amazônia.

É nesse cenário que a “invisibilidade” da juventude assentada da reforma agrária na região foi sendo tecida, de maneira que as políticas públicas, em particular a educacional, historicamente têm a marca da exclusão social, relegando o acesso das populações do campo aos benefícios dessas políticas e submetendo-as a processos de escolarização precarizados, cuja realidade educacional nas áreas de assentamento da reforma agrária no Estado é enfocada a seguir.

Educação nos assentamentos da reforma agrária: elementos contextuais da realidade da Amazônia paraense

A Amazônia, ainda intocada e desconhecida em muita de sua vastidão, é o império das águas, detentora da maior bacia hidrográfica do planeta. Com seus caudalosos rios e afluentes, tem no rio Amazonas a sua principal expressão, que se constitui no rio-mar das Américas. A pesquisa está centrada no eixo de duas bacias hidrográficas significativas no Estado: rio

Tapajós e rio Xingu, e ao longo das duas principais rodovias do Oeste Paraense: a Transamazônica e a BR 163.

Dados do IBGE (Censo 2000) apontam que o Pará conta com 1.037.000 jovens, dos quais 43% estão no campo, o que, em números absolutos, é pouco mais de 410.000 jovens e em torno de 8% da população do estado.

A invisibilidade da juventude e de populações rurais nas estatísticas oficiais é um fenômeno constante em relação à Região Norte, onde, excetuando o Estado do Tocantins, os dados são silenciados pelos órgãos de governo.

O Pará, segundo dados do Relatório de Desenvolvimento Juvenil do Brasil (Waiselfisz:2004), encontrava-se em 19º lugar no Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ), ou seja, entre os dez piores índices do país. Em 2006, a posição do Pará piorou, segundo Waiselfisz (2006), no Relatório da OEI⁸, passando a figurar em 23º lugar, evidenciando assim o agravamento da situação social e econômica dos jovens na região.

Educação, saúde e renda são os três indicadores que compõem o IDJ, sendo que a educação contempla três indicadores: alfabetização, escolarização adequada e qualidade do ensino, enquanto a saúde integra dois indicadores: mortalidade por causas internas e mortalidade por causas violentas, e a renda contempla fundamentalmente a renda familiar *per capita*.

Os índices educacionais no estado são insatisfatórios, e os dados das áreas de assentamento da reforma agrária, expostos pela 1ª Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária/Pnera (Inep: 2004), são reveladores do agravamento da problemática educacional no campo. Realizada em parceria pelo Ministério da Educação/MEC e Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA a fim de diagnosticar as condições educacionais das áreas de assentamento da reforma agrária e subsidiar a formulação, planejamento e implementação de políticas públicas, a Pnera foi desenvolvida pela Fipe/USP entre outubro e dezembro de 2004, envolvendo 700 pesquisadores, e contemplou uma amostra de 10.200 famílias.

Os dados da 1ª Pnera são significativos para contextualizar o presente estudo. No Brasil há 5.595 assentamentos, 524.868 famílias, 2.549.605 moradores e 8.679 escolas. Na Região Norte, esses números são: 1.082 assentamentos, 167.932 famílias, 842.303 moradores e 2.414 escolas.

O Pará, estado historicamente marcado por conflitos do campo, concentra aproximadamente 50% desses índices, assim distribuídos: 509 assentamentos distribuídos em 79 municípios dos 143 existentes

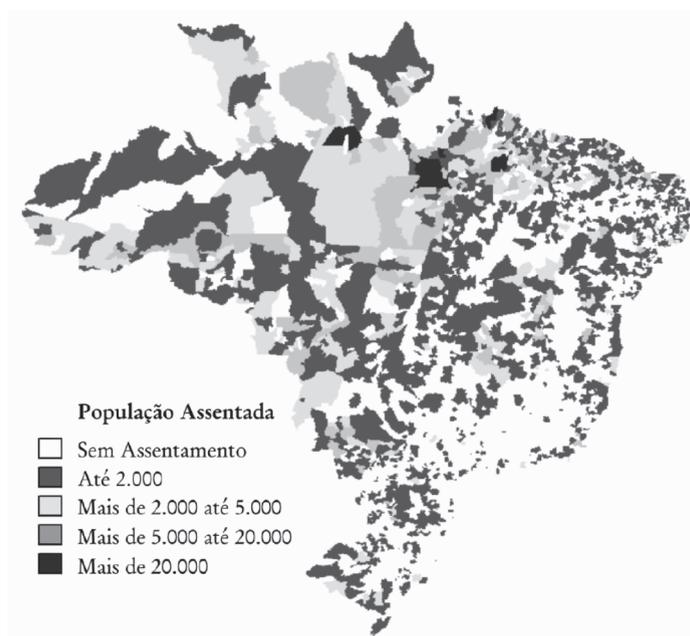
⁸ Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura.

no estado; 89.287 famílias; 485.901 moradores, dos quais 46% são mulheres; 1.195 escolas e 177.345 alunos.

É na Amazônia, e em particular no Pará, que se situam as áreas de maior concentração de população assentada.

Figura 1

Mapa das áreas de Assentamento do Brasil



Em termos etários, os dados revelam que 13% da população têm de 0 a 6 anos de idade, 24% de 7 a 14 anos, 8% de 15 a 17 anos, e 55% têm 18 anos ou mais, sendo lícito afirmar que a população é predominantemente infanto-juvenil, já que nesses 55%, expressivo contingente se situa até os 29 anos.

Nas áreas de Assentamento da Reforma Agrária do Pará, a escola é a principal instalação de uso comunitário, com 87%, enquanto que a Igreja está em 67% dos assentamentos, 36% deles contam com Barracão Comunitário e apenas 14% dispõem de Posto de Saúde.

Em termos de organizações sociais, 96% dos Assentamentos dispõem de Associação de Produtores, 42% de Sindicatos de Trabalhadores Rurais e 10% de Cooperativas de Produtores. Os serviços básicos existentes nos Assentamentos são reveladores da precarização das condições de vida nessas áreas. Apenas 36,3% deles dispõem de energia, 7,9% de rede de abastecimento de água pública, 16,3% de transporte público e 13,8 de telefone público. A realidade educacional é marcada pelo domínio absoluto de escolas municipais (99%), registrando-se ainda a presença de escolas estaduais (1%), cujo funcionamento é predominantemente em prédio escolar (72%); a principal via de acesso é a estrada e o meio de transporte é a caminhada a pé.

No que se refere à infra-estrutura, a maioria das escolas não dispõe de rede de abastecimento de água, já que apenas 2,9% contam com serviço público, enquanto 59,6% dependem de poço e/ou cacimba e apenas 16% dispõem de energia elétrica pública, sendo que 14% contam com gerador ou energia solar, 18% com lâmparina/vela/lâmpião e 52% não contam com nenhum mecanismo de iluminação. A situação de esgoto sanitário também é precária, já que apenas 0,2% das escolas contam com rede pública de saneamento, 48% são a céu aberto e os demais dejetos são escoados para fossas ou rio.

A gestão escolar também é precária, já que apenas 17,9% das escolas contam com Conselho Escolar e 5% com Associação de Pais, enquanto 77,1% não dispõem de nenhum mecanismo de democratização da gestão.

É dominante a oferta do Ensino Fundamental nas séries iniciais (61%), enquanto 21% estão matriculados de 5^a a 8^a séries. É limitada a oferta da Educação Infantil (7%) e da Educação de Jovens e Adultos/EJA (8%), situação que se agrava em relação aos percentuais do Ensino Médio: apenas 2%. Convém destacar que 88% das escolas têm turmas multisseriadas⁹.

Em nível de Educação Infantil, de um universo de 30.893 crianças de 4 a 6 anos, 57,8% estão fora da escola, índice esse que se reduz significativamente no Ensino Fundamental, já que 94% das crianças de 7 a 10 anos e 91,8% das 60.894 crianças de 11 a 14 anos freqüentam a escola.

A situação da juventude do campo nas áreas de Assentamentos da Reforma Agrária no Pará é dramática. Dos 38.929 jovens de 15 a 17 anos, 67% freqüentam a escola, devendo-se observar, no entanto, que a distorção série-idade predomina. No entanto, da população de 18 anos ou mais – 267.325 pessoas –, 89,4% não freqüentam a escola e dos 10,6% que têm acesso (28.215

⁹ Classes Multisseriadas são turmas em que convivem estudantes de diferentes séries simultaneamente.

peçoas), 40,5% são na cidade, 5,7% no entorno e 53,7% no próprio Assentamento, sendo lícito afirmar que se 98% das escolas oferecem apenas o Ensino Fundamental, a questão da distorção série-idade campeia nessas áreas.

Dos 12.857 jovens de 15 a 17 anos fora da escola, 1.071 nunca freqüentaram/não lêem/não escrevem e do universo de 239.111 jovens e adultos com 18 anos ou mais fora da escola, mais de 10% (30.536 pessoas) nunca freqüentaram/não lêem/não escrevem. São 3.212 docentes em salas de aula nos Assentamentos, cuja predominância (61%) de turmas é a unidocência. O universo no magistério é de 4.905 profissionais, dos quais 38% são servidores públicos concursados e estatutários. O tempo de exercício do magistério é de 18% para menos de 2 anos, 42% para 2 a 5 anos e 40% para mais de 5 anos.

Importantes dados ainda revelados pela 1ª Pnera (INEP:2004) são de que 92% das escolas não dispõem de calendário letivo adequado às dinâmicas produtivas locais; 29% dos estudantes se deslocam em 1 hora ou mais para chegar à escola; 40% não são acompanhados pedagogicamente por supervisão pedagógica *in loco*; e 64% dos responsáveis pelas escolas não conhecem as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, instrumento legal que fortalece as escolas do campo.

Em síntese, a I Pnera (INEP:2004) revela que a estimativa da demanda em potencial de EJA entre as pessoas que estão fora da escola é de 31.607 (Nunca Freqüentaram) para o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª, 132.145 para o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries, 41.608 para o Ensino Médio e Educação Profissional e 15.890 para Educação Profissional, totalizando 221.250 assentados(as), o que dá a dimensão da envergadura do desafio educacional no Estado.

Tessituras das identidades e cotidiano de jovens do/no campo da Amazônia paraense

A identidade é uma categoria relacional, é afirmação do eu na relação com o outro, marcada pela diferença, em que se distingue daquilo que não é. Trata-se de uma construção simbólica e social, depende de algo fora dela, de outra identidade; não nasce pronta e acabada, é construída no tecido social, portanto, vinculada às condições em que a vida dos sujeitos se materializa.

Afirmativa do eu na relação com o outro, a identidade necessariamente evoca a alteridade. A dimensão de alteridade, categoria social essencialmente relacional, é inerente ao processo constitutivo da identidade individual e/ou

coletiva, construída em meio a experiências comuns, ora convergentes, ora conflitivas. É na perspectiva da alteridade que a identidade ganha sentido.

Hall (2000) constata que há uma verdadeira explosão discursiva nos últimos anos em torno do conceito de “identidade”, e reflete criticamente sobre os novos significados que o termo está recebendo. O autor assim se posiciona:

“... O conceito de identidade aqui desenvolvido não é, portanto, um conceito essencialista, mas um conceito estratégico e posicional... Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação” (p. 108).

Imbuídas dessa perspectiva conceitual, problematizada por Hall (2002), Woorward (2000) e Silva (2000) entre outros, realizamos a “viagem” a assentamentos da Reforma Agrária da Amazônia Paraense, na perspectiva de “escuta” e compreensão das “vozes” juvenis.

O cotidiano, compreendido a partir das contribuições de Heller (1991, 1989), não se constitui num conceito unívoco, nem se refere a uma realidade homogênea. É a ambiência social dos mesmos gestos, hábitos, ritmos e atividades, mas também a arena dos conflitos e contradições sociais. Constitui-se no espaço de reprodução das relações sociais opressoras, mas é também o espaço de produção material e simbólica dos indivíduos, de resistência e luta. É, enfim, palco de expressão humana.

Assim, o exercício de entender a(s) identidade(s) de jovens assentados da reforma agrária e seu cotidiano possibilitou compreender suas representações de campo expressas em textos, desenhos e nas interações sociais.

Os desenhos expressaram uma representação de campo a partir do que é vivenciado no cotidiano desses(as) jovens: dias ensolarados, rios abundantes em peixes, animais no pasto, plantações, pequenos animais no lote, árvores frondosas e frutíferas, festejos, cachoeiras, campo de futebol, chuva, sujeitos do campo com alegria. Recorrentemente nos desenhos aparecem

a escola, a Igreja e minoritariamente o barracão comunitário, que são os espaços institucionais presentes nas comunidades dos assentados.

Para os jovens assentados, o campo é lugar de natureza exuberante, vida harmônica com a “mãe” natureza e de tranquilidade; espaço de produção de vida social e material; lugar de alimentação saudável, ar puro e vida sossegada. É reconhecido pelos(as) jovens a penosidade do trabalho agrícola, mas fundamentalmente concebem o campo como lugar bom de se viver.

O campo é então percebido como espaço de produção material e simbólica, espaço de vida, ambientalmente equilibrado, contraditando com a degradação ambiental da Amazônia no contexto atual. Assim, a problemática das queimadas, da derrubada da floresta, da extração ilegal de madeira, da poluição dos rios, entre outros, não é representada pelos(as) jovens em seus desenhos.

Destaca-se, entre questões que chamam a atenção nesses desenhos, o fato de os Assentamentos estarem situados em regiões de intensos conflitos de terra e degradação ambiental e tais problemáticas não serem enfocadas pelos(as) jovens, ainda que em poucos textos tenham sido abordados, ainda que superficialmente, os conflitos socioambientais. Fragmentos de dois textos de jovens refletem a exceção.

O Jovem que Ama o Campo

Respeitam a natureza

E cultivam seus frutos

Com grandeza

Para não fazer dela um luto.

(Luciana Scalabrin, 22 anos, município de Rurópolis.)

“.. O meu projeto de vida é que o governo forme um projeto que ajude os colonos a trabalharem em suas terras, para que eles não destruam a natureza.” (Welinton de Souza Santos, 20 anos, município de Aveiro.)

As observações e produções textuais dos(as) jovens demonstram que a juventude do campo se identifica fundamentalmente a partir do mundo do trabalho na agricultura, reconhecendo-se muito mais como agricultores do que como jovens. Quanto ao lugar, assumem-se como da colônia, do sítio, do campo, da roça, e como sujeitos sociais se vêem predominantemente como camponeses e agricultores, e, ainda, como lavradores, assentados, colonos.

Destaque-se que aproximadamente 35% dos(as) jovens sujeitos dessa pesquisa atuam como Educadores(as) do Programa Educação Cidadã/UFPA/Pronera, em nível de Alfabetização e Escolarização no Ensino Fundamental das séries iniciais, o que contribuiu para que em suas produções textuais revelassem a combinação de dois elementos constitutivos de suas identidades: a educação e sua condição de educadores e o trabalho no campo reafirmando sua identidade como agricultores(as).

O cotidiano é expresso como nos textos pela labuta do trabalho na agricultura, que é reconhecida como difícil, penosa, cansativa, mas, por outro lado, produtiva. A tônica do dia-a-dia é a “lida” da roça, o plantio de cacau, banana, pimenta-do-reino, café, arroz, feijão, milho, mandioca, maniva; o cuidado dos pequenos animais e do gado; os afazeres domésticos reservados às mulheres; a pesca, a produção de farinha e a confecção de vassouras. Há ainda aqueles que registraram trabalhar de diarista ou na empreita.

O lazer é revelado como parte desse cotidiano, mas situado fundamentalmente nos finais de semana. O jogo de futebol é apontado como a principal prática de lazer entre jovens homens e mulheres e secundariamente aparecem as festas. Há registros ainda de ouvir música, estar com os(as) amigos(as), pescar e/ou caçar. O estudo também é encarado como lazer por alguns jovens, bem como atividades na Igreja e suas formas de organização (pastorais, catequese, evangelização), fenômeno esse que corrobora dados referentes aos jovens ribeirinhos abordados por Freire (2002) em sua pesquisa.

O estudo revela que não há um recorte de gênero no lazer que pudesse tipificar atividades como sendo mais de jovens homens ou de jovens mulheres, sendo as atividades socializadoras e integradoras nesse aspecto.

Ao enfocarem a questão da identidade em suas produções textuais, os(as) jovens predominantemente são afirmativos, orgulham-se de ser do campo, processo identitário esse mediado pela relação com a natureza, cultura camponesa, família, comunidade, elementos fundantes nas representações dos(as) jovens. Os depoimentos a seguir são reveladores da afirmação da identidade com o campo.

“Eu vivo a minha juventude no campo, pois me orgulho de ser uma colona, que vivo na ciência agora, que eu nunca sonhei.

Não tenho vergonha de minha cultura, eu sou uma mulher que trabalho no campo (...). Na minha juventude estou lutando por um futuro, de conseguir muitas coisas para minha comunidade (...). Eu me

sinto privilegiada em morar no campo, por nossas culturas, nossos jeitos de ser, um ribeirinho da mesma terra. (...) (Valdeniria S. A. Souza, 29 anos, Município de Aveiro.)

“Nasci na roça e nela estou vivendo com muito orgulho e paz, pois não há tanta violência e miséria quanto na cidade. Sou um garoto que ainda vivo com meus pais ajudando eles a trabalhar para suprir as necessidades e precisões do dia-a-dia e pensando juntos na esperança de um futuro melhor.” (Ronis Sousa Costa, 20 anos, Município de Aveiro.)

“A juventude do campo tem uma identidade muito importante e saudável por inspirar a natureza mais preservada. E tem liberdades nas suas comunidades, desde crianças crescem sob o domínio da família, que a maioria é muito pobre, mas ricos em culturas hereditárias. Não me envergonho de ser camponesa porque adoro os costumes do campo.” (Cláudia Andrade Ribeiro, 21 anos, Município de Rurópolis.)

A identidade camponesa entre os jovens aparece como denotativa de um processo de auto-identificação de sujeitos enraizados sócio e culturalmente no campo. A auto-identificação como agricultores familiares, que também é recorrente nas produções dos jovens, é tecida mais a partir da centralidade do trabalho nas suas relações com o campo.

Historicamente na região da Transamazônica e BR 163, os Movimentos Sociais em suas bandeiras de luta e pautas reivindicatórias, nos processos de formação de lideranças, trabalham mais com a categoria agricultores familiares.

Abramovay (1992) aponta que, para alguns autores, a relação com o mercado seria um referencial de diferenciação, de onde surgiram conceitos com conotações diferentes: camponeses seriam os que estão parcialmente integrados em mercados de “produtos” e “fatores” interligados e altamente personalizados, enquanto produtores familiares seriam os altamente integrados em mercados anônimos e separados.

Essa distinção entre camponeses e agricultores familiares é normalmente usada para distinguir a agricultura do Norte, que utiliza poucos insumos externos em relação à agricultura do sul do Brasil, mais capitalizada. Porém,

até no caso da Amazônia, podem-se encontrar exemplos para ambos os tipos de agricultura (Hurtienne:2000; Costa, G.: 2003).

Ressalte-se que tal distinção não é comum no debate atual sobre a agricultura na região Norte, já que a pequena produção é identificada com a agricultura familiar ou a produção familiar, sem especificar os critérios para essa denominação (Hurtienne:2000).

Se por um lado há jovens afirmativos em sua condição de sujeitos do campo, no entanto, há jovens que expressam infelicidade na sua condição de agricultores(as), que internalizam as discriminações e preconceitos de que são vítimas. O texto a seguir é representativo dessa visão:

“A juventude do campo tem uma parte da vida muito difícil, por causa do custo de vida que é muito caro. Os adolescentes trabalham muito e não têm oportunidade para brincar e estudar, ter um conhecimento maior. Por isso os jovens se sentem infelizes, por esse motivo tanto sofrem os jovens como seus pais que não têm como ajudar. (...)”

(Kátia da S. Andrade, 18 anos, Município de Uruará.)

É encontrada ainda manifestação significativa de jovens que têm uma leitura crítica da realidade, que reconhecem todo o processo de discriminação e preconceito, mas o compreendem como um processo social, determinado pelas desigualdades econômicas e socioculturais e, desse modo, resistem às formas de exclusão. O depoimento do jovem¹⁰ Daniel (2006) foi significativo: desejava muito ir para a cidade, foi e lá se redescobriu e retornou para o campo, reconhecendo-o positivamente como o seu lugar. Trechos de sua poesia traduzem isso:

*Era um pequeno menino /que triste se lamentava /pois não queria
sua roça /nem sua pequena palhoça /da cidade ele gostava.
Nada mais ele pensava/logo, logo ele cresceu.../Pra cidade ele
desceu/Começou a estudar/de tudo se envergonhava/dos amigos
que arrumou
logo se arruinou/de voltar ele pensava.
Lá no mato era bom/um pouco de tudo tem.../*

¹⁰ Jovem Lázaro da Cruz Santos, 23 anos, município de Aveiro, Comunidade Daniel de Carvalho.

*Na cidade é muito bom/lá de tudo se tem,/mas não tendo o dinheiro/
não é povo hospitaleiro/a dar água a ninguém...
Tudo que aprendeu/dava mal pra soletrar/por causa da amizade
toda mal camaradagem/só pensava em regressar.../
Então ele pensou/lá o gado é meu/não me faltava mais nada/ vou
voltar para vaquejada/e nunca mais largo o que é meu.*

Ao pontuarem sua relação com a cidade, consideram que muitos jovens de lá é que desejariam ter a vida tranqüila do campo. A cidade, na representação dos(as) jovens, é o espaço de violência, miséria, fome e poluição, mas, ao mesmo tempo, é a possibilidade de tessitura de um projeto de vida mais digna, particularmente pelas oportunidades educacionais.

Os jovens que foram para a cidade apresentam relatos de intensas discriminações, particularmente na escola, bem como de muitas dificuldades para lá se manterem, por viverem de “favor” em casa alheias e/ou trabalharem nessas casas.

As dificuldades são de ordem material e de inserção social. A escassez de recursos financeiros pauta situações de privação, de condições objetivas de se manterem na cidade. A questão da inserção social evoca a dimensão sociocultural, que está focada nas dificuldades que os jovens do campo têm de se inserir no meio urbano, dada a discriminação a que são submetidos, inclusive na escola.

Sem ilusões, muitos jovens reconhecem que são discriminados por serem do campo e que muitos jovens renegam essa condição para não serem diferentes, posto que tal diferença o inferioriza, o subalterniza em relação ao jovem urbano.

A escola historicamente dinamiza currículos urbano-cêntricos, homogeneizadores das diferenças, impondo o silenciamento das “vozes” juvenis do campo. Aprofundar os vínculos entre cultura e educação é indispensável nesse processo. A profunda reflexão que Costa (2002) pauta sobre o poder, discurso e política cultural revela que as contribuições dos estudos culturais ao campo do currículo podem ser uma possibilidade fecunda de construção de um projeto educativo encharcado da cultura camponesa, numa profusão de saberes milenares e interação com o conhecimento científico.

A análise do Projeto Político Pedagógico do Projeto/Curso de Magistério da Terra em que os jovens estão inseridos revela que o compromisso é formar educadores com um perfil crítico-reflexivo, que domine os conhecimentos científicos, didáticos, metodológicos e organizativos referentes aos processos pedagógicos e à gestão educacional; que seja capaz de atuar em espaços educa-

tivos formais e não-formais; de valorizar a pluralidade de culturas e saberes, a dimensão estética do fazer humano e do trabalho docente, a dimensão política e ética no sentido de assegurar o princípio do respeito e da solidariedade e comprometer-se com a construção da cidadania e emancipação dos sujeitos do campo na perspectiva de um projeto sustentável para a região (2004:8).

A formação de educadores e jovens nessa perspectiva poderá potencializar o rompimento com a concepção tradicional de currículo escolar que tem hegemonizado a educação brasileira.

O sentimento de pertencimento à comunidade, de vínculo social como agricultor ou camponês é mais presente nas produções textuais e nos depoimentos do que a condição de jovens, de pertença à juventude.

A dimensão de coletividade é muito recorrente nos depoimentos, textos, corroborando o que Freire (2002) e Carneiro (2005) apontaram sobre os valores dos jovens rurais, de que os interesses coletivos e comunitários perpassam suas preocupações e que, nos seus projetos de vida, se inscreve ajudar a comunidade, renegando assim a imagem “individualista” que se convencionou imputar aos(as) jovens.

É na relação de identidade e diferença que jovens do campo constituem e afirmam sua(s) identidade(s) mediada na “tensão” e às vezes contraditória relação campo e cidade. A cidade é vislumbrada como espaço social, sobretudo de oportunidades de formação e qualificação profissional, de acesso à informática e internet, reconhecidas como elementos formativos indispensáveis na atualidade. As raízes no campo e na sua dinâmica sociocultural, no entanto, estimulam os jovens a conceber projetos de vida vinculados ao campo, mas em condições e patamares mais elevados, dignos.

Importante elemento revelado no presente estudo é a corroboração às análises de Nascimento (2002) e Freire (2002) da centralidade da tríade trabalho-educação-família no cotidiano, na tessitura da(s) identidade(s) e projeto de vida dos(as) jovens urbanos e do campo.

Educação: importância no cotidiano, na produção de identidade com o campo e nos projetos de vida de jovens assentados(as)

A educação, prática social estruturante no desejo cotidiano e na construção de seus projetos de vida, é a principal razão de imersão na cidade. O estudo é componente presente no cotidiano, em que se alterna com a atividade dominante: a agricultura.

Muitos são os relatos significativos sobre a trajetória escolar, marcada por muitos sacrifícios, como a questão do acesso por meio de longas caminhadas de até 20km, bem como longos percursos pelos rios amazônicos, em que remavam até duas horas para chegar à escola. A descontinuidade dos estudos e o baixo capital social e cultural de seus pais são referidos como entraves ao seu processo de escolarização.

Os relatos evidenciam que predomina a oferta do ensino até a 4ª série do Ensino Fundamental, o que os obriga a irem para comunidades maiores ou mesmo para a cidade. A questão dos estudos aparece como um elemento desagregador da família, considerando-se que os jovens, para prosseguir os estudos, se deslocam para a cidade. Lá passam a viver de “favor” na casa de parentes ou na condição de subempregados, em que a força de trabalho não é remunerada, e sim entendida como contrapartida pela hospedagem e alimentação.

É recorrente também os pais, ao reconhecerem que a educação é uma possibilidade concreta de os filhos jovens constituírem um patamar de vida diferenciado, de mais oportunidades de qualificação, decidirem pela vinda para a cidade também, particularmente da mãe. No entanto, a solidão do pai na roça contribui para que ele venda as terras e se instale na cidade, vivenciando com a família situações de privação material e financeira, condição subalterna de subemprego ou inserção na economia informal.

Aberastury (1981) considera que a adolescência é um período de contradições, ambigüidades, às vezes doloroso emocionalmente e caracterizado por fricções com o meio familiar e social, argumentos válidos para a juventude.

Muitos depoimentos de jovens revelam que o distanciamento dos laços afetivos e convívio familiar para estudar na cidade os expõem a situações de fragilização emocional, o que determina com que alguns, diante desse distanciamento aliado às situações de dificuldades materiais, abandonem os estudos e retornem para o campo.

Nesse processo, importante questão é a ambigüidade do papel da escola na afirmação e/ou negação da identidade dos jovens com o campo. Há desenhos e textos que indicam experiências traumáticas na trajetória escolar, enquanto a vivência no Curso de Magistério da Terra é enfaticamente destacada como elemento vivificador de suas culturas e práticas no campo. O depoimento a seguir é revelador:

“A juventude do campo muitas vezes, os jovens, têm vergonha de assumirem sua identidade, pois se acham inferior às outras pessoas. Antes de estudar no Magistério da Terra, eu tinha vergonha de

ser filho de agricultor, de ter nascido e crescido na roça, mas hoje as coisas mudaram e posso dizer que sou agricultora com muito orgulho graças ao Pronera, que me ajudou muito a me valorizar. (...)” (Lucineide Pacheco de Oliveira, 21 anos, Município de Placas.)

O processo identitário dos jovens está ancorado na condição do ser camponês ou agricultor. O estudo revela que os que se assumem como camponeses são afirmativos de uma condição sociocultural, de um modo de existir e viver no campo. Já os que recorrem ao uso de agricultor se referenciam mais ao trabalho, à dimensão produtiva.

A educação é importante não apenas no cotidiano, no momento presente, como é elemento central no projeto de vida desses jovens. Obter mais conhecimentos, valorizar a diversidade de saberes (científicos, tecnológicos e populares), estudar, se formar, é discurso dominante entre os(as) jovens do campo.

Muitos são os planos de cursar uma Universidade e os Cursos aspirados – Agronomia, Pedagogia, Engenharia Florestal, Geografia – relacionam-se significativamente com o seu fazer na agricultura e/ou com a tarefa de ensino e formação de sujeitos do campo. Importante elemento sobre a questão educacional é a perspectiva dos(as) jovens de se apropriarem de conhecimentos em favor da coletividade, da difusão de saberes no seu meio social, o que reforça a referência de coletividade que esses(as) jovens carregam consigo.

A concepção dos(as) jovens sobre o papel da educação corrobora a abordagem de Abramovay (2003) de que a educação é central no processo de qualificação social, formação profissional e conseqüente fortalecimento da agricultura familiar de base sustentável, agroecológica.

Os(as) jovens, em que pese predominantemente representarem o campo pelas suas belezas naturais e relações harmônicas com a natureza, em seus textos manifestam preocupações com a questão ambiental e, sobretudo, com o potencial de o processo formativo e de escolarização oportunizar novos conhecimentos sobre a agricultura familiar, que superem a visão da agricultura tradicional de corte e queima, em direção a uma agricultura que seja ecológica e economicamente mais eficiente, potencializadora de crescentes aumentos de produtividade, tanto da terra quanto do trabalho, possibilitando um equilíbrio entre a viabilidade agrônômica, econômica, ecológica e social.

O presente estudo corrobora ainda o argumento de Carneiro (2005:249), com o qual compartilhamos, de que é possível dizer, portanto, que a associa-

ção entre estudo e emprego é também generalizada no meio rural, sendo o estudo encarado como a condição para, no falar de um jovem, “ser alguém na vida”, o que significa fundamentalmente não ser agricultor (...).

Compreendemos que os(as) jovens dos Assentamentos da Reforma Agrária objeto do presente estudo localizam na escola a principal possibilidade de melhoria de condições de vida, melhoria essa expressa na maioria das vezes como perspectiva de se inserirem em atividades mais qualificadas, extrapolando dessa forma a inserção nas atividades agrícolas, sem que isso implique a saída do campo; ao contrário, na maioria das vezes é vislumbrada a permanência no campo, sob condições materiais e sociais mais satisfatórias.

Há um claro compromisso dos jovens com a melhoria das condições de vida da família e da comunidade e vislumbra a educação e o processo de qualificação profissional como o mecanismo para esse salto, contribuindo dessa forma para a apropriação de novos conhecimentos, técnicas e tecnologias sociais e de produção que potencializem a diversificação de atividades produtivas, a geração de renda, a organização social, entre outros elementos.

Jovens do campo sujeitos do presente estudo revelam projetos de vida, aspirações educacionais e formação profissional que coincidem com resultados de pesquisas sobre a juventude em que a educação e o trabalho assumem centralidade na elaboração desse projeto. O campo, nessa perspectiva, é reafirmado como espaço social e de viver bem, razão da aspiração em permanecer no campo, mas em atividades não-agrícolas.

Reflexões à guisa de conclusão

O cotidiano dos jovens assentados da reforma agrária na Amazônia paraense é marcado pela inserção nas atividades da agricultura familiar, sendo que às mulheres está reservado os afazeres domésticos. O lazer é uma prática social mais reservada aos finais de semana, marcados fundamentalmente pelo futebol e festas.

A educação é uma importante referência no cotidiano e tessitura dos projetos de vida dos jovens, cuja experiência dos que participaram desse estudo não é de uma rotina escolar diária, dada a metodologia do Curso/Projeto a ser referenciada na pedagogia da alternância e os momentos presenciais terem um intervalo médio de 45 dias entre as etapas.

O propósito de focar os significados de jovens assentados da reforma agrária na Amazônia paraense evidencia que as práticas juvenis são gestadas

em diferentes tempos e espaços, ritmos, valores, expectativas, cujas identidades são tecidas em meio a ambigüidades e contradições.

A heterogeneidade da vida cotidiana e dos projetos de vida dos jovens no Brasil de hoje impede que a juventude seja pensada como categoria unívoca, particularmente no caso da juventude do campo, considerando-se o contexto da agricultura familiar e dos processos econômicos que transformam o rural num espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola.

O ser jovem assentado da reforma agrária na Amazônia paraense tem suas especificidades. No plano macro, a juventude na região amazônica é penalizada pelas históricas assimetrias regionais que têm determinado processos de exclusão social, sobretudo na questão educacional, em que os patamares regionais são substantivamente inferiores e mais precarizados em relação ao centro-sul do país.

A posição do Pará no Índice de Desenvolvimento Juvenil de 2006, ocupando o 23º lugar, aliado aos dados revelados pela 1ª Pnera, é evidência inequívoca de que ser jovem na Amazônia paraense é ter limitado acesso e condições de permanência na escola, assistência à saúde precarizada e políticas de fomento de renda insatisfatórias para a complexa realidade da agricultura familiar na região, entre outros elementos.

A complexa realidade na Amazônia paraense e as especificidades locorregionais abordadas por Castro (1998) singularizam a juventude no Estado e evidenciam a imperiosidade de serem implementadas políticas públicas de juventude que reconheçam as necessidades específicas dos jovens do campo, contexto em que se inserem os assentados da reforma agrária.

O estudo aponta a intencionalidade dos(as) jovens de permanecer e reinventar o campo, de investir na sua formação e afirmação da cultura camponesa, (re)valorizando a diversidade das culturas e as tradições do campo.

A realidade da juventude do campo na Amazônia, a partir de elementos de análise sobre jovens assentados da Reforma Agrária, indica a necessidade e urgência de os poderes públicos em suas diferentes esferas – federal, estadual e municipal –, bem como os diferentes poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário –, aliados à sociedade civil, investirem numa sinergia institucional que possibilite a implantação e dinamização de políticas públicas socioeducacionais e culturais para a juventude do campo na perspectiva de fortalecimento da agricultura familiar e sustentabilidade, ressignificação de sua condição material e sociocultural, identidades e direito a uma juventude mais digna.

Propor-se ao desafio de elaborar e implementar políticas públicas para a juventude do campo exige múltiplos olhares e intervenções, que não se esgotam na educação e no trabalho, ainda que essas práticas sociais tenham

a centralidade nos seus discursos e aspirações. O lazer, a (re)valorização das manifestações e produções culturais, o fortalecimento das organizações comunitárias, entre outras, também se apresentam como indispensáveis.

A educação no campo¹¹ vem se constituindo num processo de construção referenciado no diálogo entre movimentos sociais do campo e Estado, no sentido de se ultrapassar o processo educacional excludente, ao qual os povos do campo estiveram historicamente submetidos, e de superar os reducionismos e preconceitos embutidos na concepção de educação rural, entendida como processo educativo e de escolarização inferior e subordinado à educação da cidade, sem reconhecimento da diversidade e das diferenças, do modo próprio de vida dos camponeses.

Nessa perspectiva educacional do campo, há uma revalorização e resgate temático da agricultura familiar e do mundo específico que a envolve, como as relações de gênero no campo, raça, etnia, identidade cultural, a questão intergeracional dos sujeitos do campo, as dimensões estética, ética e ambiental, que transcendem a concepção dominante do campo como lugar de produção agrícola ou agropecuária, situando-o como o lugar de produção de vida, de valores, de projetos de vida, ancorados numa visão sociológica e antropológica dos sujeitos do campo e das comunidades rurais.

¹¹ Educação do Campo vem sendo conceituada como processo formativo vinculado ao reconhecimento dos sujeitos do campo como sujeitos de direitos, enraizado na dinâmica dos sujeitos do campo, sua cultura, suas formas de produção de vida, do trabalho, das relações, direito esse que é dever do Estado. A partir da I Conferência Nacional de Educação do Campo (1998), vários autores têm se dedicado a construção desse novo paradigma na educação a exemplo de Caldart (2004, 1997), Arroyo (1999).

Socialização e projetos de jovens agricultores familiares

Nilson Weisheimer¹

O objetivo do texto é discutir a inserção dos jovens no processo de trabalho familiar agrícola e as possíveis relações desta com os projetos profissionais que eles formulam dando ênfase à diferenciação de gênero presente neste processo.

A análise tem como material empírico os resultados de uma pesquisa exploratória realizada com jovens ocupados na agricultura familiar no bairro Escadinhas, no Município de Feliz, localizado na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre². A localidade foi escolhida por reunir em um lugar de fácil acesso as diferentes facetas do meio rural gaúcho. Escadinhas foi originalmente uma colônia de natureza particular fundada no ano de 1860 (Roche, 1969) por imigrantes alemães, o que gera fortes traços de alteridade dos moradores locais, demarcados por constantes manifestações de identidade étnica. A produção agrícola é essencialmente familiar, ocorrendo desta forma realização do trabalho e a transmissão do patrimônio. Nas últimas décadas vem caracterizando-se pela fruticultura, com destaque para a produção de morango e cítricos produzidos em propriedades com área média inferior a 5 ha. Além disso, apesar do predomínio da atividade agrícola, há no local uma série de pequenos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, olarias e indústrias do setor coureiro-calçadista e de alimentos, de tal modo que parte destas unidades de produção familiares encontra-se localizada em área considerada urbana. Como resultado os moradores do bairro possuem diferentes formas de ocupações e de renda.

A hipótese que orientou a análise estimava que a formulação de projetos profissionais como agricultor seria mais freqüente entre os jovens com maior socialização no processo de trabalho familiar agrícola. Como este processo de trabalho é marcado pela desigualdade de gênero, as mulheres tenderiam a formular projetos profissionais não-agrícolas.

¹ Cientista social, mestre e doutorando em Sociologia pela UFRGS, professor substituto do Departamento de Sociologia da UFRGS.

² A pesquisa de campo foi realizada em 2003, utilizando-se como técnicas de coleta de dados a observação sistemática, a realização de entrevistas com grupos focais de moças e rapazes (semi-estruturada) e aplicação de questionário estruturado junto a um universo de 27 jovens agricultores, sendo 17 rapazes e 10 moças.

Os jovens agricultores familiares e as relações sociais de gênero

A juventude tem sido objeto recorrente das Ciências Sociais, que a percebe com uma construção social, cultural e histórica dinâmica sobre a qual se impõem diferentes mecanismos de interação social, superando as abordagens pautadas por uma natureza biológica. Ou seja, o significado da juventude e do que é ser jovem é relacional a outras categorias e não se restringe a um estágio do ciclo vital ou uma faixa etária. O fundamental, para sua construção como categoria sociológica, é ter presente que se trata de uma representação social que não se reduz a princípios naturais. É antes de tudo um signo da relação que a sociedade estabelece, simultaneamente, com seu passado e seu futuro. Como expressão da vida social, a juventude não pode ser facilmente definida em função de um único aspecto ou característica, apresentando-se como um grande desafio teórico às Ciências Sociais³.

François Dubet (1996) considera a própria categoria juventude como portadora de uma ambigüidade intrínseca, pois seria ao mesmo tempo um momento no ciclo de vida, experimentando as características socioculturais de uma determinada historicidade e simultaneamente, um processo de inserção social ou ainda uma experiência delimitada pela estrutura social.

As características dessa categoria são a ambivalência típica de sua situação liminar; a condição subalterna em relação aos adultos; a conflitividade originada pelo processo de individualização nesta situação liminar e subalterna e; a criatividade própria do contato original das novas gerações com a cultura preestabelecida. Por jovens designamos os sujeitos históricos coletivos ou indivíduos concretos que vivem os processos de socialização específicos e os dilemas da condição juvenil. Segue-se a trilha de Abad (2002) e Sposito (2003) para trazer outra distinção, entre condição e situação juvenil. A condição juvenil corresponde ao modo como a sociedade constitui e significa “esse momento do ciclo de vida”, enquanto a situação juvenil diz respeito aos diversos percursos experimentados pela condição juvenil, ou seja, o que traduz as suas diversas configurações.

Para efeito de análise propõe-se que a especificidade de cada situação juvenil seja estabelecida através do exame dos processos de socialização nos quais os jovens estão inseridos.

³ Em trabalho anterior apresentamos cinco diferentes aspectos que envolvem sua construção analítica: o enfoque teórico geracional, a abordagem cronológica; a noção de período de transição no ciclo de vida; como produção cultural; e como representação social (Weisheimer, 2005).

Este processo tanto promove a interiorização do mundo social através da “ação das gerações mais antigas sobre as que ainda não estão prontas para a vida social” (Durkheim: 1978, p.41) quanto “corresponde a uma consciente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou setor dela” (Berger; Luckman, 1973: 175).

Ao se considerarem as diferenças de classe social, etnia e gênero, percebem-se distinções relativas às posições ocupadas nos espaços sociais e consequentemente a processos de socialização respectivos. Este posicionamento rompe com as definições de caráter substancialista sobre a juventude e possibilita pensar a categoria analítica de modo relacional, isto é, em termos de sua posição num “espaço de relações” (Bourdieu, 1998). A definição analítica dos jovens em relação aos processos de socialização confere maior coerência lógica à proposta de privilegiar as noções de juventudes (representações) e jovens (sujeitos), no plural, uma vez que eles são socializados de maneiras diversas e constroem experiências e identidades juvenis diferenciadas.

A especificidade sociológica dos jovens agricultores familiares deve-se a sua socialização no processo de trabalho familiar agrícola que os difere de outros jovens do meio urbano, ou mesmo do meio rural, que não exercem esta atividade. Assim, as relações sociais que conferem sentido e especificidade aos jovens na agricultura familiar estão assentadas na posição ocupada por eles na divisão social do trabalho como agricultores familiares. Volta ao centro da análise a dimensão do trabalho como locus da produção de valores materiais (produtos e serviços) e também simbólicos (idéias, representações e identidades sociais), uma vez que os jovens agricultores são membros de uma unidade doméstica que também atua como unidade de produção agrícola. Ou seja, o traço distintivo dos jovens agricultores familiares vem da sua participação no processo de trabalho familiar agrícola.

O processo de trabalho familiar agrícola caracteriza-se principalmente por estabelecer relações produtivas com base na reciprocidade das obrigações familiares e não com base em relações salariais, não havendo assim geração de mais-valia. Além disso, este processo de trabalho visa à reprodução social da família e da unidade produtiva, tanto no ciclo curto (reprodução biológica) como no ciclo longo (reprodução geracional), e não a acumulação de capital. Estes dois aspectos conferem a este processo de trabalho um caráter não capitalista, embora os agricultores estejam subordinados ao modo de produção capitalista como “produtores simples de mercadorias” (Marx, 1985). Considera-se ainda que este processo de trabalho se caracteriza por atravessar fases distintas conforme a evolução do ciclo demográfico

da família, alterando ao longo do tempo a relação entre trabalho e consumo (Chayanov, 1974). A composição familiar determina por sua vez a forma que assumirá a divisão sexual do trabalho, culturalmente estabelecida, onde a condição de gênero funciona como dispositivo mediador entre o material e o simbólico, a exemplo da oposição que se estabelece entre casa e roçado, trabalho e ajuda. Com efeito, este processo de trabalho constrói não só o espaço agrícola, mas também espaços de relações sociais de gênero e geração. O processo de trabalho familiar agrícola como atividade consciente é coordenado pelo homem adulto (marido, pai), que assume o papel de chefe do processo produtivo por ser o detentor de um saber agrícola específico. Com efeito, este processo de trabalho é também um espaço de socialização das novas gerações na atividade produtiva, o que envolve a construção de saberes necessários à reprodução do processo de trabalho. Neste caso, “a transmissão do saber é mais do que transmissão de técnicas: ela envolve valores e construção de papéis” (Woortmann; Woortmann, 1997: 11). Este trabalho se realiza com base em saberes e práticas que serão construídos e transmitidos através do próprio trabalho, o que confere um caráter educativo, de ensino e aprendizado, ao processo de trabalho familiar agrícola.

A socialização dos jovens agricultores será marcada por relações sociais de gênero. Entre os rapazes, a capacidade para o trabalho lhe confere um novo papel social no interior da unidade produtiva, agora marcada pela inserção como “força plena” (Tepicht, 1973) no processo de trabalho da família, sem romper com a subordinação destes à autoridade paterna. Os jovens agricultores encontram-se parcialmente integrados no “mundo adulto”, mas não desfrutam do reconhecimento de um agricultor pleno, o que envolve ainda o domínio de um saber agrícola que será transmitido no próprio trabalho. Por isso a inserção no processo de trabalho da agricultura familiar não é suficiente para superar sua condição juvenil. Será o domínio sobre o saber fazer da agricultura e não a idade que proporcionará seu reconhecimento social como agricultor capaz de construir uma nova família e uma unidade produtiva independente. Entre as moças o reconhecimento como agricultora é ainda mais precário porque elas serão sempre consideradas como “forças marginais” (Tepicht, 1973) apenas pelo fato de serem mulheres. O que faz com que certas atividades fiquem a seus encargos, portanto, executadas com um baixo custo de oportunidade. Conforme indica Brumer (2004), a participação das mulheres nas atividades produtivas geralmente ocorre quando elas:

a) requerem uma execução manual, durante as fases de limpeza do solo e de colheita dos produtos;

b) referem-se ao processamento de produtos agrícolas (limpeza, seleção, embalagem, etc).;

c) ao cuidado de animais incluindo a retirada de leite e a criação de animais pequenos destinados principalmente ao autoconsumo.

A participação dos jovens na divisão do trabalho familiar agrícola

De acordo com Stanek (1998), o trabalho familiar deve ser apreendido sob dois aspectos: a divisão do trabalho entre os diversos membros da família e a intensidade da utilização das diferentes frações de mão-de-obra tanto na unidade de produção quanto fora dela. Sendo assim, primeiramente serão vistas as formas que assumem a divisão do trabalho no interior das unidades produtivas, buscando compreendê-las como reveladoras das posições ocupadas pelos jovens na hierarquia familiar.

Considerando uma lista com 27 atividades diferentes, perguntamos aos entrevistados quem na família era o responsável por sua realização. Com base nisto construímos o Quadro 1, que traz a média de participação nos trabalhos administrativo, agrícola e doméstico que compõem o trabalho familiar agrícola.

Quadro 1
Médias de participação na divisão do trabalho familiar(%)⁴

Quem realiza o trabalho	Pai	Mãe	Casal	Filho	Filha	Pais e filhos	Mães e filhas	Todos
Administrativo	44,1	6,4	15,3	0	0	7,4	2,5	10,5
Agrícola	9,1	5,6	6,5	6,8	0	14,2	0,8	35,1
Doméstico	0	47,2	10,3	0	0	0	27,4	3,7

Fonte: Weisheimer, 2004.

Conforme os dados levantados em campo, os pais dos entrevistados aparecem como os principais responsáveis para condução do trabalho administrativo nas unidades de produção familiar. É ele quem mais vende a produção, compra de insumos, realiza serviços bancários e acessar o crédito agrícola. A participação do casal na gestão da propriedade ocorre em 15,3% dos casos,

⁴ O quadro não traz as categorias “outros familiares”, “outras pessoas”, “não se realizam”, o que completa 100%

quando os entrevistados afirmam que os pais e a mãe juntos tomam as principais decisões na unidade produtiva, como decidir o que plantar e outros investimentos, assim como também freqüentam juntas as reuniões do sindicato. Para algumas decisões consideradas importantes, geralmente os pais estabelecem uma consulta aos filhos, como a decisão sobre o que plantar ou a escolha do local destinada a cada produto, ou ainda referente à busca de crédito agrícola ou da aquisição de maquinário. Destaca-se ainda que nem filhos ou filhas desempenham sozinhos qualquer tarefa relacionada à gestão da unidade de produção familiar.

O homem adulto (pai) é a autoridade máxima dentro do grupo doméstico. Essa autoridade está fundamentada na cultura patriarcal e ao fato dele ser detentor do saber agrícola que transforma a terra em terra de trabalho. “Ele é o detentor de um saber que o autoriza a governar o processo de trabalho, isto é, a dirigir o trabalho da família” (Woortmann & Woortmann, 1997:13). Ele é sempre força plena, não por ter o maior vigor físico entre os membros do grupo doméstico, até porque em certo estágio do ciclo da família os filhos podem ter mais força para trabalhar do que ele. Ele é pleno porque ideologicamente se define como aquele que reúne todas as condições para participar de todas as etapas do processo de trabalho familiar.

No trabalho agrícola, predomina a utilização da força de trabalho de todos os membros da família (35,1%). Pais e filhos se responsabilizam por 14,2% das tarefas agrícolas. O trabalho exclusivo do pai é exercido em 9,1% de atividades. Os filhos sozinhos executam 6,8% das tarefas agrícolas, que equivale ao volume de trabalho contratado. A participação exclusiva do casal encontra-se em 6,5% dessas atividades. As mães e filhas realizam exclusivamente apenas 0,8% das tarefas agrícolas.

A colheita é a atividade que mais absorve a mão-de-obra de toda a família. Isso pode ser explicado pelo fato de que a cultura do morango praticada em Escadinhas possibilita mais de uma colheita. Também devido à fragilidade do fruto, é uma atividade que não pode ser mecanizada, provocando uma intensa demanda de mão-de-obra, absorvendo assim toda a força de trabalho familiar na sua realização. Além disso o fruto tem que ser colhido e comercializado antes de iniciar sua decomposição natural. Logo é no momento de colheita que o trabalho se torna mais intenso. Tirar leite é considerado pelos jovens como “trabalho de velhos”. Já o trato do gado é feito por todos. Na limpeza do chiqueiro e do estábulo predominam o trabalho dos filhos homens.

Verifica-se a importância da força de trabalho dos jovens para a realização do processo de trabalho familiar agrícola. Os jovens homens aparecem desem-

penhando tarefas com toda a família, com o pai ou sozinho. Há situações onde o rapaz é o único responsável por determinadas tarefas agrícolas como o trato de pequenos animais, a limpeza do chiqueiro e do estábulo, o manejo do gado e o preparo do solo. Já nas atividades que são realizadas por pais e filhos em conjunto, destaca-se a aplicação de veneno, o preparo do solo, a capina do terreno e a venda da produção. Estas atividades realizadas pelos filhos visam prepará-los para responsabilidades e tarefas mais complexas no futuro. Este é o caso de alguns jovens que realizam atividades produtivas com certa autonomia no interior das unidades de produção familiar, como a criação de animais (coelhos e aves), o que lhes permitem obter uma renda própria. Também ocorre do pai transferir algumas responsabilidades para o filho, como cuidar de determinado volume de mudas de morango da plantação à colheita e, algumas vezes, até da comercialização dos frutos. Ambas as práticas resultam sempre de uma negociação entre pais e filhos que visa possibilitar ao rapaz uma renda própria como recompensa por sua participação no trabalho familiar e como incentivo para sua permanência na agricultura. Estas negociações podem ser entendidas como uma ação pedagógica do pai para preparar o filho como um agricultor independente. Nesse sentido, a socialização do filho no trabalho agrícola adquire, predominantemente, o caráter de atribuição de progressiva responsabilidade com vistas à sua formação como agricultor.

As mulheres do local e particularmente as moças entrevistadas realizam principalmente algumas tarefas agrícolas para as quais são consideradas aptas, como o plantio, a colheita e a embalagem do morango. Dentre as atividades agrícolas há algumas tarefas que são especificamente femininas, tais como a semeadura ou a limpeza dos cultivos, tarefas estas que, na medida em que são realizadas por mulheres, perdem o caráter de trabalho e passam a ser denominadas “ajuda” (Heredia *et al.*, 1984).

As entrevistadas evidentemente ignoram a arbitrariedade da categoria ajuda, que encobre a real participação da força de trabalho feminina no conjunto das tarefas realizadas. O não reconhecimento do seu trabalho se deve ao fato de a sua socialização ser dirigida para realização do trabalho doméstico. Dessa forma percebem sua participação no trabalho agrícola como complementar e subordinado ao trabalho masculino, o que reforça a desvalorização da força de trabalho feminina no contexto de relações sociais de gênero, que se caracteriza por uma distribuição desigual de poder e oportunidades, neste caso, no interior da família.

O espaço de trabalho feminino visível se concentra na esfera doméstica. Verificamos que em 47,2% dos casos é a mãe sozinha quem realiza as tarefas

domésticas, em 27,4% essas tarefas são realizadas por mãe e filha e em apenas 3,7%, ou seja, um caso, todos fazem os serviços da casa. Isso se deve às construções ideológicas relativas à mulher e ao papel social que se espera que ela desempenhe no interior da família (Quadro 1).

A mãe da família é a responsável pela provisão dos familiares. Dentro destas atividades ocupam lugar prioritário a preparação das refeições e a transformação de alimentos: queijo, compotas, schmier, pão e bolos que são realizadas pela mãe com a ajuda das filhas. Igualmente a compra de produtos para o consumo familiar é tarefa predominantemente feminina. A limpeza da casa aparece como atividade exclusiva das mulheres. Pela divisão sexual do trabalho, ideologicamente engendrado, compete a elas as tarefas domésticas. Estas se não são consideradas “produtivas” do ponto de vista econômico, são seguramente “reprodutivas” no que diz respeito à reprodução do grupo doméstico e do próprio trabalho (Woortmann, 1995), uma vez que sem o trabalho doméstico o trabalho produtivo não se viabiliza, visto que as condições de produção e reprodução de tarefas consideradas produtivas dependem da realização de tarefas domésticas (Brumer & Weisheimer, 2006).

A diferença e a complementaridade entre os sexos viram injustiça e, portanto, desigualdade de gênero quando estas atividades desempenhadas por mães e filhas permanecem desvalorizadas socialmente, uma vez que com grande frequência não são consideradas produtivas e nem trabalho, simplesmente porque são realizadas por mulheres. Deve-se atentar para a força contida nas palavras, no seu poder de fazer ver e fazer crer mantendo ou subvertendo a ordem social instituída (Bourdieu, 1998). A concepção do que se define como trabalho permite dar sentido à divisão de tarefas por sexo, configurando as relações sociais de gênero. O trabalho da mulher na agricultura é, via de regra, em tempo parcial, já que dificilmente as tarefas domésticas são transferíveis aos homens. Só que além do trabalho doméstico, que elas realizam sozinhas, sua força também é imprescindível na esfera do trabalho agrícola sob responsabilidade do homem.

A força de trabalho jovem é importante para a execução dos trabalhos agrícolas e domésticos ao mesmo tempo que estão fora do trabalho administrativo da unidade produtiva. Os rapazes aparecem como força de trabalho junto com o pai na execução das tarefas agrícolas. Por sua vez as filhas mulheres ocupam a posição mais baixa na hierarquia familiar, visto que não exercem nenhuma atividade sob sua responsabilidade exclusiva. A força de trabalho das jovens é absorvida nas tarefas domésticas sob orientação das mães. Considerando a divisão do trabalho como indicador das posições ocu-

padas na hierarquia familiar, percebe-se que jovens mulheres se encontram duplamente subordinadas. Estas questões estão na raiz do viés de gênero dos projetos de ruptura com o trabalho agrícola.

Padrões Temporais das ocupações de Rapazes e Moças e seus projetos profissionais

Passamos a analisar o padrão temporal das ocupações dos jovens agricultores de Escadinhas⁵, a fim de perceber quais atividades prevalecem segundo sua condições de gênero. Almeja-se desta maneira estabelecer as possíveis relações entre a ocupação principal, medida pelo tempo médio semanal dedicado a cada atividade e a formulação dos projetos profissionais dos jovens agricultores. Busca-se identificar a influência do uso do tempo para o estudo, o trabalho agrícola, o trabalho fora da propriedade familiar e o trabalho doméstico definidos por sua estruturação temporal em turnos: manhã, tarde e noite, na construção de papéis-chave de moças e rapazes, o que por sua vez está na base da construção das disposições de permanecer ou sair da agricultura, relacionando-se com a elaboração de seus projetos profissionais.

Quadro 2
Padrão temporal de ocupações por sexo (%)

Sexo	Estudo	Trabalho familiar agrícola	Trabalho assalariado	Trabalho doméstico
Homens	15,6	29,6	12,3	0,2
Mulheres	25,7	8,5	6,6	22,4

Fonte: Weisheimer, 2004.

Observa-se no Quadro 2 que os padrões temporais apresentam diferenças por sexo entre os jovens agricultores familiares de Escadinhas. O tempo de estudo é maior entre as jovens, que dedicam 25,7% de seu tempo a esta atividade, do que entre os homens, que a ela destinam 15,6%. A ocupação

⁵ Esse exercício foi baseado em estudos que enfatizam a influência do uso do tempo sobre a estabilidade ou a transformação de estruturas sociais, tais como foi desenvolvido em uma pesquisa exploratória realizada por Cebotarev (1984) com mulheres camponesas na América Latina. Segundo este autor, examinando a unidade tempo-atividade, podemos descobrir a relação entre uso do tempo e papéis-chave.

principal destes é o trabalho agrícola: 29,6% do tempo semanal; já as jovens dedicam 8,5% do seu tempo a essa atividade. Os homens também se ocupam mais com trabalho assalariado, em comparação com as mulheres. Já quando se trata do trabalho doméstico, elas destinam 22,4% do seu tempo, e essa atividade representa a segunda ocupação entre as mulheres. A participação dos rapazes nesta atividade fica em 0,2%.

Essas informações demonstram que entre os rapazes predomina o tempo ocupado com o trabalho agrícola, e depois se destaca o tempo reservado aos estudos. Há rapazes que trabalham todos os dias da semana, alguns inclusive no turno da noite. Eles praticamente não contribuem para o trabalho doméstico. As moças, por sua vez, se empenham com mais frequência aos estudos do que à outra atividade. O envolvimento nas tarefas agrícolas é bastante variável no universo feminino, apresentando-se mais intenso em alguns dias da semana como quinta-feira e sábados à tarde, quando trabalham colhendo, lavando e embrulhando os frutos. Algumas moças trabalham fora do estabelecimento familiar como professoras das séries iniciais do ensino fundamental ou cuidando esporadicamente de crianças no bairro. Depois do tempo dedicado aos estudos, a principal ocupação das jovens agricultoras é o trabalho doméstico em suas unidades familiares. Ao considerarmos os percentuais cumulativos constatamos que as jovens mulheres apresentam jornada semanal mais longa em termos temporais do que os homens jovens. O fato de as mulheres dedicarem mais tempo aos estudos, enquanto os homens ao trabalho agrícola, revela os papéis sociais diferenciados por sexo.

No universo analisado, estudar é visto como a principal via de acesso para o trabalho não-agrícola e tido por grande parte das moças como uma possibilidade de realização pessoal e profissional, que não envolve apenas uma melhor remuneração, mas o reconhecimento e valorização do trabalho por elas realizado. A escola é uma via de acesso às inovações tecnológicas e a um ideal de modernidade que é valorizado pelos jovens. Como pode ser observado no depoimento de duas informantes de 15 anos que participaram da entrevista em grupo, quando perguntadas sobre o que pensavam a respeito do futuro profissional e se seus pais influenciavam em seus projetos:

– “Eu penso muito na minha vida profissional tanto que eu me esforço muito para estudar, quando eu crescer e precisar ter uma escolha... A gente vê a cada dia a tecnologia dominando o mundo. Eu sei que essa vai ser uma profissão muito

importante. Então eu penso muito. Eu já tenho, pelo que eu vejo ao redor do mundo, eu fico pensando em decidir o que eu vou seguir.” (N., Grupo Feminino, 15 anos.)

– *“Por enquanto os meus pais querem que eu estude. Meus pais dizem que eu tenho que fazer curso, faculdade, porque até aqui têm lojas que se tu não sabe falar alemão tu não consegue trabalhar... O meu pai quer que eu tenha recursos de informática, de línguas, essas coisas porque ele sabe que isso é bom e a minha mãe também, e seguida eles falam que a vida é difícil na agricultura.”* (S., Grupo Feminino, 15 anos.)

Os pais também incentivam as filhas a estudar, influenciando assim no delineamento de projetos profissionais não-agrícolas. O estudo é pensado como estratégia de ascensão social, preparando as filhas para o engajamento como força de trabalho qualificada no meio urbano. Conforme a fala da informante de 15 anos revela, a dedicação ao estudo tem muita influência dos pais. O incentivo à escolarização visa possibilitar às filhas uma melhor colocação profissional no mercado de trabalho não-agrícola, já que pela maneira de proceder de seus pais não está reservado às filhas mulheres o papel de sucessoras na administração da unidade produtiva.

O incentivo dos pais à escolarização das filhas tem a função de direcioná-las para outra atividade, privilegiando os filhos homens como sucessores dos pais na agricultura. Conforme Wanderley, “uma unidade familiar de produção tende, pela sua própria natureza, a propiciar a saída de um certo número de filhos que não podem ser mantidos no interior do estabelecimento familiar” (Wanderley, 2003:10). Neste caso, percebe-se que os filhos que ficarão na agricultura são construídos socialmente, assim como os que devem sair. O que chama a atenção é que estes últimos são, via de regra, as filhas mulheres.

Um projeto de escolarização aparece como antecedendo à formulação do projeto profissional e funde-se quando o segundo se encontra no início de sua delimitação. A definição de qualquer projeto profissional passa, no caso das moças, por uma maior dedicação aos estudos. Nota-se que antes mesmo de definir um projeto profissional, os jovens estabelecem um projeto de formação a curto e médio prazo como uma etapa necessária para a maturação do projeto profissional de médio e longo prazo. Em decorrência, um maior

investimento temporal nos estudos revela a procura pela inserção no mercado de trabalho não-agrícola por parte das entrevistadas.

Percebe-se que a reprodução como agricultor é em grande parte dependente das perspectivas profissionais ou de trabalho colocadas pela escolarização. Champagne (1986: 53) relaciona a própria “crise da identidade camponesa” com a imposição da escolarização no meio rural e a desqualificação do mundo camponês daí advinda. Já as pesquisas sobre juventude e educação rural no Brasil descrevem em seu conjunto dois modelos educacionais que produzem efeitos distintos: a escola pública de matriz urbana, onde predominam estudantes do sexo feminino que investem na escolarização como estratégia para a saída da atividade agrícola, e os projetos educacionais de formação técnica voltada para a agricultura onde predominam os rapazes. Nas duas abordagens percebe-se a influência da socialização dos jovens no processo educacional em sua disposição de permanecer no meio rural e na atividade agrícola (Weisheimer, 2005).

Projetos profissionais dos jovens agricultores familiares de Escadinhas

Por projeto entendemos uma conduta organizada para atingir finalidades específicas (Schultz, 1979). O projeto constitui-se numa antecipação consciente do futuro contingente que revela o ser e o transforma orientando sua conduta em direção a um futuro pretendido. Seu estudo revela os diferentes dilemas e contradições que afetam as disposições de jovens de ambos os sexos em reproduzirem o processo de trabalho familiar agrícola. Isto porque se entende que os projetos profissionais acalentados pelos jovens traduzem, provavelmente mais do que qualquer outro indicador, a avaliação que fazem da agricultura familiar, assim como suas visões das possibilidades de reprodução das unidades de produção familiar e suas disposições de permanência nesse ramo de atividade.

A relação entre o padrão temporal das ocupações juvenis e seus projetos profissionais é explicitada na Tabela 1. Dos rapazes que elaboram projetos profissionais de permanência na agricultura familiar 88,8% se dedicam prioritariamente ao trabalho agrícola. Enquanto que entre os que formulam projetos não-agrícolas predominam os que trabalham fora (37,5%) ou estudam (25%). Entre as moças não registramos casos nos quais o trabalho agrícola seja a principal ocupação, e nenhuma delas manifestou o desejo de permanecer profissionalmente na agricultura familiar.

Tabela 1
Cruzamento entre ocupação principal e projeto profissional por sexo (%)

Ocupação principal	Quer ser agricultor?					
	Homens			Mulhers		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Estudo	-	37,5	17,7	-	50	50
Trabalho familiar agrícola	88,8	25	58,8	-	-	-
Trabalho assalariado	11,2	37,5	23,5	-	10	10
Trabalho doméstico	-	-	-	-	40	40
total	100	100	100	-	100	100

Fonte: Weisheimer, 2004.

Percebe-se que a intensidade e o tipo de atividade realizadas por moças e rapazes compõem o rol de determinações das disposições dos jovens em reproduzirem o modo de vida de seus pais, optando por projetos de permanência na agricultura. Devido à posição subordinada que ocupam as mulheres na organização do processo de trabalho familiar este não aparece como uma alternativa atraente para as novas gerações de mulheres rurais.

A escolha de um futuro profissional por jovens agricultores familiares coloca-os diante de diversas opções que serão determinadas por um conjunto de fatores que ultrapassam a perspectiva individual dos atores e sua capacidade de escolha racional. A elaboração desse projeto profissional é fruto do cruzamento entre biografia individual e interação social. Individual na medida em que implica a avaliação e posicionamento do sujeito diante um plano de realização pessoal e estratégias particulares. Social devido ao fato de que esta tomada de posição se realiza num contexto social e cultural específico, independentemente da vontade individual, e na interação com outros atores sociais e projetos coletivos e individuais.

Além disso, é preciso considerar a dimensão geracional que difere pais e filhos. Devido ao “contato original” (Mannheim, 1968) dos jovens com a cultura preestabelecida eles atribuem novos sentidos às práticas sociais e produzem um novo quadro de antecipações. Para compreender em profundidade os impasses atuais na reprodução social da agricultura familiar é necessário analisá-la no quadro das transformações de referências históricas, sociais, cul-

turais e econômicas a partir das quais recebem sua forma e informam seu conteúdo. Devido a isto, as gerações não são suscetíveis de comparação. As formas socialmente estabelecidas para interpretar tais conteúdos são sempre e necessariamente reapropriadas e ressignificadas pelas novas gerações. Entende-se que a análise dos impasses na reprodução social da agricultura familiar requer esta abordagem, por serem justamente as relações familiares e de parentesco os elementos decisivos para se pensar a conformação e sucessão das gerações.

Considerações finais

Os papéis atribuídos aos jovens agricultores evidenciam-se nas formas de ocupação dos mesmos e distinguem-se pela condição de gênero: os filhos homens assumem o papel de sucessor dos pais através de um longo treinamento no processo de trabalho familiar agrícola, enquanto as filhas mulheres são incentivadas a estudar como meio de alcançar uma desejada mobilidade social ascendente. As diferenças nos processos de socialização no trabalho agrícola aparecem como dimensão explicativa da escolha dos projetos profissionais dos jovens.

Confirma-se que um maior envolvimento dos jovens no processo de trabalho da agricultura familiar, assumindo mais responsabilidades, realizando mais tarefas a adquirindo reconhecimento pela sua participação, promove as disposições necessárias para que eles queiram permanecer na agricultura.

Entre os jovens de Escadinha predominam projetos profissionais não-agrícolas. Estes jovens, ao tentarem uma inserção profissional não-agrícola, deslocam consigo um profundo conhecimento prático sobre a agricultura que dificilmente será valorizado ou aproveitado em outras atividades profissionais. Trata-se de um de capital cultural que será desperdiçado sem que se tenha qualquer retorno social para aqueles que os geraram. Além disso, predominantemente projetam deixar a agricultura os jovens mais escolarizados. O segmento da agricultura familiar perde seus agentes mais dinâmicos por não oferecer a estes jovens as condições necessárias para que possam permanecer na agricultura familiar, produzindo e gerando renda.

Sem pretender reduzir os complexos processos que envolvem a reprodução social dos agricultores familiares pode-se dizer que as relações sociais de gênero influenciam duplamente na construção dos projetos profissionais que apontam para uma ruptura com a agricultura familiar. A invisibilidade, a desvalorização e o não reconhecimento da contribuição das mulheres para

a realização do trabalho familiar fazem deste algo transferível para outro ramo de atividade, sem prejuízo da reprodução social da família. Com efeito, quanto mais elas buscarem profissões não-agrícolas, menores serão as chances dos jovens homens encontrarem moças dispostas a formar novas unidades familiares e produtivas.

Este exercício de investigação permite-nos concluir que a socialização dos jovens no processo de trabalho familiar agrícola ao mesmo tempo que produz socialmente os jovens agricultores familiares, reproduz as desigualdades de gênero e acaba comprometendo a reprodução do próprio processo de trabalho que o engendra.



A mística de jovens no MST: uma experiência para compreender os jovens

Carmem Castro¹

Introdução

A partir da pesquisa para dissertação de Mestrado², analisamos dados sobre jovens no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra colhidos no I Curso de Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural, em julho de 1999. O foco foi compreender o jovem numa perspectiva de processo e de dimensão subjetiva de fazer-se (Thompson, 1997) no/do MST.

“Fazer-se, porque é um estudo sobre processo ativo que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos. A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se. (...). Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência” (Thompson, 1997: 9).

Foi-nos oportuna a análise da categoria jovem nas circunstâncias do evento citado, por se destinar à especificidade juvenil: relacionando-a à Mística promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra com uma intenção formativa; e à atuação de sujeitos identificados e reconhecidos como juventude do MST. Neste sentido, a Mística, entendida como processo ativo encarnado pelas(os) participantes do I Curso, tratou-se de “prática, que se manifesta das mais diferentes maneiras e momentos, mas também é teoria, conteúdo, ideologia. Como é próprio da Mística, é difícil explicá-la porque para entendê-la é necessário senti-la” (Bogo, 2002:10).

¹ Mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ) e Canal Futura

² “A Mística de tornar-se jovem no MST – a experiência do I Curso de Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural (1999)”, do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura – CPDA, 2005.

O Movimento Sem Terra completou recentemente duas décadas de atuação e vem tendo uma segunda geração formada na luta pela terra e pela reforma agrária e em espaços e momentos próprios, organizados pela estrutura do Movimento. O fazer-se jovem no MST teve no I Curso de Realidade Brasileira para Jovens Rurais um momento nacional destinado à formação desta segunda geração. E apontou para uma dinâmica, uma mística, parte do processo constitutivo deste jovem no MST que traz algumas de suas condicionantes, bem como da subjetividade e da objetividade que deram “sentido”, “força” e “motivação” aos sujeitos participantes daquela coletividade. Os jovens estiveram reunidas(os) reafirmando princípios e valores da luta pela terra e pela reforma agrária e sintetizaram-se como jovens aprendizes e jovens sujeitos do MST (Castro, 2005).

O I Curso de Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural e o reconhecimento da especificidade juvenil

O I Curso para Jovens é parte de ações estaduais e locais, que se intensificaram, promovidas pelo MST junto às(aos) jovens, e de uma seqüência de atividades nacionais e regionais que se desdobraram desde então. O evento de 1999 foi um momento, e especial, entre outros, de um processo de jovens tornarem-se parte do MST, seja pela atenção e promoção do próprio Movimento, seja pelo reconhecimento dos convidados e palestrantes que participaram do evento ou pelo auto-reconhecimento das(os) jovens em integrar um seguimento social, naquele espaço, muito importante dentro do Movimento.

Essa experiência gerou um marco de atividades nacionais para um público definido como jovem no MST. O que mudou foi a atuação com a especificidade juventude, sempre presente, mas dentro da unidade familiar integradora do Movimento Sem-Terra. Desta vez, o jovem aparecia num evento nacional como sujeito específico.

O evento de dez dias foi num ginásio, dentro da Unicamp, o que na época repercutiu bastante na imprensa e na comunidade universitária e contou com uma intensa estrutura organizativa do MST e com a disponibilidade de uma infra-estrutura da universidade, característica em eventos grandes e de porte nacional: o alojamento de cerca de mil pessoas, mais alimentação, higiene, segurança etc. As atividades do Curso consistiram em palestras durante o dia e eventos culturais e recreativos à noite. As(os) jovens se organizavam

em grupos denominados brigadas, com 10 a 12 participantes oriundas(os) preferencialmente do mesmo Estado ou região, e também em equipes de trabalho que garantiram a funcionalidade do evento e constituíram-se em espaços de integração à coletividade do I Curso de Jovens e ao Movimento. A participação, tanto como ouvintes do evento, como membros de brigadas e equipes de trabalho, caracterizou-se num aprendizado juvenil realizador de uma mística, de uma identidade e de uma ligadura entre jovens e MST.

Consideramos as(os) jovens como aprendizes devido tanto a sua condição de ouvintes das palestras, na maior parte do tempo, quanto pela participação nos breves debates nas brigadas; na realização das tarefas das equipes de saúde, alimentação, limpeza, disciplina; na mística diária e constante que envolveu música, poesia, dramatizações, emblemas e símbolos da luta fortemente enfatizados – com destaque para a figura do revolucionário e comandante da Revolução Cubana, o argentino Ernesto Che Guevara, que simbolizou em diversos espaços o autêntico espírito de jovem revolucionário e do exemplo voluntário da militância.

“A valorização da iniciativa frente às diferentes atividades do Curso ganhou reforço com a simbólica imagem do revolucionário argentino Ernesto Che Guevara, que encarnou o espírito voluntarioso de uma faceta juvenil de aprendiz, disposto e disponível na contribuição de diferentes “tarefas” para a realização do Coletivo, no caso o I Curso e o MST. (...). O sentido revolucionário, místico e transcendental de Che para o conjunto, naquele momento de doação do fazer-se jovem do I Curso, contribuiu na transcendência coletiva de cada uma e cada um participante que tornou-se um pouco Che: um lutador revolucionário; um Che jovem” (Castro, 2005: 101).

As(os) jovens aprendizes foram sujeitos participantes de brigadas e equipes de trabalho que recompuseram suas presenças individuais, partilhando a mística e a identidade do MST que no “coletivo, essa idéia impessoal e moral, representa simultaneamente o sujeito da luta e sua razão de ser. Nele sustém-se a força moral que faz do dever uma obrigação desejável” (Chaves, 2000: 128).

A(o) aprendiz constituiu-se também como jovem sujeito ao perceber-se dentro da história de luta pela terra e pela reforma agrária, ao reconhecer a sua luta e a de sua família pela sobrevivência diária como parte de um coletivo, integrando-se ao MST, ganhando sentido histórico-político, ou,

como Caldart destacou, “enraizamento projetivo” (Caldart, 2000). A(o) jovem presente ao I Curso reconheceu sua recente trajetória pessoal, ou mais longamente a de sua família, pertencente a um processo político que tem um futuro encarnado na bandeira da reforma agrária.

Desta forma, o processo de tornar-se e perceber-se jovem no MST, nas circunstâncias do I Curso e na atuação das(os) participantes, foi carregado da mística que reafirmou o sentido do Movimento e do seu projeto num modo de conceber a luta pela terra e pela reforma agrária e num jeito de atuar na realidade agrária; como por exemplo: o lema “ocupar, resistir e produzir” tão presente nas ocupações dos latifúndios. E por ser vivenciada nos acampamentos, nos assentamentos e noutras ações do Movimento, a mística no evento de jovens constituiu-se numa dinâmica sentida e vivida nos marcos da especificidade juvenil, nas condicionantes de público jovem que distinguiu jovens e não-jovens e nas relações de aprendizes, iniciantes, mas enraizadas(os) numa história de luta de famílias trabalhadoras do campo.

O I Curso teve ênfase numa jornada de palestras, as(os) participantes tornaram-se jovens no fazer desta experiência. Contudo, as respostas das(os) jovens ao questionário aplicado³ revelaram pequenos depoimentos para além de ouvintes aprendizes das palestras, uma leitura de suas trajetórias na luta de trabalhadoras(es), de seus sonhos e seus projetos de vida e de significações sobre o MST, traspassadas pela luta coletiva pela terra e pela reforma agrária. As(os) jovens compuseram suas recentes trajetórias e registraram informações sobre quem são, suas origens e procedências e, principalmente, sobre o compartilhamento de referências e de uma mística de encontro com o MST e combinação das suas vidas com a luta pela reforma agrária (Castro, 2005).

As jovens e os jovens do I Curso

Juventude pode ser vista: positivamente, como um momento de jovialidade transitória; ou negativamente, como um período de vida de dificuldades de adequações e adaptações sociais e de desajustes, traduzidos, muitas vezes, como irresponsabilidades ou imaturidades a serem resolvidas com a vida adulta.

³ Foram aplicados cerca de 1000 questionários, com a autorização e colaboração da organização do evento, e retornaram 896 questionários respondidos pelos participantes do evento.

Assim, atribuindo a essas noções de juventude uma certa desconfiança, necessitamos, ao considerarmos as(os) jovens no I Curso de Realidade Brasileira promovido pelo MST, de uma outra perspectiva que as(os) veja menos como uma fase, e mais como sujeitos:

“... uma grande dificuldade de considerar efetivamente os jovens como sujeitos, mesmo quando é essa a intenção, salvo raras exceções; uma dificuldade de ir além da sua consideração como ‘problema social’ e de incorporá-los como capazes de formular questões significativas, de propor ações relevantes, de sustentar uma relação dialógica com outros atores, de contribuir para a solução dos problemas sociais, além de simplesmente sofrê-los ou ignorá-los” (Abramo, 1997:28).

Abramo, neste trabalho, destacou o jovem na sua face estudantil, na atuação em processos de democratização e chamou a atenção de que mesmo setores mais progressistas da política, historicamente, têm dificuldades de considerar o sujeito jovem no seu movimento próprio, num reconhecimento da sua autonomia política. No I Curso de Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural de 1999, deparamo-nos com jovem que se caracterizou como público e participante deste evento, como aprendiz e sujeito que compõem sua trajetória.

As 896 pessoas que responderam ao questionário, distribuído durante este Curso para a obtenção de informação para o próprio Movimento, possibilitaram a identificação de vários aspectos relativos àquela juventude. Entre estes, que as(os) jovens se originaram e procederam de 22 unidades federativas, sendo a maioria dos estados da metade do sul do país. Dos que vieram de assentamentos e acampamentos, cerca de 86% dos presentes; os demais, das universidades; das secretarias estaduais, escritórios e cooperativas do MST; de outros movimentos parceiros e simpatizantes da luta pela terra. Ou seja, marcadamente oriundos de bases sociais de assentamentos e acampamentos do MST. A pequena presença de jovens de outras origens reforça a procedência de espaços e, essencialmente, de relações, experiências, participações e momentos, organizados e mobilizados por demandas da luta pela terra e pela reforma agrária.

O número de rapazes foi de cerca de 73% e de moças de 27%. Apenas no caso do estado do Paraná, 21% do total de participantes, todos do sexo masculino. Através de conversas com a organização do Curso, compreendemos que a não liberação das mulheres pelas famílias para participação em

atividades como esta provém da sua atuação como indivíduo, fora do grupo familiar, tendo em vista que a participação das mulheres em acampamentos e assentamentos é constante e fundamental na segurança das famílias nas situações de conflitos, pois a presença delas e das crianças pode minimizar as ações violentas repressivas. Além disso, a participação de mulheres nas direções é marcante, com destaque para o estado do Ceará, que há bastante tempo tem uma direção destacadamente feminina.

A idade dos participantes variou de 13 a 50 anos. Contudo, houve uma concentração de jovens: cerca de 86,6% entre os 15 e os 25 anos, em consonância com um dos critérios de participação que indicava esta faixa de idade.

A escolaridade foi uma entre outras informações levantadas: a maioria dos jovens entre 15 e 25 anos, cerca de 59%, tinha cursado até o primeiro grau. A vontade de continuar os estudos foi descrita em grande parte por aquelas e aqueles que responderam ao questionário como sendo “sonhos” e “projetos de vida”. Talvez seja este um dos elementos que componham a demanda de educação do MST (Caldart, 2000; Caldart *et al.*, 2006).

Os sonhos e projetos de vida foram composições juvenis variadas que trataram de casamento, estudo, trabalho, profissão, filhos, moradia, de transformações nas condições de vida do país, de revolução e socialismo:

Sonho: “*ver todos felizes e mudar o país*”; projeto de vida: “*ser atleta*” – (C. M. T., 16 anos, acampada no Rio Grande do Sul, 1º grau.)

Sonho: “*um país melhor, sem desemprego, sem fome*”; projeto de vida: “*ter uma família e ter uma vida digna de um trabalhador*” – (A. B. L., 19 anos, assentado em São Paulo.)

Sonho: “*ser um grande militante do MST*”; projeto de vida: “*ter um Brasil que todos tenham direitos iguais*” – (A. R., 18 anos, assentado no Rio Grande do Sul, com o 1º grau escolar.)

Sonho: “*contribuir (com) uma nova sociedade*”; projeto de vida: “*produzir para acabar com a fome do Brasil*” – (J. S., 26 anos, assentado no Mato Grosso do Sul, com a 4ª série escolar.)

Sonho: “*ver a distribuição social de renda*”; projeto de vida: “*contribuir na organização da classe trabalhadora, depois me assentar, ter uma casa e condições para sobreviver*” – (V. B., 21 anos, acampada no Ceará, estudante do supletivo.)

A capacidade de sonhar e projetar a vida descrita nos questionário foi o que melhor retratou as jovens e os jovens do I Curso de Realidade Brasileira para Jovens no Meio Rural. Com suas diversas origens, procedentes de diferentes e comuns lugares de experiências de relação com o MST, elas e eles fizeram-se representar a partir de seus desejos, necessidades, anseios, sonhos e projetos de vida compartilhados. Suas idades, suas formas de residirem e conviverem com outras pessoas, trabalharem e sobreviverem, seus graus de estudos, moças e rapazes, mulheres e homens, tomaram forma e colorido, a partir da retomada da mística de sonhar com: um outro mundo; uma outra vida; um outro momento para sua vida e de sua família; e de projetarem planos de trabalho, estudo, moradia, para si e para os seus.

Os sonhos e projetos de vida foram variados e expressaram as condições e necessidades objetivas e subjetivas de jovens participantes do Curso. Tratou-se de expectativas pessoais e coletivas que resultaram de experiências vivenciadas nas relações dos acampamentos e assentamentos de onde vieram. Espaços estes de participação das ações do MST, em que o próprio momento do Curso se inclui, que subsidiaram as representações e concepções que serviram de parâmetros para as experiências juvenis de luta por sobrevivência e seus desejos de mudança.

A experiência no referido Curso se caracterizou como parte de um processo de constituição do sujeito jovem no MST que possibilitou às(aos) participantes reelaborarem suas trajetórias, identificações e pertencimentos, sintetizando o vivido e vivenciando em outros espaços, compondo uma parte de uma história protagonizada pelos sem-terra.

“Sou militante porque vi no MST condições reais, de nós jovens fazermos história (...). Venho da Igreja e do PT. Vi no MST o único movimento capaz de representar os trabalhadores e dar-lhes respostas (...). Porque não achei respostas suficientes na Igreja nem no PT. Conheci o MST mais de perto e pude ver ações concretas e não discurso.” (E. L. M., 23 anos, militante no Ceará.)

Diversos pertencimentos juvenis ao Movimento declarados durante o I Curso extrapolaram a própria experiência de jovens no MST. O processo de tornar-se jovem no MST, na vivência do Curso para Jovens, articulou duas dimensões na costura jovem-curso-MST: a das referências de lutas organizadas pelo MST no chamamento à juventude, presentes nos critérios de convocação: “militantes ou potencial de militantes”; e outra

da integração das(os) jovens na participação das atividades promovidas durante o Curso (Castro, 2005).

O MST vem gerando jovens da segunda geração da luta por terra e por reforma agrária através das experiências de ocupações, acampamentos, assentamentos e outras ações políticas das quais participam sujeitos provenientes de diversos setores sociais que alargam as experiências dentro do Movimento, como esse Curso. O diferencial a partir de 1999 foi o Movimento Sem Terra demandar nacionalmente a organização específica e a formação política de jovens de uma nova geração da luta pela terra e por reforma agrária, vinda dos assentamentos e dos acampamentos. Ou seja, quase duas décadas depois da organização social das famílias sem-terra, surgem as(os) jovens como demanda organizativa específica.

O I Curso de Jovens se insere num processo maior do MST, que apenas se inicia: o de promover nacionalmente experiências especificamente juvenis. Diferentemente do período de constituição do Movimento, no final dos anos 1980, em que a primeira geração de jovens integrou-se à luta pela terra e pela reforma agrária, partilhando experiências formativas promovidas pela Igreja – através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) –, pelo Partido Político e pelo Sindicato, uma segunda geração torna-se parte de um MST consolidado, promovendo espaços próprios para jovens, com uma mística própria e uma dinâmica de compartilhar referências construídas numa trajetória de duas décadas. Ou seja, os sonhos, os projetos de vida e pertencimentos de jovens que se engajaram na esfera da ação coletiva através de uma mística de tornar-se jovem no MST.

O fazer jovem no MST conta com a trajetória de vinte anos e de uma primeira geração que se constituiu em espaços da Igreja, do partido e de outros movimentos sociais. Atualmente, a mística de tornar-se jovem no Movimento conta com espaços e dinâmica específicos de compartilhar as histórias e uma subjetividade da luta pela terra. Jovens sujeitos nas suas ações entrelaçam as dimensões coletivas e individuais nos seus sonhos e projetos de vida com os símbolos e significados disponíveis nos espaços e momentos de relação com o Movimento Sem Terra, como os acampamentos, assentamentos, e, mais recentemente, os cursos destinados à formação juvenil.

Sementes da memória:
um documentário sobre jovens (e) quilombolas¹

Paulo César Rodrigues Carrano²

Luciano Dayrell³

Ana Beatriz Silva⁴

Introdução

Este trabalho é resultado da experiência de pesquisa e filmagem de documentário sobre o cotidiano de jovens da comunidade rural quilombola de São José da Serra, localizada no município de Valença, RJ, conhecida pela tradicional dança do jongo⁵, originada em terreiros de escravos. O quilombo vive processo de espetacularização de seus rituais no momento em que seus moradores recebem visitantes nas festas tradicionais da comunidade e também em apresentações públicas para as quais são convidados. Enquanto os espetáculos reforçam imagens tradicionalistas e (re)apresentam a comunidade como exemplo de uma cultura negra intocada que se mantém autêntica – “de raiz” – ao longo da história, o documentário opera com registros distintos desses ao se voltar para o cotidiano do quilombo e a narrativa de

¹ O Documentário *Sementes da Memória* foi realizado pelo Núcleo de Pesquisas de Imagem da Juventude do Grupo de Pesquisa Observatório Jovem do Rio de Janeiro do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, composto pela seguinte equipe de profissionais e bolsistas: Ana Beatriz Pinheiro, Ana Karina Brenner, Clara Bellato, Haroldo Lopes, Lila Almendra, Luciano Dayrell, Paulo Carrano e Priscila Bastos.

² Coordenador do Observatório Jovem do Rio de Janeiro – UFF/CNPq/Faperj. p.carrano@globocom

³ Bolsista CNPq-PIBIC/UFF. ludayrell@yahoo.com.br

⁴ Bolsista CNPq-PIBIC/UFF. anabiailha@yahoo.com.br

⁵ O jongo ou caxambu é um ritmo cujas matrizes vieram da região africana do Congo-Angola para o Brasil-Colônia com os negros de origem banto, trazidos como escravos para o trabalho forçado nas fazendas de café do Vale do Rio Paraíba, interior dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. É uma dança profana de roda e de umbigada dançada para o divertimento, mas uma atitude religiosa permeia a festa. Tradicionalmente, só os mais velhos podiam entrar na roda e crianças e jovens ficavam de fora observando. Os “antigos” eram muito rígidos com os mais novos e exigiam muita dedicação e respeito para ensinar os segredos ou “mirongas” do jongo e os fundamentos dos seus pontos. Os pontos de jongo têm linguagem metafórica cifrada, exigindo experiência para decifrar seus significados. Um dos traços marcantes da contemporânea cultura jongueira diz respeito à renovação provocada pelos(as) jovens das comunidades de jongo.

seus moradores. Os(as) jovens do quilombo – nas fronteiras entre o tradicional e o moderno – revelam complexidades que se ocultam por detrás da simplificada imagem de “comunidade tradicional”. No filme estão presentes as relações que esses estabelecem com a tradição, o trabalho, o lazer, o território quilombola e a urbanidade próxima. Entre cotidianos e projetos, se entrelaçam as dúvidas entre o “ficar na comunidade” ou “fugir para a cidade” em busca de oportunidades, a luta pela titulação da terra, as dificuldades para a continuidade dos estudos, a constituição das identidades de jovens e quilombolas, dentre outros enlaces. O trabalho procura apresentar, além da descrição do campo de pesquisa e análise dos dados produzidos, alguns dos desafios metodológicos da investigação a partir do suporte audiovisual.

As terras da fazenda onde vive a comunidade são objeto de disputa entre os atuais “proprietários” e os cerca de 150 moradores do quilombo.⁶ Seus antepassados ocupam a terra desde aproximadamente o ano de 1850. Atualmente vivem da agricultura de subsistência, em tempos de colheita trabalham para fazendeiros, vendem seu artesanato tradicional e prestam serviços nas redondezas. O jongo, uma das tradições mais significativas do quilombo é praticado desde a época da escravidão e tem contribuído para amplificar a voz de seus moradores e conferido visibilidade à comunidade para além de seu território, através de exposições em diferentes espaços dentro e fora do Rio de Janeiro, da realização de festas comunitárias abertas a visitantes, da aparição em programas e reportagens de televisão, documentários e também na participação dos encontros anuais de comunidades jogueiras.⁷

A principal liderança do quilombo, Toninho Canecão, em encontro de formação de jovens lideranças, chama a atenção da “juventude do quilombo”

⁶ Sobre a memória da luta pela titularidade da terra no Quilombo São José ver “Meu pai e vovô falava: Quilombo é aqui” – Memória do Cativo, Território e Identidade na Comunidade Negra Rural de São José da Serra (Mattos, H. e Meireles, L.C., 1997).

⁷ Entre Rio de Janeiro e São Paulo, constituiu-se uma rede de comunidades de jongo intitulada Rede de Memória do Jongo e do Caxambu que reúne, hoje, somente no Rio de Janeiro, 9 comunidades de várias cidades do norte ao sul do estado. Esta rede cultural e política promove os encontros anuais de jogueiros que completaram 10 anos no ano de 2005. O Quilombo São José da Serra participa da rede e será o anfitrião desse encontro de comunidades no ano de 2006. No ano 2000, ocasião do V Encontro de Jogueiros em Angra dos Reis, a comunidade de São José da Serra deu decisiva contribuição para que essa festa do jongo também se constituísse como espaço de visibilidade e articulação das lutas coletivas das comunidades. O encontro festivo de afirmação de identidades se fortaleceu com a demanda pela titularidade da terra expressa na faixa que a comunidade estendeu: “A comunidade de Remanescentes de Quilombos de São José da Serra reivindica a titulação de suas terras”.

para a importância da identidade jongueira nas lutas da comunidade pela terra e melhorias nas condições de vida:

*“O que tá levando tudo isso que me deixa forte lá fora é... é o jongo! Eu falo isso em nome do jongo, em nome de uma comunidade que preserva o jongo. Então, por isso que o pessoal me ouve, não é por ser o Toninho não. Toninho eu sou qualquer (um) aí... mas na hora que eu falo que eu sou **representante da comunidade rural de jongueiros**, aí o cara passa e (diz) “ah! Você?!” , “é ”, aí qué conversar comigo. Então, isso vocês tem que sabê. Agora, eu não quero continuar carregando esse bastão, gente... tá pesado, vamos dividi isso aí, tá na hora.”* (Fala de Toninho Canecão no Seminário de jovens lideranças jongueiras realizado em maio de 2003 na comunidade de São José.) (Destaques indicam ênfase do próprio narrador.)

Dois jovens, Luciano e Rosimeri, destacam-se neste contexto de “passagem do bastão” das antigas para as novas lideranças na qual se evidencia a estratégia política e cultural de afirmação da identidade quilombola e jongueira. Segundo Toninho Canecão, Rosimeri e Luciano estão sendo “preparados” para assumir a frente de lutas, organização e preservação dos valores culturais da comunidade. Segundo informado, a falecida matriarca do quilombo, Mãe Zeferina, contava que Rosimeri assumisse, no momento oportuno, funções de liderança política e espiritual.

O documentário *Sementes da Memória* focaliza o cotidiano e dialoga, especialmente, com esses dois jovens atores que simultaneamente possuem lugar de destaque na preservação dos valores profundos da comunidade, participam ativamente da estratégia de viabilização comunitária através das apresentações públicas da dança do jongo e também se movem no sentido da constituição de suas práticas e projetos de juventude. Rosimeri tinha 23 anos à época da pesquisa, escolaridade média completa, encontrava-se casada, mãe de 4 filhos, vocalista e dançarina das rodas de jongo. Luciano tinha 25 anos, escolaridade média completa, era solteiro e percussionista nas apresentações do grupo. Sobre a responsabilidade de “assumir o bastão” dos mais velhos nas lutas da comunidade, Luciano comentou lembrando a necessidade de compartilhar responsabilidades que as diferentes gerações devem ter:

“Se o jovem não ficá informado, a cultura acaba. Se dexá só por conta dos jovens... eles num, eles num leva a cultura pra frente não. Só os jovens num leva não, tem que ter a ajuda dos mais velhos junto.” (Luciano, depoimento no Seminário de Formação de jovens lideranças jongueiras no ano de 2003.)

Culturas juvenis em comunidades tradicionais

Uma das dificuldades para se caracterizar a juventude rural ocorre no desafio de se estabelecer o que é o rural frente às novas possibilidades de interação cidade-campo que se apresentam em sociedades complexas. A intensa mobilidade espacial tem transformado o meio rural, principalmente naquilo que se refere à juventude (Carneiro, 2005).

Ao longo dos últimos anos vem se estabelecendo consenso social mínimo – especialmente quando se trata das identidades juvenis urbanas – sobre a impossibilidade de “falar” do jovem como um tipo único; estudos e pesquisas, políticas públicas e até mesmo o mercado evidenciam as diferentes maneiras de viver a juventude. Assume-se a expressão “juventudes” como palavra de ordem da pluralidade reconhecida no contexto das cidades. Se por um lado se reconhece a multiplicidade de vida dos jovens urbanos, por outro, ainda se pode encontrar determinada fixação da noção da existência de um “jovem rural”, principalmente quando se trata de políticas públicas voltadas para os jovens que vivem no campo. Tem-se o desafio de se enxergar o “jovem rural” também como sujeito plural (Bastos e Carrano, 2006). Castro (2005:6) segue nesta mesma direção e comenta sobre as simplificações que acometem as noções sobre os jovens rurais:

“Permeada de definições genéricas, associada a problemas e expectativas, a categoria tende a ser constantemente substativada, adjetivada, sem que se busque a autopercepção e formação de identidades daqueles que são definidos como “jovens”. O esforço desse trabalho pretende contribuir para a busca de caminhos e olhares que permitam que nos debruçemos sobre diversas formas de construção de identidade “juventude rural” e seus correlatos “jovem rural”, “jovem da roça”, “jovem do campo”. Um grande desafio é dessubs-

tancializar estas categorias e tentar compreendê-las em seus múltiplos significados. Nesse sentido, o processo etnográfico tem muito a contribuir.

Pais (2003) considera que duas diferentes abordagens caracterizam o debate sobre a juventude: ou enfatizamos seus aspectos unitários ou procuramos abordar as culturas juvenis pelas suas diversidades. Sua argumentação aposta nesta segunda maneira de se abordar a questão juvenil. A discussão a respeito das culturas juvenis na contemporaneidade passaria, então, necessariamente, pela diversidade das culturas próprias das coletividades juvenis. Tal diversidade caracteriza-se não só pelas expressões específicas de cada grupo de jovens, mas também pelos diferentes olhares e maneiras que se tem para dizer e delimitar essas culturas, além do fato de que elas encontram lugares, ecoam, ganham espaço como contraposição à existência das culturas não juvenis nas quais não há lugar para os jovens. São geralmente instituídas ou preservadas por instituições representativas das relações de poder.

Seria possível falar, então, na existência de culturas juvenis no contexto de comunidades baseadas em relações de tradição? Qual o espaço que os jovens da comunidade rural quilombola em questão encontraram para se fazerem pessoal e coletivamente como jovens?

Procurando compreender os espaços em que as culturas juvenis têm expressão, Pais (idem) recupera as categorias analíticas “espaços estriados” e “espaços lisos” de Deleuze. Ordem e controle seriam as principais características dos espaços estriados. Em comunidades tradicionais os percursos de passagem dos jovens são orientados para se adequar às predeterminações de espaços estriados cujas marcas são cunhadas pelos adultos; os espaços lisos permitiriam modernamente aos jovens transitar sem essas marcas prévias de ordem e controle. Nos espaços estriados estão os mecanismos de adoção de estruturas prescritivas de passagem, predeterminadas para a transição para a vida adulta. Estariam aí configuradas as concepções que entendem a juventude como uma fase sujeita às regras e normas previamente estabelecidas e, portanto, comuns a todos os jovens. Nesses espaços não haveria lugar para as diferentes inserções sociais, políticas, econômicas e culturais às quais os grupos estão submetidos. Em oposição estão os espaços lisos, lugares para a não-ordem, para a ausência de “regras” predeterminadas e favorecimento do nomadismo das identidades juvenis.

Ao largo dessa polarização entre espaços estriados e lisos é possível conceber territórios de híbridas texturas onde os jovens rurais de “comunidades

tradicionais” negociam simbolicamente com as moedas da ordem adulta e as da liberdade de experimentação juvenil. Táticas de praticantes (Certeau, 1994) que, simultaneamente, pisam o terreiro da tradição rural e sonham com a pluralidade dos caminhos da modernização urbana.

A escola representa para os jovens do quilombo também um lugar onde se pode “reivindicar juventude”. A escola de Ensino Médio, situada num distrito urbano próximo, é espaço que permite aos jovens um tipo de sociabilidade “sem adultos”, autoridades tradicionais do quilombo, que raramente é vivenciada no contexto das relações de festa e trabalho da comunidade. As identidades são relacionais e se evidenciam de acordo com o contexto e as interações nas quais se estabelecem. No caso dos jovens moradores de São José, freqüentar uma escola na cidade representou um grande desafio, não apenas pelos problemas de deslocamento, mas, sobretudo para a construção de suas identidades. A escola é também um lugar de se fazer amigos de “fora da roça”, onde são ampliadas redes de relações e representações sociais que lhes possibilitam conquistar as características urbanas que valorizam.

“A gente sabe que é difícil viver na cidade, mas de repente a gente pensa que lá tem baile, lá... lá tem tudo. A gente é jovem, e vê os nossos colegas que vêm de fora: “ontem fui num baile, foi bom, foi isso”. Poxa, aqui em Santa Isabel (distrito próximo ao quilombo onde fica a escola de Ensino Médio), são poucas as pessoas que dá valor ao jongo, então, no colégio, você chega no colégio numa segunda feira, tem um monte de gente, “puxa, ontem eu fui num baile, tava bom pra caramba”, e nós não, ontem nós ficamos dançando jongo, quase ninguém dá importância pra isso.” (Rosiméri, em depoimento no ano de 2003.)

O contato com os diferentes – os “outros jovens” – reforçou a identidade da “juventude do quilombo”, identidade coletiva de difícil construção no contexto das relações funcionais de vida em comunidades rurais tradicionais que não instituem a transição para a vida adulta e o futuro exercício pleno da cidadania – ou autonomia social, cultural e política – como “moratória” (Erickson, 1986; Margulis, 1998; Abramo, 2005) de tempos-espacos de experimentação juvenil, formação individual e pessoal e adiamento de responsabilidades, tal como esta se apresentou histórica, e particularmente, para os jovens das classes médias e superiores urbanas.

No recreio da escola os jovens do quilombo criaram o ritual de sentarem juntos naquilo que foi conhecido como a “mesa do quilombo”. O que aparentemente poderia representar isolamento de grupo foi busca de espaço-tempo para o reconhecimento coletivo. Luciano, um desses jovens, nos disse que “sentar junto” não era um “juntar pra separar”, mas um “juntar pra estar junto”, para conversarem e aproveitar um tempo que eles nunca conseguem encontrar no dia a dia do quilombo. É comum também que rapazes e moças se reúnam em mutirões da “juventude do quilombo” para a realização de serviços comunitários – tal como registramos no mutirão de coleta de sapê e cobertura dos telhados de casas do quilombo que necessitavam de manutenção de seus telhados deteriorados pelo tempo.

A inserção escolar e o convívio com as “culturas da cidade” propiciaram o diálogo com outras esferas públicas culturais e articulação de esquemas simbólicos que reforçaram nos jovens do quilombo a possibilidade de se reconhecerem como sujeitos jovens. A forma de vestir, a linguagem, os bailes *funks* e outras características dos diferentes modos de ser jovem passaram a fazer parte do cotidiano. O reconhecimento da identidade de jovem e quilombola representou também a ampliação das referências culturais e novas entradas nos mercados de bens simbólicos. Esta abertura de campo identitário, ao mesmo tempo que gera conflitos em relação à imagem de comunidade tradicional que as lideranças adultas buscam publicizar, tem permitido a construção de novas perspectivas de futuro dos jovens em relação a si e de seus pais frente a eles.

Na tradição jongueira, somente recentemente crianças e jovens passaram a ter autorização para participar da “festa do jongo” na sua plenitude (dançando, batendo tambor ou “colocando” pontos no interior da roda). Neste processo, ocorre um interessante fenômeno no qual jovens brincantes do jongo constituem suas identidades juvenis não no contexto do distanciamento com as gerações adultas, mas num mesmo espaço social e simbólico de relações intergeracionais ainda fortemente ancoradas pelo peso da tradição e respeito aos mais velhos. Nesta situação de vivência cultural intergeracional tecem-se negociações entre os impulsos de manutenção da identidade tradicional de jongueiros e quilombolas e vivência dos espaços simbólicos identificados com as culturas juvenis. Neste sentido não há, por um lado, da parte dos jovens do quilombo negação explícita dos poderes adultos de determinação dos sentidos da festa pública do jongo, nem tampouco dúvidas radicais quanto à necessidade de participar de determinado “jogo da autenticidade cultural” que evidencia para os “de fora” da comunidade a manutenção da tradição dos descendentes de escravos. Por outro lado, há, sim, a busca da constituição de territórios juvenis que os vinculem aos sentidos culturais visíveis da juvenilidade.

Sobre isso, Rosimeri comenta: “A gente num vive só de jongo, a gente num dança só jongo.”

A forte identificação com a cultura jongueira e seus fundamentos (o canto, a batida do tambor, a dança e os rituais de lembrança e respeito aos espíritos de antigos jongueiros) não impede que os jovens do quilombo “reivindiquem juventude”. Afirmam que o “jongo está no sangue” e que isso não será deixado de lado por gostarem de *funk* ou forró, por exemplo. Numa festa ou baile na cidade próxima ou mesmo no cotidiano doméstico não são apenas as batidas dos tambores do jongo que divertem.

“O jongo – sei lá – acho que é uma coisa de sangue, né? (...). Acho que primeiro tem que vir de dentro, cê tem que gostar muito, porque não adianta você dançar e dizer, “ah eu danço”, pra todo mundo conhecê eu num danço não. A gente tem que dançar com o coração pra (...). eu fiz porque eu gosto, não porque os outros gostô do que eu fiz. Tem que fazer porque você gosta. Eu acho que o jongo é isso. (...). Tá passando, ouve um funk e não vai dançar?! Vem um dia de semana aqui e a gente tá ouvindo um (...) funk... Pô, a gente vai ficar ouvindo 24h só o jongo? Até mesmo porque a gente vive isso desde pequena, a gente vive isso muito, então um dia que você chegue aqui na casa de alguém que tá ouvindo funk. Ah! Nossa! Que espanto! Não tem nada a ver, a gente é normal! Eu acho que a gente tem que ter um pouco de tudo, né. Porque ninguém gosta só de jongo ou também ninguém gosta só de funk. Eu acho que a gente tem que sabê um pouco de tudo, até mesmo pra gente num ficá atrasado no tempo” (Rosimeri). (Destaque nosso.)

“Igual eu, por exemplo, eu tenho CD de jongo, tenho vários tipos de CD, mas CD de jongo é o que ouço menos. (...). Em festa, vamo supô, todo mundo, tudo bem, já que é festa, vai apresentá o jongo, mas agora no dia-a-dia eu acho que a pessoa tem que ouvir um pouco de tudo. Porque você já gosta do jongo mas cê tem que ouvir outras coisas também, por que senão num dá certo. E é bom mostrar também, que aí as pessoas também num fique pensando: “ah não, eles só fazem jongo”, que eles ficam sabendo o que a gente faz, no dia-a-dia fora do jongo” (Luciano).

Há um conflito velado entre as expectativas das principais lideranças adultas da comunidade para que, especialmente em momentos de festas abertas a visitantes, os moradores se apresentem da maneira mais tradicional possível. Desta forma, veste-se branco e se evita o uso de roupas que ostentem signos de urbanidade e também a utilização de músicas que se afastem do repertório rural do quilombo (além do jongo ouve-se o tradicional Calango da região Sul Fluminense). A afirmação de Rosimeri de que é importante que os jovens do quilombo “saibam um pouco de tudo” para que não fiquem parados no tempo entra em contradição com a imagem pública – simplificada – que os organizadores da festa divulgam de que o quilombo é lugar de preservação de tradições e ambiências cotidianas que resistem desde o “tempo dos escravos”.

A complexidade da situação é trazida pelo fato de que além de um “nós antropológico” em torno da tradicional cultura jongueira, esses jovens participam de uma contemporaneidade juvenil globalizada. Em suas narrativas durante as filmagens do documentário se tornaram evidentes os processos de hibridação (Canclini, 1998) vividos por jovens que buscam se fazer sujeitos num quadro de intensificação de relacionamentos que tornam tênues as fronteiras campo-cidade e complexificam as identidades juvenis em seus contextos urbanos e rurais.

Os jovens, no debate sobre a preservação das tradições culturais nas comunidades jongueiras, ora são tratados – em geral, por pessoas alheias ao processo – como vítimas do “choque cultural da globalização capitalista”, ora são apontados como responsáveis pela alienação das tradições culturais do lugar. Sobre isso, Sarlo (2000) diz que, considerando a dinâmica das relações sociais e o avanço tecnológico que se chegou atualmente, não se pode mais falar em cultura popular em estado puro. A aproximação do desconhecido pela tecnologia empregada nos meios de comunicação faz com que haja uma reconfiguração de todos os níveis culturais. É neste sentido que se torna necessário procurar pensar a origem das culturas populares a partir do presente, para que, ao conhecê-la, o jovem possa dela se apropriar e até recriá-la, pois a hibridização cultural não pode ser negada nem camuflada, mas pode ser feita de forma consciente.

Entre o território e a expectativa de cidade

Toninho Canecão, a principal liderança adulta da comunidade, declarou em entrevista sua animação com a presença atual da juventude em todas as atividades da comunidade. Em sua percepção, de maneira diferente de dois anos atrás – na ocasião do encontro de jovens lideranças jongueiras

onde havia chamado a atenção para a “passagem do bastão” – ele agora sentia que a juventude do quilombo estava finalmente lutando pela comunidade, que eles não pensavam mais em sair da terra por conta dos muitos que voltaram por não terem se dado bem na cidade. Percebia, então, que os jovens estavam vendo na luta pela titulação da terra uma perspectiva de permanência feliz no Quilombo.

“Eu tô gostando da atitude, eles tão se manifestando, eles tão trabalhando mais unido com os idosos na comunidade. Até hoje nós temos uma associação composta de jovens, e eu tô sentindo que eles num tão correndo nem fugindo da raia, não. [...] Isso aí, dá prazer à gente, igual hoje aqui nós tamo reunido aqui, cê tá vendo, a juventude tá aí. Em outra época, um tava prum lado, outro pra outro, hoje não, hoje nós tamo unido no nosso propósito que é a titulação da terra e a liberdade do nosso povo. Então isso aí tá sendo abraçado por eles, isso aí tá deixando a gente muito orgulhoso. Por que, eu vejo assim, que, no passado, tudo que ia acontecer em São José da Serra eu tinha que tá presente, hoje não, hoje eu já tenho coragem de dizer, ‘não, pode ir pra comunidade que tem um grupo de jovens lá, que vão receber vocês e vão dá andamento nas coisas que precisa ser feitas.’ Então, eles num tão fugindo da raia, eles tão abraçando essa luta aí... Então, eles agora também num tem mais aquela ambição de sair. Saíram alguns jovens, as notícias que eles trouxeram num foram assim, umas notícia muito agradável, então, isso aí serviram de base pros nossos jovens na comunidade. Hoje não, hoje eles tão pronto prá luta mermo de permanecer no quilombo. [...] eles passaram a se empenhar mais na luta, né, pro título da terra, pra que amanhã essas nossas crianças também tira o sustento deles dentro do quilombo São José da Serra e não precise saí dali” (Toninho Canecão, 2005).

A animação de Toninho com a maior presença e participação dos jovens nos assuntos da comunidade talvez não tenha permitido que ele percebesse que o sonho da cidade não havia sido abandonado por todos, ainda que houvesse maior estabilidade – provocada pelas experiências anteriores de frustração com a cidade – no processo migratório entre os jovens que partiam em

busca de oportunidades fora do território. Há, assim, um diferencial de entendimentos sobre a multiplicidade de sentidos das “escolhas” entre as condições de permanecer no quilombo permanentemente ou provisoriamente e a busca de oportunidades na cidade com fins de retorno ou não.

Rosimeri não deixa dúvidas sobre a manutenção de suas expectativas de construir oportunidades fora do quilombo. A conclusão do Ensino Médio lhe permitiu sonhar com curso superior de medicina ou informática. A vida no quilombo gira, contudo, em torno de sua família, filhos e pais, aos quais se dedica intensamente. Em conjunto com a identidade jongueira, isso a “segura” em algum lugar simbólico entre o quilombo e a cidade. Os vínculos de aprendizagem dos saberes de cura e pontos de jongo, o cuidado e o respeito estabelecidos com a falecida mãe espiritual Zeferina são elementos da força de atração que a orienta para o território do quilombo e a faz “sujeito da tradição”.

“(...). A gente num deve deixar acabá o jongo, num deixar acabá... assim, que a cultura da gente acaba, porque os mais antigos estão acabando, Mãe Firina já foi, já foram várias pessoas mais velhas que dançavam jongo, já morreram. Então, acho que a gente num tem de deixar assim morrer com eles o jongo. Mas acho que a gente não tem que ficá parado no tempo também porque a gente dança jongo e é de... sei lá, de origem negra. Eu acho que a gente tem que tê um pouquinho de conhecimento de tudo. É claro que não deixando acabá a nossa cultura. Porque a gente num tem que ser bom pros outros. Tem que ser bom pra gente” (Rosimeri, 2005). (Destaques nossos.)

A percepção de que a cultura do jongo que se torna espetáculo reforça as imagens idealizadas de “comunidade tradicional” imobilizada no tempo, faz com que Rosimeri busque uma interpretação que vislumbra a possibilidade de que é possível viver a tradição em condições de apropriação de saberes contemporâneos. Há, ainda, a possibilidade de “viver do jongo” e participar das coisas da cidade sem que precise abandonar a comunidade, seus laços e suas lutas. A vida de Rosimeri, especialmente, é síntese de uma história social que se faz entre acontecimentos que a faz ser, ao mesmo tempo, migrante em busca de alternativas e habitante por força de estruturas que a ancoram em relações sociais estabilizadas em torno do território.

“Acho que todo mundo tem um sonho de – principalmente quem mora na roça – tem o sonho de viver na cidade grande. Mesmo que ocê vai, num deu certo e voltou. [...] mas eu acho, assim, que a gente vai experimentar um pouquinho do que é vivê lá fora pra você chegá (e dizer): não, eu sei eu, aconteceu isso intão eu sei, eu tive experiência própria. [...] mas eu acho que eles [os mais velhos] têm que incentivar, não, se você qué isso, tenta, se num dé certo você volta, a gente tá aqui pra recebê. [...] Eu num acho feio dizer assim, ah eu vou voltar pra roça pra capiná, eu num acho nunca” (Rosimeri, 2005).

Luciano, por sua vez, também vive seu conflito. Ele está sendo preparado para ser a nova liderança no lugar, porém, nutre pretensão de sair da comunidade, mas revela, contudo, que sua opção é por uma saída provisória que possa servir para a conquista de “conhecimento de melhorar” as condições de vida da comunidade. Seu sonho é fazer curso superior de agronomia para levar conhecimento para a comunidade. Considera que isso será especialmente importante para quando conseguirem a titularidade da terra.

“Agora, a questão de ficar, também tem que pensar, tem um ponto né, que cê pode ficar, agora também, se você conseguir sai, prá estudar, prá depois cê voltar, eu acharia que ficaria bem melhor, por que cê podia estudá, fazer um curso técnico... que aí depois, cê podia voltar, cê tinha um diploma na mão, cê tinha feito alguma coisa, cê arrumava um serviço muito mais fácil. Eu por exemplo, eu, a Rosimeri, e ele ali, por exemplo. Todo mundo já terminou o segundo grau, aí vai ficar aqui dentro? Sem fazer nada, só vivendo de jongo? Só mexendo com as coisas daqui de dentro? Eu acho que pra mim, eu acho que não (...). valê a pena fica aqui vale, mas eu acho que se tivesse como buscá um recurso fora, eu acharia que poderia ficar bem melhor” (Luciano, 2005).

Para Kiko, 23 anos, reservista do exército e ensino fundamental incompleto, a alternativa de ficar na comunidade é bem-vinda: “Eu gosto muito daqui, sabe (...). Se tivesse um serviço fixo, alguma coisa pra ficar aqui ganhando bem...” (Kiko, 2005).

As narrativas sobre o ficar e o sair da comunidade são plurais e evidenciam a multiplicidade de expectativas, pontos de vista e lugares sociais dos jovens do quilombo. Há jovens que almejam sair para viver outras situações de vida na cidade que passam por projetos pessoais e familiares que não necessariamente trariam retorno comunitário, outros vêem o sair da comunidade como algo provisório e almejam retornar com novos conhecimentos para melhorar as condições de vida comunitária. Outros ainda, como Kiko, com horizontes escolares menos alargados, sonham em encontrar a estabilidade de trabalho no interior do próprio quilombo ou mesmo nas proximidades.

O processo de investigação que desenvolvemos no contexto da produção do videodocumentário permitiu perceber que houve mudanças nos modos de praticar aquilo que comumente é chamado na comunidade como sendo o “fugir para a cidade”. Se ontem a cidade representava a ruptura com o território e o modo de vida tradicional, hoje, jovens estão praticando suas “expectativas de cidade” em condições de presença no quilombo. O tornar-se sujeito encontra lugar para se fazer na própria comunidade. A ampliação do campo simbólico de possibilidades de escolhas conquistadas pelos jovens do meio rural é fundamental para esse processo de individuação. Esta liberdade, na prática, pode significar poder escolher a profissão que se quer seguir e a pessoa com a qual se deseja casar, por exemplo.

A construção da autonomia entre a tradição e as novas configurações sociais que a cidade pode apresentar gera campo de conflitos e possibilidades. Os jovens do quilombo parecem estar conscientes de que são eles mesmos que podem produzir os mecanismos de superação desse estado inconstante que a relação campo-cidade expressa. É neste sentido que gradativamente vão assumindo responsabilidades, até então sob a direção das antigas lideranças, na mobilização da pela luta pela terra e nas estratégias de melhoria de condições de vida do quilombo; estratégias estas que, sem dúvida, contam hoje com o jongo como campo simbólico que confere visibilidade e atrai apoios externos para a comunidade.

Um dos aspectos mais significativos revelados pela pesquisa se refere à inserção dos jovens do quilombo em teias relacionais complexas que redefinem os papéis sociais tradicionais e possibilitam a articulação de projetos alternativos de futuro. Algo que nos provoca a ter o cuidado de interpretar a vida desses jovens considerando a pluralidade que o rural – especialmente quando este é campo-cidade – também engendra para a constituição dos sujeitos.

A produção do filme

O filme *Sementes da Memória* é um movimento para oferecer uma outra imagem do Quilombo São José da Serra, através do ponto de vista de seus jovens. O documentário procurou, então, lançar o olhar para seus cotidianos e narrativas, dentro de um contexto em que se cruzam identidades rurais, quilombolas e jongueiras. Sobre o cotidiano desses jovens pousa um diálogo, por vezes tenso, entre as aspirações pessoais e a vida comunitária que se insere em universo cultural que não se restringe apenas ao território do quilombo.

Um documentário não deve ter a pretensão de abordar todos os âmbitos de uma determinada realidade. O campo da produção documental é zona de risco que segue por caminhos não previstos e exige constante reflexão sobre seus modos de abordagem.

Um recurso freqüente no filme é a entrevista com o objetivo de trazer à tona histórias de vida. Para Benjamin (1987), o narrador é alguém que recupera uma experiência coletiva. O documentário recupera esta experiência a partir dos fragmentos do real que se reconstitui “imperfeitamente” no processo de edição. Um dos grandes desafios da experiência de produção do documentário de base narrativa é o de estabelecer as conexões entre narrador e espectador, mantendo a integridade do contexto sobre o qual se constitui a narração. Há sempre o risco de se buscar o registro dos “tempos fortes” (estados de crise e dramas conflituosos) numa busca de espetacularização da vida em detrimento dos “tempos fracos” (atos repetitivos anódinos) e “mortos” (silêncios, ausência de atividade aparente) do cotidiano (France, 2000).

O princípio que adotamos busca evidenciar o ponto de vista do narrador, dando aos jovens entrevistados um espaço próprio de narratividade. É neste sentido que se procura estabelecer campos de relacionamento entre pesquisadores e entrevistados que se aproximam de uma situação de conversa. Evitou-se assim a imposição de roteiros rígidos numa busca de minimizar a “violência da situação de entrevista” (Bourdieu, 1997). Os indivíduos, através de seus relatos, permitem que os pesquisadores reconstruam conteúdos de vida, tragam para o presente a memória do passado num processo de revisitação filtrada por diversas categorias de análise.

Não chegamos com um roteiro fechado em São José; queríamos compartilhar nossas intenções de filmagem e pesquisa e contar, principalmente, com a participação dos jovens da comunidade. O trabalho de campo foi feito majoritariamente durante uma semana no mês de julho de 2005 e teve seu início com animada conversa de roda com os jovens para saber de que

forma eles gostariam de ser representados no filme. Nos encontros de definição das locações que apresentariam seu cotidiano definimos o roteiro que cumpriríamos durante a semana para a produção das filmagens e entrevistas. Nessa conversa, tornou-se evidente que o “melhor caminho do filme” seria aquele no qual os jovens do quilombo aparecessem de uma maneira diferente para as câmeras em comparação a outros tipos de filmagens das quais já haviam participado, ou seja, eles expressaram o desejo de serem filmados como realmente são – ou se pensam – na vida cotidiana. Fizeram questão de registrar que não há incompatibilidade entre tradição e modernidade, entre ser jovem, jongueiro e quilombola; que poderiam dançar *funk* e nem por isso deixariam de ser jongueiros. Rosimeri dá régua e compasso que orienta o trabalho do registro da vida dos jovens no quilombo: “A gente num vive só de jongo, a gente num dança só jongo.”

Assim que chegamos ao quilombo fomos convidados a participar de festa da comunidade que ocorreria no distrito urbano de Santa Isabel, onde residem parentes dos moradores do quilombo. Toninho Canecão, para não deixar dúvida sobre o caráter comunitário e integrador desta festa fora do território quilombola, sentenciou com alegria: “O quilombo, hoje, é aqui!” Na festa não se dançava o jongo, mas, sim, *funk* e forró, estilos que os jovens evitam dançar nas festas abertas que são realizadas na comunidade. As roupas e calçados de rapazes e moças não os diferenciavam de outros jovens de espaços populares urbanos. Para aqueles que cristalizaram imagem de tradição intocada e pureza cultural dos quilombolas poderia parecer estranho que os jovens dançassem esses estilos e não o jongo em uma festa da comunidade e se vestissem como “*funkeiros*” e não como tradicionais jongueiros quilombolas. Os jovens nos disseram que de fato não ficariam muito à vontade se estivessem diante de outras equipes de filmagens; a confiança e intimidade com o grupo de pesquisa da universidade cresceram durante a semana.

Os jovens parecem perceber que vivenciam contexto de relacionamento cultural com os sujeitos de fora da comunidade no qual é preciso afirmar signos que revelem que a comunidade segue sendo espaço de resistência e preservação de suas identidades culturais. É neste sentido que praticam algo que denominamos como sendo o “jogo da autenticidade cultural” no momento em que precisam se relacionar com visitantes ou mesmo nos momentos de viagens para apresentações. Inegavelmente, equipes de filmagens e fotógrafos têm procurado evidências através de imagens e depoimentos que confirmem aquilo que se poderia chamar de estado de pureza cultural popular dos moradores do quilombo; algo que é reforçado pela utilização de roupas brancas

e rústicas e nos pés descalços durante as apresentações do jongo. A comunidade é assim apresentada em trecho de seu CD-livro que parece se dirigir ao desejo de tradição e passado dos visitantes que vêm da cidade:

“Visitar o Quilombo São José é uma viagem ao passado. Na propriedade, pouca coisa mudou desde a Abolição da Escravatura. Todos os seus moradores são parentes, até um ano atrás a comunidade não tinha luz elétrica, o ferro à brasa, o candeeiro e o fogão fazem parte do dia-a-dia” (André, 2005:5).

O mesmo discurso que evoca a pureza cultural exige autenticidade e, conseqüentemente, manutenção das imagens idealizadas. Esta cobrança é permanentemente feita pelos “de fora”, lideranças adultas e é reforçada pela mídia ou mesmo por aqueles que enxergam no quilombo um “museu antropológico”. Por isso os apelos – internos e externos – para que durante as festas abertas da comunidade se evitem as referências que poderiam lançar dúvidas sobre a autenticidade cultural do território do quilombo e seus sujeitos. Os jovens são especialmente convocados a tornar pública esta imagem “limpa” de elementos das culturas urbanas juvenis ou de outras influências que descaracterizariam a “cultura negra”, “rural”, “jongueira” e “quilombola”. Sobre isso, Rosimeri comenta: “Não queremos ser bons só para os outros.”

Esse “jogo da autenticidade” que surge nas relações com “os de fora” e da necessidade de dar voz às reivindicações da comunidade é uma situação que não se restringe a uma razão meramente utilitária mas que cumpre também um importante papel na constituição da auto-estima de seus moradores por apregoar hoje uma valorização à cultura negra antes marginalizada e vítima de preconceitos na própria região.

O campo de interações criado pela lógica da imagem única e autêntica sobre a qual jongo-espetáculo se organiza é distinto daquele que se cria no contexto das festas comunitárias e sem turistas ou visitantes. Nestas últimas, os jovens demonstram se sentir livres para vivenciar a juvenildade realmente existente no quilombo e que não se resume à dança do jongo, mas dialoga/pratica o “juvenil-popular” que atravessa as fronteiras entre campo e cidade, a tradição e a inovação cultural; o passado e as possibilidades de futuro.

O campo de construção de sentido num filme não é uma linha reta, há ramificações que tornam a compreensão da relação com espectador bem

complexa. Para Carrière (1995:58) “não vemos o que alguém decidiu que não deveríamos ver, ou o que os criadores dessas imagens não viram. E, acima de tudo, não vemos o que não queremos ver”. O contexto de exibição de um filme documentário conta com a pluralidade de compreensão possível dos diversos públicos, cada um com um potencial particular para reavaliar os sentidos do filme, baseados tanto em suas expectativas quanto em seus conhecimentos sobre o “tema”.

A produção do *Sementes da Memória* foi um desafio frente ao tipo de conhecimento que se queria socializar. Desafio em conseguir transmitir através de uma seqüência audiovisual as questões que encontramos – ou mesmo provocamos na situação de interação da equipe de pesquisa com os jovens e os outros moradores do quilombo –, além da incerteza se os espectadores iriam procurar ou mesmo se conseguiriam enxergar no filme essas questões. Compreendendo a pluralidade de caminhos possíveis para a decodificação das mensagens audiovisuais, procurou-se caminhar para a construção de um filme com potencial para dialogar com diferentes públicos, que podem ser os próprios moradores do quilombo, acadêmicos ou outros documentaristas.



Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural

Valmir Luiz Stropasolas¹

Introdução

Este texto oferece uma síntese das principais questões abordadas no Seminário Juventude Rural em Perspectiva. Contudo, além de possibilitar uma visão sobre o estado das artes sobre o tema e de contribuir na tarefa de formulação de uma agenda de pesquisas, algo gratificante de ser realizado por sua originalidade e importância, acredito ser fundamental, também, destacar os motivos que levaram à realização do evento e os fios que teceram a unidade em torno da problemática da juventude no processo de construção social de espaços de visibilidade pública e política dos diferentes segmentos de jovens rurais brasileiros. Ao resgatar questões, sentimentos e idéias expressos nesse fértil momento de discussões estaremos contribuindo para a continuidade do debate e para a abertura de novas frentes de reflexão (e intervenção) nas universidades, nas organizações públicas, nos movimentos sociais, ONGs etc.

Vivemos um momento ímpar em que se visualizam algumas condições propícias para a superação do dilema da invisibilidade da juventude rural na sociedade brasileira, embora ainda persistam vários problemas estruturais que restringem o exercício pleno da cidadania e o usufruto de direitos e o acesso a bens da modernidade. Esta invisibilidade dos jovens é percebida do ponto de vista público, político e de pesquisas. Até recentemente, eram raros os estudos que abordavam os segmentos juvenis, especialmente os residentes nas pequenas localidades.

Atualmente, as diversas iniciativas de mobilização social dos mais diferentes estratos sociais de jovens rurais, os espaços que vêm sendo paulatinamente criados nos programas e projetos das instituições oficiais, assim como o surgimento de um número significativo de pesquisas e estudos conduzidos nas universidades e instituições de pesquisas, têm contribuído para o reconhecimento e a valorização social da juventude rural. Contudo, embora esta visibilidade em torno de uma identidade social expresse uma aparente unidade, a construção de agendas públicas e, particularmente, o conjunto

¹ Professor Adjunto do Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

de reivindicações e proposições presentes neste processo não deixam de ser plenos de conflitos de valores e de interesses, expressando a pluralidade e a heterogeneidade típicas dessa categoria social. Ou seja, ninguém tem a palavra oficial sobre quem são os jovens ou como eles deveriam ser.

Da invisibilidade ao salto de qualidade teórico

A presença no Seminário de diferentes matizes de pensamento sobre o mundo rural brasileiro é expressão, também, das iniciativas que visam dar uma resposta coletiva aos anseios dos jovens, reconhecidos como sujeitos de direitos que questionam omissões e demandam posicionamentos das instituições oficiais. Os dados da PNAD, ilustrados por Elisa Guaraná de Castro, indicam que na faixa etária de 15 a 29 anos são 49 milhões de pessoas, o que representa 27% da população atual. Por outro lado, 4,5% seriam jovens rurais. Embora pareça um segmento populacional pouco expressivo, estamos nos referindo a oito milhões de pessoas. Se considerarmos os jovens residentes nos pequenos municípios brasileiros, as cidades rurais, como destaca Maria Elenice Anastácio, que transitam entre o campo e cidade sem romper definitivamente com os laços de sociabilidade e de parentesco de origem, certamente podemos ampliar este universo populacional e, com isso, esgarçar os dados estatísticos das instituições oficiais.

Todavia, mais que abalar os rígidos parâmetros quantitativos dos institutos de pesquisa, que incorporam de forma insuficiente a dinâmica dos grupos sociais rurais nas pequenas localidades, precisamos dar um salto de qualidade teórico para a abordagem das questões vinculadas aos jovens rurais. Ou seja, um impulso no campo conceitual para discutir e acompanhar o ritmo das mudanças que afetam os jovens que se debatem para viver no campo. Maria Nazareth B. Wanderley percebe um quadro de referência que se reproduz e nos alerta para o cuidado de não se fazer generalizações a partir do estudo de realidades específicas. Mais precisamente, um renovado lembrete para que sempre mantenhamos a vigilância epistemológica ao se mergulhar num processo de pesquisa ou num estudo de caso, na medida em que a efervescente amplitude das questões cotidianas que afetam os jovens é sempre maior que os recortes analíticos estabelecidos nas pesquisas. Cabe acrescentar a ressalva feita por Marilda Menezes de que muita gente ainda opera com a imagem do que seria o ideal da juventude, um modelo cristalizado de jovem burguês da primeira metade do século passado. Padrão este

que vem sendo literalmente detonado nas representações e práticas juvenis. Assim, de forma recorrente, percebe-se a necessidade de se realizar, também, uma discussão mais geral, teórica, de fundo das principais questões sobre juventude que emergem nas diferentes regiões e, assim, identificar o que há de comum entre os jovens e o que há de singular nas diferentes situações, o que existe de diferente em relação a outras gerações, processo que se constitui em fonte privilegiada de futuras investigações.

As próprias lideranças dos movimentos sociais sugerem, como o faz João Paulo Rodrigues Chaves, a necessidade de se avançar no campo da elaboração teórica sobre as demandas atuais da juventude e lançam alguns questionamentos passíveis de serem contemplados numa agenda de pesquisas. Ou seja, quais são as demandas reais da juventude? Qual é o dever (e o papel) dos movimentos sociais e do Estado? Para esta liderança, pensar a juventude é também abordar o conjunto de problemas enfrentados e as expectativas de como resolvê-los.

Como podemos perceber, a tensão entre o todo social e as especificidades é fundante da abordagem das questões que afetam a juventude rural. Todavia, como bem lembra Regina Novaes, falar da palavra diversidade é muito fácil, operar com ela buscando resolver essa tensão é um grande desafio. Ou seja, preservar a idéia das particularidades, das diferenças, mas trabalhar isto numa chave mais universal, mais geral, constitui-se uma questão extremamente intrigante. Como vamos enfrentar teoricamente a tensão entre a diversidade dos processos e os processos de natureza do geral? A relação entre agente e estrutura? Dar conta deste desafio significa também fazer um contraponto à possível relativização total da categoria juventude, que pode ser uma consequência da adoção de determinados enfoques analíticos que enfatizam apenas a diversidade entre os jovens, de maneira que, ao não se visualizar semelhanças, acaba se negando a própria categoria. Como ressalta Marília Pontes Sposito, se cada um é um, então não existe a categoria “juventude”.

Ao se fazer este questionamento não estamos refutando as contribuições importantes que a sociologia da pós-modernidade trouxe para o resgate do rural com toda a sua diversidade. Autores como Philo (1992), Murdoch e Pratt (1993), amparam-se nestas contribuições para fazer a crítica da narrativa modernista e suas consequências no mundo rural em termos de exclusão de grupos sociais, culturas e identidades. Argumentam pela necessidade de se investigar as mudanças em curso nos espaços rurais a partir das representações daqueles que, tradicionalmente, são “esquecidos” nas políticas ou nas acade-

mias. Explicitam a necessidade de uma retomada fundamental na abordagem científica sobre o rural dos “outros”, dos que são deixados de lado. Entendo que para o resgate dos “invisíveis” aos focos “convencionais” torna-se importante incorporar a perspectiva trabalhada pela ciência pós-moderna, especificamente a que possibilita desconstruir a noção de rural, colocando em relevo as suas múltiplas construções, sobretudo aquelas não-hegemônicas. Enfatizo, assim, as abordagens que vêm o rural como um conceito em construção e não um lugar cristalizado e com “virtudes” essencialistas, pois as visões de rural que se impõem são resultantes de forças sociais que, muitas vezes, divergem na concepção do que é ou deva ser a ruralidade. Assim, a partir da explicitação e do entendimento das diferentes visões de mundo e dos interesses e expectativas diversos entre os grupos sociais, podemos apostar na possibilidade de se construir um sentido de unidade (da diversidade) na busca do reconhecimento e da afirmação social e cultural dos anseios dos jovens rurais.

Obviamente, esta “negligência” na inclusão dos excluídos não se limita apenas à teoria. Problemas estruturais, padrões culturais e hierarquias de poder vigentes no mundo rural, de maneira geral, e na agricultura familiar, especificamente, reproduzem condições desiguais entre os grupos sociais, o que acaba secundarizando alguns setores. Severine Macedo cita a juventude, as mulheres, o debate de gênero, de raça, de etnia, de orientação sexual como exemplos de pessoas e temáticas que, muitas vezes, ficam em segundo plano nas discussões. Cabe salientar que os próprios agentes externos reproduzem estes padrões e desequilíbrios. A influência ideológica desses agentes no processo de elaboração da identidade das mulheres agricultoras, sendo interiorizadas pelas mulheres, cria uma imagem à sua definição, na agricultura, associada ao âmbito da família (Albert, 1987). Essas representações não colocam em causa uma visão tradicional da mulher no meio agrícola que torna a agricultora mais esposa e mãe, em detrimento de seu papel produtivo nas atividades agrícolas.

O modelo analítico apresentado por Anita Brumer, que possibilita a visualização de diferentes dimensões na abordagem das questões que afetam a juventude, insere-se nesta instigante incumbência teórica de dar conta da diversidade da categoria sem desconsiderar o processo geral em que ela está inserida. Nesse sentido, não corremos o risco de se cristalizar uma ou outra dimensão nas análises e estudos sobre juventude e, em decorrência, podemos contemplar outro desafio levantado por Marília que é o de se fomentar o diálogo acadêmico com outras áreas, incluindo gênero, etnia, família etc. como forma de se evitar a fragmentação dos nossos campos de estudos. Agindo desta forma, quem sabe poderemos satisfazer os anseios de Elisa, além de outros pesquisadores, de pro-

curar pensar a juventude como uma categoria transversal, perpassando classe social, gênero etc. Se as categorias classe social e campesinato não deixam de ser úteis na análise das problemáticas sociais atuais, o rural também é um conceito que se recusa a “deitar e morrer” (Pratt, 1996). Se um termo se nega a desaparecer é porque mostra que ainda tem pertinência; se as pessoas continuam a utilizá-lo é por sua relevância e ressonância na nossa sociedade.

A tradição acadêmica nas ciências sociais vinculada ao estudo do mundo rural, sobretudo na Sociologia Rural, pautada na investigação das problemáticas associadas à questão agrária, na compreensão do sentido das mudanças havidas nas estruturas sociais do campo brasileiro e na análise da diferenciação social e econômica das populações rurais, por sua envergadura teórica e pela capacidade de crítica propositiva demonstrada nas discussões sobre as realidades rurais, credencia-se como uma importante alternativa teórica que pode ser resgatada para dar conta das questões que afetam a juventude rural.

As representações e as práticas dos jovens que se mobilizam nos diferentes espaços sociais das pequenas localidades, assumindo a inovação e alguns aspectos ressignificados da modernidade mas ancorados em determinados alicerces valorativos que compõem tradicionalmente o patrimônio cultural familiar, proporcionam algumas pistas a partir das quais podemos levantar as especulações científicas e projetar a nossa contribuição no processo de inserção dos jovens rurais na sociedade. Nesse sentido, alguns entendimentos coletivos são demandados e não devemos nos amedrontar de enfrentar tais desafios, ou seja, resgatar ou reinventar a capacidade de síntese, de formular algumas teses gerais que objetivam explicar os processos que movem os fenômenos sociais rurais e que repercutem na trajetória da juventude.

Portas reveladoras do universo social

Um aspecto enfatizado no seminário é o de que os jovens podem se constituir em elementos reveladores das mudanças em curso no país, em portas de entrada para a compreensão de processos sociais mais abrangentes. Isto é, ao se estudar a juventude rural é possível entender não apenas o que acontece com os integrantes desta categoria social mas também ampliar nosso horizonte e vislumbrar o sentido das mudanças que ocorrem na sociedade brasileira na qual a juventude está inserida. A imagem do espelho ilustrada por Regina é bastante elucidativa desse processo. Ela nos diz que a juventude é um espelho retrovisor da sociedade, do processo

de desenvolvimento no campo e na cidade. Esse período vivido em busca de emancipação, de escolha de valores, de construção de uma identidade social, torna a juventude, ao mesmo tempo, um espelho agigantador, ou seja, não tem nada na juventude que não possa ser visualizado na sociedade. Reflete por que os problemas e potencialidades da sociedade aparecem na juventude de uma maneira ampliada, mas este processo ocorre de forma diferenciada porque a juventude é plena de singularidades. Nesse sentido, podemos inferir que diversas problemáticas sociais que afetam os jovens brasileiros não deixam de influenciar, também, com formas e conteúdos específicos, os diversos segmentos de jovens rurais, que se diferenciam por renda, etnia, raça, gênero, orientação sexual, religiosidade, disparidade regional etc. Isso nos auxilia a ver e pensar o todo social através de uma das portas e, a partir dela, ver o todo.

Vivemos uma época de alargamento do mundo cultural. E isto se reflete no imaginário e nas demandas da juventude. Esta ampliação do universo simbólico e valorativo é percebida nos depoimentos dos jovens que desejam o melhor dos dois mundos, o rural e o urbano, uma síntese muito difícil de conseguir, como chama a atenção Maria José Carneiro. Mas a busca desta conflituosa unidade sociocultural como desejo, como demanda, vem sendo explicitada de forma recorrente nas trajetórias e nos projetos de vida de moças e rapazes de origem rural e residentes nas pequenas localidades. A inclusão digital e o acesso à informação e à comunicação interpessoal, cada vez mais demandados por esses jovens, tendo em vista a interação criada pelos jovens que passam a ter acesso à Internet nas escolas, no sindicato, na igreja etc. muda a maneira de estar no mundo porque muda o tamanho do mundo. Para a questão rural, afirma Regina, mudar o tamanho do mundo é muito importante. Isto se reflete no campo da cultura e nas redefinições de valores decorrentes da mobilização social e espacial dos jovens.

Uma importante autocrítica sobre a forma como a cultura era abordada nos movimentos sociais ou mesmo nas organizações políticas de esquerda no Brasil é feita por João Paulo, para quem a cultura era utilizada simplesmente como um elemento de mobilização dos jovens. Quer dizer, “você mobiliza e depois você discute política”. Em seu entendimento, a cultura tem que ser vista com a perspectiva de emancipação da juventude.

Carneiro (1998:18) já ressaltou que os jovens são atores do processo de reconstrução cultural a partir de uma releitura dos valores urbanos, onde papéis sociais são redefinidos e projetos são formulados sob novos paradigmas,

partindo-se de uma ruptura (parcial) com os velhos moldes adotados tradicionalmente pela sociedade local. A autora sugere que se investigue como se organiza e se estrutura essa nova síntese que aproxima valores “urbanos” e “rurais”, tomando-se o cuidado de levar em conta a heterogeneidade da chamada “juventude rural”.

Mas considerar que ocorre efetivamente uma integração de realidades ou universos culturais distintos não significa dizer que o rural e o urbano se diluam numa realidade homogênea. Não podemos isolar, mas também não podemos diluir, ou seja, são pólos complementares (Wanderley, 2000). Enfim, a demanda que o jovem faz é a de um meio rural integrado, que realmente vença a visão dicotômica, mas que reintegre as particularidades do meio rural. Um mundo rural que, segundo a autora, assegure a sua cidadania, que proporcione as condições para que moças e rapazes não precisem ir para a cidade para se tornarem cidadãos. Nesse contexto, ser agricultor familiar é uma profissão; que passa a ser extremamente exigente na sociedade moderna. Esse é o desafio que experimentam os jovens: carregam uma tradição que aprenderam mas são chamados a inovar.

Entretanto, aumentam as exigências e a complexidade para se assumir com eficiência esse papel, pois, além das dificuldades enfrentadas para a reprodução social do patrimônio familiar – em que na maior parte dos casos só se pode contar com a mão de obra que possuem na propriedade –, novas funções são demandadas pela sociedade aos agricultores, como por exemplo, a incorporação de atividades não agrícolas, a preservação dos recursos ambientais e dos ecossistemas, a disponibilidade de água com qualidade, a segurança alimentar e a produção agroecológica, o agroturismo e a agroindustrialização em pequena escala de alimentos, as alternativas bioenergéticas, entre outros. Na verdade, os jovens podem se constituir em protagonistas no processo de viabilização dessas novas funções para o espaço rural, desde que esse novo papel seja devidamente valorizado pela sociedade.

Cada vez mais se percebe certo desencantamento por parte dos jovens rurais com a cidade. Eles querem uma saída para ficarem no campo, afirma Severine. Nos estudos realizados percebe-se também que uma parcela importante dos jovens valoriza positivamente o mundo rural. Há indícios do resgate e da valorização da agricultura entre os jovens, que procuram ter um pé na agricultura, como se refere Nazareth, que percebe nas suas pesquisas a intenção dos jovens de não perder o vínculo domiciliar (e profissional) com a unidade agrícola familiar, na medida em que a alternativa da aposentado-

ria como agricultor(a) não deixa de integrar os planos futuros desses jovens. No caso das jovens filhas de agricultores, elas não querem ser simplesmente mulheres de agricultores, elas querem ser agricultoras e exercer os direitos daí decorrentes.

Se nas relações “modernas” de produção vigentes no campo, sobretudo no processo de integração agroindustrial, não se valoriza nem se remunera suficientemente os produtos e os esforços gerados pelos(as) agricultores(as), processo que motiva os jovens a buscar outras alternativas de renda, isto não significa dizer que a profissão de agricultor, em outras condições, não é ou não seria valorizada ou desejada pelos jovens. Se os agricultores familiares e os jovens fossem reconhecidos e valorizados com a profissão de agricultor(a), usufruindo os direitos e os rendimentos daí decorrentes, certamente muitos deles não deixariam o campo. No caso das mulheres, deve se levar em consideração que a vigência de padrões culturais e hierarquias de poder as tornam ainda mais prejudicadas.

Hierarquias de poder e desigualdades sociais

A vigência de relações sociais desiguais e excludentes no seio da agricultura familiar é um dos principais fatores responsáveis pela saída das mulheres do campo. Ou, como se refere Bourdieu (1962; 1979:24), “os agentes que opõem a mais fraca resistência às forças de atração externas, que percebem mais cedo e melhor que os outros as vantagens associadas à migração, são os menos ligados objetiva e subjetivamente à terra e à casa pelo fato de serem mulheres, filhos caçulas ou pobres”. Trabalho da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal, 1996:27) mostra essa vinculação entre o viés de gênero dos processos sucessórios e a migração seletiva no campo. A vida no campo é mais atraente para os rapazes que para as moças. Se aqueles herdarem terra ou têm apoio para levar adiante atividades produtivas, podem elaborar projetos de vida que são alternativas válidas em relação à migração para a cidade. Para as moças, entretanto, uma vida como esposa de agricultor – conhecendo outras alternativas possíveis – pode ser rejeitada ou objeto de resistência, diante de aspirações de vida em outro meio cultural e ocupacional.

Esta migração juvenil seletiva apontada em diversas pesquisas e estudos, bastante recorrente nas regiões coloniais do Sul do Brasil, que vem acarretando uma tendência de masculinização da população rural, explica o receio do celibato que

começa a aparecer entre os rapazes que permanecem nas comunidades rurais, tendo em vista a recusa de parcela importante das moças em casar com filhos de agricultores, pois isto representaria a continuidade de uma condição social vivenciada pelas mulheres no meio rural que as jovens não desejam reproduzir.

Por outro lado, um problema bem mais objetivo vem amedrontando, atualmente, a juventude. Diz respeito ao “medo de sobrar”, como se refere Regina, que afeta toda uma geração a partir da reestruturação no mundo do trabalho em curso na sociedade moderna. Nessas redefinições produtivas impostas pelo mercado globalizado e pelas inovações tecnológicas não há lugar para todos no mercado de trabalho e a maioria dos jovens não consegue acessar as oportunidades de emprego e renda que são escassamente criadas nas pequenas localidades. Como as juventudes do campo podem ser atingidas por esse processo? O medo de sobrar alcança também os jovens rurais, particularmente afetados pelas conseqüências das políticas seletivas de mercado, em que se verifica uma tendência de concentração e de aumento das exigências de escala, qualidade e produtividade nas diversas cadeias produtivas da agropecuária brasileira. Inserido nesse quadro, cabe salientar que dados de pesquisas (Silvestro, *et al.*, 2001) indicam que as rendas não-agrícolas ainda se restringem a uma pequena parcela de agricultores, demonstrando a importância que ainda possui o rendimento dos produtos agrícolas para a sobrevivência do grupo doméstico, como também a relevância e a permanência da agricultura e dos agricultores como fonte de dinamismo da economia e da vida social de diversas localidades.

Nesse contexto, considero importante realçar a contribuição feita por José Roberto Novaes e sua sugestão de aprofundar pesquisas e discussões em torno do agronegócio, do ponto de vista do trabalho, da superexploração da mão-de-obra verificada nesse setor. Argumenta pela necessidade de se fazer uma contraposição ideológica àquilo que a mídia e os setores dominantes da sociedade vêm pautando. Ou seja, dando uma visibilidade social a esse modelo de agricultura, tendo como referência o sucesso tecnológico e mercadológico da produção. Todavia, lembra Roberto, quando a gente vai se contrapor ao discurso do agronegócio a partir da ótica do trabalho, verifica-se que a universidade está desarmada, que as pesquisas são poucas em relação a isso, os movimentos estão desarmados porque a experiência passada não vale mais para hoje. Nas suas palavras: “Nós estamos queimando a juventude nesse processo, como se queima lenha numa fornalha”. Que tipo de elementos, preocupações e reflexões nós estamos realizando para enfrentar esse problema? Que elementos diferenciadores ocorrem no contexto

local? Enfim, estas reflexões se constituem em questões importantes a serem incluídas numa agenda de pesquisas.

Discutir juventude rural nos ajuda a perceber a hierarquia existente entre o rural e o urbano. Segundo Elisa, o mundo rural permanece um universo desvalorizado frente à cidade, tendo em vista as dificuldades existentes para o acesso a bens, infra-estrutura, serviços públicos e políticas públicas. Ainda persiste também uma desvalorização cultural, pois são muitas as formas de estigmatização sofridas pelos grupos sociais rurais no seu cotidiano, nos espaços urbanos em que circulam. Esta estigmatização afeta, sobretudo, as famílias de agricultores empobrecidas social e economicamente, os(as) trabalhadores(as) rurais, as mulheres, os jovens, as populações indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, seringueiros, ente outros.

Contudo, as hierarquizações são construídas socialmente e são o resultado de um jogo de forças que expressam visões diversas do que pode vir a ser o rural e dos usos possíveis atribuídos aos seus recursos. Em síntese, um campo de disputas entre distintos atores sociais que buscam a hegemonia das representações sobre o mundo rural e o controle dos espaços decisórios das instituições e das políticas que intervêm neste espaço da sociedade. Para Bourdieu (1999:47), as estruturas de dominação são produto de um trabalho incessante, histórico, de reprodução social, para o qual contribuem agentes e instituições como a família, a igreja, a escola e o Estado. Esta estigmatização sentida por esses grupos sociais, uma espécie de violência simbólica, em muitos casos é reproduzida por agentes que intervêm nas comunidades rurais ou mesmo pelas próprias pessoas estigmatizadas e suas lideranças, que internalizam e concebem estas categorias e representações como naturais. Esta forma de autodepreciação ou até de inferiorização da própria estima pessoal pode ser percebida nos depoimentos e nas representações que muitas mulheres e jovens fazem de si mesmos. Enfim, internalizam uma imagem desvalorizadora do mundo rural e das pessoas aí residentes. A recusa por parte dos jovens em assumir a profissão de agricultor(a) é explicada, entre outros fatores, pela percepção de inferioridade desse papel no contexto da sociedade. O reconhecimento e a valorização da profissão de agricultor(a) familiar na sociedade, com a garantia de acesso aos benefícios e direitos de cidadania daí decorrentes, semelhante ao que ocorre com as demais profissões urbanas, constituem-se, assim, num pressuposto básico para o desenvolvimento dos territórios rurais.

Redefinições culturais e diálogo intra e intergeracional

As diversas iniciativas impulsionadas pelos movimentos sociais rurais, pelo movimento de mulheres agricultoras ou mesmo pelos jovens rurais, muitas delas silenciosas, questionam a reprodução das hierarquias e desigualdades sociais e econômicas, bem como das diversas formas de estigmatização existentes, como também problematizam os padrões culturais e os vieses de gênero e geração existentes. Estes sujeitos sociais reivindicam, cada vez mais, ter vez e voz nos espaços públicos e nos processos decisórios, seja das instituições representativas ou mesmo das unidades de produção agrícola familiar. É neste contexto que as mulheres também “trabalham”, quando antes “só ajudavam” (Renk, 1997).

As decisões e a afirmação social da família camponesa sempre estiveram associadas ao papel masculino, construindo-se algumas categorias para representar esta hegemonia: proprietário, chefe do estabelecimento, cabeça do casal, ou mesmo pai. A hierarquia em relação à autoridade paterna é uma característica central, lembra Marilda Menezes. Como sinaliza Elisa, a autoridade paterna não se restringe apenas ao espaço da família e da divisão sexual do trabalho, pois perpassa a esfera doméstica e alcança todos os espaços em que os jovens circulam. Ou seja, está presente na escola, na igreja e, principalmente, nos espaços coletivos de decisão. Todavia, “a centralidade da família” (Carneiro) ou “a unidade familiar enquanto referência central” (Wanderley) são noções que integram a matriz valorativa dos jovens, plena de significados e contradições, complexificando as suas decisões, pois os projetos de vida formulados e as trajetórias seguidas confrontam-se constantemente com os compromissos assumidos com a família. Ou seja, relações ambíguas e muitas vezes conflituosas de solidariedade, subordinação e autonomia perpassam as relações de parentesco e de sociabilidade dos jovens. A ponderação feita por Elenice, fundamentada em dados de uma pesquisa feita no âmbito da Contag, ilustra estes conflitos. Ela nos diz que, embora exista esta condição de hierarquia nas relações domésticas, parcela importante dos jovens afirma nos seus depoimentos que é feliz com a família.

De qualquer maneira, as relações de continuidade e descontinuidade verificadas nas representações e nas práticas juvenis indicam a necessidade de se realizar pesquisas e estudos que procurem incorporar as redefinições em curso na agricultura familiar e as flexibilizações de antigas normas e valores. Em decorrência, verificar em que medida vem ocorrendo uma mudança na relação entre os gêneros e entre as gerações. Ao abordar o campo relacional

da juventude, Regina afirma que o diálogo tem que ser de mão dupla, ou seja, uma relação de igualdade entre os gêneros e, por outro lado, um diálogo intergeracional que proporcione a problematização das hierarquias existentes, ao mesmo tempo que permita se resgatar os fios da história e reconhecer as lutas sociais, os valores e as experiências dos adultos que os jovens desejam validar na sua trajetória em busca de inserção na sociedade.

De acordo com essa perspectiva, a questão geracional pressupõe também um diálogo intrageracional, que contempla as diferentes visões de mundo e a diversidade de interesses e expectativas entre os próprios jovens. Que incorpore os pontos em comum a partir do reconhecimento e da valorização das especificidades de gênero, raça, etnia, renda, religiosidade etc. Que os jovens consigam, enfim, perceber o que lhes interessa enquanto geração e que consigam com isso falar entre si. Regina ilustra esse processo com o caso da religiosidade, em que segmento dos jovens reafirmam a religião dos seus pais, ao passo que outros afirmam sua autonomia rompendo com as crenças religiosas da família ou mesmo assumem a religiosidade sem se vincular a nenhuma instituição.

Severine nos chama a atenção para alguns desafios a serem enfrentados nesse contexto: a organização de espaços específicos, a construção de uma identidade coletiva visando à elaboração de uma pauta das principais necessidades dos jovens, desencadeando ações que perpassem as organizações representativas, as instituições governamentais e a sociedade. Pondera, entretanto, pela importância de não se cair em reducionismos ou isolamentos, criando-se a capacidade de diálogo com outras gerações. Em síntese, reitera-se a reivindicação de que não se reproduzam antigos modelos de intervenção em que se verificam pessoas discutindo para os jovens, mas sim que sejam criados espaços para que os jovens possam discutir com as outras gerações, com os agentes externos. Enfim, como se referem Severine e Regina, que seja para, de e com os jovens.

A construção social de políticas para a juventude rural

Dados de pesquisas indicam a existência de um enorme isolamento social dos jovens que vivem nas comunidades rurais, sobretudo nas distantes e pequenas localidades do país, bem como a ausência de organizações representativas e de apoio, principalmente nos segmentos de agricultores economicamente mais fragilizados (Silvestro *et al.*, 2001). Por outro lado,

os jovens ampliam seus espaços de participação nas entidades associativas, o que pode criar oportunidades para a ampliação do debate em torno do reconhecimento de uma identidade social. Marília destaca que, diferentemente de países como a França, no Brasil existe esta tradição de reconhecimento por parte da sociedade de que os jovens são, também, atores e sujeitos políticos. Todavia, a necessidade de organização dos jovens e a luta por direitos foram enfatizadas pelos representantes dos movimentos sociais e das entidades representativas e sindicais presentes no evento. Lembram a necessidade de se pensar de forma sistemática a construção de políticas para a juventude, sem se desconsiderar as necessidades específicas. Nesse contexto, ressaltam que para contemplar as diversas aspirações e expectativas não basta apenas buscar se resolver o problema da terra ou do crédito, mas sim contemplar nas políticas o direito ao lazer, à cultura, ao esporte, à educação, à saúde, entre outros. De maneira geral, percebem a falta de políticas públicas para a juventude ou a precariedade quando elas existem ou mesmo a dificuldade de acesso, conseqüências de um modelo de desenvolvimento visto por esses interlocutores como excludente.

Num contexto em que inúmeros jovens ainda não possuem sequer documentos, ou mesmo o próprio CPF, e que persistem enormes dificuldades para o acesso a recursos e benefícios públicos no Brasil, pesquisadores e representantes governamentais percebem, como o faz Regina, a necessidade de se aumentar a quantidade e a qualidade dos programas voltados à juventude nos diferentes ministérios. Contudo, como lembra Fabiano Kempfer, o descompasso entre a ação do estado e a ação dos movimentos sociais acaba prejudicando. Assim, o aumento desta sinergia e o controle social da utilização dos recursos públicos são desafios a serem superados no processo de inserção dos jovens no conjunto das políticas.

As jovens lideranças presentes no evento enfatizam a importância de se ampliar o comprometimento dos jovens com um novo projeto de desenvolvimento rural que dê conta das reais necessidades da juventude. Ou, como se refere Severine, que a gente consiga, de fato, ir a fundo nos principais problemas que estão colocados para a agricultura e para os jovens e que não fiquemos eternamente agindo nas conseqüências. Desenvolvimento para quem? Os diferentes enfoques atuais de desenvolvimento rural são ilustrativos destas questões. Ao se colocar em relevo as várias proposições de desenvolvimento do mundo rural que disputam, atualmente, a hegemonia das representações, idéias, recursos e políticas direcionados a este espaço da sociedade visualiza-se, sobretudo, a convivência de dois grandes

projetos: o primeiro, que enfatiza a dinamização do agronegócio, e o segundo, que se unifica em torno da perspectiva de fortalecimento da agricultura familiar. De maneira geral, suas representações no âmbito federal organizam-se política e institucionalmente no Ministério da Agricultura e no Ministério do Desenvolvimento Agrário, respectivamente. Embora localizados no mesmo governo, esta convivência não é nada harmônica nem mesmo consensual, e as diferentes visões em curso não são gratuitas, nem isentas de valores e interesses; são forças sociais em conflito que disputam e condicionam suas diferentes versões.

Pautado no fortalecimento da agricultura familiar em todo o território nacional, categoria que unifica politicamente um amplo e heterogêneo universo da população rural, esta nova perspectiva de desenvolvimento busca a inclusão, também, dos grupos sociais empobrecidos, além de segmentos afetados por desigualdades sociais e hierarquias de poder. Em que medida as mulheres e, sobretudo, os diversos segmentos de jovens rurais são ou poderão vir a ser incluídos nessa perspectiva de desenvolvimento é uma questão, além de muitas outras, que surge para o debate e para a continuidade das pesquisas e das intervenções resultantes das demandas levantadas pelos presentes no seminário.

Os desafios para a democratização do conhecimento

Enfim, temos uma multiplicidade de novas situações e pouca gente fazendo pesquisa. De forma recorrente no evento, os movimentos sociais lembram aos representantes das universidades que eles “precisam fazer pesquisas”. Em síntese, há um descompasso entre o conhecimento e a prática social. Assim como Paulo Carrano, que discute o processo de disseminação e socialização do conhecimento, Marília levanta algumas questões bastante instigantes: como vamos disponibilizar os resultados das pesquisas para os atores políticos? Como fazer para que o conhecimento gerado dialogue com as expectativas e demandas dos movimentos sociais? Como a universidade pode ajudar a qualificar o conhecimento que está sendo posto na sociedade? Por outro lado, percebe-se que é preciso ampliar o conhecimento dos diferentes segmentos da juventude rural brasileira. Elenice afirma que é muito importante se fazer um retrato da juventude assalariada, público que muitas vezes fica imperceptível nas discussões e intervenções centradas na categoria agricultura familiar que, em muitas abordagens, é utilizada de forma homogênea e harmônica. Carneiro ressalta a existência de um grande parêntese

não contemplado no evento, que são os jovens rurais que trabalham nas cidades e em atividades não-agrícolas. Ou seja, quem são esses jovens? Onde se dá a sua inserção social? Como se organizam e se expressam?

A interação entre a teoria e a prática no campo do conhecimento, isto é, não só o conhecimento chegar nos movimentos sociais mas vice-versa, é um grande desafio a ser perseguido nas iniciativas a serem organizadas e que visam abordar as questões da juventude rural. Para isso, é importante se retomar a crítica na universidade sem perder o rigor científico, como também resgatar a capacidade de se fazer o contraponto ideológico no debate sobre os temas que envolvem os jovens rurais brasileiros. Nesse sentido, a universidade, em sintonia com os movimentos sociais e as instituições governamentais, precisa aliar forças para o processo de superação das dicotomias, hierarquias e estigmatizações que impedem a inserção dos jovens rurais na sociedade.



BIBLIOGRAFIA



Bibliografia

ABERASTURY, Arminda. *Adolescência normal*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: *Revista Brasileira de Educação*, n. 5, Anped, 1997

_____. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). 2005, *op. cit.*

_____.; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). *Retratos da juventude: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. 447 pp.

ABRAMOVAY, Ricardo (coord). *et alii. Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco, 1998.

_____. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. 152p.

_____. *et al.* Educação formal e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores. XLI Congresso da Sober. Juiz de Fora, M.G., 2003.

ALBERT, Christiane. Une image sur papier glacé: l'agricultrice d'Agri-Sept. In: LAGRAVE, Rose-Marie (coord). *Celles de La Terre: Agricultrice l'invention politique d'un métier*. Paris: Éditions de L'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1987.

ALVES, Rubem. *Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação*. São Paulo: Loyola, 2001.

ANDRÉ, Marcos. Quilombo São José. In: *Jongo do Quilombo São José*. Rio de Janeiro: Associação Brasil Mestiço, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. Obras Escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BISON, Wanderluce Pessoa. *A volta por cima*. São Paulo: CEM – Centro de Estudos Migratórios, 1998;

BOGO, Ademar. *A vez dos valores*. São Paulo: MST, 1998.

_____. *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

- _____. O vigor da mística. *Caderno de Cultura*, n. 2. São Paulo: MST, novembro de 2002.
- BOURDIEU, P. Célibat et condition paysanne. In: *Études rurales*. (5-6): 32-135, avr/set, 1962.
- _____.; PASSERON, J. C. *Les héritiers, les étudiants et la culture*. Paris: Ed. de Minuit, 1964.
- _____. *La distinction*. Critique sociale du jugement. Paris: Ed. de Minuit, 1979.
- _____. Uma ciência que perturba. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.
- _____. A “juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre, 1983, *op. cit.*
- _____. *Sociologia* (Renato Ortiz (org.)). São Paulo: Ática, 1983 (Col. Grandes Cientistas Sociais; 39).
- _____. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta Moraes (org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1986.
- _____. Reproduction interdite; la dimension symbolique de la domination économique. *Études rurales*, janvier-juin 1989, 13-114.
- _____. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. Os três estados do capital cultural. In: NOUGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs). *Pierre Bourdieu: Escritos de educação*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1999.
- _____. *O poder simbólico*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- _____. Reprodução proibida: A dimensão simbólica da dominação econômica. In: *O campo econômico: A dimensão simbólica da dominação*. Campinas: Papyrus, 2000.
- _____. *Le bal des célibataires; crise de la société paysanne em Béarn*. Paris:Éditions du Seuil, mars 2002.
- BRUMER, A.; DUQUÉ, G.; LOURENÇO, F. A.; WANDERLEY, M. N. B. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, Hughes (org.). *A agricultura familiar; comparação internacional*. V.1 Uma realidade multiforme. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993, pp.179-234.

_____.; FREIRE, N. O trabalho da mulher na pequena produção agrícola. In: *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, vol 11/12 (1983/1984), pp. 305-322.

_____.; GIACOBBO, E. A mulher na pequena agricultura modernizada. Porto Alegre, IFCH/UFRGS, *Humanas*, v. 16 (1): pp. 139-56, jan./junho 1993. _____.; ROSAS, E. N. L.; WEISHEIMER, N. Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar. X Congresso da International Rural Association (IRDA)/Associação Internacional de Sociologia Rural. Rio de Janeiro, 31/7 a 5/8/2000. Disponível em CD.

_____.; TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Estudos agrários no Brasil: Modernização, violência e lutas sociais. In: *30 años de Sociologia Rural en América Latina*. Montevideo: Alasru, 2000.

_____. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol.12 (1): pp. 205-227, janeiro-abril/2004.

CALDART, Roseli S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

CAMARANO, A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. Trabalho apresentado no XXI Encontro anual da Anpocs, Caxambu, 1997.

CANCLINI, Nestor Garcia. O consumo serve para pensar. In: _____. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

_____. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp, 1998.

CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

CARNEIRO, Maria José. Memória, Esquecimento e Etnicidade na Transmissão do Patrimônio Familiar. In: CARNEIRO, M.J. et alii. *Campo aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

_____. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro P. M. (orgs.), 2005, *op. cit.*

_____. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

_____. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 9: pp. 22-55, janeiro-abril/2001.

_____. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos sociedade e agricultura* n. 11. 1998b.

_____. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, Francisco C. T.; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio de C. (org.). *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: editora Campus, 1999.

CARRIÈRE, Jean Claude. *A linguagem secreta do cinema*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1995.

CARVALHO, Maria do Carmo B. de (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Educ / Cortez, 2002 pp. 39-49.

CASTRO, Edna M.R. Dinâmica de atores, uso da terra e desmatamento na Rodovia Cuiabá-Santarém. *Papers do Naea*. Belém, pp. 1-27, 2005.

_____. Tradição e Modernidade: a propósito de formas de trabalho na Amazônia. *Papers do Naea*, n. 97. UFPA: Naea, 1998.

_____.; RODRIGUES, Graciela; FREIRE, Jacqueline. *As mulheres de Altamira na defesa da água como direito humano fundamental*. Rio de Janeiro: Equit, 2004.

CASTRO, Elisa G. de. O paradoxo ‘ficar’ e ‘sair’: caminhos para o debate sobre juventude rural. In: FERRANTE, V. L. S. B.; ALY JUNIOR, O. *Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)*. São Paulo: Incra/SP, 2005. pp. 321-49.

_____. Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Tese de Doutorado. Pp.GAS-Museu Nacional, UFRJ, 2005.

CASTRO, Elisa G. de. Juventude rural: “apenas uma palavra” ou “mais que uma palavra”. Trabalho apresentado no GT: Ruralidade na Sociedade Contemporânea: desafios e perspectivas. XXIX Encontro Anual da Anpocs, 2005.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I: Artes de fazer*. Petrópolis:Vozes, 1994.

CHAMPAGNE, Patrick. Elargissement de l’espace social et crise de l’identité paysanne. *Cahiers d’Economie et Sociologie Rurales*, n.3, déc. 1986. pp.73-89.

_____. *L’héritage refusée*. La crise de la reproduction sociale de la paysannerie française 1950-2000. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

_____. La reproduction de l'identité. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 65, nov. 1986, pp.41-64.

CHAVES, Christine de Alencar. *A Marcha Nacional dos Sem-Terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

CHAYANOV, Alexander.V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena (orgs). *A questão Agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, pp. 133-164.

CHERINI, Giovani. Município: Teu nome é um sucesso. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul – Comissão de Assuntos Municipais. Porto Alegre, 2001.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 4ª edição, 2000.

CORTES, Soraya M. Vargas. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. *Cadernos de Sociologia n.9*. Pesquisa Social Empírica: Métodos e Técnicas. Porto Alegre: Pp.G/UFRGS, 1998, pp. 11-47.

COSTA, Francisco de A. *Formação Agropecuária na Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: UFPA/Naea, 2000.

_____. Amazônia: Modelos econômicos, ideologia e história. In: CASTRO, E; COSTA, F. de A. *Ecologismo e questão agrária na Amazônia*. Belém: Naea/UFPA, 1992.

COSTA, G. da S. Desenvolvimento Rural Sustentável com Base no Paradigma da Agroecologia: um estudo sobre a região das ilhas em Cametá, Pará, Brasil. 300 pp. Dissertação de Mestrado, Belém, UFPA/Naea, 2003.

COSTA, Marisa Vorraber. Poder, discurso e política cultural: contribuições dos Estudos Culturais ao campo do currículo. In: LOPES, Alice Casimiro; AZEVEDO, Elisabeth (orgs). *Currículo: debates contemporâneos*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

DIAS, Juliana Braz. A volta do filho-próspero: emigrantes cabo-verdianos retornados e seus familiares. In: TEIXERA, Carla Costa. (org.). *Em busca da experiência mundana e seus significados: Georg Simmel, Alfred Schutz e a Antropologia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

DURSTON, John. Juventud Rural en Brasil y México, Reduciendo la Invisibilidad. Versión revisada, ampliada y actualizada de la ponencia presentada

al XX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología (Lasa). São Paulo, 31 de agosto al 5 de septiembre de 1997.

_____. Juventud rural en Brasil y Mexico; reduciendo la invisibilidad. Trabalho apresentado no XX Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia (Lasa). São Paulo, 31 de agosto a 5 de setembro de 1997.

_____. Juventud rural excluída em America Latina: Reducindo la invisibilidad. XXI Congresso Latino Americano de Sociologia. São Paulo, 1997.

_____. *Juventud y desarrollo rural*: marco conceptual y contextual. Santiago de Chile: Naciones Unidas/Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 1998.

_____. Juventude Rural, Modernidade e Democracia: desafio para os noventa. In: *Juventude e Desenvolvimento Rural no Cone Sul Latino-americano*. Série Documentos Temáticos. RS. Brasil. Junho 1994. *Apud* Carneiro, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação e territorialização do MST no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FIORAVANTI, Carlos; ESTENS, Mariana Martins. Através do muro. pp. 48-53. São Paulo, *Pesquisa Fapesp*, 127, set./2006.

FOXALL, G. R. Consumer Choice. New York: St. Martin Press, 1983, *apud* VÄRE, Minna; WEISS, Christoph R.; PIETOLA, Kyösti. Should one trust a farmer's succession plan? Empirical evidence on the intention-behaviour discrepancy from Finland. Trabalho apresentado no 96º Seminário da European Association of Agricultural Economics (EAAE), realizado em Taenikon, Switzerland, em 10-11 jan. 2006.

FRANCE, Claudine de. Antropologia fílmica: uma gênese difícil, mas promissora. In: FRANCE, C. (org.). *Do filme etnográfico à antropologia fílmica*. Campinas, S.P.: Ed. da Unicamp, 2000.

FREIRE, Jacqueline C.S. Juventude Ribeirinha: identidade e cotidiano. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Belém: UFPA, 2002.

FREIRE, Nádia Maria S. Mulher, trabalho e capital no campo; um estudo da pequena produção em Cruzeiro do Sul - RS. Porto Alegre, 1984. (Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural).

GALE, F. H. Why did the Number of Young Farm Entrants Decline? *American Journal of Agricultural Economics*, 75, 1983: pp.138-146.

GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais*. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. Características e especificidades dos movimentos latino-americanos. In: Gohn, Maria da Gloria. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____. Uma proposta teórico-metodológica para a análise dos movimentos sociais na América latina. In: Gohn, Maria da Gloria. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GUERREIRO, Maria das Dores; ABRANTES, Pedro. Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 20, n. 58. São Paulo, 2005.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade?. In: SILVA, Tomaz da. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 103-133.

_____. *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HARVEY, David. A experiência do espaço e do tempo. In: _____. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HANDFIELD, Mario; JEAN, Bruno; PARENT, Diane. L'insuccès de la transmission de la ferme familiale: perspectives parentales. In: JEAN, Bruno; LAFONTAINE, Danielle (dir.). *Territoires et fonctions*. Tome 2: Des pratiques aux paradigmes: Lês systèmes régionaux et les dynamiques d'innovation en débats. Rimouski, Québec, Canada: GRIDEQ, 2005. pp.189-203.

HARRIS, Marvin. *Town and country in Brasil; a socio-anthropological study of a small Brazilian town*. New York: Northon & Company, 1956. 304 p.

HÉBETTE, Jean. Reprodução Social e Participação Política na Fronteira Agrícola paraense: o caso da Transamazônica. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sonia B.; MANESCHY, Maria C. (org.). *No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará*. Belém: Edufpa, 2002.

_____. Assentamentos da Reforma Agrária na Fronteira Amazônica. *Coleção Cruzando Fronteiras: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. v. 2. Belém: Editora Universitária, UFPA, 2004.

HEILBORN, Maria Luiza *et al.* Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. Porto Alegre, *Horizontes Antropológicos*, ano 8, n. 17, jun. 2002.

HEREDIA, Beatriz M.; GARCIA JR. Trabalho familiar e campesinato. *América Latina, Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais*. Ano 14 n. 1/2: Rio de Janeiro, 1971.

IANNI, Octávio. O mundo agrário. pp. 33-50. In: _____. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. A metáfora da viagem. *Revista Cultura Vozes*, n.2. 1996a, pp. 4-19.

JOLLIVET, Marcel. A vocação atual da sociologia rural. *Estudos, Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, 1998.

KAYSER, Bernard. *La renaissance rurale; sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: Armand Colin, 1990.

KIMHI, Ayal; NACHLIELI, Noga. Intergerational Succession in Israeli Family Farms. Paper presented at the 2000 Annual Meeting of the European Society for Population Economics (ESPE), June 2000.

LAMARCHE, Hugues (coord). *Agricultura familiar*: Tomo 1. Uma realidade multiforme. Campinas: Unicamp, 1993.

LECCARDI, Carmen. Por um novo significado do futuro; mudança social, jovens e tempo. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 17 (2): 35-57, nov. 2005.

LEITE, Sérgio. Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos econômicos, políticos e sociais. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Reforma agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília: Paralelo 15, 2000.

LOPES, Milena Nunes. O celibato masculino e as perspectivas de reprodução na agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2006 (Monografia de conclusão do curso de graduação em Ciências Sociais).

LÖWY, Michael. *O pensamento de Che Guevara*. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MACHADO, J. P. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1993.

MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e a agricultura familiar no Brasil*. Santiago do Chile: FAO, 2001.

MATTOS, Hebe Maria; MEIRELES, Lídia C. “Meu pai e vovô falava: qui-

lombo é aqui”: Memória do Cativoiro, Território e Identidade na Comunidade Negra Rural de São José da Serra. Relatório de Identificação de Comunidade Remanescente de Quilombo. Rio de Janeiro: LABHOI – Laboratório de História Oral e Imagem – UFF, 1997.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*, v.II. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MELLO, M. A. de; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. *Agricultura São Paulo*, SP, 50 (1): 11-24, 2003.

MENEZES, Marilda A. Juventudes Rurais do Nordeste: Trabalho, Migrações e Movimentos Sociais. Projeto de Pesquisa (mimeo), 2006.

_____. As estratégias de autonomia da juventude rural: família, trabalho e migrações. Projeto de Pesquisa, 2006.

_____. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: EDUFPB, 2002.

_____. Da Paraíba para São Paulo e de São Paulo para Paraíba. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Campina Grande/*Pp.GS*, março, 1985.

MICELI, Sergio. Introdução: A emoção raciocinada. In: BOURDIEU, Pierre. *Esboço de auto-análise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp.7-20.

MOURA, Margarida Maria. *Os herdeiros da terra*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *Os deserdados da terra*. São Paulo: Hucitec, 1988.

MURDOCH, J.; PRATT, A. Rural Studies: Modernism, Postmodernism and the “Post-rural”. *Journal of Rural Studies*, v.9 n.4, pp. 411-427, 1993. Printed in Great Britain.

NAVARRO, Zander. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro. *A Reforma Agrária e a Luta do MST*. Petropolis: Vozes, 1997.

_____. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. Texto em versão preliminar cedido pelo autor.

NASCIMENTO, Ivany Pinto. As representações sociais do projeto de vida dos adolescentes: um estudo psicossocial. São Paulo: PUC, 2002 (Tese).

NOGUEIRA, M; NOGUEIRA, Cláudio M. *Bourdieu e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004 (Série Pensadores e Educação, v.4).

- NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (org.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- OSÓRIO, Ivan D. As migrações de origem rural na região sul. Porto Alegre, 1976 (Tese de livre-docência em Sociologia).
- PAIS, José Machado. *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*. Porto: Âmbar, 2003. 2ª Edição.
- _____. Dos relatos aos conteúdos de vida. In _____. 2003, *op. cit.*
- _____. Busca de si: expressividades e identidades juvenis. Palestra proferida na Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2003.
- PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12 (1): pp.229-52, 2004.
- _____. O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje* v. 5, n. 28, pp. 64-70, janeiro/fevereiro, 1987, Rio de Janeiro: SBPC.
- PHILO, C. Neglected rural geographies: a review. In: *Journal of Rural Studies* 8, pp.193-207,1992.
- PRATT, A. C. Discourses of Rurality: Loose Talk or Social Struggle? In: *Journal of Rural Studies*, v. 12. n. 1, pp. 69-78. Elsevier Science Ltd. Printed in Great Britain. 1996.
- RENK, A. A reprodução social camponesa e suas representações: O caso de Palmitos-SC. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro,1997.
- RODRIGUES, Leila Lofego. O avesso do casamento: Uma leitura antropológica do celibato camponês feminino. *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
- ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, Maria do Carmo B. de (org.). 2002, *op. cit.*
- SADER, Emir (org.). *Sem Perder a Ternura: pequeno livro de pensamentos de Che Guevara*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SAHLINS, Marshal. O 'Pessimismo Sentimental' e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um 'objeto' em via de extinção (Parte II). *Mana* 3(2): 103-150, 1997.
- SALISBURY, Richard F; SALISBURY, Mary. The Rural-Oriented strategy of urban adaptation: Siane migrants in Port Moresby. In: R.Weaver e D.White (eds). *The Anthropology of Urban Environments*. Boulder, Co. The Society for Applied Anthropolgy. pp. 59-68.

- SANTOS, Boaventura de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.
- SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000.
- SARTI, Cynthia A. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria do Carmo B. de (org.). 2002, *op. cit.*
- SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Qualidade total, saúde e trabalho: uma análise em empresa sucroalcooleiras paulistas. In: *RAC*, v.4, n.1, jan/abr. 2002. pp. 93-112.
- _____. Eles não têm nada na cabeça: jovens do sertão mineiro, entre a tradição e a mudança. Campinas. SP. Faculdade de Educação da *Unicamp*, 2000. Dissertação de Mestrado (mimeo).
- SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). In: *Anuário Antropológico 91*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993, pp.31-63.
- _____. Herança e Estrutura Familiar Camponesa. *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/ UFRJ, n. 52, maio, 1985.
- SILVA, Francisco C. T.; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio de C. (org.). *Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.
- SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. In: *Revista Nova Economia*. Belo Horizonte, v.7(1), 1997a, pp. 43-81.
- _____. Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil: testando as aberturas geográficas das novas Pnads. In: *Anais do XXXV Congresso Brasileiro e Economia e Sociologia Rural*. Brasília, 1997b, pp.114-146.
- SILVA, Maria Aparecida M. Destinos e trajetórias de camponeses migrantes. VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Águas de São Pedro-SP: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1992, v3, pp. 161-177. *Anais...*
- _____. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.
- _____.; MENEZES, Marilda Aparecida. Migrantes temporários: fim dos narradores. In: *NEHO-História*, São Paulo, USP, n.1, pp. 11-32.
- SILVA, Maria Emilia Barcelos da. *Chimarrão: uma vivência gaúcha*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz da. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 73-102.

SILVA, Vanda. *Sertão de jovens: Antropologia e educação*. São Paulo: Cortez, 2004 (Coleção Questões de Nossa Época).

SILVESTRO, Milton Luiz *et alii*. *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/MDA, 2001.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAES, Evaristo Filho. *Georg Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

SINGER, Paul. A juventude como corte: uma geração em tempos de crise social. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). 2005, *op. cit.*

_____. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SIQUEIRA, Luiza Helena Schwantz de Siqueira. As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2004 (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural).

SMITH, Juliana. *Entre la recherche et l'action: étude préliminaire sur la jeunesse rurale de l'État de Pernambuco au Brésil*. Paris: IEDES, 2002. 80 pp.

SPOSITO, Marília P. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. In: *Revista Brasileira de Educação*, n.13, 2000.

_____. Estudos sobre juventude em educação. In: PERALVA, Angelina T.; SPOSITO, Marília P. *Juventude e contemporaneidade*. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: Anped, n.5, 6; 1997, pp. 37-52.

STANEK, Oleg. A exploração familiar no Canadá. In: LAMARCHE, Hughes (org.). *A agricultura familiar; comparação internacional*. v.1 Uma realidade multiforme. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993. pp.37-96.

STÉDILE, João Pedro (org.). *História e natureza das Ligas Camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

_____.; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____.; FREI SÉRGIO. *A luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1993.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos de agricultores familiares de Outro (SC). Tese de Doutorado, Florianópolis, RFSC, 2002.

- TAVARES DOS SANTOS, J. V. *Colonos do vinho*; estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. Campinas: Hucitec, 1978.
- TEDESCO, João Carlos. *Terra, trabalho e família*: racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: Ediupe, 1999.
- TESTA, V. M.; NADAL, R. de; MIOR, L. C.; BALDISSERA, I. T.; CORTINA, N. *O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense*: proposta para discussão. Florianópolis: Epagri, 1996, 247p.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa – A árvore da liberdade*, v.1, 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*: uma crítica ao pensamento de Althusser. (Tradução de Waltensir Dutra). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- VÄRE, Minna; WEISS, Christoph R.; PIETOLA, Kyösti. Should one trust a farmer's succession plan? Empirical evidence on the intention-behaviour discrepancy from Finland. Trabalho apresentado no 96º Seminário da European Association of Agricultural Economics (EAAE), realizado em Taenikon, Switzerland, em 10-11 jan. 2006.
- VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias*: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002, 304 pp.
- _____. A dimensão rural do Brasil. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 22, abril de 2004, pp. 20.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose*: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- VIANNA, Hermano (org.). *Galeras Cariocas*: territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- VIEIRA, Rosângela Steffen. Juventude e sexualidade no contexto (escolar) de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Florianópolis, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004 (Dissertação de Mestrado).
- WASELFISZ, Julio J. (coord.) *Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003*. Brasília: Unesco, 2004.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: *Agricultura Familiar: realidades e perspectivas* (org. João Carlos Tedesco). Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
- _____. *A Emergência de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas*: O "Rural" como Espaço Singular e Ator Coletivo. UFPE: Recife, 2000.

_____. *A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil*. Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curitiba: UFPR (2): 29-37, 2000.

_____. “Morar e trabalhar”: ideal camponês dos assentados de Pitanga. Recife: Nead, 2001. Relatório de Pesquisa.

_____. Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. In: LOPES, Eliano Sérgio Azevedo Lopes; MOTA, Dalva Maria da; SILVA, Tânia Elias Magno da. *Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na agricultura*. Sergipe: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2002. pp. 19-57.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. In: *Estudos Agricultura e Sociedade*, n°21, outubro. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2003.

_____. Morar e trabalhar: o ideal camponês dos assentados de Pitanga. (Estudo de caso no Nordeste). In: José de Souza Martins (org.). *Travessias*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. Juventude Rural: vida no campo e projeto para o futuro (Projeto de Pesquisa). Recife/PE, Fevereiro, 2003 (mimeo).

_____. Identidade social e espaço de vida. In: WANDERLEY, M. de N. B. (org.). *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro*. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH-Unicamp, 2004. pp.61-74.

_____. (coord.) Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro. Recife, 2006. Relatório de pesquisa.

WATERLOO, Pereira Santos; CASSOL Roberto. Relatório Técnico de Mapeamento: Município de Putinga/RS. Universidade Federal de Santa Maria, Fatec, 2004.

WEISHEIMER, Nilson. Os jovens agricultores: Trabalho e reprodução social na agricultura familiar. Trabalho de conclusão para obtenção do título em bacharel em Ciências Sociais. Porto Alegre, 2001.

_____. Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz/RS. Porto Alegre: UFRGS, 2004 (Dissertação de Mestrado em Sociologia).

_____. *Juventudes Rurais*: Mapa de Estudos Recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

WOORTMAN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo/Brasília: Hucitec/Editora UnB, 1995.

_____.; WOORTMAN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora UnB, 1997.

WOORWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz da. (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 7-72.

ZORZI, Analisa. Transmissão da propriedade: uma etapa da reprodução social na agricultura familiar. Porto Alegre: Departamento de Sociologia, UFRGS, 2005 (Trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais).

CARACTERÍSTICAS DESTE LIVRO:

Formato: 16 x 23 cm

Mancha: 11,5 x 17,5 cm

Tipologia: Garamond 10/11

Papel: Ofsete 75g/m² (miolo)

Cartão Supremo 250g/m²

Impressão: Gráfica e Editora Ideal

1ª edição: 2007

1ª reimpressão: 2012

*Para saber mais sobre nossos
títulos e autores, visite nosso site:
www.mauad.com.br*